



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA

ANA RITA CARVALHO DE SOUZA

**AS ESTRELAS NO *CORPUS* DO PROJETO ALiB: REVISITANDO O  
FALAR AMAZÔNICO**

Salvador

2021

ANA RITA CARVALHO DE SOUZA

**AS ESTRELAS NO *CORPUS* DO PROJETO ALiB: REVISITANDO O  
FALAR AMAZÔNICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, do Instituto de Letras, da Universidade Federal da Bahia – UFBA – como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Marcela Moura Torres Paim

Salvador

2021

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Carvalho de Souza, Ana Rita  
As estrelas no corpus do Projeto ALiB: revisitando  
o Falar Amazônico / Ana Rita Carvalho de Souza. --  
Salvador - BA, 2021.  
222 f. : il

Orientadora: Marcela Moura Torres Paim.  
Dissertação (Mestrado - Mestrado em Letras) --  
Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras da  
Universidade Federal da Bahia, 2021.

1. Áreas Dialetais. 2. Projeto ALiB. 3. Léxico. 4.  
Estrelas . 5. Falar Amazônico. I. Moura Torres Paim,  
Marcela. II. Título.

**ANA RITA CARVALHO DE SOUZA**

**AS ESTRELAS NO CORPUS DO PROJETO ALiB: REVISITANDO O FALAR AMAZÔNICO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras,  
Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em: 15/07/2021

**Banca Examinadora**

Dra. Marcela Moura Torres Paim - Orientadora  
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFPRE

---

Dra. Silvana Soares Costa Ribeiro  
Universidade Federal da Bahia – UFBA/PPGLinC

---

Dra. Alba Valéria Tinoco Alves Silva  
Universidade Federal da Bahia – UFBA

---

Dr. Gredson dos Santos (suplente)  
Universidade Federal da Bahia – UFBA/PPGLinC

---

Dra. Laura Camila Braz Almeida (suplente)  
Universidade Federal De Sergipe - UFS

---

## **DEDICATÓRIA**

Tudo o que faço é por vocês: minha família. Meus pais, Edinaldo e Alaíde; meus irmãos, Péricles e Márcia; minha sobrinha Sophia e meu esposo Edvaldo. Meu porto seguro. Meu colo de Deus.

Quando o caminho ficou escuro, Deus me acendeu luzes. Algumas destas brilharão para sempre, enquanto caminho eu tiver. Professoras Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso (em memória) e Ana Regina Torres Ferreira Teles (em memória). É por vocês e para vocês!

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar sempre ao meu lado e me conduzir pelo caminho que eu deveria seguir e me permitir chegar, exatamente, onde estou. A Ti, Pai, toda a honra e toda a glória!

Aos meus pais, Edinaldo e Alaíde; meus irmãos, Péricles e Márcia, obrigada por tudo o que construímos juntos durante essa jornada que chamamos de vida. É na alegria e na dor que se constrói o amor.

A meu esposo, Edvaldo, que com tamanha condescendência, sonhou comigo um sonho que não era seu e continua a sonhar. Meu amor, minha vida, obrigada por acreditar no meu projeto e fazer dele, também, o seu.

Ao Projeto ALiB, minha segunda casa, por me permitir estar aqui hoje e ter me apresentado alguns dos tesouros mais valiosos que essa existência poderia me dar. Em especial, às professoras Jacyra Andrade Mota e Silvana Soares Costa Ribeiro, minhas orientadoras de Apoio Técnico e de vida acadêmica, que amam o que fazem e o fazem com maestria. Gratidão!

A Marcela Moura Torres Paim, minha orientadora acadêmica desde o início até aqui, minha parceira, sempre disposta e atenta aos detalhes. Minha eterna gratidão por tudo que sempre compartilha comigo e por caminhar no mesmo ritmo que eu. Obrigada por ter me aceitado em 2016 e por ter me conduzido, lindamente, até aqui!

Aos presentes que a pós-graduação me deu, os professores Leandro Almeida dos Santos e Thais Dultra Pereira, nossa parceria fez esse caminho ficar mais florido. E um agradecimento particular e especial a Léo, que foi muito mais que um amigo, nesta jornada, foi um coorientador *honoris causa*, sempre disponível para ler minha escrita e me sugerir ideias que eu não havia pensado. Sua participação neste trabalho está em cada detalhe e, por isso, te sou grata!

A todos os colegas de pesquisa do passado e do presente que me ensinaram e me ensinam nas trocas diárias, mas precisamente pelo apoio nunca negado. Em especial, aquelas que estiveram e estão comigo nessa jornada, as professoras Rosana Fanquetto Pitta, Taiane Cristina Prata Oliveira, Talita Brito de Souza e a Dra. Isamar Neiva. Ainda bem que tenho vocês!

A todos os professores do ILUFBA, em especial aqueles com quem tive o prazer de trabalhar. Especialmente às professoras Antonia Vieira dos Santos e Fernanda Mota, pela sensibilidade com que me trataram em momentos delicados da graduação e a professora Alba Valéria Tinoco Alves Silva que me inspirou, silenciosamente, no componente Seminários de Pesquisa. A dedicação de vocês é o que me motiva!

Ao Comitê Nacional do Projeto ALiB, que me permitiu trabalhar com dados inéditos e realizar esse trabalho tão maravilhoso. Agradeço, imensamente, a confiança!

Ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, representado por sua coordenadora Profa. Dra. Maria Cristina Figueiredo, que me deu estrutura para desenvolver este trabalho e de aprender sobre gestão acadêmica através das reuniões de colegiado, da Comissão de Planejamento Estratégico 2020 e da Comissão Sucupira 2020.

À Representação Discente, em especial, os meus colegas da bancada Lorena Nascimento, Thais Dultra e Rafael Cardoso, por todas as experiências, vivências e aprendizados. Juntxs somos mais fortes!

A CAPES, pelo financiamento tão necessário, principalmente, em tempos de pandemia.

E a todas as pessoas que, de alguma forma, cruzaram o meu caminho e deixaram suas marcas na minha vida em formato de aprendizados e lições. Agradeço a Deus por tê-las conhecido e retribuo em dobro todo o carinho e ajuda que a mim dedicaram nessa jornada.

Gratidão é a palavra de ordem e que Deus abençoe grandemente a cada um de vocês!

Amo vocês, vidas!

**Das utopias**

Se as coisas são inatingíveis... ora!  
Não é motivo para não querê-las...  
Que tristes os caminhos, se não fora  
A presença distante das estrelas!  
*Quintana, Mario (2005). In Espelho Mágico*



SOUZA, Ana Rita C. **As estrelas no *corpus* do Projeto ALiB: revisitando o Falar Amazônico.** 2021. 222f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2021.

## RESUMO

Nesta dissertação, desenvolveu-se investigação no âmbito do Léxico, com vistas à identificação de áreas dialetais e à confirmação ou contestação do traçado proposto por Nascentes (1953), para o que ele chamou de *Falar Amazônico*. Para o estudo, tomou-se, como base dados inéditos extraídos do *corpus* do Projeto ALiB, que é um intento de amplitude nacional, na área da Dialetologia e que tem como método a Geolinguística Pluridimensional, que se sustenta em um tripé básico, definido como rede de pontos, informantes e questionários. Nesse sentido, para a realização da dissertação, selecionou-se uma rede de pontos composta por 30 localidades, distribuídas no Norte do Brasil, utilizou-se três questões, do Questionário Semântico-Lexical – QSL, que investigam os nomes atribuídos às “estrelas”, mais especificamente as questões 29, 30 e 31, e contou-se com a contribuição de 144 informantes, estratificados conforme metodologia de seleção de informantes do referido projeto, em que se considera o sexo (masculino e feminino), duas faixas etárias (faixa I – 18 a 30 anos e faixa II – 50 a 65 anos), nível de escolaridade fundamental incompleto e, nas capitais, dois níveis de escolaridade (fundamental incompleto e universitário). As denominações encontradas, como, por exemplo, *Estrela d’Alva*, *Planeta Vênus* e *Estrela Cadente* foram avaliadas considerando, além da distribuição espacial, os aspectos sociais que são controlados pelo Projeto ALiB e foram comparados com os estudos de Mota (1999), Oliveira (2014), Carvalho (2015) e Cuba (2015), no que concerne aos nomes atribuídos às “estrelas”, e com o trabalho de Portilho (2013), no que concerne à área do *Falar Amazônico* (NASCENTES, 1953). Os resultados encontrados confirmam que o que foi proposto por Nascentes, na década de 50, para Falares do Norte e Falares do Sul, podem ser visualizados na amostra, quando comparada com os outros estudos feitos, no entanto, o traçado sugerido pelos dados do presente trabalho não coincide com o traçado proposto por Nascentes (1953).

**PALAVRAS-CHAVE:** Áreas dialetais. Projeto ALiB. Léxico. Estrelas. Falar Amazônico.

## ABSTRACT

In this thesis, an investigation was realized within the scope of the Lexicon, with a view to identifying dialectal areas and confirming or contesting the outline proposed by Nascentes (1953), for what he called Amazonian Dialect. For the study, unpublished data extracted from the *corpus* of the ALiB Project was taken as a basis, which is a nationwide project in the area of Dialectology and which uses Multidimensional Geolinguistics as a method, which is supported by a basic tripod, defined as a network of points, informants and questionnaires. In this sense, to carry out the thesis, we selected a network of points composed of 30 locations, distributed in Northern Brazil, using three questions from the Semantic-Lexical Questionnaire - SLQ, which investigate the names assigned to "stars", more specifically questions 29, 30 and 31, and there were the contribution of 144 informants, stratified according to the informants selection methodology of the project, in which gender (male and female), two age groups (age group I – 18 to 30 years old and age group II – 50 to 65 years old), incomplete elementary school level and, in capitals, two levels of schooling (incomplete elementary school and university). The denominations found, such as Morning Star (*Estrela d'Alva*), Venus Planet (*Planeta Vênus*) and Shooting Star (*Estrela Cadente*) were evaluated considering, in addition to spatial distribution, the social aspects that are controlled by the ALiB Project and were compared with the studies by Mota (1999), Oliveira (2014), Carvalho (2015) and Cuba (2015), with regard to the names given to the "stars", and with the thesis of Portilho (2013), with regard to the Amazonian Dialect area (NASCENTES, 1953). The results found confirm that what was proposed by Nascentes, in the 50's, for Northern Dialects and South Dialects, can be seen in the sample, when compared with other studies, however, the line suggested by the data in the present work does not coincide with the line proposed by Nascentes (1953).

**KEYWORDS:** Dialectal areas. ALiB Project. Lexicon. Stars. Amazonian dialect.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Fases da Dialetologia do Brasil, conforme Teles (2018)	34
Figura 2 -	Carta L26E – Ruge – distribuição pelo nível de escolaridade	39
Figura 3 -	Cartograma da proposta de divisão dialetal de Júlio Ribeiro (1881)	43
Figura 4 -	Cartograma da proposta de divisão dialetal de João Ribeiro (1900)	44
Figura 5 -	Cartograma da proposta de divisão dialetal de Rodolfo Garcia (1915)	44
Figura 6 -	Esboço da proposta de divisão dialetal de Renato Mendonça (1936)	45
Figura 7 -	Cartograma da proposta de regionalização de Joaquim Ribeiro, segundo Elia (1975 [1963])	47
Figura 8 -	Cartograma da proposta de áreas linguísticas de Silvio Elia (1975 [1963])	48
Figura 9 -	Proposta de divisão dialetal de Nascentes (1922), em publicação de 1955	49
Figura 10 -	Proposta de divisão dialetal de Nascentes (1922), por Teles (2018)	50
Figura 11 -	Cartograma de proposta de divisão dialetal de Nascentes (1933)	52
Figura 12 -	Cartograma da proposta de divisão dialetal de Nascentes (1953)	53
Figura 13 -	Cartograma representativo do Subfalar Amazônico	55
Figura 14 -	Subáreas dialetais A, B, C e D – Falar Baiano	65
Figura 15 -	Localização dos falares Paulista e Sulista	68
Figura 16 -	Grau de soldadura entre os constituintes das Unidades Fraseológicas	85
Figura 17 -	Rede de pontos do Projeto Atlas Linguístico do Brasil	99
Figura 18 -	Divisão dialetal proposta por Nascentes (1953)	100
Figura 19 -	Registro do limite dos subfalares, conforme Teles (2018)	102
Figura 20 -	Localização do Oiapoque no Estado do Amapá	114
Figura 21 -	Localização de Macapá no Estado do Amapá	115
Figura 22 -	Localização de Boa Vista no Estado de Roraima	116
Figura 23 -	Localização de São Gabriel da Cachoeira no Estado do Amazonas	117
Figura 24 -	Localização de Tefé no Estado do Amazonas	119
Figura 25 -	Localização de Manaus no Estado do Amazonas	120
Figura 26 -	Localização de Benjamin Constant no Estado do Amazonas	121
Figura 27 -	Localização de Humaitá no Estado do Amazonas	122
Figura 28 -	Localização de Soure no Estado do Pará	123
Figura 29 -	Localização de Óbidos no Estado do Pará	124
Figura 30 -	Localização de Almeirim no Estado do Pará	125
Figura 31 -	Localização de Belém no Estado do Pará	126
Figura 32 -	Localização de Bragança no Estado do Pará	127
Figura 33 -	Localização de Altamira no Estado do Pará	128
Figura 34 -	Localização de Marabá no Estado do Pará	130
Figura 35 -	Localização de Jacareacanga no Estado do Pará	131
Figura 36 -	Localização de Conceição do Araguaia no Estado do Pará	132
Figura 37 -	Localização de Itaituba no Estado do Pará	133
Figura 38 -	Localização de Cruzeiro do Sul no Estado do Acre	134
Figura 39 -	Localização de Rio Branco no Estado do Acre	135
Figura 40 -	Localização de Porto Velho no Estado de Rondônia	136
Figura 41 -	Localização de Guajará-Mirim no Estado de Rondônia	137
Figura 42 -	Localização de Pedro Afonso no Estado do Tocantins	138

Figura 43 -	Localização de Natividade no Estado do Tocantins	139
Figura 44 -	Localização de Turiaçu no Estado do Maranhão	140
Figura 45 -	Localização de Imperatriz no Estado do Maranhão	141
Figura 46 -	Localização de Balsas no Estado do Maranhão	142
Figura 47 -	Localização de Alto Parnaíba no Estado do Maranhão	143
Figura 48 -	Localização de Aripuanã no Estado do Mato Grosso	144
Figura 49 -	Localização de São Félix do Araguaia no Estado do Mato Grosso	145
Figura 50 -	Vênus e a Lua vistos da Terra	148
Figura 51 -	Vênus e a Lua	164
Figura 52 -	Estrela Cadente no sertão nordestino	181
Figura 53 -	Diferença entre Cometa, Asteroide, Meteoróide, Meteoro e Meteorito	182

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Estudos que propuseram áreas dialetais no território brasileiro	42
Quadro 2 -	Pesquisas de Léxico e áreas dialetais com dados do Projeto ALiB	63
Quadro 3 -	Grupos de constelações	92
Quadro 4 -	Rede de pontos do Projeto ALiB, comparados com os pontos de Nascentes (1958), atualizados por Teles (2018)	105
Quadro 5 -	Perfil de informantes do Projeto ALiB	106
Quadro 6 -	Denominações para <i>Estrela d'Alva ao amanhecer</i> , registro em dicionários	153
Quadro 7 -	Denominações para <i>Estrela d'Alva ao amanhecer</i> , registro em dicionários	169
Quadro 8 -	Denominações para <i>Estrela Cadente</i> , registro em dicionários	186

## LISTA DE SIGLAS

ALiB	Atlas Linguístico do Brasil
ALPB	Atlas Linguístico da Paraíba
ALPR	Atlas Linguístico do Paraná
ALTTI	Atlas Linguístico e Topodinâmico do Território Incaracterístico
APFB	Atlas Prévio dos Falares Baianos
bCIMd	Base Cartográfica do Brasil Integrada ao Milionésimo Digital
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIC	Comissão de Informática e Cartografia
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
EALMG	Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais
EB	Ensino Básico
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GELAM	Grupo de Estudos Linguísticos do Amazonas
GeoLinTerm	Projeto Geossociolinguística e Socioterminologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Iniciação Científica
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
KS	<i>Kolmogorov-Smirnov</i>
LE	Texto para Leitura
LP	Língua Portuguesa
MA	Maranhão
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PM	Perguntas Metalinguísticas
QFF	Questionário Fonético-Fonológico
QGIS	<i>Quantum Geographic Information System</i>
QMS	Questionário Morfossintático
QP	Questões de Pragmática
QSL	Questionário Semântico-Lexical
SAB	Sociedade Astronômica Brasileira
SE	Sergipe
SGVCLin	Sistema de Gerenciamento e Visualização de Cartas Linguísticas
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TDS	Temas para Discurso Semidirigido
UAI	União Astronômica Internacional
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

UFSC            Universidade Federal de Santa Catarina  
UNOPAR        Universidade Norte do Paraná  
VALEXTRA      Variação Lexical: teorias recursos e aplicações: do condicionamento lexical  
                    às construções pragmáticas

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Denominações para <i>Estrela d'Alva ao amanhecer</i> na área do <i>Falar Amazônico</i>	152
Gráfico 2 -	Variação diastrática para <i>Estrela d'Alva ao amanhecer</i> nas capitais da Região Norte	157
Gráfico 3 -	Variação diassexual para <i>Estrela d'Alva ao amanhecer</i> na área do <i>Falar Amazônico</i>	158
Gráfico 4 -	Variação diageracional para <i>Estrela d'Alva ao amanhecer</i> na área do <i>Falar Amazônico</i>	159
Gráfico 5 -	Percentuais de distribuição das formas lexicais para a <i>Estrela d'Alva ao amanhecer</i> na área do <i>Falar Amazônico</i>	160
Gráfico 6 -	Distribuição das denominações para <i>Estrela d'Alva ao entardecer</i> na área do <i>Falar Amazônico</i>	166
Gráfico 7 -	Variação diastrática para <i>Estrela d'Alva ao entardecer</i> nas capitais da Região Norte	174
Gráfico 8 -	Variação diassexual para <i>Estrela d'Alva ao entardecer</i> na área do <i>Falar Amazônico</i>	175
Gráfico 9 -	Variação diageracional para <i>Estrela d'Alva ao entardecer</i> na área do <i>Falar Amazônico</i>	176
Gráfico 10 -	Percentuais de distribuição das formas lexicais para a <i>Estrela d'Alva ao entardecer</i> na área do <i>Falar Amazônico</i>	177
Gráfico 11 -	Percentual das denominações para <i>Estrela Cadente</i> na área do <i>Falar Amazônico</i>	184
Gráfico 12 -	Variação diastrática para <i>Estrela Cadente</i> nas capitais da Região Norte	191
Gráfico 13 -	Variação diassexual para <i>Estrela Cadente</i> na área do <i>Falar Amazônico</i>	192
Gráfico 14 -	Variação diageracional para <i>Estrela Cadente</i> na área do <i>Falar Amazônico</i>	193
Gráfico 15 -	Percentuais de distribuição das formas lexicais para a <i>Estrela Cadente</i> na área do <i>Falar Amazônico</i>	195



## LISTA DE CARTAS

Carta 01 -	Rede de Pontos do <i>Falar Amazônico</i>	104
Carta 02 -	Estrela d'Alva ao amanhecer – produtividade acima dos 8%	161
Carta 03 -	Estrela d'Alva ao amanhecer – produtividade abaixo dos 8%	162
Carta 04 -	Estrela d'Alva ao entardecer – produtividade acima dos 8%	178
Carta 05 -	Estrela d'Alva ao entardecer – produtividade abaixo dos 8%	179
Carta 06 -	Estrela Cadente – produtividade acima dos 8%	196
Carta 07 -	Estrela Cadente – produtividade abaixo dos 8%	197
Carta 08 -	Inquiridores	221

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	20
<b>2</b>	<b>PRESSUPOSTOS TEÓRICOS</b> .....	27
2.1	A DIALETOLOGIA .....	28
2.1.1	Histórico dos estudos dialetais no Brasil .....	33
2.1.2	A Geolinguística .....	37
2.1.3	Dialetologia e interfaces .....	40
2.2	ÁREAS DIALETAIS BRASILEIRAS .....	42
2.2.1	A divisão dialetal de Nascentes (1922; 1933; 1953) .....	49
2.2.2	O Subfalar Amazônico .....	54
2.3	LÉXICO .....	57
2.3.1	Lexicologia, Lexicografia e Terminologia .....	59
2.3.2	Léxico e o Projeto Atlas Linguístico do Brasil .....	62
2.3.3	Léxico e Semântica .....	72
2.3.4	Léxico, Cultura e Sociedade .....	77
2.3.5	Fraseologia .....	80
2.4	ASTRONOMIA .....	87
2.4.1	Estrelas: breve panorama .....	93
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	98
3.1	O <i>CORPUS</i> DA PESQUISA .....	98
3.1.1	O espaço geográfico em questão .....	99
3.1.2	Os informantes .....	106
3.1.3	O questionário .....	107
3.1.4	Tratamento e mapeamento dos dados .....	109
<b>4</b>	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DAS LOCALIDADES</b> .....	111
<b>5</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	147
5.1	ESTRELA D'ALVA (AO AMANHECER) .....	148
5.1.1	Agrupamentos linguísticos .....	150
5.1.2	Pesquisa lexicográfica e análise fraseológica .....	152
5.1.3	Analisando os fatores sociais .....	156
5.1.4	Cartografia dos dados: diatopia .....	160
5.2	ESTRELA D'ALVA (AO ENTARDECER) .....	164

5.2.1	Agrupamentos linguísticos .....	167
5.2.2	Pesquisa lexicográfica e análise fraseológica .....	168
5.2.3	Analisando os fatores sociais .....	173
5.2.4	Cartografia dos dados: diatopia .....	176
5.3	ESTRELA CADENTE .....	181
5.3.1	Agrupamentos linguísticos .....	184
5.3.2	Pesquisa lexicográfica e análise fraseológica .....	186
5.3.3	Analisando os fatores sociais .....	191
5.3.4	Cartografia dos dados: diatopia .....	195
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>201</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>206</b>
	<b>APÊNDICES</b> .....	<b>215</b>
	<b>ANEXOS</b> .....	<b>222</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O meu interesse em trilhar os caminhos da Dialetologia surgiu muito antes de compreender que a Dialetologia existia e que é uma ciência. Durante as orientações do TCC de Carvalho (2010), referente a Licenciatura em Letras Vernáculas, na Universidade Norte do Paraná – UNOPAR, *campus* Lauro de Freitas - Bahia, o Professor Doutor Marcelo Silveira, em um de seus e-mails, afirmava que o que havia sido proposto naquele trabalho encontraria todo o respaldo científico na Universidade Federal da Bahia – UFBA, pois, nesta universidade, estariam todas as pesquisadoras e pesquisadores que melhor o orientariam. Ele estava certo! Não houve condições de buscar essa orientação extra naquele momento, mas aquela dica ficou registrada “em banho Maria”.

Quatro anos depois, através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a possibilidade de estudar em uma universidade pública chegou e, com ela, a probabilidade de voltar às Letras e de chegar perto, quem sabe, daquelas pesquisadoras e pesquisadores que haviam sido indicados no passado. Foi na disciplina LETA14 – Técnicas de Pesquisa, com a Professora Doutora Lívia Borges Souza Magalhães, na época, estagiária docente de doutorado, que as professoras doutoras Marcela Moura Torres Paim e Silvana Soares Costa Ribeiro foram mencionadas e indicadas no dia da defesa final do projeto da disciplina, que, mais uma vez, me guiava pelos caminhos da Dialetologia.

A oportunidade de conhecê-las veio em 2016, após aprovação no processo seletivo para bolsistas de Iniciação Científica (IC), do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, doravante Projeto ALiB, no qual se iniciaram os trabalhos conjuntamente com toda a equipe de professores e pesquisadores. Até chegar ao Mestrado, desenvolvemos pesquisas, nas áreas de Fraseologia e de Léxico, distribuídas em três planos de trabalho e o primeiro deles foi o que motivou o desenvolvimento de um projeto de pesquisa para o Mestrado, seguindo a mesma linha científica.

Naquele plano, financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), foram trabalhados os fraseologismos a partir dos dados das capitais da região Norte brasileira (Belém, Boa Vista, Macapá, Manaus, Porto Velho e Rio Branco), pertencentes ao *corpus* do Projeto Atlas Linguístico do Brasil. É válido destacar que, na IC, os planos de trabalho desenvolvidos pelos pesquisadores em formação já vêm prontos e, sob orientação, eles os

executam. No Mestrado, o pesquisador deve propor um projeto, estudar e executar o trabalho de investigação buscando sempre o respaldo da orientação.

De fato, todo esse caminho trilhado até aqui emergiu das inquietações observadas entre a fala das pessoas que moravam no interior da Bahia em comparação com as que moravam na capital. Para além de aspectos da prosódia, o léxico específico de cada localidade serviu de mola propulsora para essas inquietações. Mesmo desenvolvendo, em 2010, um trabalho sem muitas bases teórico-metodológicas, ficou registrado que o caminho a ser seguido não seria outro, que não fosse o da Dialectologia.

Desse modo, seguindo o aporte teórico da Dialectologia, esta dissertação apresenta mais uma pesquisa de descrição lexical, examinando os falares da região Norte do país, baseado na observação da homogeneidade ou da heterogeneidade percebidas nos falares dos habitantes desse espaço geográfico.

A escolha das localidades e dos nomes que seriam investigados, a partir do *corpus* do Projeto ALiB, surgiu do primeiro trabalho realizado como bolsista de IC, conforme foi explanado e, como parte dos dados coletados não foi utilizado nos relatórios da pesquisa, por não atenderem ao critério base, da polilexicalidade, é que resolvemos estruturar um projeto de pesquisa que se adequasse ao tempo hábil de Mestrado e atendesse às unidades lexicais simples, que não foram analisadas por questões metodológicas.

Sendo assim, decidimos investigar três das 17 questões da área temática dos Astros e Tempo, que são as perguntas 29, 30 e 31, que buscam as denominações dadas para a *Estrela da Manhã*, a *Estrela da Tarde* e a *Estrela Cadente*. Nesse caso, a área selecionada foi o *Falar Amazônico*, que engloba a região Norte brasileira, mas amplia, um pouco mais, essa área geográfica. A escolha deste espaço geográfico aconteceu baseada na proposta de divisão dialetal sugerida por Nascentes (1953), que dividiu, a partir de aspectos fonético-fonológicos, os falares do Brasil em dois grandes grupos: Norte e Sul e em seguida os subdividiu em seis subgrupos de falares:

- a) Norte: o *Falar Amazônico* e o *Falar Nordestino*;
- b) Sul: o *Falar Baiano*, o *Falar Fluminense*, o *Falar Mineiro* e o *Falar Sulista*.

Soma-se a essa divisão, uma área no centro do país chamada de *Território Incaracterístico*, que aqui chamaremos de *Território Multivarietal* (CUBA, 2015), para a qual Nascentes (1953) assinalou não haver características suficientes que a demarcassem como um subfalar ou pertencente a um dos apresentados pelo autor em 1953. Sobre esta proposta de

divisão dialetal e sobre a terminologia *Território Multivarietal*, daremos mais detalhes na subseção 2.2 deste trabalho, na qual faremos um balanço das propostas de divisão dialetal feitas até o momento e o porquê de a termos escolhido. Ainda assim, podemos confirmar que a escolha da subárea dialetal do *Falar Amazônico*, presente na proposta de Nascentes (1953), aconteceu por causa da coincidência geográfica entre o trabalho desenvolvido como bolsista de IC, em 2016.

A inspiração para a escolha das questões relativas às estrelas do Questionário Semântico Lexical (QSL) vem das inquietações produzidas pelo pouco conhecimento que a maioria da população tem nas áreas da Astronomia e da Astrofísica. Acreditamos que a contribuição que daremos, com as nomenclaturas que estudamos, servirá para a compreensão de muitos aspectos destas ciências, no que tange aos conceitos básicos e, esse conhecimento poderá ser aplicável nas diversas áreas do saber, pois, assim, teremos melhor entendimento sobre a temática.

O que propomos aqui é que seja feita a análise dos inquéritos e, em seguida, a comparação com os resultados obtidos por pesquisadores que já desenvolveram estudos tanto na mesma área geográfica quanto na mesma área temática, tomando como base o *corpus* do Projeto ALiB.

Podemos citar, como exemplo, a pesquisa de mestrado desenvolvida por Portilho (2013) que averiguou, a partir do léxico dos jogos e diversões infantis, a atualidade do traçado concernente ao *Falar Amazônico* proposto por Nascentes (1953). É por esse motivo que o título desta dissertação utiliza o termo “revisitar”, pois estamos considerando a pesquisa desenvolvida por Portilho (2013), como referência para este trabalho.

Temos, também, como referência, Oliveira (2014) que, em tese de doutoramento, investigou as respostas dadas pelos informantes da Bahia e do Paraná, nas áreas temáticas dos Acidentes Geográficos, dos Fenômenos Atmosféricos e dos Astros e Tempo, que foram as mesmas estudadas em bolsa de IC; a dissertação de Carvalho (2015), que estudou essas mesmas áreas temáticas na Região Centro-Oeste brasileira e, por fim, a tese de doutoramento de Cuba (2015), que deu vida ao *Atlas Linguístico Topodinâmico do Território Incaracterístico - ALTTI*. Nesse sentido, a investigação busca verificar as semelhanças e as diferenças entre os dados presentes nestes estudos, analisando principalmente as diferenças diatópicas que configuram o quadro linguístico atual e que confirmem, ou não, a atualidade da proposta de divisão sugerida por Nascentes (1953).

Nosso principal objetivo é verificar se a sugestão de divisão de falares em território brasileiro, feita por Nascentes em 1922 e depois atualizada em 1953, se confirma atualmente e utilizar para o intento, o léxico inédito do *corpus* do Projeto ALiB, referente às designações para algumas estrelas. Além disso, verificaremos se existem subáreas dialetais no espaço, considerando para a análise Ribeiro (2012), cujo trabalho daremos mais detalhes adiante e na seção 2.3.2 deste trabalho.

Para se alcançar tais resultados objetivamos, especificamente: (i) descrever a variedade lexical da área selecionada; (ii) comparar os itens lexicais encontrados no *Falar Amazônico* com aqueles encontrados por Oliveira (2014), Carvalho (2015) e Cuba (2015); (iii) analisar os dados pelas perspectivas: diatópica, diageracional, diassexual e diastrática e cartografá-los, de acordo com o método da Geolinguística Pluridimensional; e (iv) verificar se os itens lexicais documentados encontram-se atualmente dicionarizados, com vistas a identificar se os lexicógrafos estão catalogando termos que circulam na língua falada.

O questionamento que fazemos, a partir desta temática é: é possível, através de dados lexicais, delimitar áreas dialetais? Esta inquietação surgiu da leitura de Ribeiro (2012), que, em tese de doutoramento, utilizou o léxico para verificar a existência de subáreas dialetais dentro de uma área específica, além de confirmar a atualidade da proposta de divisão feita por Nascentes em 1953, para o *Falar Baiano*. Como no trabalho de Ribeiro (2012), os resultados encontrados foram satisfatórios, resolvemos buscar este mesmo objetivo só que em áreas dialetal e temática distintas das que ela estudou. Nossas hipóteses foram construídas embasadas nas seguintes premissas:

- a) As áreas dialetais podem ser encontradas a partir de dados lexicais, assim como atestou Ribeiro (2012).
- b) As denominações das estrelas podem nos ajudar a verificar a existência, ou não, do subfalar Amazônico, como sugeriu Nascentes (1953).
- c) As normas lexicais das regiões brasileiras têm características que são peculiares de cada área e são capazes de demonstrar as diferenças entre os falares.

Por isso, este estudo se fundamenta nos princípios da Dialectologia, que, segundo Cardoso (2010, p. 15), é a ciência linguística que se ocupa da descrição dos diversos usos de uma língua, conforme sua distribuição espacial, sociocultural e cronológica. Assim, este estudo propõe que seja feita a descrição das denominações para as estrelas, na região Norte do país, buscando suas particularidades e exibindo a variedade que a língua assume de uma

região para outra. Nesse contexto, a língua é compreendida como um produto do contexto social formado pela comunidade linguística (LABOV, 2008 [1972]).

Chambers e Trudgill (1994, p. 19-20) afirmam ser o dialeto a subdivisão de uma língua em particular e que não há nenhum sentido em supor que uma dessas divisões seja melhor que a outra. Assim, entende-se que uma mesma língua apresenta variedades que são diferentes nos vários níveis da linguagem. Por isso, confirmamos que esta dissertação se destina à análise, no nível lexical, dos dialetos do Norte do país e que usaremos, assim como Nascentes (1953), o termo “falar”, como sinônimo de dialeto, para nos referirmos às possíveis variedades que encontramos.

Assim, para verificarmos no nível lexical, a existência de falares no Norte do país, fizemos um recorte inédito com dados extraídos de inquéritos linguísticos do Banco de Dados do Projeto ALiB. Em seguida, feita a análise destes dados e observada a distribuição diatópica das denominações estudadas, buscaremos, na socio-história da região, possíveis motivações para o uso do léxico documentado, além de identificar regionalismos da língua portuguesa específicos da área estudada.

A divisão dialetal, proposta por Nascentes em 1953, foi considerada pelo próprio autor, como sendo a mais próxima da realidade, mas que dependia de confirmações futuras. Por isso, buscamos através dessa proposição, e à luz da Dialetologia, atestar se essa sugestão de divisão se mantém, exatamente como o autor descreveu, com base nas denominações das estrelas, além de verificar a existência de subáreas dialetais dentro do *Falar Amazônico*.

O ALiB é um projeto de amplitude nacional no campo da Geolinguística Pluridimensional. Quando utilizamos as informações contidas em seu Banco de Dados, estamos trabalhando para descrever e registrar a importância qualitativa das variações observadas nos vários níveis da língua, fazendo jus ao trabalho de coleta de dados, outrora registrados *in loco*. Sendo assim, o que justifica a escolha desta temática para trabalho é um dos principais objetivos do Projeto ALiB, que é contribuir para a descrição do português brasileiro. Baseado nisso, é que daremos prosseguimento aos estudos de variação lexical feitos com base nos dados do referido projeto e que priorizam as áreas dialetais propostas por Nascentes (1953), tais quais: Ribeiro (2012), Portilho (2013), Santos L. (2016), Santos G. (2018) e Alencar (2018), na área temática dos Jogos e Diversões Infantis e, ainda, por Oliveira (2014), Carvalho (2015), quanto às denominações para as estrelas.



Outros trabalhos foram desenvolvidos com semelhança aos critérios aqui apresentados e podem nos fornecer informações adicionais sobre áreas dialetais e sobre o léxico regional. Entre eles podemos destacar os trabalhos de Romano (2015), que, em tese de doutoramento, verificou a homogeneidade do *Falar Sulista*, partindo da análise de dados lexicais do Projeto ALiB e a tese de Cuba (2015)<sup>1</sup>, que deu vida ao Atlas Linguístico Topodinâmico do Território Incaracterístico (ALTTI).

Entendemos que a relevância desta pesquisa se justifica pela necessidade de estudos sobre áreas dialetais brasileiras, com base no léxico, buscando dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos por Ribeiro (2012), Portilho (2013), Romano (2015), Santos L. (2016) e Santos G. (2018), pois compreendemos que investigações em outras áreas temáticas, ou ainda, com outros aspectos linguísticos, para além da fonética, são de fundamental importância para o registro da atual dialeção do português falado no Brasil.

Trabalhamos, também, para contribuir com as análises do *corpus* do Projeto ALiB nas cidades do interior do Brasil, pois, a partir desses dados, pudemos fazer um panorama linguístico, no que concerne ao léxico dessa região, mais completo e, conseqüentemente, relacioná-lo aos resultados encontrados nos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia e no Paraná, anteriormente estudados por outros pesquisadores.

Para alcançarmos os objetivos traçados para este estudo, estruturamos, inicialmente, as bases teórico-metodológicas nos pressupostos da Dialectologia, da Geolinguística Pluridimensional, da Sociolinguística, do Léxico e da Semântica. Essa estrutura teórica buscou, em diálogo com a Astronomia, evidenciar até onde o nosso conhecimento de mundo e as nossas experiências de vida são capazes de auxiliar no entendimento das coisas ao nosso redor. As contribuições de cada área do saber serão apresentadas, conforme o trabalho seja desenvolvido e, para isso, dividimos a dissertação em partes que serão apresentadas a seguir.

O trabalho está delineado em cinco seções principais e uma parte final de considerações para facilitar a compreensão das informações oferecidas. A primeira delas é esta introdução, que traz aspectos gerais sobre o trabalho. Na seção 2, fizemos a revisão de literatura que deu sustentação à pesquisa. Nesse caso, apresentamos a Dialectologia, como a

---

<sup>1</sup> Destacamos que a pesquisa realizada por Cuba (2015) não utilizou os dados do Projeto ALiB, mas como a pesquisadora utilizou o questionário do referido projeto e as perguntas são as mesmas, estamos considerando as respostas catalogadas por ela, na amostra investigada.

ciência principal deste trabalho, a Geolinguística como método por excelência da Dialetologia e as demais ciências que dialogam com a Dialetologia na estruturação dos dados encontrados.

Na seção 3, abordamos a metodologia de trabalho do Projeto ALiB, que se fundamenta nos pressupostos da Geolinguística Pluridimensional, mas também apresentamos a metodologia que foi utilizada, especificamente, neste trabalho, para o tratamento dos dados, quais foram os procedimentos adotados e o porquê. Na seção 4, exibimos o panorama sócio-histórico das localidades investigadas, buscando subsídios para entender as escolhas lexicais dos informantes entrevistados, nos elementos históricos apresentados. Na seção 5, listamos as análises feitas com os dados encontrados, bem como todos os aspectos observados que são inerentes às ciências que dialogam com a Dialetologia, neste trabalho e, por fim, na última parte do texto, foram feitas as considerações finais para o trabalho executado. Além destas partes, trazemos, também, as referências utilizadas na dissertação, os apêndices com o quadro de registro da pesquisa lexicográfica e os anexos com a cópia da autorização, fornecida pelo Comitê Nacional do Projeto ALiB, para utilização dos dados inéditos, que complementam o trabalho.

A partir da apresentação dos resultados da pesquisa, fizemos algumas considerações sobre eles, ao passo que estabelecemos correlação entre estes resultados com os que foram encontrados por Portilho (2013), pois ambos darão melhor visualização ao objetivo maior deste trabalho, que é a busca pela atualidade do traçado do *Falar Amazônico*. Essa correlação também se estenderá aos trabalhos de Oliveira (2014), Carvalho (2015) e Cuba (2015), com vistas a identificar variedades lexicais que podem estar presentes no vocabulário de uma região e não em outras.

Esta Dissertação está inserida em um Projeto maior, de âmbito nacional, o ALiB, cujo principal objetivo é descrever a realidade linguística brasileira no tocante à Língua Portuguesa. Foi elaborada com base em materiais coletados para o Projeto ALiB, realizado com dados, ainda, inéditos e obteve autorização de pesquisa concedida pelo Comitê Nacional do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, conforme Anexo A.

Assim sendo, na próxima seção, iniciaremos a revisão da literatura, conforme exposto, apresentando a Dialetologia e suas características, além de trazer o suporte teórico que sustenta esta dissertação.

## 2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

As teorias utilizadas para embasar este trabalho, juntas à Dialetoлогия, formam uma teia de conexões com o intuito de reforçar a transdisciplinaridade que compete aos estudos linguísticos.

A Dialetoлогия apresenta-se de modo interdisciplinar, porque, por sua gênese, ela estabelece um intercâmbio linguístico mútuo na busca por explicações/soluções na articulação com outras disciplinas.

O conceito de interdisciplinaridade pode ser entendido como a relação estabelecida entre duas ou mais disciplinas ou ramos de conhecimento, o que pode convergir em algum momento com o conceito de multidisciplinaridade, que, de acordo com Santos (1995), é entendida como múltiplos pontos de vista para um mesmo objeto de estudo, ou seja, tem-se um objeto avaliado de diferentes perspectivas para se compreender as condições e motivações sob as quais ocorreu/ocorre. No entanto, a interdisciplinaridade atribuída à Dialetoлогия está em sua origem, uma vez que se apropria, em parte, de conhecimentos da Geografia e da socio-história, para explicar os fenômenos linguísticos investigados.

A necessidade de apresentar o caráter interdisciplinar da Dialetoлогия emerge, necessariamente, do diálogo que ela faz, também, com a Sociolinguística, que, por sua vez, a complementa, trazendo elementos do contato social para explicar os fenômenos linguísticos que se observam. De acordo com Cardoso (2016a, p. 28), o casamento entre a Dialetoлогия e a Sociolinguística é fruto das exigências que a Geolinguística Pluridimensional revela. Não se pode deixar de avaliar os aspectos espaciais de uma língua sem considerar os aspectos sociais que os circundam. É possível avaliar algum fenômeno linguístico, apenas considerando sua distribuição no espaço? Sim, é possível. Não obstante, é preciso destacar que o próprio dado linguístico, dependendo de como ocorre, exigirá a presença de uma ou mais disciplinas para maiores detalhamentos.

Neste trabalho, a proposta inicial era de se fazer a descrição lexical dos Astros e Tempo com base no *corpus* do Projeto ALiB na Região Norte brasileira, a fim de verificar a heterogeneidade dos falares desta região, buscando aporte teórico-metodológico na Sociolinguística e na Lexicologia, além da Dialetoлогия. Entretanto, com o reajuste do projeto de pesquisa inicial para outro objeto de estudo, que foi descrito na seção 1 do trabalho, conseguimos visualizar a aplicabilidade do intercâmbio científico entre outras disciplinas, as

quais se buscam detalhar nas seções secundárias e terciárias seguintes. Desse modo, as bases teórico-metodológicas que sustentam este trabalho partem dos pressupostos da Dialetoлогия, da Geolinguística Pluridimensional, da Sociolinguística, da Lexicologia, da Fraseologia, da Semântica e da Astronomia.

Assim, esta seção primária está dividida em cinco seções secundárias, que, por sua vez, estão subdivididas em seções terciárias estabelecidas para promover maiores detalhamentos. Na seção secundária que segue, apresentamos o olhar de pesquisa para a Dialetoлогия, enquanto ciência que sustenta este trabalho. Descrevemos a periodização histórica da ciência no Brasil, organizada em fases e os principais pesquisadores da área, além do método de trabalho utilizado e as interfaces observadas neste estudo, em específico.

## 2.1 A DIALETOLÓGIA

A ciência que investiga a língua falada de uma comunidade reunida em uma determinada região geográfica é chamada de Dialetoлогия. Desse modo, ela se ocupa em descrever a diversidade de usos linguísticos, que podem apresentar diferentes maneiras/modos para aludir a um mesmo referente, tendo como parâmetro a localização espacial em que o fenômeno em variação ocorre, como por exemplo, *Estrela Cadente* ou *Estrela Guia* para designar o *Meteoro*.

A Dialetoлогия, enquanto ciência, surge por volta do séc. XIX (POP, 1950), em um momento em que as individualidades regionais estavam, de certo modo, preservadas pela ausência de tecnologias de comunicação ou de acessibilidade a estes locais. Destacamos, como marco deste período:

- *Sprachatlas von Nord- und Mitteleuropa* por Georg Wenker (1881) - trabalho realizado por Wenker, na Alemanha, que, através de coleta de dados por correspondência, documentou os usos do alemão falado em diferentes regiões do país, enfatizando as consoantes germânicas (CARDOSO, 2010, p. 41); e
- *Atlas Linguistique de la France* por Jules Gilliéron e Edmond Edmont (1902-1910) – atlas de um único inquiridor, Edmond Edmont, e que abrange maior área geográfica, com 639 localidades e questionário composto de 1400 perguntas, inicialmente, além de frases que permitiam estudos de morfologia verbal.

Estas obras foram determinantes para a fixação da Dialetoлогия, enquanto ciência, pois definiram os marcos iniciais de trabalhos dialetais, como a coleta de dados, por exemplo, e, sobretudo, como obras que voltam o olhar para as diferenças areais, que são as mais expressivas nas línguas e que delinearam o percurso da ciência no mundo.

No Brasil, o primeiro registro de estudo em que se anotam diferenças baseadas em espaço geográfico é o trabalho desenvolvido pelo Visconde de Pedra Branca (Domingos Borges de Barros) para o *Atlas Ethnographique du Globe*, com título completo: *Atlas ethnographique du globe ou classification des peuples anciens et modernes d'après leurs langues, précédé d'un discours sur l'utilité et l'importance de l'étude des langues appliquée à plusieurs branches des connaissances humaines ; d'un aperçu sur les moyens graphiques employés par les différents peuples de la terre ; d'un coup d'oeil sur l'histoire de la langue slave, et sur la marche progressive de la civilisation et de la littérature en Russie, avec sept cent vocabulaires des principaux idiomes connus, et suivi du tableau physique, moral et politique des cinq parties du monde, dédié à S. M. L'Empereur Alexandre*, organizado por Adrien Balbi, publicado em 1826, e que apresenta a “questão da diferenciação da variedade brasileira em relação à de Portugal, particularmente, no que diz respeito à diferenciação lexical (de origem indígena e africana)” (ALKMIM, 2012, p. 21). Nesse texto, Borges de Barros faz um levantamento de palavras que não são coincidentes nos dois espaços geográficos e, ainda, de palavras que assumiram outro conteúdo semântico no português utilizado no Brasil, diferentemente do que é praticado em Portugal.

Cardoso (2010, p. 27) afirma que o interesse pelas diferenças regionais “perpassa a história dos povos em todos os momentos”, porque, através de seu registro, tem-se um objeto de auxílio político, ferramenta que acompanha a formação das sociedades desde o início dos tempos, além de oferecer mecanismos de descrição das línguas, até a consolidação da Dialetoлогия como ciência, devido à definição de uma metodologia própria e do oportuno empirismo científico que a regula.

Nesse cenário, Teles (2018, p. 57) afirma que

A Dialetoлогия não teria se consolidado como ciência linguística se não tivesse procurado, pelo menos ao longo desses mais de três séculos, sistematizar o estudo linguístico, estabelecendo métodos de recolha de dados, de organização e análise desses dados além de formas próprias de apresentação dos resultados, especialmente em função do direcionamento e da abordagem que cada estudo requer (TELES, 2018, p. 57).

Por isso, diante do exposto, é possível afirmar que os frutos dos estudos dialetais passaram, ao longo desse tempo, por um processo de mudança e, conseqüentemente, de um refinamento e aprimoramento do método de trabalho desde a publicação do *Atlas Ethnographique du Globe...* (BALBI, 1826), o que assegura a sistematicidade do método científico utilizado pela Dialectologia.

Para entender esse processo, Pop (1950, p. XXVII) destaca que, enquanto no século XVIII a coleta dos dados era feita por correspondência e catalogada por membros do clero, o que se observou nos anos seguintes é que essas técnicas foram se aprimorando e se ajustando às necessidades tanto do pesquisador/documentador da língua quanto do próprio dado linguístico observado, que, até o momento, era, predominantemente, fonético, mas que houve um despertar para o estudo do léxico.

Tendo em vista que a Dialectologia investiga os aspectos linguísticos observáveis em um determinado espaço geográfico, é necessário, antes de avançar na delimitação do método de trabalho, destacar que o entendimento sobre linguagem como ciência humana foi clarificado, quando Coseriu (1979) delimitou as fronteiras entre o sistema, a norma e a fala, reformulando a proposta das dicotomias de Saussure (2006 [1916]) de *langue* e *parole*. Nesse caso, ele destacou que o sistema é o conjunto de regras abstratas e que se encarrega de estruturar as línguas, a norma como os hábitos linguísticos que os falantes compartilham (socioleto) e a fala como o aspecto particular de uso da língua por cada falante/indivíduo (idioleto).

Nesse contexto, apresentamos algumas definições de língua e, em seguida, de dialeto, pois entendemos que são conceitos que auxiliarão na compreensão do objeto de estudo dessa ciência. Enquanto Schleicher (séc. XIX *apud* ALKMIM, 2001, p. 22) descreve a língua como organismo vivo, que nasce, cresce e morre, segundo as leis da física, Saussure (2006 [1916]) afirma que, apesar de concebida pelos indivíduos no convívio social, a língua é um sistema subjacente à atividade da fala, ou seja, é um sistema invariante que pode ser abstraído das múltiplas variações observáveis da fala.

Mesmo diante de acepções tão divergentes, interessa-nos reconhecer que, a partir destes olhares múltiplos para o nosso objeto de estudo, é possível chegarmos a uma definição mais próxima daquela que tomamos como referência para este trabalho. Outros pesquisadores como: Bakhtin (1990 [1929]), Jakobson (1970 [1960]) e Benveniste (1976) também assumiram percepções para a língua, de acordo com o contexto de análises aplicado por cada um e o que há em comum nas definições utilizadas por estes pesquisadores é que a

língua não pode ser compreendida sem a sua conjuntura de uso. Nesse caso, entendemos que língua e sociedade ou língua em seu contexto social são indissociáveis.

Diante do exposto, trazemos para esta dissertação a leitura de Meillet (1977), que apresenta a linguagem como fato eminentemente social e que não existe fora dos sujeitos que a utilizam e, ainda, complementamos com a ideia de que esse conceito não é em absoluto, linguístico, mas também político, histórico-geográfico, sociológico e cultural, visto que se adequa a qualquer classe particular de língua que se considera por algum motivo como entidade individual (CHAMBERS; TRUDGILL, 1994, p. 21-22).

O conceito de língua, aqui selecionado, dialoga com a ideia de abstração apresentado por Coseriu (1979), visto que, como sistema abstrato, ele generaliza as inúmeras variedades resultantes da diversidade de seus usuários. Por isso, concebe-se uma definição de língua como um sistema heterogêneo, com características externas a ela ou próprias de sua natureza que a permitem variar e mudar ao longo do tempo.

Em sequência, passamos ao conceito de dialeto, que dá conta de parte dessa diversidade presente nas línguas. Nesse caso,

Os falantes de uma dada língua, uma vez reunidos em uma determinada região geográfica tendem a utilizar a língua de uma mesma forma. Ao serem comparados os falantes desta mesma língua, originários de uma outra região geográfica, certamente, identificam-se diferenças de uso, sem contudo, tratar-se de outro sistema linguístico. Cada subsistema identificado pode ser chamado de dialeto. Os dialetos também podem ser divididos em subdialetos (RIBEIRO, 2012, p. 42).

A definição de dialeto apresentada pela autora apresenta similitude com o que Coseriu (1979) chamou de norma, conseqüentemente, tem-se, na Dialectologia, uma ciência que investiga o conjunto de hábitos linguísticos partilhados por um grupo de falantes presentes em um determinado espaço geográfico. Desta maneira, visualizamos os dialetos não como línguas minoritárias, mas sim, como esse conjunto de normas compartilhadas por um grupo de falantes em uma área específica.

No que concerne ao falar, é preciso destacar que, Nascentes (1953), na obra *O Linguajar Carioca*, faz considerações sobre o falar brasileiro, sua constituição e autonomia, além de destacar sua preferência pelo termo falar ao invés de dialeto. Na década de 50, o termo dialeto carregava certo estigma de “língua de menor prestígio” ou “língua minoritária”, por isso Nascentes (1953) preferia utilizar o termo falar ao invés de dialeto, por entender que

o primeiro se adequava mais ao português falado no Brasil do que o segundo. Ele justificou a escolha destacando que falar “é um conjunto de meios de expressão empregados por um grupo no interior de um domínio linguístico” (NASCENTES, 1953, p. 17) e que entendia o dialeto como uma “forma especial tomada por uma língua num dado domínio” (NASCENTES, 1953, p. 16), o que, teoricamente, para o autor, não seria o caso do português brasileiro.

Apresentadas as definições, o que apontamos aqui é a escolha do termo dialeto para designar as possíveis variedades encontradas na área geográfica pesquisada, de acordo com definição apresentada por Ribeiro (2012, p. 42). No entanto, por usar como referência uma proposta de divisão dialetal feita por Nascentes (1953), é que mencionamos, ao longo do trabalho, os termos falar e subfalar para denominar o *Subfalar Amazônico*, pertencente aos Falares do Norte, que foram definidos por esse autor.

Em sequência, identificar esse conjunto de falares, dentro de espaços geográficos específicos, diz respeito ao que Chambers; Trudgill (1994, p. 139) chamaram de limites entre duas regiões que apresentam normas linguísticas diferenciadas. Esses limites, segundo os autores, são chamados de isoglossas, ou seja, linhas imaginárias traçadas para demarcar aspectos linguísticos distintos que se identificam em áreas geográficas em que se faz o registro. Dependendo do fenômeno linguístico investigado, as isoglossas podem ser fonéticas, morfológicas e lexicais, ou seja, isofônicas, isomórficas e isoléxicas, respectivamente<sup>2</sup>. Sendo assim, nesta dissertação, buscamos, através do traçado de isoléxicas, determinar fronteiras linguísticas dentro de um espaço geográfico específico, pois o aspecto linguístico desta investigação é o léxico.

A Dialetoлогия apresenta dimensões de análises da língua que podem ser espaciais ou diatópicas e sociais ou diastráticas, que estão relacionadas com os extratos sociais de uma mesma comunidade idiomática, como afirmam Ferreira; Cardoso (1994, p. 12). Assim, é possível depreender que “a Dialetoлогия atesta, numa mesma área, a existência de variantes que não se explicam nem se justificam do ponto de vista geográfico, mas que se associam a fatores sociais” (CARDOSO, 2016a, p. 14).

Com relação aos trabalhos que visam a descrever apenas os fenômenos observados no espaço geográfico, temos as análises de cunho monodimensional, para as quais apresentaremos detalhes mais adiante. No entanto, a Dialetoлогия, apoiada na Geolinguística

---

<sup>2</sup> Segundo o autor, também existem as isoglossas sintáticas.



Pluridimensional, se ocupa de descrever um determinado fenômeno em um espaço geográfico específico, controlando sistematicamente variáveis sociais como o sexo, a idade e a escolaridade destes informantes, conforme destaca Thun (1998). Nesse caso, temos uma dimensão pluridimensional de análise linguística que está diretamente ligada com a seleção do método de trabalho e resultados obtidos nas análises.

Mediante o exposto, percebemos que a Dialetoлогия trilhou um percurso gradual até chegar onde se encontra hoje, com produções desde trabalhos monográficos até os atlas pluridimensionais. Cardoso (2016a, p. 21) assegura que

A Dialetoлогия se volta para a produção de estudos monográficos e de atlas linguísticos que se orientam por uma linha monodimensional ou pluridimensional. Embora, nos seus inícios, a Dialetoлогия tenha sido eminentemente monodimensional, na atualidade as duas possibilidades de enfoque se fazem presentes sem, no entanto, submeterem-se a um critério valorativo que venha a hierarquizar a escolha. A opção por uma ou por outra das linhas está vinculada estritamente ao escopo do trabalho e à natureza dos dados a serem considerados. Caminhando por uma ou por outra dessas possibilidades de focar a língua, o direcionamento pode priorizar um nível de abordagem da língua ou investigar vários deles (CARDOSO, 2016a, p. 21).

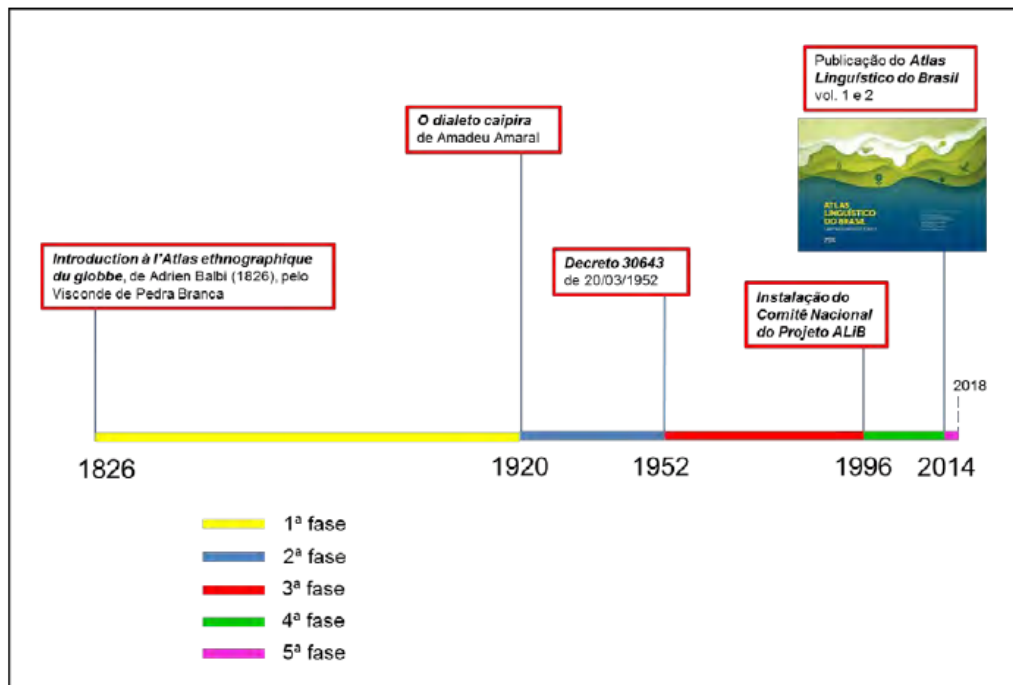
Dessa maneira, o trabalho de Coseriu (1965) foi bastante esclarecedor, no que diz respeito a descrever o método de trabalho que a Dialetoлогия aprimorava com o passar dos anos e das publicações de resultados das pesquisas. Na obra *La geografía lingüística*, o autor destaca que a Geografia Linguística é definida, exclusivamente, como o método da Dialetoлогия, que seu desenvolvimento, naquele período, foi extraordinário, principalmente, pelo registro de inúmeras formas linguísticas em mapas, que foram desenhados a partir de verificação direta de uma rede de pontos em um determinado território (COSERIU, 1965, p. 29). Sobre a Geografia Linguística, doravante, Geolinguística, serão apresentados mais detalhes na subseção 2.1.2 desta dissertação.

### 2.1.1 Histórico dos estudos dialetais no Brasil

De acordo com Cardoso (2010, p. 131), a publicação do texto de Domingos Borges de Barros, a pedido de Adrien Balbi para o *Atlas Ethnographique du Globe...* (BALBI, 1826) marca o começo dos estudos dialetais no Brasil. Esse fato representa o início de uma periodização, inicialmente, feita por Nascentes (1952, p. 181) em duas fases e que depois veio a ser descrita

em três fases por Ferreira; Cardoso (1994, p. 37). Mota; Cardoso (2006, p. 19) redefinem para quatro fases e, recentemente, Teles (2018, p. 80) atualiza para cinco, conforme Figura 1:

**Figura 1 - Fases da Dialetologia no Brasil, conforme Teles (2018)**



Fonte: Teles (2018, p. 81)

Na Figura 1, tem-se a data inicial e final de cada fase e algumas considerações sobre cada período podem ser elencadas. A primeira fase, por exemplo, se inicia com o texto de Domingos Borges de Barros, já mencionado e finaliza com a publicação da obra *O Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral, em 1920. Esse período se destaca pelos trabalhos de caráter lexicográficos como glossários ou dicionários, mas também se registra um trabalho de cunho gramatical escrito por José Jorge Paranhos da Silva em 1879, intitulado *O idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brasil*, em que o autor faz um trabalho comparativo do português falado no Brasil com o de Portugal.

Na segunda fase, que se inicia com a publicação de *O Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral, em 1920, e finaliza-se em 1952, com a publicação do Decreto 30.643 de 20 de março de 1952, se sobressaem os trabalhos de cunho monográfico, voltados para a observação de uma determinada área e que buscavam descrever os fenômenos linguísticos em todos os seus aspectos, sejam eles semântico-lexicais, fonético-fonológicos ou morfossintáticos. Nessa fase, já é observada a preocupação dos pesquisadores com a escolha do método de trabalho visando à observação real dos fenômenos descritos em seus variados contextos.

Assim, considera-se que o conteúdo produzido, nesse período, é de grande importância para se entender os avanços dos estudos dialetais no Brasil, sobretudo, porque mostram claramente o cuidado que cada um dos estudiosos teve na seleção do método de trabalho e, conseqüente, tratamento dos dados coletados. As principais obras dessa fase são:

- *O Dialeto Caipira* - Amadeu Amaral (1955 [1920]) – Obra que marca o início da segunda fase, de acordo com a proposta de periodização de Nascentes (1952). Nessa obra, o autor fez um estudo do “r” caipira, também anotado com “r” retroflexo, em seis cidades do Estado de São Paulo.
- *O Linguajar Carioca em 1922* – Antenor Nascentes (1922) – Nessa obra, que foi ampliada e republicada, em 1953, mudando, inclusive seu título, Nascentes apresenta uma divisão dos falares brasileiros, baseada em dados estritamente linguísticos. Além de trazer contribuições para um maior conhecimento do falar carioca, ele apresentou dados baseados em estudos de fonética, morfologia, sintaxe e léxico.
- *A Língua do Nordeste* – Mario Marroquim (2008 [1934]) – Nesse trabalho, o autor faz a descrição da língua de Alagoas e Pernambuco, recobrando a fonética, a fonologia, a sintaxe, a morfologia e o léxico.

Como exemplificado, a segunda fase dos estudos dialetais no Brasil é considerada de muita importância, pois revela um tripé de estudos em que a relevância para a Dialetologia, na contemporaneidade, não se mede.

De acordo com Ferreira; Cardoso (1994, p. 37), a terceira fase se inicia com a publicação do Decreto nº 30.643 de 20 de março de 1952, que instituía a Comissão de Filologia, da recém-criada Casa de Rui Barbosa, determinando-lhe a tarefa de elaborar o atlas linguístico do Brasil. Teles (2018) destaca que

a terceira fase é caracterizada por um grande avanço nas questões afeitas à pesquisa e à metodologia, além do crescimento e da consolidação da Geolinguística brasileira, já que, apesar da lei, não havia condições de, em 1952, dar-se início à elaboração do tão esperado atlas linguístico do Brasil (TELES, 2018, p.75).

Essa fase se encerra em 1996, quando se institui um Comitê Nacional para elaboração do atlas linguístico do Brasil em decorrência do *Seminário Nacional Caminhos e Perspectivas*

para a *Geolinguística no Brasil*, que ocorreu na UFBA e reuniu dialetólogos de todo o Brasil e também de fora do país. Como destaque desta fase, mencionamos:

- A republicação de Nascentes de *O Linguajar Carioca* (1953) em que atualiza a proposta de divisão dialetal feita em 1922;
- A criação das *Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil*, em dois volumes, publicados em 1958 e 1961, respectivamente, por Nascentes;
- O pioneirismo de Nelson Rossi, que criou na UFBA um grupo de pesquisa que acabou por publicar o primeiro atlas de pequeno domínio do Brasil, o *Atlas Prévio dos Falares Baianos – APFB*, de Rossi (1963) e que abriu o caminho para a produção de outros atlas estaduais e regionais, consolidando a promissora Geolinguística brasileira;
- Serafim da Silva Neto, com a publicação do *Guia para Estudos Dialectológicos no Brasil*, em 1957; e
- Celso Cunha, que publicou a obra *Língua portuguesa e realidade brasileira*, em 1986.

É nessa fase que se consolida a pesquisa dialetal no Brasil, principalmente, pelo desenvolvimento de atlas linguísticos estaduais e regionais.

A quarta fase, proposta por Mota; Cardoso (2006), se inicia a partir do Seminário, como dito anteriormente, em que se institui um Comitê Nacional direcionado à elaboração do atlas linguístico do Brasil. Nessa fase, há um destaque para a ampliação do campo de estudo, vigente para pesquisas com resultados trazidos em atlas linguísticos, que era basicamente fonético-fonológico e lexical para aspectos morfossintáticos, pragmático-discursivos, metalinguísticos, entre outros, além do crescimento na produção de atlas linguísticos estaduais e regionais. Essa fase, na proposta de Teles (2018), que a seguir será detalhada, se encerra em 2014, quando se publicam dois volumes do Atlas Linguístico do Brasil – ALiB, (CARDOSO *et al.*, 2014a; 2014b).

Recentemente, em tese de doutoramento, a professora e, também, membro da Comissão de Informática e Cartografia – CIC, do Projeto ALiB, Ana Regina Torres Ferreira Teles (em memória) propôs a definição de uma nova fase aos estudos dialetais no Brasil, a quinta. Para a autora, essa fase, se inicia a contar da publicação dos dois primeiros volumes do ALiB, segue até os dias atuais e sua principal característica é, sem dúvida, os inúmeros trabalhos que têm sido produzidos a partir do conteúdo do atlas, que é de grande magnitude, por sua

extensão alcançada e por seu caráter interinstitucional. A autora, também, destaca os avanços em cartografia automatizada como um dos elementos que melhor definem essa fase.

### 2.1.2 A Geolinguística

A Geolinguística é o método em que a Dialetologia se ampara para buscar validar e exhibir os dados linguísticos observados. Através desse método, a informação linguística é demonstrada em mapas ou em um conjunto deles, os atlas, com a intenção de atestar sua presença e distribuição no espaço, bem como suas características.

Em vista disso, a Geolinguística se fundamenta em um tripé, que, segundo Cardoso (2010, p. 89), “se molda sob diferentes perspectivas, orientadas por procedimentos teóricos também variados”. Esse tripé está assim estruturado:

- a) Questionário – aplicado *in loco*, ele deve ser pensado de forma que se obtenham os dados que nos interessa investigar. Estes dados são previamente assinalados, discutidos e avaliados, baseados na formação sócio-histórica das comunidades investigadas e que demonstrem tendências linguísticas em processo de variação.
- b) Informantes – são os sujeitos entrevistados, aqueles que nos fornecem esses dados com a competência e a propriedade de quem os usa.
- c) Rede de pontos – selecionada a área geográfica a ser pesquisada, os pontos que compõem a rede precisam estar conectados de modo que, ao final da coleta, seja possível visualizar as tendências linguísticas que foram conjecturadas durante a planejamento do questionário.

Dessa forma, cotejar o dado linguístico, basicamente, se resume em planejar o questionário com perguntas sobre as informações que são de interesse do pesquisador e demonstrem tendências em variação, mas também se estende a selecionar um perfil de informantes igualmente estratificados para que os dados, ao final da coleta, sejam catalogados de modo equânime. Por fim, o principal interesse da Dialetologia, que é averiguar diferenças percebidas no espaço geográfico, por isso a seleção prévia de localidades que possuam, em seu contexto sócio-histórico, arcabouço que justifique as conjecturas feitas, sobre a língua, no início da pesquisa.

Há, ainda, a preocupação com a aplicação do método, quando se trata do investigador/documentador da língua. Desse modo, Cardoso (2010, p. 99-100) assinala a

necessidade de realização de um considerável preparo do inquiridor como sendo um passo fundamental para alcançar o resultado esperado. A autora confirma a obrigação de domínio do questionário ou da técnica que será utilizada na tentativa de homogeneizar o trabalho em conjunto. Além disso, finaliza alertando para o treinamento prévio, por parte do inquiridor, para lidar com a insuficiência dos equipamentos e situações adversas.

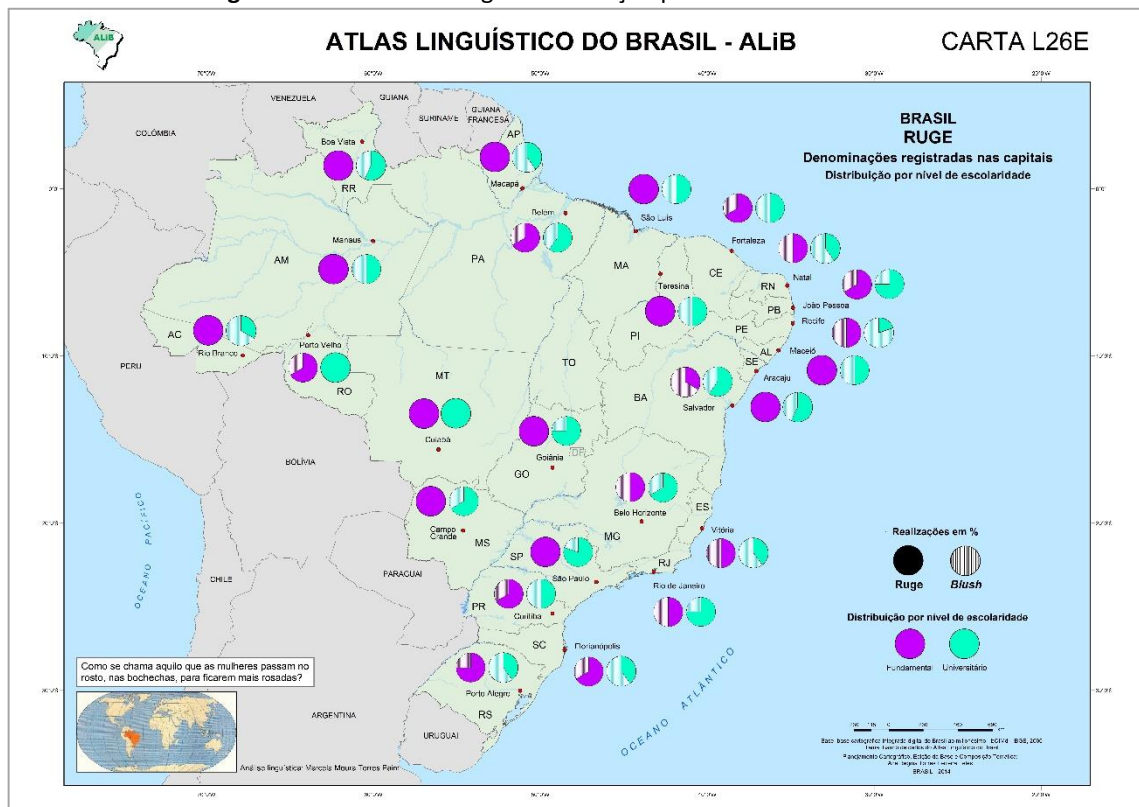
Desde os primeiros trabalhos Geolinguísticos, observa-se o aprimoramento do método e sua adequação às necessidades de investigação. A exemplo disso, destacamos os trabalhos de caráter monodimensional, bidimensional e pluridimensional, que estão diretamente ligados às escolhas metodológicas feitas na preparação da pesquisa e no modo como os dados são representados. Em vista disso, os atlas de caráter monodimensional são aqueles que “não trazem a identificação, na própria carta, de cada um dos informantes considerados” (CARDOSO, 2002, p.13), pois, de certa forma, os dados não espelham características sociais, e como exemplo, podemos mencionar o *Atlas Prévio dos Falares Baianos* - APFB (ROSSI, 1963), o *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais* - EALMG (RIBEIRO *et al.*, 1977) e o *Atlas Lingüístico da Paraíba* - ALPB (ARAGÃO; BEZERRA DE MENEZES, 1984). Nesse caso, o enfoque é dado apenas ao aspecto diatópico.

Os atlas de caráter bidimensionais são considerados por alguns estudiosos como pluridimensionais, a exemplo de Thun (2000, p. 375) que afirmou “Os primeiros representantes de um atlas lingüístico sistematicamente pluridimensional são o Atlas Lingüístico de Sergipe [...] e o Atlas Lingüístico do Paraná”. No entanto, estas obras acrescentaram a variável diasssexual ao aspecto diatópico e por isso também podem ser considerados como bidimensionais, por representarem os dados lingüísticos, a partir da distribuição espacial e de mais um aspecto social (sexo, idade, escolaridade...) dos informantes. Esse é o entendimento que se tem nesta dissertação, afinal trata-se de dois aspectos e não vários.

Por fim, os atlas de caráter pluridimensional são aqueles em que outras variáveis sociais, além do sexo, são representadas em conjunto com a dimensão diatópica do dado. O principal exemplo de atlas pluridimensional que se conhece no país é o Atlas Lingüístico do Brasil – ALiB, que sistematicamente investigou 250 localidades em todo o território nacional e entrevistou 1100 informantes igualmente estratificados por sexo, duas faixas etárias e dois níveis de escolaridade nas capitais, os quais serão detalhados na seção 3 desta dissertação.

Através da metodologia de trabalho empregada pelos dialetólogos do Atlas Linguístico do Brasil, é possível identificar a sistematicidade utilizada, ao projetarem e desenvolverem a pesquisa em campo. O caráter pluridimensional desta obra está revelado, não apenas na meticulosa aplicação metodológica, mas também na publicação do volume 2, em que se observam cartas que identificam as variáveis sociais que foram controladas na pesquisa, conforme exemplo na Figura 2, que traz a distribuição diastrática de um dos dados pesquisados:

Figura 2 - Carta L26E - Ruge - distribuição pelo nível de escolaridade



Fonte: Cardoso *et al.* (2014b, p. 333).

Ainda no contexto de aprimoramento dos trabalhos e com o passar dos anos, podemos avaliar os produtos da Geolinguística em três períodos, que Cardoso (2010, p. 197) chamou de geração. Na 1ª geração, destacamos os atlas com mapas, que poderiam vir com notas explicativas ou não e sem a presença de estudos mais profundos sobre os dados apresentados. Na 2ª geração, a diferença está na presença de estudos que buscam interpretar o dado linguístico que foi cartografado, nas palavras da autora “atlas interpretativos”. Por fim, na 3ª geração, apresentamos os atlas sonoros que em conjunto com o dado cartografado, possibilitam ao leitor a audição das respostas registradas. Com isso, concluímos que o *Atlas*

*Linguístico do Brasil* é um atlas de 2ª geração, conforme Cardoso (2010) e de caráter pluridimensional.

### 2.1.3 Dialetoлогия e interfaces

Conforme apresentado no início da seção 2 desta dissertação, a Dialetoлогия apresenta-se de modo interdisciplinar e, por isso, entendemos que, por sua gênese, o diálogo com outras áreas de conhecimento é inevitável.

Em vista disso, observamos que os estudos dialetais podem considerar as dimensões do espaço ou horizontais e, também, as dimensões sociais ou verticais, segundo destaca Coseriu (1965, p. 43). Para o autor, além dos aspectos areais, a variedade linguística também pode ser percebida entre as camadas sociais e culturais, na fala dos indivíduos e, ainda, de acordo com os estilos de uso.

Diante do exposto, verificamos a dualidade existente entre a Dialetoлогия e a Sociolinguística, que desde sempre são vistas como aproximadas devido ao objetivo de investigação de cada uma: a diversidade linguística. Compreendemos, contudo, que se tratam de ciências distintas e que por confluência de interesses causam, para alguns, a aproximação. A diferença entre elas, precisamente, se concretiza no tratamento aplicado aos dados coletados, ou seja, enquanto a Dialetoлогия prioriza a horizontalidade dos dados (diatopia), a Sociolinguística focaliza a verticalidade do mesmo dado (diastratia), contudo, Ribeiro (2012, p. 50) assinala que “a Dialetoлогия já controlava os fatores sociais, embora não necessariamente os utilizasse para explicar a variação linguística”.

De acordo com Callou (2010, p. 31), o termo Dialetoлогия surge em 1882 e o termo Sociolinguística em 1939, “o que permite concluir que os estudos dialetológicos precederam os estudos sociolinguísticos, no sentido estrito”. Com isso, observamos que em Dialetoлогия sempre houve o controle de variáveis sociais como o sexo, a idade, a escolaridade e a profissão dos informantes, entretanto estas informações não eram utilizadas na descrição da variação linguística observada.

Labov (2008 [1972], p. 21) afirma que “as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo”, assim, depreendemos que a principal ocupação da Sociolinguística está na descrição da variação linguística através da inter-relação com os



fatores sociais e como essa relação atua sobre os processos de variação e de mudança linguística.

Por consequência, os estudos sociolinguísticos se dedicam a descrever os aspectos linguísticos que estão em coocorrência ou concorrência dentro das comunidades usuárias da língua e que podem ser caracterizados como variantes linguísticas. Nesse caso, Labov (2008 [1972], p. 221) destaca que “é comum que uma língua tenha diversas maneiras alternativas de dizer a mesma coisa”, contudo, para que haja mudança linguística, antes é necessário que ocorra variação, mas nem toda variação se concretizará em mudança linguística, afirma o autor.

Nesse contexto, o modelo teórico-metodológico utilizado por William Labov, também conhecido por Sociolinguística Quantitativa ou Variacionista, utiliza números e realiza análise estatística dos dados. Esse modelo surge, mais precisamente, na década de 60, quando Labov publica alguns estudos, dentre eles: (i) sobre o inglês falado na ilha de “Martha’s Vineyard”, no estado de Massachusetts, Estados Unidos; (ii) sobre o inglês falado na cidade de Nova Iorque em que considera a estratificação social dos informantes observados em lojas de departamento novaiorquinas; e (iii) a análise da fala de informantes jovens do Harlem, também na cidade de Nova Iorque. Nesses e em todos os seus estudos, Labov busca fazer as análises dos padrões sociais como agentes promotores de variação e de mudanças linguísticas.

Para o autor, língua e sociedade são itens indissociáveis e avaliar a língua falada requer essa associação. Em outras palavras, “fatores externos à língua devem ser vistos associados aos fatores internos (morfológicos, fonológicos, sintáticos e suas inter-relações), um fenômeno linguístico não pode ser analisado exclusivamente sob um destes prismas” (RIBEIRO, 2012, p. 52).

Neste trabalho, o *corpus* selecionado nos oferece uma amostra que contempla as variáveis sociais: sexo (variação diasssexual), duas faixas etárias (variação diageracional) e grau de escolaridade dos informantes (variação diastrática)<sup>3</sup>. No entanto, optamos por dar o enfoque ao espaço geográfico (variação diatópica) dos resultados obtidos. É necessário ressaltar que, apesar do destaque à diatopia, não desconsideramos os aspectos sociais controlados e apresentamos a nossa leitura para os mesmos e para todas as facetas que eles

---

<sup>3</sup> Apenas em seis pontos que são as capitais, nos demais, temos, além da diatopia, o controle da variação diasssexual e da variação diageracional.

nos revelaram, pois, como Labov (2008 [1972]), entendemos que eles contribuem para o processo de variação e mudança das línguas.

## 2.2 ÁREAS DIALETAIS BRASILEIRAS

A partir do exposto sobre a Dialetoologia e a Sociolinguística, retornamos para o enfoque principal deste trabalho que é a variação diatópica. Para tanto, é preciso que façamos uma retrospectiva dos trabalhos que buscaram, de alguma maneira, descrever o português falado no Brasil, a partir de suas diferenças areais. Nesse sentido, necessário se faz destacar que

A maioria dos trabalhos voltados para a definição de áreas dialetais tem como referência aquela elaborada por Antenor Nascentes, proposta originalmente em 1922 e que ao longo de cerca de 30 anos foi reavaliada, passando por situações intermediárias até a sua versão mais recente, datada de 1953 (TELES, 2018, p. 81).

A autora também relata que algumas das propostas de divisão apresentadas<sup>4</sup> por ela, não são sequer conhecidas, mas que valeria mencioná-las em ordem cronológica, tendo em vista a importância destes trabalhos para os estudos dialetais e por terem sido alvo de análise e crítica por Nascentes (1953). Como em Teles (2018, p. 82), o objetivo de apresentá-las, neste trabalho, não é “analisá-las e discuti-las”, mas sim, demonstrar a preocupação de outros pesquisadores que, como Antenor Nascentes, se propuseram a delimitar o nosso país a partir da heterogeneidade linguística e cultural constatadas.

Segundo a autora, estes estudos estão assim sequenciados:

**Quadro 1** - Estudos que propuseram áreas dialetais no território brasileiro

ANO	AUTOR
1881	Júlio Ribeiro
1900	João Ribeiro
1915	Rodolpho Garcia
1936	Renato Mendonça
1941	Eugênio de Castro
194?	Joaquim Ribeiro
1960	Manuel Diégues Júnior
1975 [1963]	Silvio Elia
1922; 1933; e 1953	Antenor Nascentes

Fonte: Teles (2018, p. 83-90).

---

<sup>4</sup> Para maiores detalhamentos sobre todas as propostas de divisão dialetal brasileiras elencadas, sugerimos a leitura de Teles (2018, p. 81-114).

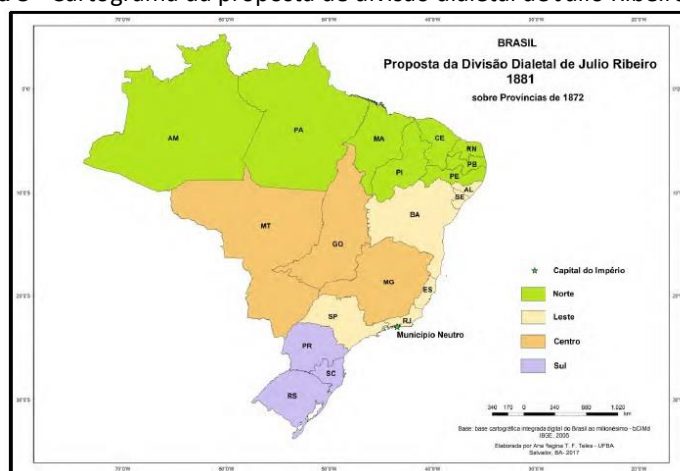
Além de fazer a apresentação dos estudos destes pesquisadores, a autora também desenvolveu cartogramas para alguns deles, demonstrando de maneira mais clara o que cada um propôs como divisão areal do Brasil. É válido ressaltar que Barbadinho Neto (2003), na obra *Estudos filológicos: volume dedicado à memória de Antenor Nascentes*, traz uma série de cartogramas para algumas destas propostas de divisão, baseada no trabalho de Antenor Nascentes, que foi publicado em 1955 na Revista Brasileira de Geografia. Seleccionamos para este trabalho, a cartografia produzida por Teles (2018), por entender que, visualmente, ela oferece uma leitura mais clara pelo uso de cores e de base cartográfica do IBGE.

Na sequência, apresentamos, brevemente, cada uma destas propostas de divisão para, ao final, complementarmos com a sugestão de divisão dialetal que guia este trabalho.

### 1ª Proposta - Júlio Ribeiro (1881)

O autor utilizou como critério apenas aspectos geográficos e dividiu o território brasileiro em quatro grandes áreas, conforme Figura 3:

**Figura 3** - Cartograma da proposta de divisão dialetal de Julio Ribeiro (1881)



Fonte: Teles (2018, p. 84)

De acordo com Nascentes (1953, p. 20-21), a proposta apresentada por Júlio Ribeiro tem algumas incongruências, como, por exemplo, “junta o Norte com o Nordeste... separa Alagoas dos demais estados do Nordeste; coloca o Espírito Santo e o Rio de Janeiro junto da Bahia [...]”, entre outros detalhes.

### 2ª Proposta - João Ribeiro (1900)

Utiliza o critério histórico, desconsiderando os aspectos geográficos e linguísticos. Assim, descreve o Brasil em cinco grupos, baseando-se no processo de formação de cada um

deles, segundo o cartograma apresentado na Figura 4, desenvolvida por Teles (2018), baseada na descrição feita pelo autor na obra:

**Figura 4** - Cartograma da proposta de divisão dialetal de João Ribeiro (1900)



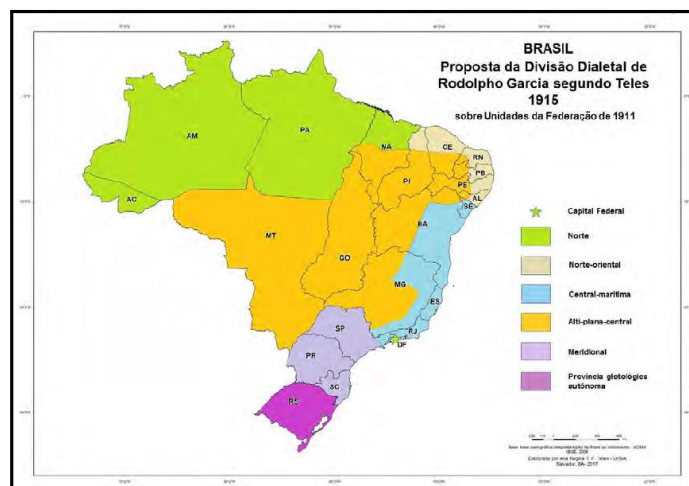
Fonte: Teles, 2018, p. 87.

Nascentes (1953, p. 21-22) é favorável ao posicionamento do historiador, no entanto, discute e apresenta outra proposta de divisão dialetal. Percebemos, também, que Ribeiro (1900) não faz referência ao estado do Paraná e agrupa como Sul, estados em regiões geográficas distintas.

### 3ª Proposta - Rodolpho Garcia (1915)

Este autor utilizou como critério os aspectos geográficos, históricos e territoriais, entre outros. Nesse caso, ele divide o país em cinco zonas que estão melhores detalhadas na Figura 5:

**Figura 5** - Cartograma com a proposta de divisão dialetal de Rodolpho Garcia (1915)



Fonte: Teles (2018, p. 90)

Segundo Nascentes (1953, p.22), é uma divisão mais aceitável, porém, não deixa de apresentar problemas, como por exemplo, o Maranhão pertencente ao Norte, enquanto ele está mais para um estado intermediário entre o Norte e o Nordeste. É a partir desta proposta de Garcia (1915) que Nascentes faz a sua primeira proposta de dialetação do Brasil em 1922. No ano de 1955, inclusive, publica um cartograma no estudo *Divisão dialectológica do território brasileiro*, salientando que o estudo dele, em 1922, se baseou neste trabalho.

#### 4ª Proposta – Renato Mendonça (1936)

De acordo com Teles (2018, p. 91), Mendonça se baseia em monografias dialetológicas já publicadas e nos glossários de localismos para traçar as áreas dialetais representadas no seguinte esboço:

**Figura 6** - Esboço da proposta de divisão dialetal de Renato Mendonça (1936)



Fonte: Mendonça (1936, p. 213)

Para a sugestão desse autor, Teles (2018) não construiu um cartograma, pois alegou falta de maiores detalhamentos no momento da descrição dos limites, o que a impediu de referenciar geograficamente, em base cartográfica do IBGE. No entanto, Mendonça (1936, p. 209) assinala que algumas dessas áreas já se encontram bem estudadas, enquanto outras são “quase inteiramente desconhecidas, sob o ponto de vista dialetológico como a baiana, a mineira e a sertaneja”.

As áreas demarcadas pelo autor são: (i) *amazônica*: Acre, Amazonas, Pará; (ii) *cearense*: Ceará e parte oriental do Piauí; (iii) *nordestina*: Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas; (iv) *baiana*: Baía até o São Francisco, Sergipe; (v) *fluminense*: Estado do Rio, Distrito Federal e Espírito Santo; (vi) *caipira*: São Paulo e zona fronteira de Minas Gerais; (vii) *mineira*: zona do capiau em Minas Gerais e Baía, além do S. Francisco; (viii) *gaúcha*: Rio Grande do Sul e sul de Santa Catarina; (ix) *sertaneja*: Goiás e Mato Grosso. (MENDONÇA, 1936, p. 209).

### 5ª Proposta - Eugênio de Castro (1941)

Este autor, em sua obra *Ensaio de Geographia Linguistica* (CASTRO, 1941), apresenta três tipos de geografias para o território brasileiro, as quais considerou fundamentais para o entendimento da formação sócio-histórica de cada província destacada. São elas:

(i) *A geografia do gado*, que se fixa e irradia pelo vale do São Francisco, principalmente na colonização do Nordeste e dos sertões mineiros e goianos;

(ii) *A geografia das bandeiras paulistas*, que se irradia por São Paulo, ligando-se ao vale do São Francisco pelo rio das Velhas e a qual se anexam a do gado do planalto paulista para a conquista dos sertões do Sul e do Oeste, e a da canoa pelos rios sertanejos para a conquista do Alto-Amazonas; e

(iii) *A geografia da canoa ou montaria* na conquista do Maranhão até a Amazônia (CASTRO, 1941, p. 80).

Essa proposta é mais um caso em que não houve um detalhamento mais assertivo, no que se refere à indicações mais precisas sobre limites areais, por parte do autor, o que dificultou o desenvolvimento de um cartograma atualizado, por parte de Teles (2018).

### 6ª Proposta - Joaquim Ribeiro (194?)

Não apenas critérios eminentemente geográficos ou históricos foram objeto de embasamento para propostas de dividir o país em regiões. Um desses critérios foi usado por Joaquim Ribeiro, que, considerando a grande ligação entre o folclore brasileiro e os fatos linguísticos, procurou aplicar à etnografia brasileira a orientação sócio-cultural (TELES, 2018, p. 95).

Para representar a proposta de divisão dialetal do autor, Teles (2018), baseada na descrição feita por Elia (1975 [1963]), desenvolveu o seguinte cartograma:

**Figura 7** - Cartograma da proposta de regionalização de Joaquim Ribeiro, segundo Elia (1975 [1963])



Fonte: Teles (2018, p. 96)

Nessa proposta, há um maior detalhamento das áreas selecionadas e o autor utilizou, além do aspecto geográfico, os aspectos socioeconômicos para dividi-las. Para a Área Costeira, temos duas partes, a do Norte e a do Sul; para a Área Agrícola temos o ciclo agrícola do Norte, do Sul e dos Imigrantes; na Área Pastoril, temos o ciclo do couro; para a Área da Mineração temos os ciclos da mineração e da garimpagem; e, finalmente, a Área Amazônica.

### **7ª Proposta** - Manuel Diégues Júnior (1960)

A proposta de regiões culturais feitas por Diégues Júnior (1960) é considerada de muita importância, pois o autor adota o critério “do processo de ocupação humana do território, quando é estabelecido um sentido de relações entre o homem e o seu ambiente, levando em conta que a língua é elemento primordial da cultura” (TELES, 2018, p. 96). Infelizmente, por falta de maior precisão da indicação dos limites de cada região, o desenvolvimento de um cartograma não se fez viável.

Assim, baseado na descrição feita por Elia (1975 [1963]), Diégues Júnior (1960) definiu as seguintes regiões: (i) O Nordeste Agrário do Litoral; (ii) O Nordeste Mediterrâneo; (iii) A Amazônia; (iv) A Mineração do planalto; (v) O Centro-Oeste; (vi) O Extremo-Sul; (vii) A área de Colonização Estrangeira; (viii) A área do Café; e (ix) A Faixa Industrial. Nessa proposta, o autor identifica as etnias e os aspectos econômicos que caracterizam cada região.

### **8ª Proposta** - Silvio Elia (1975 [1963])

Elia (1975 [1963]) considera todas as propostas de regionalização feitas como interessantes, por entender a língua como um aspecto, eminentemente, cultural. Mesmo que elas não sejam suficientes para a delimitação de áreas dialetais brasileiras, ele assinala que o

trabalho desenvolvido por estes autores tem muito a contribuir para os estudos de dialeção no Brasil. Baseado nas propostas de Nascentes (1922) e Mendonça (1936), ele apresenta a seguinte divisão:

**Figura 8** - Cartograma da proposta de áreas linguísticas de Sílvio Elia (1975 [1963])



Fonte: Teles (2018, p. 99)

De acordo com Teles (2018, p. 97), na descrição das áreas do cartograma da Figura 8, “suprimiu-se o detalhamento feito acerca dos aspectos linguísticos de cada área, destacando-se apenas, de forma mais generalista, os traços que as caracterizam”. Ela ainda assegura que essa proposta é a que mais se assemelha à proposta de Nascentes e que houve uma preocupação, por parte do autor, em fazer uma caracterização linguística para cada área, mesmo que de modo generalizado.

A partir destas propostas de regionalização do território brasileiro, apresentaremos a proposta de divisão dialetal de Nascentes (1953), que é a sugestão que utilizamos como referência neste trabalho e, também, porque essa delimitação serviu de embasamento para outros trabalhos de investigação de áreas dialetais, partindo da análise do *corpus* do Projeto ALiB. Sobre estes trabalhos, daremos maiores detalhamentos na seção 2.3.2 desta dissertação.



### 2.2.1 A divisão dialetal de Nascentes (1922; 1933; 1953)

A primeira proposta de divisão dialetal de Nascentes, datada de 1922, considera o trabalho anterior ao seu, feito por Rodolpho Garcia (1915) e pode ser melhor visualizada por meio da Figura 9:

**Figura 9** - Proposta de divisão dialetal de Nascentes (1922), em publicação de 1955



Fonte: Nascentes (1955, p. 216)

Para essa mesma proposta de dialetação, Teles (2018), baseada na descrição dada pelo autor em seus trabalhos, desenvolve um cartograma (cf. Figura 10), pois entende que “A grande vantagem de trabalhar com imagens é que para fins de comparação entre duas situações a percepção visual é praticamente instantânea, ao colocá-las lado a lado.” (TELES, 2018, p. 104).

**Figura 10** - Proposta de divisão dialetal de Nascentes (1922), por Teles (2018).



Fonte: Teles (2018, p. 103)

Assim como fez Teles (2018, p. 105), ao comparar as duas imagens, aqui representadas pelas Figuras 9 e 10, percebemos que três diferenças são nítidas: o início da linha demarcatória do litoral no estado do Maranhão, a faixa litorânea na Bahia mais estreita em um cartograma do que no outro e o traçado do limite do falar fluminense que toma parte do estado de Minas Gerais em um cartograma e não no outro. Com relação ao conteúdo representado na Figura 10, a autora destaca que

As descrições de limites e áreas, tais como feitas por Nascentes e por todos os outros autores que apresentaram estudos semelhantes, não contêm informações suficientes para garantir os respectivos traçados e transpô-las integral e precisamente para um mapa. O máximo que se consegue é a elaboração de cartogramas com representações aproximadas e que, por serem resultados de leituras textuais, dão margem a várias interpretações e, conseqüentemente, resultados diversos (TELES, 2018, p. 102).

Assim sendo, baseado na leitura do cartograma da Figura 10, visualizamos a sugestão do autor para uma nova divisão dialetal para o território brasileiro, a saber:

- 1) **Nortista** – Compreendendo o Amazonas, o Pará e o litoral dos estados desde o Maranhão até a Bahia.

2) **Fluminense** – Englobando o Espírito Santo, o Rio de Janeiro, o Sul de Minas Gerais, Zona da Mata e o Distrito Federal.

3) **Sertaneja** – Abrangendo o Mato Grosso, o Goiás, o Norte de Minas Gerais e o sertão dos estados litorâneos desde o Maranhão até a Bahia.

4) **Sulista** – Incluindo São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Triângulo Mineiro.

Diante da proposta, podemos depreender que

Uma leitura da primeira divisão de Nascentes permite concluir que ele já iniciava o processo de identificação de áreas dialetais baseando-se em aspectos geográficos associados ao que observava serem fatos de natureza linguística (RIBEIRO, 2012, p. 84).

Essas considerações feitas por Nascentes (1922) foram embasadas em viagens pelo Sudeste, Sul e alguns estados nordestinos, o que lhe permitiu observar traços que diferenciavam ou aproximavam essas regiões.

Como todos os outros trabalhos descritos, o estudo de Nascentes (1922) também recebeu críticas, o que o motivou a buscar melhoramentos e uma reelaboração no ano de 1933. Algumas dessas críticas, as quais o autor faz referência no quarto volume da série *O Idioma Nacional* (NASCENTES, 1955, p. 217), é a de Lindolfo Gomes e a de Renato Mendonça. Teles (2018, p. 101) afirma que “Concretamente, há duas alterações em relação à divisão de [192-]”, são elas: a Zona Norte para o Amazonas e o Pará e uma Zona Nordeste com o litoral do Maranhão até o norte do Espírito Santo, além de enquadrar o sul de Minas no Subfalar Sulista (NASCENTES, 1933, p. 23-24).

Contudo, Teles (2018, p. 107) destaca que a diferença entre a proposta de 1922 e a de 1933 pode ser confundida pela adição da Zona da Mata ao Falar Fluminense feita na versão de 1922 e que não é mencionada na versão de 1933. Por isso, a autora complementa:

Embora na sua proposta final ele a mantenha, o fato de omiti-la fez com que o autor do cartograma publicado não a incluísse no falar fluminense ao tentar reproduzir o que seria a divisão de 1922, assim como os leitores que não têm acesso à edição original consideram essa uma das diferenças entre as duas divisões, quando, na realidade, ela não existe (TELES, 2018, p. 107).

Para demonstrar que, realmente, a posição da Zona da Mata não é, de fato, um elemento que diferencie as duas propostas, Teles elaborou um cartograma (cf. Figura 10) que pode ser comparado com aquele demonstrado na Figura 11.

**Figura 11** - Cartograma da proposta de divisão dialetal de Nascentes (1933)



Fonte: Teles (2018, p. 109)

Conforme observamos na Figura 11, a Zona do Norte finaliza no estado do Pará, a faixa litorânea do Nordeste, destacada na proposta de 1922, passa a se chamar Zona do Nordeste e o Sul de Minas que pertencia ao Fluminense passa a pertencer ao Sulista, segundo descrição da autora e não há referenciamento à Zona da Mata. Teles (2018, p. 101) ainda destaca que “antes de formular a última proposta o autor alterou a original, após analisar as críticas e sugestões recebidas”.

Assim, demonstradas as propostas de 1922 e 1933, passamos a delimitação de 1953, que para Teles (2018, p. 110) se configura como muito diferente das demais. Para essa proposta, o autor considera

Dividi o falar brasileiro em seis subfalares que reuni em dois grupos a que chamei de norte e sul.

O que caracteriza estes dois grupos é cadencia e a existencia de protonicas abertas em vocábulos que não sejam diminutivos nem adverbios em *mente* [sic] (NASCENTES, 1953, p. 25).

Diante disso, a subdivisão de Nascentes (1953) está assim delineada: Amazônico e Nordeste compoem os falares do Norte e Baiano, Fluminense, Mineiro e Sulista formando os falares do Sul. Na área central do país, por considerar que não havia elementos suficientes que a demarcasse como sendo pertencente aos falares do Norte ou do Sul, o chamou de Território Incaracterístico, conforme observamos na Figura 12:

**Figura 12** - Cartograma da proposta de divisão dialetal de Nascentes (1953)



Fonte: Nascentes (1953, p. 18-19).

Nessa terceira proposta, Antenor Nascentes apresenta com mais detalhes a descrição das linhas limítrofes que separam as áreas. Nas palavras de Teles (2018, p. 111), “essa descrição é muito mais completa e que houve uma preocupação do autor em fazê-la o mais ‘identificável’ possível”. Contudo, a autora ressalta que, como todas as propostas descritas, esta também apresenta algumas incoerências.

A principal divergência percebida por Teles (2018, p. 111) é, exatamente, a presença de três áreas e não duas como descrito pelo autor. Além disso, temos a inclusão do Subfalar Baiano no grande grupo dos Falares do Sul, enquanto que, na descrição, a linha limítrofe entre Norte e Sul está abaixo do *Subfalar Baiano* e não acima. Outro detalhe pode ser percebido na descrição dos limites internacionais do Território Incaracterístico que não coincidem com a linha traçada no mapa.

Segundo a descrição do autor, os limites estão assim descritos:

Os subfalares do Norte são dois: o **amazonico** que abrange o Acre, o Amazonas, o Pará e a parte de Goiás que vai da foz do Aquiqui à serra do Estrondo, e o **nordestino**, que compreende os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e a parte de Goiás que vai da serra do Estrondo à nascente do Parnaíba.

Os subfalares do Sul são quatro: o **baiano**, intermediário entre os dois grupos, abrangendo Sergipe, Bahia, Minas (Norte, Nordeste e Noroeste), Goiás (parte que vem da nascente do Parnaíba, seguindo pelas serras dos Javais, dos Xavantes, do Fanha e do Pilar até a cidade de Pilar, rio das Almas, Pirenópolis, Santa Luzia e Arrendidos); o **fluminense**, abrangendo o Espírito Santo, o Estado do Rio, o Distrito Federal, Minas (Mata e parte do Leste); o **mineiro** (Centro, Oeste e parte do Leste de Minas Gerais); o **sulista**, compreendendo São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas (Sul e Triângulo), Goiás (Sul) e Mato Grosso.

O perímetro compreendido entre a parte da fronteira boliviana (rios Verde, Guaporé, Mamoré até o Abunã), a fronteira de Mato Grosso com Amazonas e Pará (rios Madeira, Juparaná, Uruguatás, Tres Barras, Cariaí, Xingu, Fresco e Aquiqui e a serra do Estrondo), é praticamente despovoado e portanto **incaeracterístico** [sic] (NASCENTES, 1953, p. 25-26, grifo nosso).

### 2.2.2 O Subfalar Amazônico

A partir dos dados explicitados, voltaremos o nosso olhar para uma área específica, destas que foram detalhadas por Antenor Nascentes em sua proposta de dialetação do Brasil e que, propositalmente, foi a área eleita para esta investigação. Elegemos, então, estudar o *Subfalar Amazônico*, que pertence ao grande grupo dos Falares do Norte em conjunto com o *Subfalar Nordestino*.

Os estados brasileiros que compreendem este espaço geográfico são: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima e Noroeste do Tocantins, ou seja, ocupa praticamente o mesmo espaço geográfico que a Região Norte brasileira, exceto pelo estado de Rondônia que pertence, na proposta de Nascentes (1953), ao Território Incaeracterístico e do estado do Tocantins que está dividido em quatro partes, cada uma delas pertencente a um dos subfalares, conforme demonstrado na Figura 13:

**Figura 13** - Cartograma representativo do Subfalar Amazônico



Fonte: Teles (2018, p. 416)

Essa região, como todo o território brasileiro, é conhecida pela pluralidade de povos e culturas o que, conseqüentemente, se reflete nas línguas faladas por seus habitantes, inclusive o português. Mesmo diante de uma região geográfica imensa (cerca de 3.853.575,6 km<sup>2</sup>) e com uma densidade demográfica, relativamente, pequena (4,12 hab./km<sup>2</sup>, aproximadamente), em comparação às outras regiões brasileiras, o Norte do Brasil se destaca pelo histórico de formação populacional diverso e pela grande concentração de etnias indígenas.

De acordo com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Norte do Brasil agrupa em torno de 305.873 mil índios, cerca de 37,4% do número total, em todo o território nacional. Segundo os dados do último censo (2010), em todo o país foram contabilizados 817.963 mil indígenas distribuídos por 305 diferentes etnias e que falam, ao todo, 274 línguas indígenas, ou seja, essa região abriga o maior número de etnias indígenas do país, seguida pelo Nordeste e Centro-Oeste brasileiro.

Somados aos povos indígenas que habitam a região, temos os imigrantes de outros países e de outras partes do país que trouxeram consigo suas marcas culturais, seus costumes e suas línguas. Por isso, este trabalho se configura de suma importância, pois será mais uma fonte para futuras pesquisas, tanto na área do léxico, que é o nível linguístico que investigamos, quanto nas áreas de Dialetologia e sócio-história da região. Diante desse cenário pluricultural, necessário se faz destacar os estudos que foram feitos nessa área privilegiando

o contorno feito por Nascentes (1953), ou ainda, estudos que priorizaram a Região Norte como particular em suas especificidades.

Nesse sentido, fizemos a escolha metodológica de destacar apenas aqueles trabalhos, que, como explicitado, enfocaram na divisão dialetal proposta por Nascentes (1953) ou que fizeram uso de parte do banco de dados do Projeto ALiB, para endossar as qualidades e as características presentes neste espaço geográfico, visto que não tínhamos espaço suficiente para tratar de todos os outros e buscando, também, não perder o foco desta dissertação.

Ademais, com os avanços tecnológicos promovidos pela era digital, é possível ter conhecimento e acessar grande parte dos materiais já produzidos nos sítios dos inúmeros grupos de pesquisa, dentre os quais podemos destacar o Projeto Geossociolinguística e Socioterminologia, doravante GeoLinTerm<sup>5</sup>, sediado na Universidade Federal do Pará e que representa uma macroestrutura de projetos de pesquisa voltados para as áreas de Dialetoлогия e Socioterminologia na Região Norte do país e é liderado pelos professores Abdelhak Razky, Marilúcia Barros de Oliveira e Alcides Fernandes de Lima.

Outra menção que fazemos é sobre o Grupo de Estudos Linguísticos do Amazonas – GELAM<sup>6</sup>, pertencente à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Amazonas – UFAM e que também reúne um grupo de pesquisadores que investigam os diversos níveis linguísticos, com enfoque na Região Norte brasileira, em especial o estado do Amazonas e é liderado pela professora Maria Luiza de Carvalho Cruz-Cardoso<sup>7</sup> em conjunto com os professores Flávia Santos Martins e Edson Galvão Maia.

O primeiro trabalho para o qual chamamos a atenção é a dissertação de mestrado desenvolvida por Danyelle Almeida Saraiva Portilho, que em 2013, investigou o léxico dos brinquedos e das brincadeiras infantis na área do *Subfalar Amazônico*. Para o intento, a pesquisadora utilizou os dados do Projeto ALiB, coletados *in loco*, na Região Norte brasileira e os resultados obtidos foram bastante interessantes, pois constataram alguns fatos relacionados ao que Nascentes (1953) propôs como unidade linguística para a região. Os resultados encontrados por Portilho (2013) serão comparados com os resultados desta dissertação, mais especificamente, na seção 5, de análise de dados.

---

<sup>5</sup> Maiores informações sobre o projeto podem ser acessadas em: <http://geolinterm.com.br/>.

<sup>6</sup> Grande parte dos trabalhos do grupo podem ser acessados em: <https://gelamlinguistica.wixsite.com/website>.

<sup>7</sup> A pesquisadora também é autora do Atlas Linguístico do Amazonas (ALAM).



Um segundo trabalho para o qual fazemos um destaque é a dissertação de mestrado desenvolvida por Cemary Correia de Sousa, que, em 2019, utilizou os dados do Projeto ALiB nas capitais da região Norte do país, para desenvolver o Vocabulário Dialetal do Norte. Neste trabalho, a pesquisadora, amparada pela Lexicografia, fez a descrição e a catalogação das lexias registradas nas 14 áreas temáticas pertencentes ao Questionário Semântico-Lexical – QSL do referido Projeto.

Existem outros trabalhos que investigam o léxico, a partir do banco de dados do Projeto ALiB e que priorizam a proposta de dialeção feita por Antenor Nascentes em 1953 para a condução das investigações. Sobre estes trabalhos, daremos maiores detalhamentos na seção 2.3.2 desta dissertação, pois aqui, preferimos abordar apenas aqueles que buscaram averiguar, se o traçado de Nascentes (1953) para o *Subfalar Amazônico*, se confirma na atualidade ou que utilizaram o *corpus* do Projeto ALiB para estudar, de certo modo, a Região Norte brasileira<sup>8</sup>. Nessa perspectiva, temos esses dois trabalhos desenvolvidos que, somados a esta dissertação, poderão, futuramente, servir como base de análise sobre dialeção do Brasil na região e, também, sobre o léxico utilizado pelo povo nortista.

Com relação ao léxico e suas interfaces, abordaremos na próxima seção os aspectos que consideramos importantes e preponderantes para destacar e correlacionar ao conjunto de dados que descrevemos, principalmente porque estes aspectos nos auxiliarão na compreensão das denominações registradas. Para isso, dividimos a próxima seção secundária em quatro seções terciárias para melhor explicar sobre cada um destes aspectos do léxico que darão suporte a este trabalho.

### 2.3 LÉXICO

Nesta seção, exibiremos, em linhas gerais, o aspecto linguístico de que nos ocupamos a investigar nesta dissertação: o léxico. Assim, depreendemos que o léxico das línguas é o elemento linguístico que reúne todo o conhecimento produzido pelas sociedades ao longo da história, ou seja, ele é capaz de evidenciar os componentes culturais, os credos, as tradições

---

<sup>8</sup> Para maiores informações sobre todos os trabalhos desenvolvidos pelas equipes do Projeto ALiB em todo o território nacional, acesse: <https://alib.ufba.br/>.

e os costumes, desde a formação destas sociedades até a atualidade. Nesse contexto, concebemos que

O léxico de uma língua natural constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo. Ao dar nomes aos seres e objetos o homem os classifica simultaneamente. Assim a nomeação da realidade pode ser considerada como etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo (BIDERMAN, 2001a, p. 13).

Segundo Biderman (2001a), os processos de nomeação das coisas ao nosso redor ocorrem através de uma sucessão de atitudes que passam primeiro pela percepção da realidade em que vivemos para, em seguida, fazer a classificação das experiências em categorias arbitrárias. Isso acontece porque os significados que atribuímos às experiências que vivemos são a maneira que o nosso cérebro encontra para ordenar tais informações. A pesquisadora explica que esse evento de classificação arbitrária perpassa por um processo cognoscitivo, o que culmina nas “categorizações linguísticas expressas em sistemas classificatórios: os léxicos das línguas naturais” (BIDERMAN, 2001a, p. 13).

Diante da complexidade apresentada, necessário se faz destacar que existem várias perspectivas de estudo do léxico de uma língua, dentre as quais podemos destacar:

- (i) Perspectiva Diacrônica – em que se faz a descrição e a análise do léxico baseado em seu contexto histórico.
- (ii) Perspectiva Sincrônica – em que se faz o registro dos usos diversos nas comunidades linguísticas usuárias da língua ou, ainda, a comparação entre o estado atual da língua com uma época anterior, usando, para isso, cartas, artigos de jornais, revistas, entre outros documentos de registro.

De acordo com Orsi (2012, p. 164), a partir do século XV, com a invenção da imprensa, houve um avanço na produção de obras lexicográficas (construção de dicionários), como forma de registro das línguas, mas foi somente no século XIX que surgiu um pensamento estritamente lexicológico e que buscava investigar o léxico, de modo mais profundo e em todos os seus aspectos.

Baseado nisso, na próxima seção, trataremos algumas considerações acerca da Lexicologia e da Lexicografia e acrescentaremos, também, alguns entendimentos sobre uma terceira disciplina que surge dentro dos estudos lexicais com enfoque na elaboração de glossários, dicionários técnico-científicos e bancos de dados terminológicos, a Terminologia. A Fraseologia, que para alguns pesquisadores é considerada, também, como uma

subdisciplina do Léxico, será explanada em seção terciária específica, considerando que nesta dissertação os fraseologismos compõem a maior parte da amostra e, por esse motivo, resolvemos dar um destaque a essa área dos estudos linguísticos.

### 2.3.1 Lexicologia, Lexicografia e Terminologia

As três principais disciplinas que se dedicam a estudar o léxico são a Lexicologia, a Lexicografia e a Terminologia. Segundo Orsi (2012, p. 164), o caminho percorrido pelo Léxico até se consolidar como ciência foi “laborioso e longo, apesar de sua importância”.

Conforme a pesquisadora, os primeiros registros de estudos baseados no léxico ocorrem por volta do séc. IV a.C., na Índia, por Panini, com a descrição do sânscrito e a definição de seus elementos significativos. Na Grécia antiga, há registro de reflexões sobre o léxico, a partir do pensamento filosófico, com enfoque na Semântica e na significação e, em Roma, com o latim, temos os estudos gramaticais, com destaque para a oposição entre sistema e norma, o que resultou em um reconhecimento de que alguns aspectos nas línguas são conservados e outros são modificados.

Orsi (2012, p. 165) destaca que, com a invenção da imprensa, por volta de 1430, na Alemanha, há um desenvolvimento na produção de dicionários, que já existia, mas que ganha impulso com a chegada da nova tecnologia. Entretanto, é a partir do séc. XIX que o interesse por investigar o léxico de modo mais profundo emerge e as pesquisas nessa área começam a se fortalecer e a assumir um lugar cada vez mais importante dentro dos estudos linguísticos.

A Lexicologia, de acordo com Biderman (2001a, p. 16), é uma ciência antiga que tem por objetivo o estudo da palavra, a categorização lexical e a estruturação do léxico o que, segundo a autora, são problemas teóricos que não têm recebido a devida atenção dos linguistas.

Orsi (2012, p. 166) destaca que a utilização do termo *palavra*, em alguns casos, pode ser confundida com os termos *lexema* ou *lexia* e que, para alguns, todas elas fazem referência à unidade léxica de uma língua. No entanto, para Pottier (*apud* Ribeiro, 2012, p. 101-102), existe uma distinção entre *palavra* e *lexia*. Para esse autor, a palavra é a unidade mínima construída e a *lexia* é a unidade funcional significativa do discurso. Dessa maneira, uma *lexia* simples pode ser uma palavra (*estrela, planeta, galáxia*), uma *lexia* composta pode conter várias palavras integradas ou em via de integração (*estrela cadente, Via-Láctea, estrela*

*boiadeira*) e uma lexia complexa é uma sequência em vias de lexicalização (*caminho de Santiago*).

Destacamos, ainda, que a Lexicologia dialoga, tradicionalmente, com ciências como a Semântica e a Morfologia Lexical, no que concerne aos estudos de significação e de formação de palavras, respectivamente. Contudo, percebemos que não apenas estas duas ciências estão diretamente ligadas aos estudos lexicológicos, mas também, a etimologia, os estudos neológicos, a Dialetologia, a Etnolinguística, entre outras disciplinas. Assim sendo, é necessário ressaltar que considerando o “nível do microcosmo lexical, cada palavra da língua faz parte de uma vastíssima estrutura que deve ser considerada segundo duas coordenadas básicas – o eixo paradigmático e o eixo sintagmático” (BIDERMAN, 2001a, p. 16). Por isso, a pluralidade de maneiras de se investigar o léxico das línguas pode ser compreendida de modo muito amplo.

Com essa dimensão, os estudos em Lexicologia abarcam

a definição dos conjuntos e subconjuntos léxicos; a análise e descrição de estruturas morfo-sintático-semânticas de unidades lexicais, com ênfase na estruturação, tipologia e possibilidades combinatórias; o exame do aspecto ideológico e das relações do léxico com o universo natural, social e cultural na detecção de uma visão de mundo; a análise e a influência do contexto em cada item; o estudo e a descrição das relações entre a expressão e o conteúdo e os fenômenos delas decorrentes, como a polissemia, a homonímia, a sinonímia, a hiperonímia, a hiponímia, a antonímia e a paronímia (ORSI, 2012, p. 171).

Conforme observamos, as particularidades e a profundidade que a Lexicologia envolve, definem, por assim dizer, a magnitude e a complexidade de sua abrangência. Isso pode ser explicado, pois, além da descrição trazida pela autora, a Lexicologia ainda amplia seu campo de observação para os estudos de áreas semânticas, além de estabelecer a capacidade de ligação das unidades léxicas em todos os planos linguísticos, tanto horizontal quanto verticalmente, somando-se a estas possibilidades, outras tantas, de acordo com a necessidade de quem pesquisa.

A Lexicografia, por sua vez, é a disciplina que se encarrega do “estudo metódico – enumeração, cogação, significação – das palavras de uma língua, feito em dicionário” (CÂMARA JR., s/d, p. 222). A composição de dicionários é uma atividade de pesquisa antiga e tradicional que teve como precursores os glossários latinos medievais compostos por listas de palavras criadas para auxiliar na leitura e interpretação de textos antigos. Contudo, Biderman (2001a, p. 17) assinala que esta disciplina foi executada, ao longo destes últimos séculos, com

“uma práxis pouco científica”. Ainda assim, a análise da significação das palavras tem sido o objeto primordial da Lexicografia e, nesse sentido,

ao pensar sobre os produtos lexicográficos, em especial os dicionários, ou mesmo os *thesaurus* de uma língua, como a ferramenta responsável por guardar, dentro da dimensão do possível, as unidades de língua de uma nação, é necessário considerar que um dicionário representa apenas uma parte da realidade linguística de uma comunidade (SOUSA, 2019, p. 27).

A autora explica que o registro em dicionários é feito levando em consideração a possibilidade de usos de cada unidade. Essa questão nos remete à ideia de que, dentro das comunidades usuárias das línguas, todos os dias novas unidades lexicais surgem e outras caem em desuso, de modo que nem sempre alguns usos de determinado período ou comunidade alcançam “estatuto necessário para serem dicionarizados” (SOUSA, 2019, p. 27). Nesse intervalo, aspectos sociais e culturais podem ser apagados, desconsiderando as especificidades dos sujeitos e das comunidades em que estão inseridos.

Por fim, a Terminologia, que, segundo Biderman (2001a, p. 19), é a disciplina que “se ocupa de um subconjunto do léxico de uma língua, a saber, cada área específica do conhecimento humano”. A autora assinala que a parte do léxico, de que se ocupa a Terminologia, se insere na esfera referencial, ou seja, nesta disciplina, busca-se “uma correlação entre a estrutura geral do conhecimento e o código linguístico correspondente” (BIDERMAN, 2001a, p. 19).

O objeto de estudo da Terminologia representa o conjunto de signos linguísticos que compõem uma linguagem especializada, ou seja, restrita a alguns falantes (ORSI, 2012, p. 170). Dessa maneira, esta disciplina se baseia nas conceptualizações, mais especificamente, nas relações conceito-termo, o que a difere sistematicamente da Lexicografia, que parte da relação contrária, termo-conceito. Em linhas gerais, a Terminologia atua do conceito para o termo, em um processo chamado onomasiológico, enquanto a Lexicografia atua do termo para o conceito, em um processo denominado semasiológico, conforme destaca Cabré (1993, p. 32-33).

Isto posto, destacamos que nesta dissertação estamos desenvolvendo um trabalho que “bebe nas três fontes” porque apresenta elementos característicos das três disciplinas. Todavia, reconhecemos que o enfoque da investigação está embasado nos princípios da Lexicologia em diálogo com a Dialectologia em uma perspectiva sincrônica, pois estamos

buscando por áreas dialetais a partir do léxico registrado nas comunidades investigadas, em um determinado período.

A pesquisa que desenvolvemos, no entanto, não é pioneira. A busca por áreas dialetais, utilizando o léxico para essa finalidade, tem sido alvo do interesse de pesquisadores em todo o território brasileiro. Na próxima seção, exibiremos, com mais detalhes, trabalhos que foram desenvolvidos com base nos dados do Projeto ALiB e que utilizaram como sustentação teórico-metodológica, além da Dialectologia, os elementos da Lexicologia para a investigação.

### 2.3.2 Léxico e o Projeto Atlas Linguístico do Brasil

Nesta seção, serão descritos, em ordem cronológica de publicação, os trabalhos desenvolvidos com o *corpus* do Projeto ALiB, que tiveram como principal objetivo o traçado de isoléxicas que permitisse a delimitação de áreas dialetais.

A coleta dos dados, registrados *in loco* pelas equipes de dialetólogos do Projeto ALiB, levou cerca de 12 anos para ser finalizada, com início em 2001 e término em 2013 (CARDOSO, 2016a, p. 12). Os dois primeiros volumes do Atlas foram publicados no ano seguinte, 2014, por Cardoso *et al.*, com dados das capitais brasileiras. No entanto, o primeiro trabalho desenvolvido com dados das cidades do interior pertencentes à rede de pontos do Projeto ALiB foi iniciado e defendido antes mesmo da publicação dos dois primeiros volumes do Atlas.

Exporemos, primeiramente, a listagem de todos os trabalhos<sup>9</sup> com a autoria e o título, para depois descrever alguns detalhes de cada trabalho, tendo em vista a importância de todos eles para a composição desta dissertação. Assim, os trabalhos que conjugam análises que partem do léxico e buscam traçar áreas dialetais a partir do *corpus* do Projeto ALiB, até o momento, são:

---

<sup>9</sup> Neste recorte, estamos considerando, apenas, os trabalhos de conclusão de curso de pós-graduação (mestrado e doutorado).

**Quadro 2** - Pesquisas de léxico e áreas dialetais com dados do Projeto ALiB

PESQUISADOR	ANO	TÍTULO DO TRABALHO	ÁREA DIALETAL INVESTIGADA
Silvana Soares Costa Ribeiro	2012	<i>Brinquedos e brincadeiras infantis na área do falar baiano</i>	Falar Baiano
Danyelle Almeida Saraiva Portilho	2013	<i>O falar amazônico: uma análise da proposta de Nascentes (1953) a partir de dados do Projeto ALiB</i>	Falar Amazônico
Valter Pereira Romano	2015	<i>Em busca de falares a partir de áreas lexicais no Centro-Sul do Brasil</i>	Falar Sulista
Leandro Almeida dos Santos	2016	<i>Brincando pelos caminhos do Falar Fluminense</i>	Falar Fluminense
Graziele Ferreira da Silva Santos	2018	<i>Os jogos e diversões infantis no corpus do Projeto ALiB: visitando o Falar Nordeste</i>	Falar Nordeste

Fonte: Elaborado pela autora.

Para que nossas considerações não sejam repetitivas, destacamos que todas as investigações listadas no Quadro 2 foram executadas, seguindo a proposta de dialeção do Brasil feita por Nascentes (1953), que foi melhor detalhada na seção 2.2.1 deste trabalho e todos também foram construídos a partir do banco de dados do Projeto ALiB.

### **Ribeiro (2012)**

O primeiro estudo que apreciamos, então, é a tese de doutoramento da Professora Doutora Silvana Ribeiro, que em 2012, investigou a área temática dos *jogos e diversões infantis*, na área do *Falar Baiano*. A pesquisadora considerou uma área geográfica que compreende 57 localidades, distribuídas por 11 estados brasileiros e que estabelecem uma relação com a área do *Falar Baiano*, definido por Nascentes em seus trabalhos de 1953 e 1958.

Na amostra investigada, a pesquisadora contou com a contribuição de 244 informantes, estratificados conforme metodologia de seleção utilizada pelo Projeto ALiB, o que permitiria avaliar as respostas, também, por um viés social e não apenas espacial. A área temática dos *jogos e diversões infantis* é composta por 13 questões onomasiológicas – assim como todo o QSL do Projeto ALiB – e, a partir das respostas registradas, a pesquisadora chegou a algumas conclusões.

Na primeira delas, das mais de quatro mil respostas registradas, foram estudadas 3775, das quais 79,5% foram consideradas válidas e que o item lexical com maior índice de resposta para cada questão estudada foi: 155 – *cambalhota*; 156 – *gude*; 157 – *estilingue*; 158 – *pipa*; 159 – *pipa* (sem vareta); 160 – *esconde-esconde*; 161 – *cobra-cega*; 162 – *pega-pega*; 163 –

*pique* (local combinado); 164 – *chicotinho-queimado*; 165 – *gangorra*; 166 – *balanço*; e 167 – *Amarelinha*.

A partir do estudo feito, foi possível reconhecer uma unidade linguística dentro da diversidade e uma diversidade dentro da unidade (RIBEIRO, 2012, p. 436). A autora registrou um primeiro conjunto, composto por 33 denominações catalogadas, exclusivamente, dentro do *Falar Baiano*; um segundo conjunto, composto por 15 denominações, foi registrado apenas na Área de Controle<sup>10</sup>; e um terceiro conjunto, composto por 10 denominações foi encontrado em ambas as áreas.

A pesquisadora destaca que não se pode reproduzir o traçado de Nascentes (1953) com isoléxicas, exatamente como ele propôs, pois, as fronteiras registradas na amostra são flexíveis. No entanto, o *Falar Baiano* pode ser representado “por uma mistura de linhas que se entrecruzam” (RIBEIRO, 2012, p. 439):

- a) pode ser representado pelas denominações pertencentes ao primeiro conjunto;
- b) pode ser representado pelas denominações pertencentes ao segundo conjunto; ou
- c) pode ser definido como uma área que avança tanto para o Norte, quanto para Oeste ou para o Sul, da Área de Controle.

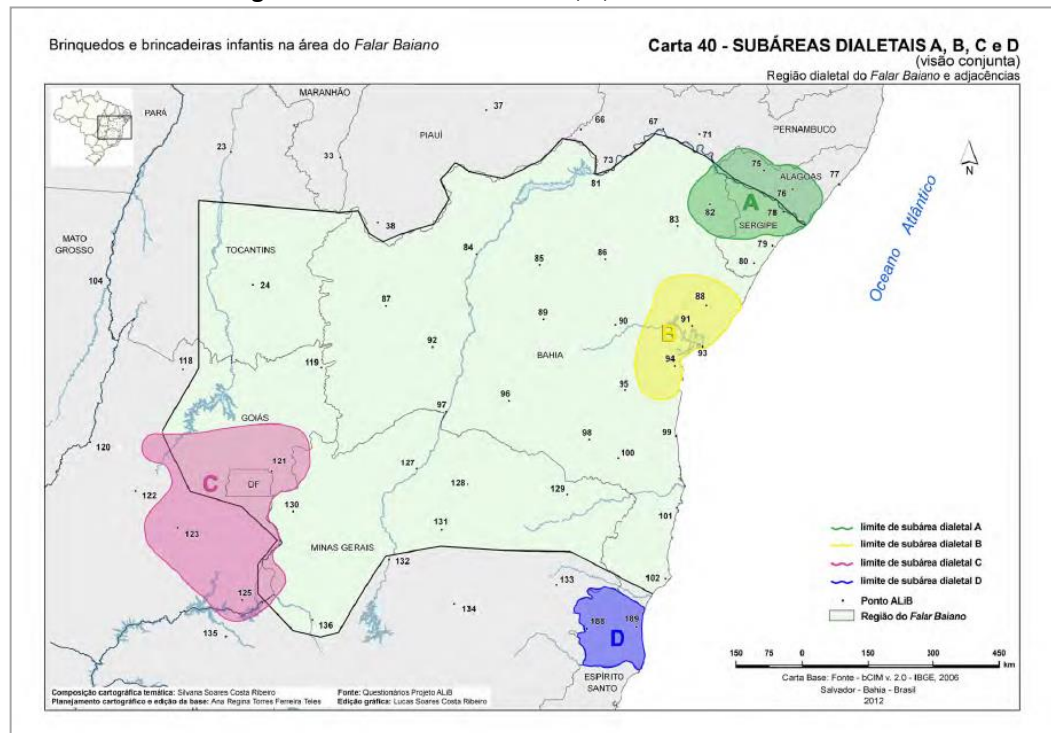
Foram registradas, também, quatro subáreas dialetais dentro da área do *Falar Baiano*, as quais a autora nomeou de A a D, representadas na Figura 14:

---

<sup>10</sup> Sobre Área de Controle a autora destaca: “Decidiu-se por constituir uma Área de Controle que tem por objetivo testar se a posição e o dimensionamento do traçado referido na atualidade estão corretos e se a área prevista pelo autor para o Falar Baiano ainda tem vitalidade” (RIBEIRO, 2012, p. 138).



**Figura 14 – Subáreas dialetais A, B, C e D – Falar Baiano**



Fonte: Ribeiro (2012, p. 541).

Conforme observamos, a proposta inovadora de buscar, através do léxico, a delimitação de áreas dialetais foi um intento de sucesso, levando em consideração todas as conclusões aqui, apresentadas, pois

Uma das constatações a que se chegou foi a de que o léxico se mostrou apropriado para traçar áreas dialetais. Para tanto, as isoléxicas estabelecidas demonstraram que os caminhos das palavras são muitos. O que possibilitou atestar áreas dialetais, a partir do estudo do léxico, foi o estabelecimento de agrupamentos de lexias distintas usadas para nomear conceitos distintos e que, quando reunidas, por sobreposição de isoléxicas (um feixe de isoglossas), puderam demonstrar a variação diatópica (RIBEIRO, 2012, p. 449).

Dessa maneira, demonstramos que o trabalho realizado por Ribeiro (2012) é precursor e motivador da pesquisa desenvolvida nesta dissertação, levando em consideração que a pesquisadora sugeriu testar a área do Falar Baiano com outros itens do léxico, por nos permitir visualizar um panorama mais verídico da realidade dialetal brasileira, no que concerne ao léxico do nosso português.

### Portilho (2013)

Em sequência cronológica de defesa, o segundo trabalho que apreciamos é a dissertação de mestrado da Professora Mestre Danyelle Portilho que, no ano de 2013, também antes da publicação dos dois primeiros volumes do atlas, investigou a área temática dos *jogos e diversões infantis* na área do *Falar Amazônico*.

Para esta investigação, a autora contou com um recorte de 128 informantes distribuídos por 26 localidades na Região Norte brasileira, seguindo a metodologia de trabalho de Ribeiro (2012), para o estabelecimento da linha limite de Nascentes (1953), para o *Falar Amazônico* e uma *Área de Controle*, “a fim de se analisar até que ponto as áreas adjacentes à pesquisada influenciam e/ou são influenciadas pelo falar da área dialetal” (PORTILHO, 2013, p. 61).

A pesquisadora trabalhou, então, com uma amostra de 196 unidades lexicais que foram tratadas qualitativa e quantitativamente, utilizando o *Agium Software*<sup>11</sup>, que considerou as dimensões diatópica e léxico-semântica na análise. Após a descrição dos dados e as devidas observações, ela concluiu que dos objetivos propostos no início da investigação “não foi possível a delimitação de uma área do falar amazônico” (PORTILHO, 2013, p. 136). Todavia, a autora constata que algumas denominações registradas são peculiares da área investigada:

- QSL159 - *curica* para designar o brinquedo que se empina ao vento feito sem varetas;
- QSL161 - *pata-cega* para denominar a brincadeira que uma criança, com os olhos vendados, tenta pegar as outras;
- QSL162 - *pira* para se referir à brincadeira em que uma criança corre atrás das outras antes que elas cheguem a um ponto combinado; e
- QSL163 - *mãe* e *manja* para chamar o ponto combinado da pergunta anterior.

A autora finaliza o trabalho, destacando que as análises apresentadas não podem ser vistas como conclusivas, pois “somente ao findar uma jornada é que se percebe que outros caminhos poderiam ter sido percorridos, sob outras perspectivas, o que ratifica a incompletude de qualquer trabalho desta natureza” (PORTILHO, 2013, p. 138). Isso significa que, a partir deste estudo, outros podem ser feitos em outras áreas do país, buscando

---

<sup>11</sup> Sistema computacional desenvolvido por Wallace Nascimento, inicialmente, para tratamento de dados linguísticos das pesquisadoras Vanessa Cristina Martins Benke e Luciene Gomes Freitas Marins (UFMS) e que foi aproveitado por Portilho (2013) em dissertação de mestrado.

similitude e divergências com os dados apresentados pela pesquisadora, o que permitirão demonstrar uma realidade linguística brasileira mais próxima da realidade.

### **Romano (2015)**

Na sequência, apresentamos o trabalho desenvolvido pelo Professor Doutor Valter Romano que, em tese de doutoramento, estudou cinco questões de áreas temáticas diferentes, buscando áreas lexicais no Centro-Sul do país que, na proposta de Nascentes (1953) equivale ao *Falar Sulista*. As questões utilizadas para a pesquisa foram: 001 – *córrego*; 039 – *tangerina*; 132 – *menino*; 156 – *bolinha de gude*; e 177 – *geleia*. Para a escolha, o autor justifica que

foram selecionadas questões que evidenciam diversidade de formas lexicais, considerando-se a variável espaço geográfico, ou seja, questões que, possivelmente, apresentam variantes diatópicas que possibilitem o traçado de isoglossas e que revelem áreas lexicais no território investigado (ROMANO, 2015, p. 136).

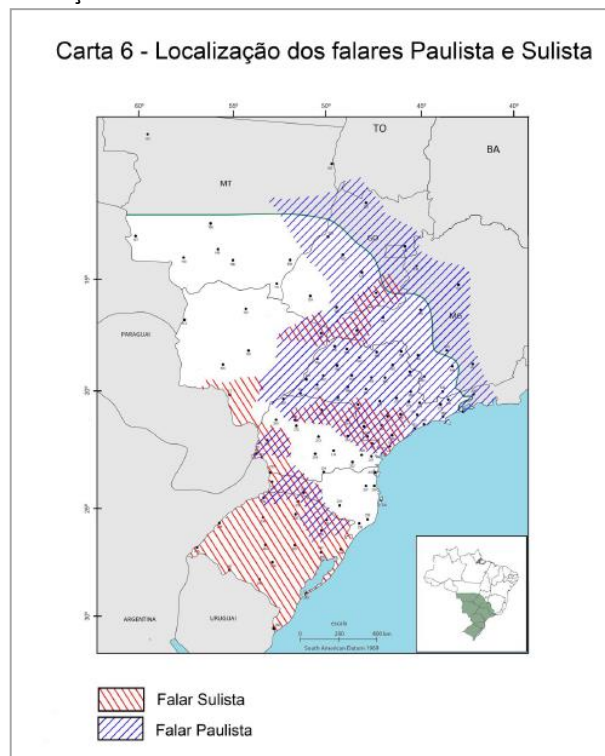
O autor, assim como Portilho (2013), também fez uso de um *software* para tratamento dos dados, a ferramenta SGVCLin, que foi criada em 2013, para “que fornecesse não apenas relatórios diversos por meio de consulta a um banco de dados informatizado, mas também a geração de cartas linguísticas de forma automatizada” (ROMANO, 2015, p. 137). Além disso, o pesquisador também lançou mão da ferramenta *Statistical Package for the Social Sciences - SPSS*, versão 17.0, para os testes de hipóteses e o tratamento estatístico dos dados.

Em seu estudo, Romano (2015) também fez análises de ordem descritivas (frequência, média e desvio-padrão), de avaliação da aderência das variáveis à distribuição normal (através do teste de *Kolmogorov-Smirnov* – KS – para testar a hipótese de normalidade na distribuição) e a comparação de médias entre grupos (através do teste de *Mann-Whitney*, para comparar dois grupos independentes e do teste de *Kruskall-Wallis*, para comparar mais que dois grupos independentes).

A amostra investigada pelo pesquisador contou com a contribuição de 472 informantes, distribuídos por 118 localidades em nove estados brasileiros. Destes, 108 dentro do *Falar Sulista* e 10 na *Área de Controle*, seguindo a metodologia de trabalho de Ribeiro (2012). É válido destacar que, nesta pesquisa, Romano (2015) não considerou os informantes com nível de escolaridade universitário, pois entendeu que somá-los à amostra, sendo minoria, acabaria enviesando seus dados.

A amostra investigada agrupou 3672 dados com 59 diferentes itens lexicais distribuídos pelos cinco referentes buscados. A resposta mais recorrente para cada questão foi: 001 - *córrego*; 039 - *mexerica*; 132 - *menino*; 156 – *bolinha de gude*; e 177 - *geleia*. Após o desenvolvimento minucioso do trabalho, o autor chegou à conclusão de que no espaço geográfico descrito existem dois grandes possíveis falares: o *falar paulista* e o *falar sulista*, conforme Figura 15:

**Figura 15** - Localização dos falares Paulista e Sulista de acordo com Romano (2015)



O autor destaca que “essa configuração diatópica de determinadas variantes lexicais evidencia traços da história social dessas localidades” (ROMANO, 2015, p. 263). Também é possível observar, no mapa, que temos a presença de quatro subáreas dialetais em que há a confluência de ambos os falares. Para o traçado das isoléxicas, é preciso considerar os aspectos sociais e históricos que envolvem a região pesquisada, e considerando esses dois elementos e o estudo apresentado, o pesquisador conclui que

a divisão de Nascentes (1953), para o subfalar sulista, não é mais válida. Parece inadequado considerar como pertencente ao mesmo falar Estados linguística e sócio-historicamente distintos como SP e RS, uma vez que apresentam aspectos que os definem e os diferenciam (ROMANO, 2015, p. 265).

Ainda, nesse sentido, o autor pontua que as subáreas indicadas no mapa da Figura 15 carecem de mais estudos, inclusive considerando outros níveis linguísticos, pois o léxico se dissemina de um lugar para o outro seguindo “os rastros deixados pelo homem no decorrer de sua história” (ROMANO, 2015, p. 266).

### **Santos, L. (2016)**

O próximo trabalho que descrevemos é a dissertação de mestrado desenvolvida pelo Professor Mestre Leandro Almeida dos Santos que, em 2016, investigou dados de 35 localidades distribuídas por cinco estados brasileiros, buscando averiguar se o traçado de Nascentes (1953) se configura na atualidade para a área denominada pelo autor por *Falar Fluminense*, utilizando, para isso, o léxico dos *brinquedos e das brincadeiras infantis*.

A amostra investigada contou com a contribuição de 152 informantes e o pesquisador trabalhou com um montante de 2208 dados, dos quais 1779 foram de ocorrências consideradas válidas. O item lexical com maior índice de resposta para cada questão estudada foi: 155 – *cambalhota*; 156 – *bola de gude*; 157 – *estilingue*; 158 – *pipa*; 159 – *papagaio*; 160 – *pique-esconde*; 161 – *cobra-cega*; 162 – *pique-pega*; 163 – *pique*; 164 – *corre-cotia*; 165 – *gangorra*; 166 – *balanço*; e 167 – *amarelinha*. Após a descrição e a análise dos dados, com olhar horizontal e vertical, Santos (2016) chegou a algumas conclusões.

A área do *Falar Fluminense*, tal qual foi proposta por Nascentes (1953), não se configura na atualidade, haja vista que a descrição feita demonstra que “ora os dados evidenciam uma área linguística comum ora negam tal fato, não podendo, de fato, atestar uma unidade dialetal” (SANTOS, 2016, p. 190). O registro das respostas também não permitiu o traçado de subáreas dialetais dentro da área investigada, da mesma maneira que Ribeiro (2012) encontrou no *Falar Baiano* e Romano (2015) encontrou no *Falar Sulista*, redefinindo-o como *Sulista* e *Paulista*. Além disso, a pesquisa atesta que há similitude entre as denominações registradas no Falar Fluminense em comparação com os outros falares já investigados, como por exemplo: *cambalhota*, *esconde-esconde*, *balanço* e *amarelinha*, que foram registradas em todas as áreas pesquisadas.

Para a questão 161, o pesquisador confirma que a denominação *gata-cega* foi registrada apenas nos *Falares Baiano* e *Fluminense*, enquanto a denominação *pata-cega* foi registrada, exclusivamente, no *Falar Amazônico*. Para a questão 163 – ponto combinado, Santos L. (2016) aponta que a norma lexical registrada é *pique* e que esse resultado também

foi o registrado por Ribeiro (2012) na área do *Falar Baiano*. É interessante destacar que a presença de *pique* no *Falar Baiano* está registrada mais ao Sul do mapa, se aproximando do *Falar Fluminense* e, conseqüentemente, dos Falares do Sul, haja vista que no *Falar Amazônico* as formas mais recorrentes foram *mãe* e *manja*.

Com relação à questão 164, apesar da denominação *corre-cotia* ter sido registrada nas três áreas dialetais, em cada uma delas, uma denominação foi mais recorrente. No *Falar Fluminense*, temos o registro de *corre-cotia*, no *Falar Baiano*, temos a denominação *chicotinho-queimado* e no *Falar Amazônico*, temos a denominação *má-cochila*.

Assim sendo, constatamos que a proposição de Nascentes (1953), para a divisão dos dois grandes grupos de falares, em alguns casos se confirma, pois observamos alguns comportamentos distintos entre Norte e Sul, contudo, quando avaliamos as subdivisões, esses limites se tornam imprecisos, tendo em vista o caráter peculiar do léxico regional que se molda a partir dos movimentos e acontecimentos locais, o que culmina com o surgimento e desaparecimento de lexias próprias de determinados grupos (SANTOS, 2016, p. 187).

### **Santos, G. (2018)**

Por fim, o último trabalho, publicado até o momento, seguindo a mesma linha de investigação, proposta nesta dissertação, é o trabalho da Professora Mestre Grazielle Ferreira Santos que, à luz dos pesquisadores aqui mencionados, investigou a área referente ao *Falar Nordestino*, utilizando para o intento a mesma área temática trabalhada pela maioria dos demais pesquisadores, qual seja, jogos e diversões infantis.

Para a investigação, a pesquisadora contou com a contribuição de 240 informantes, distribuídos por 53 localidades pertencentes a sete estados brasileiros e que estão dentro da linha limite a qual Nascentes (1953) chamou de *Falar Nordestino*. Diferentemente da metodologia utilizada por Ribeiro (2012), de selecionar uma Área de Controle, Santos (2018) utilizou os trabalhos desenvolvidos nas áreas dos *Falares Baiano* e *Amazônico* que são adjacentes à área pesquisada, para controle dos dados registrados dentro da linha demarcatória do falar.

Na amostra selecionada, a pesquisadora trabalhou com um total de 3545 dados, dos quais 2697 foram considerados válidos. Neste caso, o item lexical com maior índice de resposta para cada questão estudada foi: 155 – *bunda-canastra*; 156 – *bola/bolinha de gude*; 157 – *estilingue*; 158 – *pipa*; 159 – *papagaio*; 160 – *esconde-esconde*; 161 – *cobra-cega*; 162 –

*pega-pega*; 163 – *mancha/manja*; 164 – *chicotinho-queimado*; 165 – *gangorra*; 166 – *balanço*; e 167 – *amarelinha*.

Após a descrição e análise dos dados registrados, a pesquisadora apresenta algumas conclusões, entre elas que as questões 163 e 164 foram as que apresentaram menos aproveitamento. Essa mesma conclusão foi registrada por todos os outros pesquisadores que investigaram estas duas questões e todos justificaram a baixa produtividade, provavelmente, pelo desconhecimento acerca da brincadeira buscada.

Outra conclusão apresentada pela autora é que há “uma tendência a utilização de formas lexicais prestigiadas, pois os itens que aparecem com maior frequência nas localidades estão dicionarizados com o mesmo sentido nas obras lexicográficas consultadas” (SANTOS, 2018, p. 199).

Com esta pesquisa, também, se confirma que há exatidão no traçado de Nascentes (1953) para as duas grandes áreas dialetais Norte e Sul, visto que foram registradas denominações nos *Falares Amazônico* e *Nordestino* que não foram encontradas nos *Falares do Sul*, a saber: “*carambela* e *carambola* para a pergunta 155 (cambalhota); *bila* e *peteca* para 156 (bola de gude); *balançador* para 165 (balanço); *pata-cega* para 161 (cobra-cega); *cancão* e *academia/cademia* para 166 (amarelinha)” (SANTOS, 2018, p. 200).

Com este estudo, também, constatamos que a área do *Falar Nordestino* não se mantém de forma homogênea, como apresentado pelo eminente dialetólogo na década de 50. A pesquisadora atesta que “a falta de unidade linguística pode ser explicada pela extensão e pela diversidade sócio-histórica da área” (SANTOS, 2018, p. 200). A autora, assim como Ribeiro (2012) e Romano (2015), registra a existência de duas subáreas dialetais com limites fluidos:

- Uma delas formada pelo Estado do Maranhão e por localidades limítrofes no Estado do Piauí, se aproximando mais do Norte do país;
- A outra, formada pelos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, às vezes em diálogo com o Ceará e às vezes em diálogo com Alagoas.

Como os demais pesquisadores que destacamos nesta seção, a pesquisa desenvolvida por Santos (2018) demonstra que o intento de utilizar o léxico para demarcação de áreas dialetais é comprovadamente válido, pois os resultados registrados demonstram a variação diatópica nos falares investigados.

Compreendemos, também, que o trabalho não pode ser considerado finalizado, haja vista que outros estudos com áreas temáticas diferentes precisam ser feitos, inclusive em outros níveis linguísticos, pois é essa pluralidade de investigações que melhor delinearão a realidade linguística brasileira. É a partir dessa conclusão que justificamos a proposta que fizemos para esta dissertação, de buscar contribuir para a descrição do português falado no Brasil, além de auxiliar na visualização de áreas dialetais brasileiras partindo do que Nascentes propôs na década de 50.

Diante do exposto, traremos, na sequência, aspectos interdisciplinares que, em diálogo com a ciência do Léxico, auxiliam no entendimento dos elementos linguísticos que serão descritos da seção 5, desta pesquisa. O primeiro deles é a Semântica, que se apresenta, em linhas gerais, como a ciência que nos dará suporte e entendimentos nas questões sobre o significado e, em seguida, na seção 2.3.4, traremos considerações acerca da relação intrínseca entre o léxico das línguas, cultura e sociedade.

### 2.3.3 Léxico e Semântica

Nesta seção, exporemos algumas considerações sobre a Semântica e a relação com os estudos em Lexicologia, pois, considerando o fenômeno da variação linguística, entendemos que as unidades lexicais apresentadas nesta dissertação, para denominar um mesmo referente, contam com o princípio fundamental da equivalência semântica para coexistirem.

A Semântica é uma ciência linguística que tem como objeto de estudo o significado. No entanto, conceptualizar o significado não é tarefa simples. Pela ótica cognitivista, “o significado é o resultado das construções de conceitos que fazemos em nosso cérebro a partir das diversas situações da vida, experimentadas através do nosso sistema sensorial, ou seja, por toda a nossa corporeidade” (FERRAREZI JR., 2019, p. 52).

Considerando o que destaca o autor, compreendemos que o processo de nomeação das coisas ao nosso redor passa pela experiência sensorial de percepção e de enquadramento do experimento em uma posição mais próxima da nossa realidade, ou seja, recorreremos ao que já vivemos para classificar “o novo” em nossa mente, em um processo que Almeida; Santos (2019, p. 140) afirmam atuar de modo “inseparável e interdependentemente”.

A importância de relacionar o léxico investigado nesta amostra, com alguns princípios que estruturam os estudos semânticos está, justamente, na construção de sentidos dada



pelos informantes do Projeto ALiB como respostas para as perguntas, de ordem onomasiológica, feitas. Muitas vezes, algumas destas respostas podem não fazer o menor sentido, todavia, os contextos em que foram registradas demonstram que as noções de significado e sentido não são similares, como pode parecer para alguns.

Diante da complexidade que permeia os estudos em Semântica, necessário se faz destacar que, nesta dissertação, não damos o enfoque semântico no tratamento dos dados, visto que teríamos outro trabalho a ser desenvolvido, devido à magnitude da análise. Por isso, buscando não nos desviarmos da investigação das áreas dialetais, ressaltamos que o aporte semântico que buscamos é exclusivo para dar entendimento e justificar a validação de algumas denominações registradas, pois entendemos que esse processo de denominação feito pelos falantes, além de ser uma característica das línguas naturais, é melhor explicado pela Semântica.

Biderman (2001b, p. 179) afirma que são os falantes que criam e conservam o vocabulário das línguas e, nesse percurso, conotações particulares são atribuídas às unidades léxicas nos diversos usos no discurso, o que acarreta em alteração das áreas de significação de palavras pela atuação na estrutura do léxico. Nesse sentido,

Las diferencias sociales que se manifiestan a través de la lengua y las interacciones cara a cara que se producen en la actividad comunicativa tienen como base los significados de las formas lingüísticas, tanto cuando son compartidos como cuando son diferenciales<sup>12</sup> (MORENO FERNÁNDEZ, 2012, p. 105).

De acordo com o autor, os estudos sociolinguísticos contribuem para reforçar aspectos relacionados ao significado, principalmente, a relação de sinonímia léxico-semântica. Neste trabalho, tomamos como referência o posicionamento deste autor, que afirma que “se não existisse tal equivalência, não seria possível pensar no conceito de ‘variação’ da mesma maneira que a sociolinguística tem feito desde os anos sessenta” (MORENO FERNÁNDEZ, 2012, p. 105, tradução nossa).

Assim sendo, os fenômenos semânticos que observamos, na amostra estudada, passam pela ideia de sinonímia visto que “determinadas palavras, em determinados contextos [...] conseguem funcionar com um nível de similaridade que permite uma perda aceitável de

---

<sup>12</sup>As diferenças sociais que se manifestam por meio da linguagem e das interações face a face que ocorrem na atividade comunicativa baseiam-se nos significados das formas linguísticas, tanto quando são compartilhadas quanto quando são diferenciais. (Tradução nossa).

conteúdo no sentido e sem alteração de referentes” (FERRAREZI JR., 2019, p. 90) e, ainda, pela ideia de polissemia, considerando que as palavras podem assumir vários sentidos.

De acordo com o referido autor,

A sinonímia tem sido comumente apresentada como uma propriedade das palavras. Não raramente, vemos: “Sinônimas são duas palavras de sentidos iguais”. Esse seria um conceito para a chamada “sinonímia perfeita”, mas grande parte dos semanticistas considera que esse nível de equivalência de sentidos nas línguas não existe, até porque o sentido de uma palavra não se restringe a extensão de seu significado. Não se trata apenas de falar a mesma coisa, mas de como se fala, com quais informações, com quais valores agregados, enfim, com quais sentidos. Afirmar que as palavras podem ser idênticas em seus sentidos é bastante ingênuo. É sabido, de longa data, que as línguas não criam palavras com sentidos iguais (igual aqui significa com identidade absoluta), palavras que podem ser usadas indiferentemente em quaisquer contextos linguísticos e extralinguísticos sem qualquer alteração de sentido. Isso seria um enorme desperdício de tempo e energia (FERRAREZI JR., 2019, p. 89-90).

De acordo com o excerto, depreendemos que a sinonímia é um aspecto linguístico, totalmente, dependente do contexto de uso e que está ligada, diretamente, às intenções dos falantes, não podendo ser feita, de modo algum, dissociada desse contexto, pois essa relação entre os sentidos envolve o uso da língua, as pretensões do falante e de seus interlocutores (RIBEIRO, 2012, p. 124). Nesse sentido, destacamos o termo parassinônimo, que pode ser definido como "termos de mesmo sentido, porém onde as distribuições não são exatamente equivalentes" (GALISSON; COSTE, 1976, p. 399), uma vez que, não podemos tratar das denominações catalogadas na amostra investigada, como sinônimas perfeitas.

Diante desse cenário, reconhecemos que

Embora o estudo dos sinônimos e, conseqüentemente, dos parassinônimos, esteja ligado ao significado e logo, à semântica, a abordagem primeira, básica, tem que ser do léxico, da lexicologia e da lexicografia e, posteriormente, à sintaxe da frase ou enunciado (ARAGÃO, 2014, p. 7).

A autora faz essa assertiva, pois acredita que os tipos de relação de sentido existentes entre itens lexicais são determinados pela função dessas relações. Em outras palavras, as relações e o contexto real ou potencial do item lexical é que determinarão seu conteúdo semântico. Reconhecidamente, temos dois tipos de relação de significação percebidas entre itens lexicais: (i) as relações sintagmáticas; e (ii) as relações paradigmáticas. Quando falamos em relações sintagmáticas, estamos nos referindo à coesão discursiva e à adição de redundância informacional ao discurso. Por outro lado, quando trazemos à tona, as relações paradigmáticas, estamos nos direcionando às escolhas feitas pelos falantes que

na maioria das vezes, refletem a forma infinitamente variada e contínua da realidade vivenciada, é apreendida e controlada e são devidamente categorizadas, sub-categorizadas e classificadas ao longo das dimensões específicas de variação (CRUSE, 1991, p. 86).

Diante do exposto, reconhecemos que os nomes registrados neste trabalho, apresentam certas propriedades semânticas em comum, considerando o contexto em que as respostas foram coletadas, mas não podemos chama-los de sinônimos, pois em outros contextos, os mesmos nomes poderão apresentar diferenças de sentido.

Avaliemos agora, a relação de polissemia percebida entre dois ou mais termos. Ferrarezi Jr. (2019, p. 93) salienta que a polissemia é a capacidade de um mesmo nome ser associado a mais de um sentido, ou seja, o fenômeno oposto à sinonímia. O autor destaca que essa propriedade é melhor percebida em sentenças isoladas ou em ambientes em que o contexto é menos presente. É comum nos depararmos com uma mesma lexia que é utilizada para denominar diferentes referentes como, por exemplo, a palavra *manga*:

**Exemplo 1:**

- (i) *manga* (fruta) – Essa *manga* é muito doce.
- (ii) *manga* (parte da roupa) – A *manga* da sua camisa está manchada.
- (iii) *manga* (zombaria) – Desde criança, ele ainda *manga* de mim.

Nos três exemplos, vemos um termo polissêmico que assume, pelo menos, três sentidos distintos que são utilizados baseados no contexto comunicativo dos falantes. Ferrarezi Jr. (2019, p. 93) assinala que essa relação, nas práticas cotidianas, é muito rara, pois ela se desfaz no ato discursivo. Isso significa que em uma barraca de mangas, na feira, por exemplo, jamais se verá um cliente perguntando quanto custa o conserto de uma “*manga longa*”, visto que nesse cenário, essa ideia atribuída à palavra *manga* não faria o menor sentido.

Diferentemente dos exemplos destacados, também são encontradas nas línguas naturais, diferentes lexias que denominam um mesmo referente, é o caso de parte das denominações estudadas nesta dissertação, conforme exemplo:

**Exemplo 2:**

- (i) *estrela da manhã* (Planeta Vênus);
- (ii) *estrela da tarde* (Planeta Vênus);
- (iii) *estrela boiadeira* (Planeta Vênus).

Nesses três casos, temos três diferentes lexias compostas, que fazem alusão ao mesmo referente, no entanto, de acordo com o contexto de uso de cada uma delas, pode parecer que estamos falando de diferentes referentes. Aragão (2014, p. 11) nos chama a atenção para a noção de contexto, item extremamente essencial para se estudar termos parassinônimos ou polissêmicos, conforme destacado nos exemplos. A autora afirma que “o contexto pode ser linguístico, mas, também, extralinguístico, como o espacial ou geográfico, o temporal, o situacional ou o técnico, por exemplo, em que a similaridade de dois itens lexicais pode ocorrer num desses e não se realizar em outros” (ARAGÃO, 2014, p. 11). Assim, essas relações se estabelecem para caracterizar a equivalência semântica entre pares de palavras e

Nossa expectativa é que a variação lexical no espaço, uma das características das variedades dialetais, também represente uma variação de significado, mesmo que isso seja difícil de demonstrar com profundidade, uma vez que os contextos e as situações de uso não estão claramente definidos. Na verdade, o contexto está restrito à pergunta formulada pelos inquiridores [...] (MARGOTTI, 2003, p. 29).

Isso se explica, por estarmos falando de um planeta, o Planeta Vênus, e o informantes o chamarem de estrela. Nesse caso, temos a formulação da pergunta e a postura do inquiridor atuando para se chegar a estas respostas, mas não somente isso, também são consideradas as experiências de vida dos indivíduos entrevistados e os cenários sociais em que eles estão inseridos. Por isso, reconhecemos que a relação de sinonímia é, também, uma questão de gradação e de variação, tanto linguística quanto extralinguística, e que “não há sinônimo perfeito, uma vez que a unidade de significação de um item (o semema), não recobre totalmente o de outro item” (ARAGÃO, 2014, p. 16).

Diante do exposto, notamos que, mesmo que não se faça um trabalho mais profundo de análise da significação, ainda assim, os elementos que constituem essa ciência são de real importância para auxiliar na compreensão dos dados geolinguísticos que aqui apresentamos. Ressaltamos a importância dos estudos Semânticos no sentido de demonstrar que os registros feitos *in loco*, pelas equipes de dialetólogos do Projeto ALiB, estabelecem uma relação concreta com a realidade dos sujeitos da pesquisa e das áreas geográficas a que pertencem, sendo isso possível de ser observado nas análises que serão esboçadas na seção 5 desta dissertação.

Em continuidade, na próxima seção, serão apresentados os elementos que tornam a língua e a cultura de um povo, elementos indissociáveis. Nesse caso, buscaremos de maneira breve, mas objetiva, demonstrar em que bases científicas essa relação se estabelece.

#### 2.3.4 Léxico, Cultura e Sociedade

Para finalizar esta seção 2, em que damos enfoque ao elemento linguístico estudado nesta dissertação, não poderíamos deixar de registrar a importância da conexão entre língua e cultura na construção e manutenção das sociedades.

O estudo das línguas, para alguns pesquisadores, está inserido no universo cultural, analisado pela Antropologia, com propósitos bem específicos, como a criação de elementos culturais e sua transmissão, bem como a sua relação com outras formas de organização social.

Falar sobre cultura não é tarefa simples, se consideramos a amplitude do tema. Todavia, se entendemos a linguagem como uma prática cultural, precisamos de uma noção a respeito desse tema para, a partir dela, compreendermos o papel que a língua desempenha nesse cenário.

Diante disso, tomamos como referência o trabalho *Antropología Lingüística* (2000), do pesquisador italiano Alessandro Duranti, em que ele apresenta algumas possibilidades de entendimento sobre cultura e destaca que esta pode ser entendida como algo distinto da natureza, ou seja, é adquirida e transmitida de geração para geração através da língua.

Ainda segundo Duranti (2000), a cultura pode ser vista como ideologias compartilhadas entre membros de uma mesma comunidade, bem como sendo um conjunto de práticas sociais – entendimento a partir do qual percebemos a ligação que une, de modo indissociável, a língua e a cultura.

Nesse sentido, Seabra (2015, p. 71) afirma que “não se pode estudar uma língua sem considerar as condições sociais que permitem sua existência, pois ela é um conjunto de práticas não só individuais, mas também, comunitárias”. Com o objetivo de criar os sentidos esperados, os sujeitos vão externalizando, a partir das experiências de vida, fatos e opiniões que produzem ação e reação entre seus interlocutores.

Essas experiências podem ser listadas, com base em todos os cenários que esse mesmo sujeito está inserido (trabalho, escola, família, religião, etc.), e em cada um destes espaços, esse sujeito atua como ator principal e como coadjuvante, simultaneamente, e isso lhe permite doar e receber um pacote de informações. Nesse processo, a língua atua como ferramenta indispensável e vital para que essa atuação aconteça, da maneira mais natural possível.

Assim, a linguagem pode ser definida como

um conjunto de práticas que desempenha um papel essencial na mediação de aspectos materiais e imaginários da existência humana e, em consequência, na criação de maneiras singulares de estar no mundo (SEABRA, 2015, p. 67).

Fazer uso de uma ou mais línguas significa fazer parte de um ou mais grupos que compartilham atividades e costumes através destes usos. Nesse caso, quando nos referimos às sociedades, estamos falando de crenças, tradições, história, ideologias, sistemas de valores, entre outros aspectos. O léxico das línguas naturais é, portanto, o elemento que “melhor evidencia as pegadas do homem na sua trajetória histórica. É por meio dele que o homem nomeia o espaço que o circunda e consubstancia a sua visão de mundo acerca da sociedade” (ISQUERDO, 2009, p. 43).

Assim, a descrição do léxico de uma língua, ou ainda, análises que buscam exibir as particularidades das comunidades espelhadas no léxico se configuram como elementos que descrevem e analisam, também, a cultura destas comunidades. Nesse contexto, enquadrámos o conceito de Lexicultura, cunhado pelo linguista francês Robert Galisson, no final da década de 80, para designar o olhar dado ao léxico das línguas, de modo a entender as construções de sentidos, dada pelos falantes, em determinados contextos.

Para Galisson (1987), algumas lexias se caracterizam pela sua Carga Cultural Compartilhada, ou seja, o “valor acrescentado ao sentido referencial da lexia, que é conhecido e compartilhado entre os membros pertencentes a uma cultura e constitui fator de aproximação e de reconhecimento mútuo” (NEIVA, 2017, p. 107). Nas palavras da referida autora, muitas lexias, na língua, são ressignificadas a partir dos aspectos culturais de determinado grupo humano e, seu uso em alguns contextos, pode interferir na inteligibilidade por parte de membros de outras comunidades, mesmo que sejam falantes da mesma língua.

Considerando que as lexias que possuem Carga Cultural Compartilhada se caracterizam como expressões, provérbios, frases populares, entre outros, podemos afirmar que parte das lexias registradas na amostra que investigamos podem se enquadrar nessa caracterização, tendo em vista que se tratam de unidades semifraseológicas com certo grau de cristalização na língua e que, por isso, perdem parte da significação das partes que as compõem. Na seção seguinte, trataremos especificamente dos fraseologismos registrados no *corpus* do Projeto ALiB, pois entendemos que eles fazem parte do arcabouço cultural das comunidades investigadas.

A propósito das considerações feitas por Duranti (2000), é possível admitir que a língua se manifesta como parte da cultura das sociedades. É através do léxico que os indivíduos se expressam e demonstram seus valores e sua história e é por meio da dimensão social da língua que conseguimos visualizar, no léxico, o patrimônio cultural de um povo. Herança essa, que é transmitida de geração a geração, muitas vezes, na criação de novas maneiras de olhar o mundo ao nosso redor, no processo de recriar e ressignificar tais conceitos ou, simplesmente, deixar de fazer uso de alguns termos que não nos são mais suficientes.

Nesse cenário, é válido destacar que, no que tange ao português falado no Brasil, não podemos deixar de avaliar os elementos culturais ligados a sócio-história de formação do nosso povo. Os empréstimos linguísticos oriundos do contato e das influências dos povos indígenas autóctones, dos europeus e dos povos africanos representam parte do que somos e estão diretamente ligados à língua que falamos.

No que concerne, especificamente, à área investigada, também percebemos elementos da cultura a partir das respostas coletadas, pois o fato de olhar para o céu, em determinadas comunidades, não é um costume tão acentuado. Isso pode justificar as inúmeras ocorrências de não respostas e, inclusive, as denominações variadas com sentidos divergentes dos semas procurados. Dessa maneira, avaliar estas respostas, considerando aspectos da Astronomia e correlacioná-los com outros elementos como a religião, a etnia, etc., pode nos revelar muito mais do que, simplesmente, nomes para designar elementos da língua em uso.

Área de conhecimento pouco explorada pela maioria das pessoas, a Astronomia, para além de ser uma ciência que estuda os astros, é também muito utilizada por comunidades específicas, com embasamento religioso como o Xamanismo e a Astrologia, por exemplo. Embora tenham posicionamentos bem divergentes, se considerarmos a relação existente entre a ciência e a religião, para alguns, Astronomia e Astrologia são consideradas sinônimas, principalmente, pela correlação que ambas as áreas fazem com os elementos do plano espacial, os quais são utilizados pela Astrologia como aspectos indicadores de destino e tendências humanas, ao passo em que são analisados pela Astronomia, através das leis da Física, para compreender os astros e seus movimentos.

São, no entanto, os aspectos culturais, que envolvem os elementos que estamos estudando, os que mais necessitam de observação por demonstrarem características sociais que estão por trás dos nomes dados aos astros investigados. Para além das semelhanças e

diferenças existentes entre a Astronomia e a Astrologia, sabemos que os elementos que regem o plano espiritual dos povos perpassam pela ideia do grande, do infinito, do desconhecido, o que, por algum momento, pode se confluir entre ciência e pseudociência. São, pois, estes aspectos culturais e sociais que estão por trás dos nomes dados aos astros investigados, os que necessitam de observação mais acurada.

Quando avaliamos as respostas que utilizam os elementos cristãos-católicos, por exemplo, para denominar o grande, o infinito e o desconhecido, fixamo-nos na ideia de que tais elementos só podem ser caracterizados como divinos em razão da magnitude que representam. Aliados à ausência de conhecimentos sobre a ciência em si, estes aspectos vão formando o linguajar popular para os astros no seio das comunidades usuárias da língua. Dessa maneira, entendemos que são estas bases culturais múltiplas que fomentam a riqueza de vocabulário representada pelo léxico das línguas.

Na próxima seção, serão feitas considerações sobre os fraseologismos presentes na amostra, já que eles fazem parte da composição cultural das comunidades investigadas e na seção 2.4 apresentaremos alguns aspectos da Astronomia, enquanto ciência que investiga os astros, por entendermos que tais aspectos são fundamentais para a compreensão das denominações investigadas, bem como do universo cultural em que estas lexias estão inseridas.

### 2.3.5 Fraseologia

O estudo das unidades fraseológicas, comumente utilizadas nas línguas naturais, tem crescido nos últimos anos, em razão do interesse, por parte dos pesquisadores, em entender como estas expressões se articulam nas línguas.

Como representação desse interesse, podemos mencionar o projeto CAPES-COFECUB 838/15, denominado VALEXTRA – *Varição Lexical: teorias, recursos e aplicações: do condicionamento lexical às construções pragmáticas*, que foi celebrado entre algumas universidades brasileiras<sup>13</sup> em parceria com as universidades francesas, Paris 13 e a Paris Sorbonne, com o objetivo de descrever os fraseologismos presentes no *corpus* do Projeto ALiB

---

<sup>13</sup> Universidade Federal da Bahia - UFBA; Universidade Federal do Pará - UFPA; Universidade Federal do Maranhão – UFMA; Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS; e Universidade Estadual de Londrina – UEL.



e, a partir dessa descrição, construir as análises sobre a formação, fixação e o uso nos contextos em que estão inseridas.

Outros pesquisadores brasileiros, também, têm se debruçado na investigação dos usos destas unidades no nosso português, o que significa que o que antes era tratado como “pobreza” de vocabulário, hoje em dia, ganha notoriedade e rigor científico. A exemplo disso, Monteiro-Plantin (2014) destaca que

A consistência da produção científica nesta área pode ser exemplificada por uma centena de teses de doutorado e dissertações de mestrado dedicadas aos estudos fraseológicos; pela atuação de consistentes grupos de pesquisa em diferentes universidades brasileiras; pela publicação de capítulos de livros e de artigos científicos; pela realização do I Seminário Internacional de Fraseologia, em Brasília, em outubro de 2010, e do I Congresso Brasileiro de Fraseologia, juntamente com o II Congresso Internacional de Fraseologia, também em Brasília, em novembro de 2011, no qual foram apresentados cerca de 120 trabalhos da área; e, até mesmo, pela criação da Associação Brasileira de Fraseologia (2011) (MONTEIRO-PLANTIN, 2014, p. 15).

Conforme o exposto, reconhecemos que há um movimento em prol do estudo destas unidades, o que nos garante uma série de materiais e de diferentes análises sobre a temática. Nesse quesito, destacamos que existem duas grandes correntes de estudos sobre fraseologismos que são observadas nas pesquisas feitas no Brasil. A primeira delas é a corrente espanhola representada por pesquisadores como Julio Casares Sanchez e Gloria Corpas Pastor, cujos trabalhos colocam os estudos fraseológicos como uma subdisciplina do Léxico, assim como a Lexicologia e a Lexicografia e, em alguns casos, como pertencentes a uma ou a outra subdisciplina. A segunda corrente de estudos é a francesa seguida por pesquisadores como Salah Mejri e Inès Sfar, os quais compreendem a Fraseologia como uma disciplina independente da Lexicologia e da Lexicografia.

Em ambas as correntes, são considerados os aspectos formais da língua que podem ser representados tanto pelas relações sintagmáticas e paradigmáticas, quanto pelos critérios de significação (conotação e denotação). Todavia, é preciso delimitar as possibilidades de estudos relacionadas à Fraseologia, tendo em vista que ela pode ser estudada de maneira especializada ou com enfoque apenas nos provérbios, também conhecido por estudos de Paremiologia.

A principal diferença entre as duas correntes de estudos está, justamente, no caráter disciplinar atribuído à Fraseologia. Conforme apresentado, a corrente espanhola enquadra os

estudos fraseológicos como pertencentes aos estudos de Lexicologia, segundo destaca Corpas Pastor (1996):

A lo largo de este trabajo nos vamos a centrar, precisamente, en un subtipo dentro de estos fenómenos léxicos, cuyo límite va del sintagma formado por al menos dos palabras gráficas a la oración completa. Es decir, nos ocuparemos de aquellos grupos de palabras que entran de lleno en la subdisciplina de la lexicología que se viene denominando *fraseología*<sup>14</sup> (CORPAS PASTOR, 1996, p. 15).

Em contraste ao caráter atribuído pela pesquisadora, a corrente de estudos francesa entende a Fraseologia como “uma disciplina independente, mas concernente a todos os níveis de análise linguística” (MONTEIRO-PLANTIN, 2014, p. 21). Isso significa que, apesar do objeto de estudo ser o mesmo, o enfoque dado segue linhas de trabalho diferentes.

Já no *Curso de Linguística Geral* (2006 [1916]), Saussure destacou a necessidade de investigação particular para o que chamou de “combinações fixas de palavras”, pois o comportamento destas combinações e a quantidade delas nas línguas careciam de análises mais profundas. Nesse sentido, o linguista destaca que “a noção de sintagma se aplica não só às palavras, mas aos grupos de palavras, às unidades complexas de toda dimensão e de toda espécie (palavras compostas, derivadas, membros de frases, frases inteiras)” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 143 – 144).

Nesse sentido, para a corrente de estudos francesa, a Fraseologia é compreendida como o fenômeno que se expressa através de associações sintagmáticas recorrentes, que se fixam nas línguas através de um *continuum* linguístico, em que os componentes perdem parte ou toda a sua significação inicial e a sequência adquire um novo significado que é utilizado em contextos específicos com objetivos comunicativos, também, particulares.

Com relação à divergência percebida no trabalho entre a corrente espanhola e a francesa, Mejri (2018, p. 5) assinala que ela ocorre devido ao duplo legado que se tem nessa área de estudos: um segue a tradição lexicográfica e o outro o da reflexão gramatical e linguística, o que pode ser resumido em diferentes interesses para um mesmo objeto de estudos.

---

<sup>14</sup> Ao longo deste trabalho, vamos nos concentrar, justamente, em um subtipo dentro desses fenômenos lexicais, cujo limite vai desde a frase formada por pelo menos duas palavras gráficas até a frase completa. Ou seja, lidaremos com aqueles grupos de palavras que entram, totalmente, na subdisciplina da lexicologia que tem sido chamada de fraseologia. (Tradução nossa).

Paim; Sfar; Mejri (2018, p. 30 - 31) afirmam que as pesquisas do linguista Salah Mejri, na área da Fraseologia, demonstram que esse campo de estudos perpassa vários níveis da linguagem, desde o fonético-fonológico até o discursivo-pragmático e que a utilização do termo Fraseologia é encontrada, em alguns contextos, tanto como conjunto de fenômenos investigados quanto para “nomear a disciplina que se propõe a investiga-los”.

De acordo com o que foi apresentado na introdução desta dissertação, a ideia de desenvolver esta pesquisa surgiu de um plano de trabalho, no âmbito da iniciação científica, que pertencia ao macroprojeto VALEXTRA, ou seja, visava a descrever as unidades fraseológicas em algumas localidades investigadas pelo Projeto ALiB. Naquela época, só foram considerados os fraseologismos, ou seja, as unidades polilexicais, por isso, voltamos ao material coletado para analisar, também, as unidades lexicais simples.

Dessa maneira, para apresentar o conjunto de fraseologismos registrado na amostra, já que o número de localidades foi aumentado, seguimos, nesta dissertação, a corrente francesa de estudos fraseológicos, pois, além de esta linha de pesquisa ter sido utilizada pelos pesquisadores do VALEXTRA, entendemos a Fraseologia como uma disciplina independente, devido à articulação que estas unidades polilexicais mantêm com outros níveis da linguagem humana.

Mejri (1997) tem se dedicado a pesquisas sobre o processo de fixação (*figement*) contemplando elementos tais como: verbos suporte, colocações, expressões idiomáticas, pragmatemas, locuções, provérbios, estereótipos, etc. Em sua obra intitulada *Le figement lexical – descriptions linguistiques et structuration sémantique* (1997), temos um trabalho de caráter basilar para os pesquisadores que estudam a Fraseologia, através da teoria francesa, pois, neste trabalho, Mejri (1997, p. 34) assinala que a cristalização não é um fato isolado, mas que está no centro do funcionamento da linguagem.

Ao avaliar os fraseologismos presentes na amostra investigada, ponderamos o que postula Mejri (1997), de que as unidades lexicais que compõem os fraseologismos não podem ser tratadas de maneira isolada, mas no conjunto delas, considerando a estabilidade e o grau de idiomaticidade, além de observar em que contextos de usos elas ocorrem, pois são específicos e têm objetivos comunicativos, também, característicos.

A exemplo disso, Carvalho; Paim (2020a, p. 353) relembram que o fraseologismo *Estrela Boiadeira*, por exemplo, que foi registrado no *corpus* do Projeto ALiB durante as investigações no âmbito do VALEXTRA, evidencia a fixidez da unidade fraseológica na língua,

a idiomaticidade, que é peculiar a estas expressões, bem como o contexto de uso, extremamente, específico: “não é qualquer estrela, é aquela que aparece no momento exato de se recolher o rebanho para os currais”.

Ao delimitar o objeto de estudo em suas pesquisas, Mejri (1997) passou a considerar todos os elementos que tivessem dois ou mais componentes, em outras palavras, as unidades polilexicais. Enquanto a Fraseologia se dedica aos estudos destas associações sintagmáticas recorrentes nas línguas, a fixação é avaliada como o processo, cujas as expressões passam, para se combinarem entre si. Ainda, segundo o autor, esse processo é universal, compete a todas as línguas vivas e atua de modo sistemático tanto diacronicamente quanto sincronicamente.

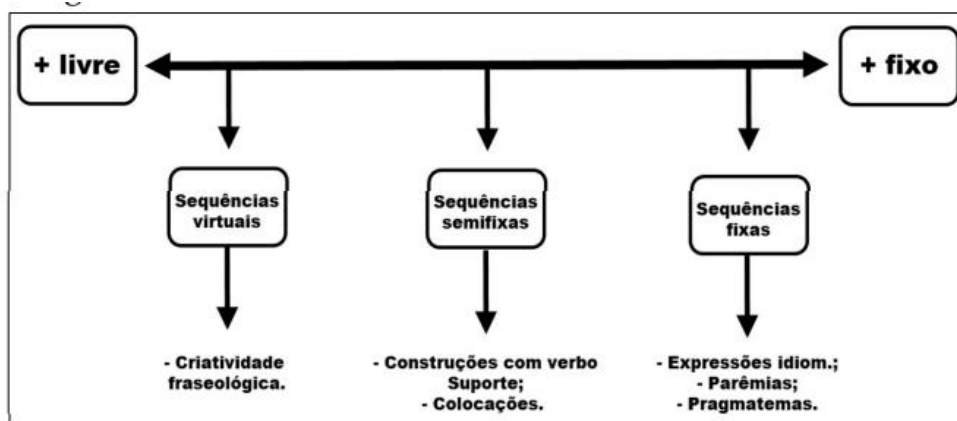
Mejri (1997, p. 36) ainda destaca que, durante o processo de fixação, as sequências passam de livres para fixas de maneira gradual, quase que imperceptivelmente. A esse processo, o autor chama de *continuum* linguístico, em que se percebe a existência de uma gradação no processo de formação e de cristalização dos fraseologismos nas línguas. Embora a fixação seja uma das características essenciais dos fraseologismos, ela não se aplica de maneira integral a todos os componentes, por isso a noção de *continuum* é considerada nos estudos fraseológicos.

O linguista, ainda, reitera que essa sequência é dita cristalizada se ela encontra uma fixidez total ou parcial da combinatória sintagmática e da comutatividade paradigmática. Isso significa que os fraseologismos mais comuns, geralmente, têm uma base e um colocado, também conhecidos por colocações, e eles são caracterizados como semifraseologismos devido a base ser, geralmente, fixa e a colocação mais flexível, podendo ser substituída por outros termos e continuar fazendo alusão ao mesmo referente.

A fixidez, nesse caso, é um processo cujas as formações sintagmáticas passam e ela sinaliza que no conjunto, a sintaxe interna é correlacionada com o sentido global da expressão (SFAR, 2015). Essa afirmação reitera o que afirma Mejri (1997), que não se pode analisar estas expressões de maneira isolada, mas a composição como se fossem uma estrutura só.

Nesta dissertação, todas as unidades fraseológicas que catalogamos se enquadram na definição de colocações, que segundo Mejri (*apud* Sampaio; Ribeiro, 2020, p. 355) se enquadram na definição de sequências semifixas, devido ao grau de soldadura entre os constituintes e pode ser melhor visualizado por meio da Figura 16:

Figura 16 - Grau de soldadura entre os constituintes das UFs



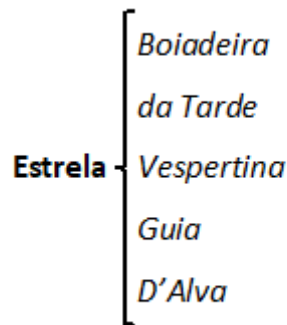
Fonte: Mejri (*apud* Sampaio; Ribeiro, 2020, p. 355).

Nesse sentido o linguista afirma

Le figement est en effect important à plus d'une trite : il engage toutes les dimensions du système linguistique (phonétique, syntaxe, morphologie, prosodie, sémantique, etc.). Une séquence [...] couramment employéé dans la conversation de tous les jours, illustre parfaitement l'imbrication de tous les niveaux que nous venons que mentioneer (MEJRI, 1997, p. 23).<sup>15</sup>

As principais características das sequências apresentadas pelo autor é que elas podem ter variados graus de fixidez, serem compostas por dois ou mais vocábulos e seu sentido só é compreendido pelo conjunto dos seus componentes, ou seja, nem sempre esse significado será espelhado pela soma destes elementos (a não composicionalidade semântica). Além disso, outras características precisam ser consideradas: (i) a frequência de uso, que permite a convenção do fraseologismo; (ii) a estabilidade; (iii) apresentar particularidades semânticas e sintáticas; (iv) apresentar mobilidade de um dos elementos que a compõe; e (v) a idiomatidade. No exemplo 3, temos alguns modelos de colocações presentes na amostra investigada e como a fixidez da base pode ser observada, tanto quanto a flexibilidade de cada colocado:

<sup>15</sup> O processo de fixação é, em efeito, importante: ele confirma todas as dimensões do sistema linguístico (fonética, sintaxe, morfologia, prosódia, semântica, etc.). Uma sequência [...] comumente empregada em conversas diárias, ilustra perfeitamente o entrelaçamento de todos os níveis que acabamos de mencionar (MEJRI, 1997, p. 23, tradução nossa).

**Exemplo 3:**

Por meio do exemplo dado depreendemos que, a lexia *estrela*, sozinha, não é capaz de fazer alusão ao *Planeta Vênus*, muito menos as lexias *boiadeira*, *da tarde*, *vespertina*, *guia* ou *d'Alva*. Para que esse entendimento aconteça, é necessário que elas estejam juntas e que sejam utilizadas em um contexto comunicativo específico, conforme exemplo 4:

**Exemplo 4:**

**INQ.-** E aquela estrela, que aparece de tarde, primeiro que as outras e brilha mais. Como que chamam aqui aquela estrela?

**INF.-** Sabe que eu... eu já observei muita aquela estrela, mas não sei... uns chamam de *estrela guia*, né?

**INQ.-** O senhor chama também de estrela guia?

**INF.-** É... geralmente, a gente tá com as pessoas por aí e diz a *estrela guia* já apareceu.

**INQ.-** Aquela da tarde?

**INF.-** É.

*(023.Pedro Afonso – TO, homem, faixa 2, fundamental incompleto).*

Fonte: Dados orais. Banco de dados do Projeto ALiB.

Conforme o exemplo 04, percebemos que o entendimento do informante acerca do referente buscado pelo inquiridor, neste caso, só pode ser explanado através de um fraseologismo, considerando a maneira como a pergunta foi formulada. Essa é uma questão que buscaremos discorrer, especificamente, na seção 5, de análise dos dados, pois entendemos que a resposta pode estar condicionada à pergunta feita, em alguns casos, reiterando a ideia de uso em um contexto específico.

Assim, depreendemos que há muito o que se estudar na área da Fraseologia, pois, além de sua caracterização ser muito vasta, as linhas de estudo apresentadas têm um olhar

diferenciado para o mesmo objeto. Expomos, dessa maneira, alguns elementos que justificam a nossa escolha de estudar a Fraseologia, nesta amostra, de acordo com a corrente francesa, pelos motivos já explicitados e por também estarmos em harmonia com essa corrente de estudos. E, para completar as bases teóricas que sustentam esta dissertação, na próxima seção, faremos uma explanação sobre as estrelas, com base na ciência que as investiga, desde sua formação, composição, movimentação e classificação no nosso sistema solar.

## 2.4 ASTRONOMIA

Nesta seção, exibiremos, de forma sucinta, algumas considerações acerca da Astronomia, enquanto uma das ciências que dialogam com a Dialetologia para construção deste trabalho. Para isso, consultamos o manual de Astronomia e Astrofísica (2018), disponibilizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) para iniciantes nestas duas áreas de estudos e as coletâneas organizadas pelos pesquisadores da Sociedade Astronômica Brasileira (SAB), em parceria com o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), como resultado dos trabalhos desenvolvidos no Brasil, no Ano Internacional da Astronomia que ocorreu em 2009<sup>16</sup> e mobilizou a comunidade científica dessa área e de áreas afins.

Astronomia, do grego *astronomía*, pode ser definida como a

ciência cujo objeto é a observação e o estudo sistemático do universo sideral e dos corpos celestes, com o fim de situá-los no espaço e no tempo, explicar suas origens e os seus movimentos, perquirir a sua natureza, a sua constituição e as suas características (HOUAISS, 2001).

Nesse contexto, é uma ciência antiga que remonta a pré-história, com registros de “desenhos rupestres (inscritos em rochas) que incluem figuras de astros” (MILONE, 2018, p. 9) e era utilizada, principalmente, para a identificação das mudanças no ambiente e como os astros influenciavam nesse processo. Para o autor, o homem primitivo considerava os astros, os animais, as montanhas, as florestas, os desertos e a água como divindades porque não eram inteiramente compreendidas.

Na antiguidade, cerca de 5500 a 3500 a.C., em civilizações como os mesopotâmicos, os sumerianos e os antigos egípcios, têm-se registros de associações entre divindades com os

---

<sup>16</sup> O ano de 2009 foi nomeado o Ano Internacional da Astronomia pela ONU para comemorar os 400 anos desde que Galileu Galilei apontou sua luneta para o céu e fez descobertas surpreendentes. Entre elas estão quatro luas de Júpiter, as fases de Vênus, as manchas solares, os anéis de Saturno e a descoberta de que a Via Láctea é composta de estrelas (DAMINELI; STEINER, 2010, p. 11).

fenômenos naturais, incluindo os astros. A busca por explicações mitológicas para os fenômenos como as fases da lua, o dia e a noite, cometas e estrelas cadentes, por exemplo, ocorriam de maneira natural entre estas civilizações e foram os babilônios, um dos povos oriundos da Mesopotâmia, que fizeram o primeiro registro dos cinco planetas que podiam ser vistos a olho nu daqui da Terra (Mercúrio, Vênus, Marte, Júpiter e Saturno) (MILONE, 2018, p. 11).

Essa relação entre o mitológico e os astros observados (e seus fenômenos), contribuíram para que a Astronomia nascesse em conjunto com a Astrologia. Assim, os babilônios conceberam as primeiras constelações como figuras representativas dos deuses e que estavam espelhadas no firmamento, delineadas pelas estrelas, a qual chamaram Zodíaco.

As civilizações da antiguidade, que se formaram ao redor das bacias dos rios Tigre, Eufrates, Nilo e Indus, desenvolveram o sistema que reconhecemos por agricultura e, este mesmo sistema, só pôde ser desenhado por estes povos, com o passar do tempo, a partir da observância dos fenômenos naturais e isso se deu com a contagem da passagem do tempo. Segundo Milone (2018, p. 12), “a primeira marcação de tempo ocorreu para períodos longos (meses e anos) e não para intervalos curtos (dias e horas)”. Essa marcação de períodos longos permitiu às civilizações antigas saber, exatamente, quando plantar, quando colher, a vazante de um rio e a partir destes fenômenos, marcar a data de celebrações religiosas.

O monumento *Stonehenge*, por exemplo, localizado na planície de Salisbury na Inglaterra, é datado deste período e demonstra, em conjunto com as pirâmides egípcias, a determinação e as habilidades destes povos em explorar o céu, vigiando o deslocamento aparente do sol, em associação a cultos religiosos (DAMINELI *et al.*, 2011, p. 15).

Com o surgimento da escrita, por volta de 4000 a.C., através dos caracteres cuneiformes em placas de argila cozida, temos o registro, além das constelações de Escorpião e Leão, da duração do ano em 360 dias, do fracionamento do céu em 360 graus, da divisão do grau em 60 porções e da concepção do dia de 24 horas, afirmam Damineli *et al.* (2011, p. 15).

Organizadas em uma estrutura social politeísta, regida por rei ou imperador, as antigas civilizações sempre estiveram correlacionando suas descobertas (agricultura e escrita, por exemplo) ao que consideravam divindade e isso acarretou em um processo de delineamento da Astronomia e da Astrologia como áreas de conhecimento únicas e inseparáveis. Contudo, Damineli *et al.* (2011, p. 16) destacam que, “Dois textos desse período referem-se a questões



que hoje seriam astrológicas e astronômicas, não um corpo único e indissociável de conhecimento”.

Essa dualidade percebida entre Astronomia e Astrologia pode ser constatada nos registros feitos nas tábuas sumérias, em que há uma correlação entre o calendário lunar com presságios sobre ações políticas e fenômenos celestes. Entretanto, essa preocupação de desvendar o futuro se perde na Grécia Antiga, por volta de 500 a.C., pois estes conhecimentos chegam até os gregos e são interpretados de maneira estritamente astronômica, contrariamente ao que ocorria entre os mesopotâmicos e os egípcios.

Estes últimos, por sua vez, atribuíam, aos corpos celestes e aos fenômenos observados, caráter religioso, uma vez que os astrônomos egípcios também eram os sacerdotes do imperador. Isso se constata no papiro funerário da princesa Nesitanebtashu, sacerdotisa de Amon Ra, em Tebas, datado de 970 a.C., em que há uma representação do universo, entendida pelos egípcios, em conjunto com um grupo de deuses e deusas. Mesmo assim, “os egípcios conceberam a duração do ano em 365 dias, divididos em 12 meses de 30 dias a que se acrescia 5 dias (epagômenos), com o objetivo de fazer coincidir o ano civil com o ano solar” (DAMINELI *et al.* 2011, p. 17).

Com relação à Astronomia Moderna, Damineli *et al.* (2011, p. 18) afirmam que ela está baseada no legado da Grécia Antiga e se constata a partir da revolução copernicana, em meados do séc. XVI, mais precisamente, quando ocorre “a passagem da visão de mundo aristotélico para a ciência moderna na qual as questões científicas e as suas soluções devem ser apresentadas em linguagem matemática” (DAMASIO, 2011, p. 1). Segundo o autor,

Lakatos chama a Revolução Copernicana como sendo a hipótese de que a Terra gira em torno do Sol e não o contrário, ou com maior precisão, a hipótese do referencial fixo do movimento planetário ser as estrelas fixas e não a Terra (DAMASIO, 2011, p. 1).

De acordo com Damásio (2011), os postulados de Nicolau Copérnico (1564 – 1642) se assemelham aos de Ptolomeu<sup>17</sup>, que o antecede, e ambos eram inconsistentes em alguns aspectos. Entretanto, apesar da teoria heliocêntrica, defendida por Copérnico, se opor à teoria

---

<sup>17</sup> Ptolomeu foi responsável por criar o sistema cosmológico baseado na teoria geocêntrica de Aristóteles. Nesse postulado, a Terra se encontra no centro do universo, e em torno dela giram os planetas: Mercúrio, Lua, Vênus, Sol, Marte, Júpiter e Saturno, além de apresentar seus cálculos sobre a dimensão da Lua e a distância entre ela e o Sol. Tal sistema vigorou desde a Antiguidade até a revolução copernicana (1543). (Instituto de Física da UNICAMP, s/d).

geocêntrica, impetrada por Ptolomeu, o que percebemos é que muito do que foi postulado por Aristóteles e Ptolomeu foi conservado por Copérnico em suas referências.

Após a revolução copernicana, que esteve envolta pela censura eclesial<sup>18</sup>, temos a construção dos fundamentos da Astronomia Moderna, ampliada e consolidada por pesquisadores como Galileu Galilei e Johannes Kepler, entre outros, sustentada por uma teoria de explosão primordial, o *Big Bang*, que seria o fator originário de toda a expansão universal que conhecemos hoje (DAMINELI *et al.*, 2011, p. 21).

Galileu Galilei (1564 – 1642) ficou conhecido mundialmente por derrubar, de maneira científica, as ideias aristotélicas sobre a gravidade, e por isso ele é conhecido como o pai da ciência moderna. Apesar de não ter inventado o telescópio, foi o primeiro que o utilizou, apontando-o para o céu, o que o fez discordar do legado de Aristóteles, mais uma vez, quando percebeu que o firmamento se assemelhava muito mais ao que havia sido pregado por Copérnico do que por Aristóteles.

Além de dar nova utilidade aos telescópios, Galilei também passou a utilizar as lunetas, que já existiam há cerca de 300 anos e eram utilizadas, exclusivamente, por oculistas. Com base em suas necessidades, desenvolveu a sua própria luneta astronômica, fato que lhe garantiu a descoberta dos quatro satélites de Júpiter. Galilei também desenvolveu outros artefatos científicos como a balança hidrostática, o compasso geométrico-militar, adaptou o telescópio para o que conhecemos hoje por microscópio, desenvolveu o termoscópio e as tabelas longitudinais marítimas<sup>19</sup>.

Johannes Kepler (1571 – 1630) foi o astrônomo alemão que elevou o trabalho de Copérnico a um novo patamar, descrevendo com precisão o movimento dos planetas em torno do Sol. Segundo as teorias de Kepler<sup>20</sup>, os planetas giram em elipses ao redor do Sol, ao invés de círculos, a Lua gira ao redor da Terra e a Terra gira em torno de si mesma. Além disso, Kepler foi o primeiro a sugerir que o Sol é o centro do cosmos e que uma força que emana desse centro é a responsável pelo movimento elíptico dos planetas, afirmação que Isaac Newton confirma anos depois.

---

<sup>18</sup> “A obra foi atacada por teólogos protestantes que sustentavam que a premissa de um universo heliocêntrico contrariava a Bíblia” (HAWKING, 2004, p. 18).

<sup>19</sup> Para maiores informações acerca do legado de Galileu Galilei consulte a obra *Os Gênios da Ciência* (2004) de Stephen Hawking.

<sup>20</sup> Ao todo foram três: a Lei das Órbitas; a Lei das Áreas; e a Lei Harmônica.

Não apenas no oriente temos apontamentos históricos de especulações baseadas em observações sistemáticas do firmamento. Também aqui, nas Américas, com os povos originários (incas, maias e astecas), influenciados por seus ancestrais, os Olmecas, temos registros de “movimentos de objetos celestes com precisão acima de culturas que foram suas contemporâneas. Também desenvolveram a escrita, esculpida ainda hoje em edifícios e monumentos: as estelas” (DAMINELI *et al.*, 2011, p. 23).

Mesmo com a destruição, por parte do colonizador, de grande parte dos registros históricos feitos por estas civilizações, ao longo de suas vidas, os códices maias<sup>21</sup>, entre outros tesouros arqueológicos, têm um alto valor histórico por possuírem gravuras em que estes povos registraram os fenômenos a sua volta e se utilizaram destes elementos para construir o entendimento sobre o universo e sua criação.

Damineli *et al.* (2011, p. 25-26) chamam a atenção para o olhar mitológico destinado aos astros, também, registrado em culturas como os ianomâmis, e os indígenas brasileiros, principalmente, os do tronco tupi-guarani, como etnias que desenvolveram hábitos e costumes com base na percepção dos astros. Outra cultura em que também observamos o rito de olhar para o céu são os xamãs<sup>22</sup>. De acordo com os autores,

Uma pesquisa histórica, envolvendo cada uma das culturas já extintas ou ainda vivas nas mais diferentes regiões da Terra, mostra que cada uma delas leu o céu à sua maneira. Mas todas, sem exceção, elevaram os olhos para observar as estrelas (DAMINELI *et al.*, 2011, p. 26).

Assim sendo, buscaremos, a partir destas breves explanações sobre o passado da Astronomia e seu percurso histórico entre as civilizações, voltar ao ponto em que a primeira constelação foi registrada, ainda na Antiguidade, com a civilização babilônica, pois a consideramos de extrema importância, para este trabalho, considerando que as estrelas fazem parte das constelações e são, de certa forma, nosso objeto de investigação.

As constelações são regiões da esfera celeste nas quais existe uma configuração de estrelas, afirma Milone (2018, p. 12). De acordo com o autor, “As 48 constelações clássicas foram compiladas pelo grego Ptolomeu em 137 d.C., inclusive as zodiacais”. No entanto, já

---

<sup>21</sup> Livros da cultura Maia confeccionados com longas tiras retiradas da parte interna da casca da figueira, ou mesmo fibras de outras plantas que, para serem utilizadas, recebiam antecipadamente uma camada de cal (DAMINELI *et al.*, 2011, p. 23).

<sup>22</sup> Cultura em que são feitas práticas ancestrais que mantém relação com o Sagrado, divindades, espíritos e estados alterados de consciência, na busca por saúde e bem-estar físico e mental, conforme afirma Artese (2018).

existem, pelo menos, 88 constelações cartografadas pela União Astronômica Internacional (UAI), sendo estas 40 últimas, resultantes das épocas das grandes navegações.

As constelações estão classificadas em quatro classes com base em suas localizações: as Zodiacais, as Austrais, as Equatoriais e as Boreais. As Zodiacais são aquelas que estão localizadas na eclíptica, ou seja, em uma linha imaginária definida pelo plano de órbita da Terra ao redor do Sol. A Constelação Zodiacal é composta por 12 das 88 constelações cartografadas pela UAI. As Austrais são aquelas localizadas no Hemisfério Sul e compreendem 36 das 88 constelações. As Constelações Equatoriais são aquelas localizadas no equador celeste e somam 22 das 88 e, finalmente, as Boreais são aquelas constelações cartografadas no Hemisfério Norte, totalizando 18 das 88, atualmente, registradas. No Quadro 3, listamos todas as constelações pertencentes a cada classe geográfica, pois reconhecer cada nome atribuído a estes aglomerados de estrelas nos interessa.

**Quadro 3 - Grupos de Constelações**

<b>CONSTELAÇÕES</b>	<b>CONJUNTOS DE ESTRELAS QUE COMPÕEM CADA CONSTELAÇÃO</b>
<i>ZODIACAIS</i>	Peixes, Áries, Touro, Gêmeos, Câncer, Leão, Virgem, Libra, Escorpião, Sagitário, Capricórnio e Aquário.
<i>AUSTRALS (SUL)</i>	Altar, Ave do Paraíso, Bússola, Camaleão, Centauro, Cinzel, Compasso, Coroa Austral, Cruzeiro do Sul, Escultor, Esquadro, Fênix, Fornalha, Grou, Hidra Macho, Índio, Lobo, Máquina Pneumática, Meseta, Microscópio, Mosca, Oitante, Pavão, Peixe Austral, Peixe-Espada, Peixe-Voador, Pintor, Pomba, Popa, Quilha, Relógio, Retículo, Telescópio, Triângulo Austral, Tucano e Velame.
<i>EQUATORIAIS</i>	Águia, Baleia, Boieiro, Cabeleira de Berenice, Cão Maior, Cão Menor, Cavalo Menor, Corvo, Erídano, Escudo, Flecha, Golfinho, Hidra, Órion, Lebre, Pégaso, Raposa, Serpentário, Serpente, Sextante, Taça e Unicórnio.
<i>BOREAIS (NORTE)</i>	Andrômeda, Cães de Caça, Cassiopeia, Cefeu, Cisne, Cocheiro, Coroa Boreal, Dragão, Girafa, Hércules, Lagarto, Leão Menor, Lince, Lira, Perseu, Triângulo, Ursa Maior e Ursa Menor.

Fonte: <http://astro.if.ufrgs.br/const.htm>.

Conforme demonstrado no Quadro 3, os estudos desenvolvidos pela Astronomia, desde a Antiguidade até os dias atuais, demonstram um incansável trabalho de observação, de cálculos, de testes e, principalmente, de refutar ou confirmar as hipóteses levantadas por pesquisadores anteriores aos atuais, o que esclarece a natureza científica da Astronomia com relação à Astrologia.

Mesmo que, nesta dissertação, tenhamos nos debruçamos em investigar as denominações dadas para as estrelas, temos consciência de que os astros que estamos investigando, de fato, não se tratam de estrelas que pertencem a alguma das constelações mencionadas no Quadro 3. Por isso, na seção seguinte, que intitulamos “estrelas: breve panorama” faremos uma sucinta abordagem, pelo viés da Astronomia, sobre as Estrelas, mas

teceremos, também, considerações sobre os Planetas e sobre os Meteoros, que são, para a Astronomia, os astros de que estamos falando.

Destacamos que a utilização da denominação Estrela foi mantida tanto para os astros que investigamos quanto para intitular a seção seguinte, pois além de preservar o aspecto metodológico do Projeto ALiB, registrado no QSL, também constatamos na coleta de dados que os informantes assim os entendem. É possível que chamar de estrela o astro “x” ou o astro “y” esteja condicionada à pergunta feita pelo inquiridor e, sobre essa questão, faremos alguns comentários na seção 5 de análise de dados.

#### 2.4.1 Estrelas: breve panorama

Conforme explanado na seção 2.5, exporemos agora uma breve descrição das estrelas pela ótica da Astronomia, mas também sobre os Planetas e os Meteoros. Isso se faz necessário, pois quando começamos a entender os elementos que constituem a ciência astronômica, percebemos que aquilo que sempre chamamos por estrelas, na realidade não se tratam de estrelas, mas de outros astros e é isso que buscaremos elucidar.

Não queremos, de modo algum, afirmar que o que se pratica no seio das comunidades é certo ou errado, mas demonstrar que, como na antiguidade, nós, seres humanos, nomeamos as coisas ao nosso redor, com base nas nossas crenças e no nosso conhecimento de mundo, por isso nenhuma das respostas que foi dada pelos informantes do Projeto ALiB foi desconsiderada nesta investigação.

É comum, nos livros de ciências do Ensino Básico (EB), encontrarmos a definição de estrela como astro que contém luz própria. Essa definição é reduzida não abarcando toda a complexidade que envolve estes astros, contudo, compreendemos a redução no sentido da adequação ao contexto em que se utiliza, o EB. Nesse sentido, apresentamos outras três definições para este astro, pois as julgamos interessantes para o entendimento que pretendemos alcançar. Na primeira delas, Houaiss (2001) define estrela como “corpo celeste produtor e emissor de energia, com luz própria, e cujo deslocamento na esfera celeste é quase imperceptível ao observador na Terra”. Na segunda aceção, temos que estrela é uma “imensa esfera de gás (principalmente hidrogênio) que se encontra a altas temperaturas, produzindo energia termonuclear, mantendo-se em equilíbrio (pressão de radiação sustenta

o colapso gravitacional)” (DAMINELLI *et al.*, 2011, p. 177). Uma terceira definição sobre estrela é de que é um

Objeto celeste em geral de forma esferoidal, no interior do qual reinam temperaturas e pressões elevadas, particularmente nas regiões vizinhas do centro, onde se verificam reações termonucleares que liberam considerável energia; esta se propaga, do centro para a periferia, através das diversas camadas que a constituem até atingir o espaço sob a forma de radiações eletromagnéticas. No centro, a radiação é rica em componentes de alta frequência (radiações gama e X) e, na periferia, há abundância de radiações luminosas, ultravioletas e infravermelhas (MOURÃO, 1987, p. 284).

Conforme observamos, nas acepções aqui trazidas, os significados atribuídos para a estrela são os mesmos, contudo a maneira que cada pesquisador as apresenta é que se modifica, baseado no público alvo para quem seu material didático se destina.

As estrelas se classificam de acordo com suas variações físicas como temperatura e tamanho, destaca Mourão (1987, p. 284). Quanto à temperatura, algumas emitem muito mais radiação do que outras e, nesse caso, dizemos que elas são quentes ou frias. As estrelas quentes podem emitir até bilhões de vezes mais radiação que o Sol, que é a nossa estrela mais conhecida e o centro gravitacional do nosso cosmos, também chamado de Sistema Solar.

Quanto ao tamanho, como já sabemos que todas as estrelas são esféricas, o diâmetro entre elas pode variar conforme sua densidade. Como exemplo, podemos mencionar que algumas estrelas, chamadas *anãs-brancas*, possuem dimensão inferior a Terra, considerando sua densidade 100.000 vezes maior que a água e outras, conhecidas como *supergigantes* podem ter até 3.000 vezes o diâmetro do Sol, com densidade de  $10^{-9}$  com relação à densidade do Sol, afirma Mourão (1987, p. 284).

Como podemos perceber, estamos nos referindo a esferas celestes muito complexas, mas também muito interessantes. Se aproximarmos estas características estelares para os dados encontrados na amostra que investigamos, podemos ver com certa clareza que a característica da luz própria, que estas esferas irradiam, é o que nos faz pensar que os astros que investigamos são estrelas e não, outros tipos de astros.

Contudo, a Estrela da Manhã e a Estrela da Tarde, apesar de serem chamadas de estrelas são, na realidade, um planeta. O mesmo planeta: Vênus. O que ocorre, de fato, é que Vênus é o mais brilhante objeto do céu, depois do Sol e da Lua. Sua órbita está localizada entre Mercúrio e a Terra e sua temperatura é considerada mais elevada do que a de Mercúrio, que é o planeta mais próximo do Sol. Essa alta temperatura é resultado de sua atmosfera ácida,

altamente reflexiva e que ao longo dos anos tornou-se incrivelmente espessa, devido à atividade planetária semelhante ao que conhecemos por efeito estufa (MOURÃO, 1987, p. 836 – 837). Por isso, o Planeta Vênus apresenta condições especiais, em sua composição, que o difere dos demais e o permite irradiar/refletir a luz do Sol.

De acordo com o astrofísico,

Na sua condição de planeta inferior, nunca se afasta muito do Sol; seu afastamento máximo, visto da Terra, é de cerca de 48°. Na conjunção inferior, Vênus é visível como **estrela da tarde**, logo após o pôr-do-sol; na máxima elongação<sup>23</sup>, é visível como **estrela matutina**, antes do nascer do Sol. O fenômeno de seu brilho máximo (em certas ocasiões e circunstância de atmosfera terrestre extremamente limpa, Vênus é visível em plena luz do dia) (MOURÃO, 1987, p. 837, grifo nosso).

Entendendo as circunstâncias físicas, que permitem ao Planeta Vênus brilhar, compreendemos o porquê da imprecisão com o nome das estrelas e confirmamos que ela ocorre, principalmente, porque para aqueles que observam o céu, sem muitos critérios científicos para isso, não interessa se é ele quem produz tal radiação ou se simplesmente está retransmitindo a luz de outrem. O que se vê, de fato, aqui na Terra é o ponto brilhante no céu e, então, nomeamos conforme nosso entendimento de mundo, nossas crenças e, algumas vezes, considerando alguns elementos motivacionais para esse processo de denominação, como Estrela da Manhã e Estrela da Tarde em alusão ao horário em que é visto com mais clareza no céu.

Necessário se faz destacar que planeta é um “corpo celeste compacto, **sem luz própria**, relativamente frio, que gira em torno de uma estrela em órbita quase sempre elíptica” (MOURÃO, 1987, p. 630, grifo nosso). Na Antiguidade, recebeu este nome porque “Enquanto a imensa maioria dos pontinhos brilhantes no céu, as estrelas, possuía posições relativas imutáveis, alguns poucos pontos pareciam passear por entre elas. Esses objetos foram chamados planetas, que em grego significa errante” (RODRIGUES, 2018, p. 16).

Mourão (1987, p. 707) destaca que os planetas possuem satélites em sua órbita graças a força da gravitação, característica que é observada em todos os planetas. Por isso, define satélite como sendo o corpo celeste que orbita em torno de algum planeta, graças à gravidade por ele estabelecida. Em nosso Sistema Solar, estão registrados 35 satélites naturais e a Lua é este corpo celeste que gira ao redor da Terra, ou seja, é o nosso satélite natural.

---

<sup>23</sup> Aparente afastamento angular de um astro em relação a um ponto ou a um sistema fixo; digressão (Houaiss, 2001).

Ainda apresentando considerações sobre os planetas, estes podem ser caracterizados como telúricos (similares à Terra em dimensão e massa) e jovianos (similares à Júpiter, também, em dimensão e massa). Os telúricos são Mercúrio, Vênus, Marte e o nosso planeta Terra e os jovianos são Saturno, Urano, Netuno e Júpiter. Plutão havia sido caracterizado como joviano, apesar de não ter características que o enquadrassem nesta classe, todavia, a partir de 2006 recebeu o *status* de planeta-anão.

Assim, os maiores corpos do espaço são as estrelas, em seguida, temos os planetas e seus satélites. Entretanto, apesar de haver uma imensidão de conteúdo envolvendo estes elementos, tanto dentro do nosso Sistema Solar, quanto fora dele, reconhecemos que existem inúmeros outros elementos que compõem a estrutura de firmamento que conhecemos na atualidade, graças aos avanços das pesquisas em Astronomia e das ciências de um modo geral. Nesse sentido, destacamos a presença do que os astrônomos chamam de corpos menores do Sistema Solar, pois estes corpos menores, também, nos interessam.

Os corpos menores do Sistema Solar são definidos por Rodrigues (2018, p. 33) como aqueles corpos que não possuem o formato esférico, característico das estrelas e dos planetas e incluem os asteroides, os cometas e os objetos transnetunianos. Os asteroides, em sua maioria, estão localizados nas órbitas de Júpiter e Marte e se assemelham muito aos planetas em sua composição, mas são extremamente menores. Os cometas, por sua vez, são os objetos menores mais errantes, isso significa que possuem as maiores órbitas do Sistema Solar. São formados, basicamente, por gelo, grãos de poeira e materiais orgânicos e quando se aproximam um pouco mais do Sol, os materiais de sua superfície se sublimam formando uma nuvem de gás e poeira ao seu redor. O seu movimento constante, ao redor do Sol, permite que confundamos esse rastro luminoso criado por essa cauda incandescente, com a conhecida e admirada Estrela Cadente.

Finalmente, passamos a um terceiro corpo menor, presente em nosso cosmos que nos interessa reconhecer, o Meteoro. Assim,

O risco luminoso que por vezes vemos no céu origina-se na entrada na atmosfera de restos de cometas e asteróides que vagam pelo sistema solar. Esses corpos são os chamados **meteoróides**. Os menores são desintegrados pelo atrito com a atmosfera e apenas os maiores podem chegar à superfície da Terra, quando são denominados **meteoritos**. Esses meteoritos são, em sua maior parte, originários de asteróides. Ao entrar na atmosfera é produzida luz, que é o que chamamos de **meteoro** (RODRIGUES, 2018, p. 36, grifo nosso).



Da mesma maneira como ocorre com as estrelas da Manhã e da Tarde, o objeto que cai e/ou se desloca no céu não é uma estrela, mas sim, um Meteoro. Mourão, na introdução do seu *Dicionário Enciclopédico de Astronomia e Astronáutica* (1987), destaca que

Adotamos, em geral, o registro do vocábulo de acordo com as normas da União Astronômica Internacional. A denominação oficial internacional prevalece, adotando-se a ortografia dos nomes próprios usados na língua original. [...] Sempre que possível, consignamos no principal **as diversas formas variantes**, inclusive a forma aportuguesada. Estas diferentes variantes foram registradas como verbetes remissivos ao principal (MOURÃO, 1987, introdução, grifo nosso).

Quando buscamos a expressão Estrela Cadente, na obra supracitada, ela nos remete ao termo original, Meteoro e nesse vocábulo, normatizado pela UAI, temos as seguintes denominações como formas aportuguesadas para o mesmo referente: *estrela cadente*, *estrela fugaz*, *estrela filante*, *meteorito* (como impróprio) e *exalação/zelação* (como formas registradas no Nordeste brasileiro). Com isso, constatamos que dentro da comunidade científica astronômica, pelo menos a brasileira, as denominações populares são reconhecidas e estão registradas em enciclopédia terminológica da área.

Neste sentido, esperamos que o conjunto de observações, que foram elencadas nesta seção, tenha sido esclarecedor e auxilie no processo de entender as denominações catalogadas no *corpus* do Projeto ALiB. Conforme explanado, a ideia foi, justamente, buscar subsídios científicos que corroborassem a validação de todos os nomes registrados, mesmo sabendo que a maioria deles não é sinônimo dos referentes buscados, se considerarmos apenas o aspecto gramatical na análise. Assim, passamos à explanação acerca dos materiais e métodos utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia aplicada a esse trabalho segue os princípios da Geolinguística Pluridimensional, que se encarrega de estruturar a pesquisa de cunho dialetal no tripé básico: rede de pontos, questionário e informantes, correlacionando-os com fatores sociais específicos. Importa-nos lembrar de que esta composição está consolidada na base metodológica do Projeto ALiB, que fomenta os dados desse estudo, por isso, apresentamos nessa seção os materiais e métodos utilizados em sua composição.

#### 3.1 O CORPUS DA PESQUISA

Como mencionado, os dados utilizados nesta dissertação fazem parte do banco de dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil que, por sua vez, é um projeto de amplitude nacional sediado na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e que conta, atualmente, com a cooperação de mais oito universidades públicas brasileiras<sup>24</sup>.

O Projeto ALiB se pautou, inicialmente, do Decreto nº 30.643, de 20 de março de 1952, que manifestou posição favorável à criação de um atlas linguístico brasileiro pela Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa e sua principal premissa seria descrever o português brasileiro. Pelas muitas dificuldades encontradas no período, os dialetólogos preferiram iniciar a pesquisa de mapeamento linguístico através de atlas estaduais, sobre os quais falamos a respeito na seção secundária 2.1.2 do trabalho. Somente no ano de 1996, na UFBA, com a realização do *Seminário Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil*, é que “duas grandes linhas se impuseram, de imediato: a formulação ampla de um projeto e a discussão/definição de sua metodologia” (CARDOSO, 2010, p. 167).

Desse modo, o Projeto ALiB surge com objetivos bem definidos entre os quais se pode destacar: a descrição da realidade linguística no nosso país, a oferta de material para os estudiosos interessados e que investigam a divisão dialetal do Brasil, o diálogo com as outras ciências que permitam a fundamentação de teorias auxiliaadoras do desenvolvimento da Língua Portuguesa no Brasil, o traçado de isoglossas para delimitação de áreas dialetais e,

---

<sup>24</sup>UFC – Universidade Federal do Ceará; UFMA – Universidade Federal do Maranhão; UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; UFPA – Universidade Federal do Pará; UFPB – Universidade Federal da Paraíba; UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina; UnB - Universidade de Brasília; e UEL – Universidade Estadual de Londrina.

acima de tudo, a contribuição para o entendimento da nossa língua e do nosso povo enquanto membros de uma mesma sociedade. Nas próximas seções, buscaremos apresentar como o tripé da geolinguística estrutura o trabalho do Projeto ALiB e o recorte da nossa amostra.

### 3.1.1 O espaço geográfico em questão

A rede de pontos do Projeto ALiB é composta por 250 cidades distribuídas por todo o território nacional. Essas localidades foram selecionadas seguindo critérios geográficos, históricos e sociais. Desses 250 pontos, 25 são as capitais federais, excluindo-se dessa lista Brasília e Palmas, devido ao pouco tempo de fundação das duas cidades. Nesse caso, a equipe de dialetólogos do Projeto ALiB compreendeu que o tempo de fundação seria pouco para fornecer pais e filhos da localidade em conjunto com os outros critérios utilizados para a seleção dos informantes. Na Figura 17, podemos observar a seleção e a distribuição desses pontos no território brasileiro:

**Figura 17** - Rede de Pontos do Projeto Atlas Linguístico do Brasil



Fonte: Cardoso *et al.* (2014b, p. 59)

Das 250 localidades que compõem a rede de pontos do Projeto ALiB, para essa investigação, selecionamos 30 delas que estão distribuídas, em sua maioria, na Região Norte brasileira, mas também na Região Nordeste e Centro-Oeste do país.

A seleção deste espaço geográfico originou-se da proposta de divisão dialetal feita por Nascentes (1953), na obra *O linguajar carioca*, que a partir de aspectos fonético-fonológicos observados, dividiu os falares brasileiros em dois grandes grupos de falares: os *Falares do Norte* e os *Falares do Sul*, além de subdividir estes dois grandes grupos em subgrupos de falares: no Norte, o *Falar Amazônico* e o *Falar Nordestino* e no Sul, o *Falar Baiano*, o *Falar Mineiro*, o *Falar Fluminense* e o *Falar Sulista*. Na Figura 18, demonstramos esta proposta de divisão feita pelo dialetólogo e acrescentamos: “Percebe-se que essa descrição é muita mais completa e que houve uma preocupação do autor em fazê-la o mais ‘identificável’ possível. Infelizmente, [...], ela não é, de todo, isenta de indefinições ou de ambiguidades” (TELES, 2018, p. 111).

**Figura 18** - Divisão dialetal proposta por Nascentes (1953)



Fonte: Barbadinho Neto (2003, p. 700).

Teles (2018) refere-se a duas obras<sup>25</sup> do dialetólogo, publicadas anteriormente, em que ele já havia feito considerações acerca da divisão dos falares do português brasileiro e que foram apresentadas na seção 2.2.1 deste trabalho. Em tese de doutoramento, Teles (2018) aponta que houve um melhoramento na versão de 1953, quando comparada com a versão de 1922, mas que apesar da preocupação do pesquisador em delinear da forma mais

<sup>25</sup> NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca em 1922*. Rio de Janeiro: Sússekind de Mendonça, [192-]; NASCENTES, Antenor. *O idioma nacional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livr. Machado: Livr. Alves, 1933. v. 4.

clara possível, a própria versão de 1953 apresentou alguns problemas que a autora ressalta:

O que é mais importante de ser destacado nessas transcrições é que há, aparentemente, uma inconsistência no que é afirmado: se existem dois grupos separados por uma “zona”, tem-se assim, três zonas (faixas): (I) a do Norte, (II) a intermediária e (III) a do Sul.

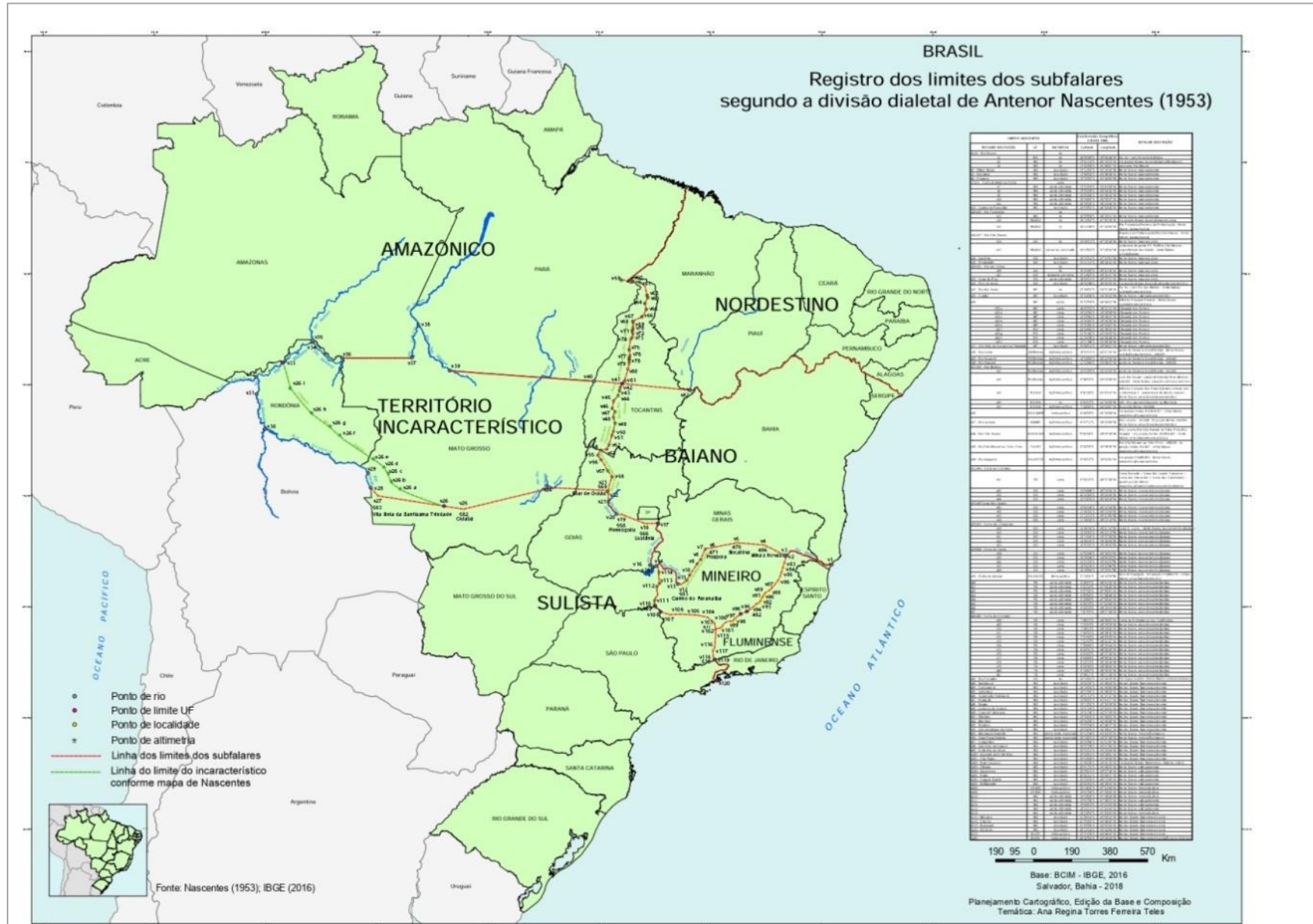
Entretanto, [...] Nascentes coloca intencionalmente o grupo que seria intermediário incluído no grupo do Sul.

Também indica o falar baiano como um dos subfalares sulistas, enquanto a linha descrita como divisória do norte e do sul passa abaixo do falar baiano e não acima. Outra observação a ser feita é que a descrição do território incaracterístico não corresponde àquele destacado no mapa já que a parte da descrição que coincide com os limites internacionais do Brasil está representada com uma linha distinta (TELES, 2018, p. 111).

Apesar dos problemas elencados por ela para a proposta de 1953, mais tarde, nas *Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil* (1958; 1961), o autor fez a descrição da rede de pontos selecionada e apresentou um modelo de questionário que serviria como base para iniciar os trabalhos de coleta. Nesse sentido, essa proposta foi e é considerada audaciosa, pois a maioria dos estudos que investigam áreas dialetais parte desta proposta de divisão.

Então, nos propomos a analisar o Subfalar *Amazônico*, partindo da atualização feita por Teles (2018), que realizou por meio de cartografia automatizada, a precisão referencial dos pontos detalhados por Nascentes (1958; 1961), como limítrofes de cada área, em base cartográfica do IBGE atualizada em 2016. Então, partindo desta atualização, buscamos os pontos do Projeto ALiB, equivalentes para a linha limítrofe do *Falar Amazônico*, para demarcar a área geográfica selecionada para essa investigação. Essa atualização de delimitação pode ser visualizada na Figura 19:

Figura 19 – Registro dos limites dos subfalares conforme Teles (2018)



Fonte: Teles (2018, p. 485)

Conforme se observa na Figura 19, o trabalho realizado por Teles (2018) pode ser considerado como um dos avanços da quinta fase dos estudos dialetais, pois a exatidão do detalhamento feito pela pesquisadora, quando comparados com o mapa da Figura 18, fornece material geograficamente atualizado, permitindo aos interessados por estudos que contemplem essa proposta de divisão, uma base cartográfica altamente precisa.

Salientamos, também, o trabalho elaborado por Portilho (2013) que investigou, com base nos dados do Projeto ALiB, a área temática dos *Jogos e Diversões Infantis*, na área do *Falar Amazônico*. Acrescentamos, ainda, que das 26 localidades contempladas pela pesquisadora, 20 compõem o *Falar Amazônico* e estão coincidentes com essa dissertação. No entanto, os seis pontos que compõem a *Área de Controle* estudada por ela, diferem-se do que se propõe aqui, pois, enquanto ela selecionou apenas seis localidades, nesse trabalho, optamos por uma área mais abrangente, devido à atualização feita por Teles (2018).

Fazemos um destaque para a expressão “Área de Controle”, que é um conceito que foi definido por Ribeiro (2012) e que vem sendo utilizado por cada pesquisador, com as devidas adaptações a cada novo trabalho. A exemplo disso, podemos citar os trabalhos desenvolvidos por Portilho (2013), com o *Falar Amazônico*; Romano (2015), com o *Falar Sulista*; Santos L. (2016), com o *Falar Fluminense*; e Santos G. (2018), com o *Falar Nordestino*.

Em suma, temos uma área geográfica composta por 30 localidades, das quais 20 compreendem a área geográfica do *Falar Amazônico* e 10 compreendem a *Área de Controle*, embasado no que foi proposto por Nascentes (1958; 1961), atualizadas por Teles (2018) e correlacionadas à rede de pontos do Projeto ALiB, considerando, também, a definição apresentada por Ribeiro (2012) para a *Área de Controle*, e já destacada na seção 2.3.2, ou seja, pontos que cobrem toda a área circunvizinha do *Falar Amazônico*. Na Carta 01, tem-se a rede de pontos selecionada para este trabalho, a partir desta atualização:

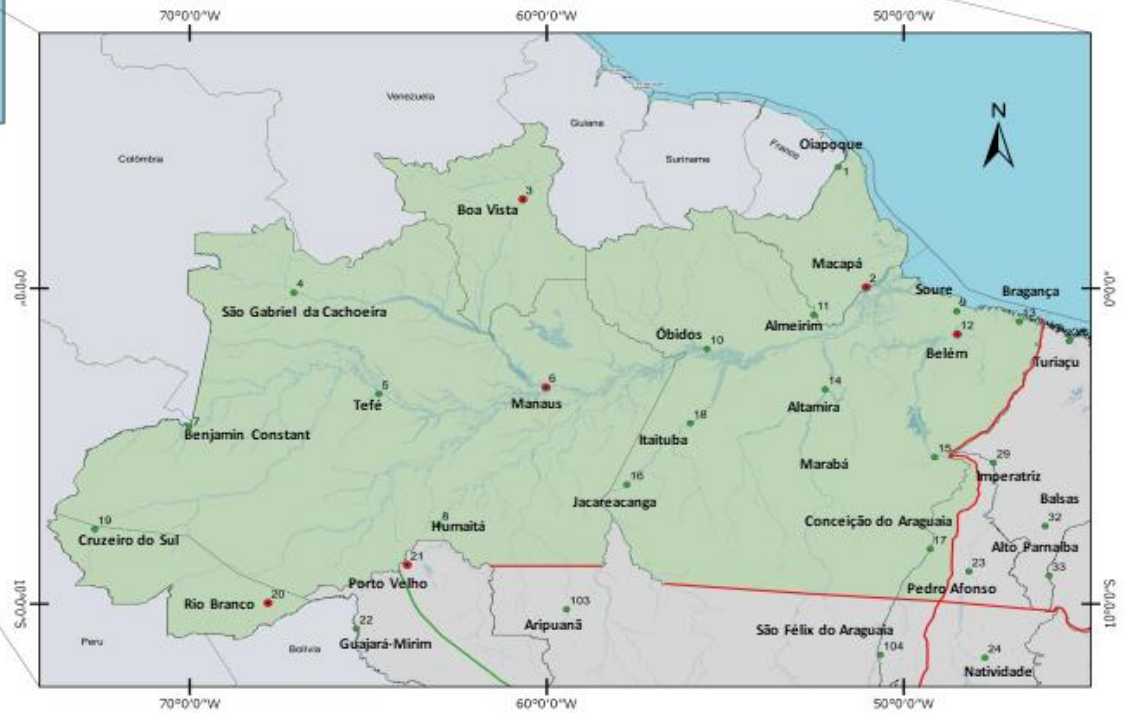


Projeto ALIB

Rede de Pontos

FALAR AMAZÔNICO

CARTA 01



**LEGENDA:**

- Capital
- Interior
- Linha dos limites dos subfatares
- Linha do limite do incharacterístico Conforme mapa de Nascentes

250 0 250 500 km

Carta Base: IBGE, 2016.

Planejamento Cartográfico: TELES, Ana Regina T. F., 2018.

Elaboração Gráfica: REIS, Daniel C., 2020.

Cartografia: Ana Rita Carvalho de Souza





A partir dos dados apresentados na Figura 18, dispomos, no Quadro 4, a rede de pontos do *Falar Amazônico* e da *Área de Controle*.

**Quadro 4** – Rede de pontos do ALiB comparados com os pontos de Nascentes (1958) e atualizados por Teles (2018).

NASCENTES (1958)	TELES (2018) <sup>26</sup>	ALiB	LOCALIDADE	ESTADO	REGIÃO	ÁREA
045	045	001	Oiapoque	Amapá	Norte	Amazônico
042	042	002	Macapá			Amazônico
011	020	003	Boa Vista	Roraima		Amazônico
018	018	004	São Gabriel da Cachoeira	Amazonas		Amazônico
008	008	005	Tefé			Amazônico
004	004	006	Manaus			Amazônico
<i>Não pertencente</i>	-	007	Benjamin Constant			Amazônico
013	013	008	Humaitá			Amazônico
032	032	009	Soure	Pará		Amazônico
023	023	010	Óbidos			Amazônico
<i>Não pertencente</i>	-	011	Almeirim		Amazônico	
022	022	012	Belém		Amazônico	
039	039	013	Bragança		Amazônico	
<i>Não pertencente</i>	-	014	Altamira		Amazônico	
<i>Não pertencente</i>	-	015	Marabá		Amazônico	
<i>Não pertencente</i>	-	016	Jacareacanga		Amazônico	
<i>Não pertencente</i>	-	017	Conceição do Araguaia		Amazônico	
<i>Não pertencente</i>	-	018	Itaituba		Amazônico	
002	002	019	Cruzeiro do Sul	Acre	Amazônico	
001	001	020	Rio Branco		Amazônico	
605	605	021	Porto Velho	Rondônia	A. Controle	
606	606	022	Guajará-Mirim		A. Controle	
578	578	023	Pedro Afonso	Tocantins	A. Controle	
<i>Não pertencente</i>	-	024	Natividade		A. Controle	
048	048	025	Turiaçu	Maranhão	Nordeste	A. Controle
051	051	029	Imperatriz			A. Controle
053	053	032	Balsas			A. Controle
<i>Não pertencente</i>	-	033	Alto Parnaíba			A. Controle
<i>Não pertencente</i>	-	103	Aripuanã	Mato Grosso	Centro-Oeste	A. Controle
<i>Não pertencente</i>	-	104	São Félix do Araguaia			A. Controle

Fonte: Nascentes (1958; 1961); Teles (2018). Elaborado pela autora.

<sup>26</sup> Embora pareça redundante, informamos aqui a numeração proposta por Teles (2018), porque em outros pontos da descrição do Brasil houve necessidade de renumeração.

Reiteramos, mais uma vez, que a tese de Teles (2018) pode ser considerada uma obra basilar para a realização de trabalhos que utilizam a proposta de dialeção de Nascentes (1953), pois, conforme demonstrado na Figura 18 e no Quadro 4, temos uma atualização/correlação de informações geográficas que poupará trabalho às futuras gerações de pesquisadores que venham a utilizar a obra de Nascentes (1953) como referência, a exemplo desta dissertação.

### 3.1.2 Os informantes

Seguindo a formação do tripé geolinguístico, foram entrevistados para o Projeto ALiB, 1100 informantes, selecionados mediante critérios previamente eleitos, com vistas a garantir que os dados apurados reportem o controle das variáveis observadas, retratando, da forma mais fiel possível, a realidade da localidade pesquisada. O perfil destes informantes, para além dos critérios de seleção local, divide-se em sexo (homens e mulheres), faixa etária (faixa 1 – 18 a 30 anos e faixa 2 – 50 a 65 anos) e escolaridade (fundamental completo/incompleto e universitário), conforme demonstra o Quadro 5:

**Quadro 5** - Perfil dos informantes do Projeto ALiB

Cidade	Nº Informante	Nível de escolaridade	Faixa etária	Sexo
Interior e Capital	01	Fundamental	I (18-30 anos)	Masculino
	02	Fundamental	I (18-30 anos)	Feminino
	03	Fundamental	II (50-65 anos)	Masculino
	04	Fundamental	II (50-65 anos)	Feminino
Capital	05	Universitário	I (18-30 anos)	Masculino
	06	Universitário	I (18-30 anos)	Feminino
	07	Universitário	II (50-65 anos)	Masculino
	08	Universitário	II (50-65 anos)	Feminino

Fonte: Banco de dados do ALiB

Nas cidades do interior, foram entrevistadas quatro pessoas, enquanto que nas capitais oito. Isso acontece porque nas capitais também foram entrevistados informantes com nível de escolaridade universitário, diferentemente das cidades do interior. Neste caso, era mais difícil encontrar pessoas com curso universitário completo em cidades mais distantes dos grandes centros urbanos. Sendo assim, para manter a equidade dos dados, preferiu-se

entrevistar informantes com escolaridade mais alta somente nas capitais.

Nesse trabalho, avaliaremos as respostas dadas por 144 informantes, estratificados por sexo, faixa etária e escolaridade (nas capitais), distribuídos por 30 cidades de nove estados brasileiros, que foram apresentados na subseção 3.1.1. Destes 144 informantes, 48 foram inquiridos nas seis capitais pesquisadas e nos forneceram dados diastráticos, devido aos dois níveis de escolaridade controlados. Os outros 96 informantes estão distribuídos pelas 24 cidades do interior pertencentes à área do *Falar Amazônico* e à *Área de Controle* e nos forneceram dados diassexuais e diageracionais.

### 3.1.3 O questionário

Quanto ao questionário, o Projeto ALiB utilizou a versão de 2001, que foi desenvolvida, buscando adequar as perguntas aos aspectos regionais das áreas pesquisadas e ao tipo de dado cotejado. Para o Projeto Atlas Linguístico do Brasil, foi desenvolvido um questionário composto de sete partes, abarcando vários fenômenos linguísticos:

- a) Questionário Fonético-Fonológico (QFF) – 159 questões mais 11 de prosódia;
- b) Questionário Semântico-Lexical (QSL) – 202 questões;
- c) Questionário Morfossintático (QMS) – 49 questões;
- d) Questões de Pragmática (QP) – 04 questões;
- e) Temas para Discurso Semidirigido (TDS) – 04 temas: um relato pessoal, um comentário, uma descrição e um relato não pessoal.
- f) Perguntas Metalinguísticas (PM) – 06 questões e
- g) Texto para Leitura (LE) – Parábola dos sete vimes<sup>27</sup>.

Conforme mencionado, o QSL é composto por 202 questões que se distribuem por 14 áreas temáticas: Acidentes Geográficos (06 questões); Fenômenos Atmosféricos (15 questões); *Astros e Tempo* (17 questões); Atividades Agropastoris (25 questões); Fauna (25 questões); Corpo Humano (32 questões); Ciclos da Vida (15 questões); Convívio e Comportamento Social (11 questões); Religião e Crenças (08 questões); Jogos e Diversões Infantis (13 questões); Habitação (08 questões); Alimentação e Cozinha (12 questões); Vestuário e Acessórios (06 questões) e Vida Urbana (09 questões).

---

<sup>27</sup>TRINDADE COELHO. Os meus amores. *apud* LACERDA, A. de; HAMMARSTRÖM, G. *Transcrição fonética do português normal*. Coimbra: [s.n.], 1953. p. 27-28. Texto com adaptações.

A escolha, para esta dissertação, de investigar a área temática Astros e Tempo, como mencionado na Introdução desta dissertação, emergiu do trabalho realizado durante a graduação (2016), no âmbito do PIBIC. A pesquisa, com seu respectivo plano de trabalho consistia em fazer o levantamento das unidades fraseológicas, desta mesma área temática, na Região Norte brasileira. Como as unidades lexicais simples não foram consideradas no escopo do trabalho, que buscou apenas unidades polilexicais, em atendimento ao que pedia o plano de trabalho, decidimos por fazer tais análises ampliando a área geográfica que havia sido monitorada.

Assim, a primeira etapa foi selecionar as questões que seriam estudadas, pensando no tempo hábil do curso de Mestrado e baseado no controle de análises, que é feito pelo Comitê Nacional do Projeto ALiB<sup>28</sup> e que passa por diversas atualizações ao longo do ano, registrando questões que já foram estudadas, por quem foram estudadas e quais regiões geográficas foram contempladas com as análises já feitas. Esse controle também destaca as questões que estão com análises em andamento, quem são os pesquisadores responsáveis e quais as áreas geográficas consideradas.

No final, selecionamos três das 17 questões da área temática Astros e Tempo, que estavam disponíveis para análise e descrição lexical. Inspiramo-nos no trabalho de Ribeiro (2012), que buscou, a partir de dados lexicais, confirmar a atualidade dos limites do *Falar Baiano*, além da existência de subfalares e os delineou, pois não estavam previstos em Nascentes (1953). Assim sendo, as questões estudadas na dissertação são:

- 1) QSL029 – De manhã cedo, uma estrela brilha mais e é a última a desaparecer. Como chamam esta estrela?
- 2) QSL030 – De tardezinha, uma estrela aparece antes das outras, perto do horizonte, e brilha mais. Como chamam esta estrela?
- 3) QSL031 – De noite, muitas vezes, pode-se observar uma estrela que se desloca no céu, assim, (mímica) e faz um risco de luz. Como chamam isso? (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001, p. 23).

Percebemos que o foco dessa pesquisa é, a partir das denominações dadas para as estrelas, atestar ou refutar a atualidade do traçado proposto por Nascentes (1953) para o *Falar Amazônico* e averiguar se há nele algum subfalar.

---

<sup>28</sup> Para maiores informações sobre o Comitê Nacional e sobre o controle de análises, acesse: [www.alib.ufba.br](http://www.alib.ufba.br).

### 3.1.4 Tratamento e mapeamento dos dados

Conforme demonstrado, esse trabalho baseia-se nos passos dados por outros pesquisadores, que desenvolveram estudos no âmbito lexical com informações extraídas do banco de dados do Projeto ALiB. A seguir, apresentamos os passos seguidos para a realização desse trabalho.

Após autorização da equipe do Projeto ALiB<sup>29</sup>, para a utilização do banco de dados selecionado, fizemos a audição dos inquéritos, que compõem o arquivo sonoro e a transcrição dos dados seguida do recorte. As entrevistas, que já haviam sido trabalhadas em pesquisa de PIBIC em 2016, foram refeitas, pois os objetivos em ambas as pesquisas são diferentes. Em seguida, dispomos os dados transcritos em planilha do *Microsoft Excel* para o levantamento sistemático de todas as formas documentadas. Fizemos os agrupamentos linguísticos, embasados no contexto das respostas dadas por cada informante e, os dois primeiros agrupamentos criados foram: “outras denominações” e “não respostas”.

Dessa maneira, no grupo “outras denominações” foram incluídas todas as lexias que apresentaram ocorrência única, ou seja, aquelas que foram dadas como resposta apenas uma vez. Os nomes não lembrados, não obtidos ou aqueles casos em que o informante afirmou não saber, foram contabilizados como “não respostas”. Alguns casos de questões não formuladas pelo inquiridor também foram alocados nesse grupo.

Nesse seguimento, o terceiro tipo de agrupamento é o que considera todas as denominações registradas, assim, não desprezamos nenhuma das respostas dadas pelos informantes. Em outros termos, consideramos todas as respostas fornecidas como válidas, pois avaliamos o conhecimento de mundo de cada indivíduo e as múltiplas culturas envolvidas no processo de seleção lexical destes informantes.

Os seguintes dicionários foram consultados para dar seguimento ao estudo: Bluteau (1728); Moraes Silva (1813); Silva Pinto (1832); Ferreira (2001); Houaiss (2001) versão *online*; e a obra técnica de Astronomia de Mourão (1987). O objetivo da consulta foi de atestar a presença ou a ausência de registro das denominações encontradas na amostra. Sabemos que dados de cunho dialetal podem não constar em obras de cunho não dialetal. Outro objetivo

---

<sup>29</sup> A utilização dos dados inéditos do Projeto ALiB, aqui descritos, foi autorizada pela Presidente do Comitê Nacional do Projeto ALiB, com documento disponibilizado na seção de Anexos deste trabalho.

foi, também, verificar se os significados registrados eram compatíveis com a realidade na amostra.

A seleção das obras seguiu o critério de estar disponível *online*, pois, por estarmos em período de pandemia, seguindo protocolos de isolamento social, como alternativa às bibliotecas fechadas, optamos por fazer consultas a obras disponibilizadas eletronicamente, com exceção de Ferreira (2001), que faz parte do acervo bibliográfico da pesquisadora.

Os fatores sociais como sexo, faixa etária e escolaridade, que são controlados pelo Projeto ALiB, foram tratados estatisticamente e representados por meio de gráficos do *Microsoft Excel* e eles exibiram o percentual de produtividade de cada variável social observada. A distribuição das respostas nos gráficos e em todas as análises seguirá a ordem do maior número de ocorrências para o menor e, em seguida, serão tratadas as *outras denominações* para, enfim, tecer observações sobre as *não respostas*.

A cartografia de base foi exposta, através do trabalho desenvolvido pela professora Ana Regina Torres Ferreira Teles (em memória), que em tese de doutoramento atualizou o traçado de divisão dialetal brasileira, proposto por Nascentes (1953), para base cartográfica do IBGE e todas as considerações sobre os dados encontrados foram feitas, ligadas aos teóricos lidos nas disciplinas do curso de Mestrado e por indicação da professora doutora que orientou esse trabalho. Os dados também foram devidamente comparados com o estudo de Portilho (2013), no que diz respeito ao *Falar Amazônico* e com os estudos de Oliveira (2014), Carvalho (2015) e Cuba (2015) no que concerne aos nomes dados às estrelas em diferentes áreas do Brasil, como dito na Introdução.

Na quinta seção primária, traremos os resultados encontrados para cada questão, na sequência em que foram aplicadas. O planejamento cartográfico, a edição da base e a composição da cartografia temática foram iniciados pela Professora Ana Regina Teles, que era professora da Universidade Federal da Bahia - UFBA e membro da CIC do Projeto ALiB. Contudo, deu continuidade ao trabalho, o geógrafo e especialista em Geoprocessamento Daniel Carneiro Reis, tendo como fonte a Base Cartográfica do IBGE (bCIMd), versão 2.0 e a utilização do *software* QGIS (versão 2.18). A análise linguística foi realizada pela autora do trabalho, sob a tutoria da professora orientadora.

Logo, na próxima seção, serão delimitadas algumas informações sobre as localidades pertencentes ao *Falar Amazônico* e à *Área de Controle*, levando em consideração aspectos geográficos e históricos para a formação das cidades que conhecemos hoje.

#### 4 CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DAS LOCALIDADES

A primeira ciência com a qual a Dialetologia dialoga é a Geografia. Com ela, estabelecemos uma permuta de termos que se mesclam para atender às demandas das duas ciências, pois

algumas palavras e expressões como *espaço geográfico*, *fenômenos*, *distribuição espacial*, *mapa* e *atlas* foram tão referenciadas que o leitor, muitas vezes, não se dá conta de que essa terminologia é, na realidade, uma terminologia própria de uma outra ciência e por ela conceituada: a Geografia (TELES, 2018, p. 115).

A afirmação de Teles (2018) é pertinente, pois a terminologia, originada da geografia, como ela mesmo explica, foi muito usada não só por ela, mas por todos que trabalharam, trabalham e trabalharão direta ou indiretamente com a Dialetologia. Por isso, não seria possível iniciar mais um trabalho dialetal sem correlacioná-lo com as questões geográficas que o circundam. De fato, temos, na dissertação, questões geográficas que vão além do ponto no mapa. Essas questões geográficas “seguram na mão” de outra ciência, a História, que por sua vez se agarra aos pressupostos de outra ciência, a Sociologia, e por aí vai se formando a teia das interfaces científicas, pois nenhuma ciência se constrói sozinha.

Sendo assim, preferimos situar em que contexto social e histórico, o espaço geográfico, pertinente a este trabalho, se formou para poder, a partir dele, fazermos comentários acerca da língua falada por seus habitantes. Iniciamos, portanto, com a Região Norte brasileira, que detém o conjunto maior dos estados estudados. Para isso,

É importante tomar ciência do processo de povoamento da região amazônica, para que sejam conhecidas influências de línguas e culturas dos povos que inicialmente habitaram o espaço geográfico em foco e que contribuíram para a formação do léxico regional característico dessa faixa do território brasileiro (PORTILHO, 2013, p. 33).

A Região Norte brasileira é composta por sete estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Destes sete estados, seis pertencem à área do *Falar Amazônico*. Reconhecida mundialmente por suas florestas e pela notável biodiversidade ali presente, essa região abarca aproximadamente 45% de todo o território nacional. Os primeiros habitantes destas terras, assim como em todo o Brasil, foram os indígenas que, por pertencerem a várias etnias, contribuíram para a formação do povo nortista que conhecemos hoje. De acordo com Matias (s/d), para o Portal Brasil Escola, “apesar de ser a maior Região

do país, o Norte é a segunda menos habitada, somente o Centro-Oeste possui quantidade de habitantes inferior”. Ele ainda destaca que, há uma grande heterogeneidade na composição dos habitantes dessa região, composta por índios de diversas etnias, um número significativo de imigrantes nordestinos, principalmente originados do Ceará e do Maranhão, além de vários imigrantes paranaenses e gaúchos.

A Amazônia foi conhecida desde o século XVI, quando os espanhóis percorreram seu rio principal, o Amazonas, viajando da nascente para a foz. Descendo o rio, Francisco Orellana fez surgir para o mundo a lenda do Eldorado e das mulheres guerreiras, estas últimas cognominadas amazonas. No século XVII, em pleno domínio espanhol, o Cap. Pedro Teixeira, português, realizou a mesma viagem, mas em sentido inverso. Subiu o rio comandando uma expedição que alargou o nosso território, abandonando os acanhados limites da Linha do Tratado de Tordesilhas (CASADEI, 1976, p. 61).

Antes da chegada dos portugueses, no século XVII, os habitantes dessa região viviam basicamente da caça, da pesca e da agricultura e eram habitualmente nômades, afirma Portilho (2013, p.34) e a comunicação era estabelecida por muitas das línguas indígenas que se conhece hoje como *tupi*, *aruak*, *jê*, *karib*, *pano* e *tucano*. De acordo com Casedei (1976, p. 64), “a ocupação da região Norte foi uma consequência do povoamento do litoral setentrional do País”. Isso se deu com a expulsão dos invasores partindo do Maranhão e que permitiu a colonização se expandir até a fundação de Santa Maria de Belém do Pará, em 1616, que é considerada o marco de penetração no mundo amazônico. Casedei (1976, p. 64), ainda, afirma que “a penetração do colonizador nesse mundo desconhecido foi lenta e sempre acompanhando o curso dos rios”, o que complementa a ideia de que essas “migrações do homem se traduzem também em migrações de palavras que ora se fixam na fala de determinados grupos sociais, ora são substituídas por outras que melhor traduzam a realidade sociocultural desses grupos” (ISQUERDO, 2009, p. 43).

Sob a prerrogativa da catequização cristã, os jesuítas, que representavam a coroa, foram assumindo o controle dos povos indígenas da região, seja com a escravização da mão de obra, seja com a expulsão deles de suas próprias terras. Foi com a posse do Marquês de Pombal que os jesuítas perderam o posto e que a imigração africana e açoriana se iniciou na região.



Eventos como a Revolta dos *Beckman*<sup>30</sup>, em 1684, e a Cabanagem<sup>31</sup>, em 1835, foram importantes para demarcar aspectos da história de formação do povo nortista, pois favoreceram a escravização da mão de obra indígena já que era mais dificultoso o tráfico negreiro para a área. Com a economia da região em crise, iniciou-se o ciclo da borracha<sup>32</sup>, a partir de 1879, que seguiu até a segunda década do século XX. Esse processo favoreceu o adentramento às novas áreas da região Amazônica, mas não foi suficiente para concentrar o povoamento regional por completo.

A partir de meados do século passado, novos fluxos migratórios ocorreram em direção a Amazônia, graças à descoberta de minerais e ao interesse de colonos por terras para a agricultura. Esses fatos também contribuíram para o extermínio de indígenas que viviam na região, já que o homem branco pretendia ocupar suas terras (PORTILHO, 2013, p. 38).

A ganância portuguesa era tanta que a pretensão deles era a de fixar territórios muito além do que estava declarado no Tratado de Tordesilhas<sup>33</sup>. Foi a partir do século XVIII, com a formulação do Tratado de *Utrecht* (França, Portugal e Espanha), que o governo português iniciou, oficialmente, seu processo de reconhecimento, citando o atual Estado do Amapá como território pertencente a Portugal. Esse tratado foi invalidado pelo Tratado de Madri (1750), que voltava à divisão proposta no antigo Tratado de Tordesilhas e fazia as suas delimitações utilizando acidentes geográficos e rios, para demarcá-las. Na época em que este tratado estava sob pleito surgiu a capitania de Mato Grosso, devido à descoberta de minas de ouro no Vale do Guaporé e, assim, criou-se a Vila Bela da Santíssima Trindade em 1751.

O cruzamento das várias etnias indígenas da região com o elemento branco, através dos séculos, resultou na mais variada mescla de tipos raciais, afirma Casedei (1976, p. 67). Os negros são parte desse processo, no Maranhão e no Pará. Mais adiante, temos o elemento nordestino para compor o caboclo, atual habitante dessa região, em sua maioria. A economia se consolidou, ao longo dos séculos, através do extrativismo vegetal das diversas variedades de produtos que o rico bioma oferece, com destaque para a extração de borracha, que foi a

---

<sup>30</sup> Também conhecida como Revolta dos Irmãos *Beckman* ou Revolta de Bequimão, ocorreu no Estado do Maranhão, em 1684 e expulsou os jesuítas de lá.

<sup>31</sup> Revolta popular e social ocorrida durante o Império do Brasil de 1835 a 1840, influenciada pela revolução Francesa, na antiga Província do Grão-Pará e que rendeu o reconhecimento de Província ao Amazonas.

<sup>32</sup> Ocorrido de 1879 a 1912, foi um movimento social e econômico brasileiro, relacionado com a extração e a comercialização do látex da seringueira, o que proporcionou a expansão da colonização na região Norte do Brasil, principalmente nos estados do Amazonas e do Pará.

<sup>33</sup> O Tratado de Tordesilhas, assinado por Portugal e Castela em 1494, na cidade de Tordesilhas na Espanha, dizia que as terras situadas a oeste da linha pertenceriam aos espanhóis e as que estavam a leste seriam de Portugal. A terra "descoberta" pela expedição comandada por Pedro Álvares Cabral estaria nesse último caso.

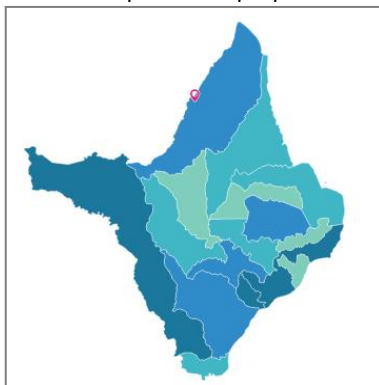
responsável por parte da imigração ocorrida na região.

Atualmente, a região da Amazônia Legal ou região Amazônica compreende, além dos sete estados da região Norte, o estado de Mato Grosso e parte do estado do Maranhão. São mais de 5 milhões de quilômetros quadrados de extensão territorial, de uma área que corresponde a pouco mais de 60% do território de todo o Brasil e que é alvo do mundo todo, devido às constantes denúncias de desmatamento ilegal, extração ilegal do rico bioma e de invasão ilegal às terras que deveriam ser protegidas, ao invés de invadidas. Tudo isso em um cenário de políticas governamentais das mais diversas classes, que se dividem entre a exploração mineral e o agronegócio, além das questões climáticas e de preservação ambiental.

Apresentamos a seguir, de modo sumarizado, dados das localidades investigadas, do ponto de vista geográfico e histórico. Iniciaremos o recorte destes dados pelas localidades que compõem o *Falar Amazônico* e, em seguida, aqueles pertencentes à *Área de Controle*, seguindo a ordem crescente da numeração, das localidades instituídas pelo Projeto ALiB. Os dados a seguir trazidos foram obtidos no portal IBGE cidades<sup>34</sup>.

### 001. Oiapoque - Amapá

**Figura 20-** Localização do município de Oiapoque dentro do Estado do Amapá



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/amapa/oiapoque.pdf>

Situada no extremo norte do país, na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa (União Europeia), a cidade de Oiapoque foi eleita, pelos pesquisadores do Projeto ALiB, principalmente, por causa da sua posição estratégica no mapa do Brasil, mas também, por sua história. Conhecida como a capital do Norte do Amapá, esse município originou-se da morada de um mestiço, Emile Martinic, que foi o primeiro não-indígena na região. Por causa dele, o

<sup>34</sup> Para refinar a sua busca, acesse: <https://cidades.ibge.gov.br/>.

local ficou conhecido como “Martinica” e é possível se ouvir essa denominação ainda hoje, entre os oiapoquenses.

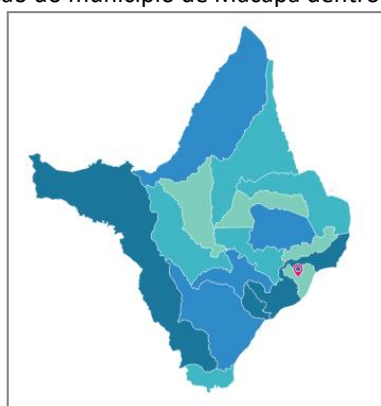
Com a criação do Primeiro Destacamento Militar nessa área, em 1907, e posteriormente transferido para Santo Antônio, atual Clevelândia do Norte, o governo ergueu um monumento à Pátria, consolidando a soberania nacional sobre as linhas limítrofes em face às recorrentes brigas entre Brasil e França. Foi elevada a município em 23 de maio de 1945.

O município é formado, basicamente, por planícies de mata firme, banhadas de clima quente e úmido favorecido pela bacia do rio Oiapoque, que divide o lado brasileiro, do lado francês. As atividades de pecuária e agricultura se destacam no setor primário; a mineração de ouro e cassiterita e o artesanato local são atividades do setor secundário; e o comércio é destaque no setor terciário.

A origem da palavra Oiapoque é tupi-guarani, sendo uma derivação do termo "oiap-oca", que significa "casa dos Waiãpi", que são os povos primitivos dessa região. Os Oiapoquenses somam 27.270 habitantes e a densidade demográfica do município é de 0,91 hab./km<sup>2</sup>. Com relação à educação, a cidade conta com uma rede de Ensino Básico composta por 60 escolas de Ensino Fundamental e 40 escolas de Ensino Médio, além de registros de algumas universidades, em sua maioria, particulares e à distância.

## 002. Macapá – Amapá

Figura 21 - Localização do município de Macapá dentro do Estado do Amapá



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/amapa/macapa.pdf>

O segundo ponto a compor a rede de pontos do Projeto ALiB, é Macapá, a capital do estado do Amapá. Seu primeiro nome foi Adelantado de Nueva Andaluzia, em 1544, dado por Carlos V de Espanha, em uma concessão a Francisco de Orellana, navegador espanhol que esteve na região. Por causa dos constantes litígios com a França, no início do século XVIII,

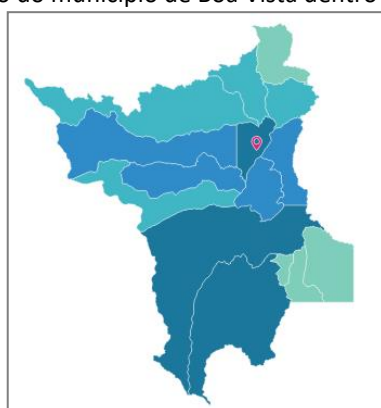
Francisco Xavier de Mendonça Furtado foi enviado pelo governo português para a direção do Extremo Norte com o fim de solucionar o problema de fortificação do Cabo Norte, então denominado Costa do Macapá, pois a coroa portuguesa vivia temerosa de ataques franceses.

Em 1886, uma república francesa independente foi criada na região, chamada Estado Livre de Cunani e, mesmo assim, o litígio entre Brasil e França continuou. Somente a partir de 1898, que o conselheiro federal coronel Edouard Müller, deu a vitória ao Brasil, que incorporou, a seu território, 260.000 km<sup>2</sup>. Hoje, com cerca de 6.563,849km<sup>2</sup> de extensão territorial, tem-se uma cidade com relevo composto, em maioria, por formação rochosa. Situa-se a 14 metros acima do nível do mar, o que a torna potencialmente atrativa para o turismo, devido ao seu clima quente e úmido, favorecido pela bacia hidrográfica dos rios Jari e Cajari.

A toponímia é de origem tupi, como uma variação de "macapaba", que quer dizer lugar de muitas bacabas, uma palmeira nativa da região. Os macapaenses, hoje, somam 503.327 habitantes e a densidade demográfica do município é de 62,14 hab./km<sup>2</sup>. A economia local baseia-se, principalmente, do extrativismo, agricultura e indústria e o setor educacional é composto por 332 escolas de Ensino Fundamental, 196 de Ensino Médio e pelo menos três universidades públicas, sendo um importante centro educacional do Estado do Amapá.

### 003. Boa Vista - Roraima

Figura 22- Localização do município de Boa Vista dentro do Estado de Roraima



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/roraima/boavista.pdf>

Passamos ao estado de Roraima, que conta, apenas, com um ponto, na rede de pontos do Projeto ALiB, a capital, Boa Vista. Esta cidade se originou da sede de uma fazenda estabelecida no local no século XIX, chamada Boa Vista do Rio Branco. O antigo território do Rio Branco foi disputado por espanhóis, portugueses, holandeses e ingleses desde o início do

século XVI. Seu povoamento só começou no século XVIII, após o extermínio de grande número de indígenas.

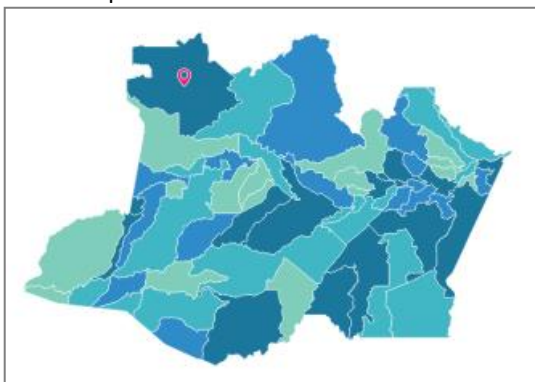
Boa Vista foi o primeiro povoamento caracteristicamente urbano de Roraima e por isso sua história se confunde com a do Estado. Freguesia criada com a denominação de Nossa Senhora do Carmo, foi elevada à categoria de vila com a denominação de Vila de Boa Vista do Rio Branco, em 1890. Em divisão administrativa no ano de 1911, a vila é constituída de distrito sede e elevada à condição de cidade com a denominação de Boa Vista do Rio Branco, em 1926.

No princípio, os indígenas eram os únicos habitantes, porém a partir da década de 70, com a expansão do garimpo, esse cenário se modificou, tornando o local, ambiente propício para as diversas trocas culturais. Hoje, os boa-vistenses somam 399.213 habitantes e a densidade demográfica do município é de 49,99 hab./km<sup>2</sup>.

Sua geografia é composta por 5.687,037 km<sup>2</sup> de savanas, conhecida regionalmente como lavrado, à margem do Rio Branco. O relevo é plano e a altitude média é de 85m acima do nível do mar. O clima é tropical, com a temperatura média anual de 26°C, o que favorece a agricultura, a pecuária e o extrativismo animal, vegetal e mineral, que são as atividades base da economia do estado de Roraima, além do ecoturismo pela selva amazônica, outra atividade de destaque da região. No quesito educação, os boa-vistenses contam com rede de Ensino Básico formada por 162 escolas de Ensino Fundamental, 221 escolas de Ensino Médio e pelo menos quatro universidades públicas.

#### 004. São Gabriel da Cachoeira - Amazonas

**Figura 23** - Localização do município de São Gabriel da Cachoeira dentro do Estado do Amazonas



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/amazonas/saogabrieldacachoeira.pdf>

O terceiro estado investigado é o Amazonas. Nele, o Projeto ALiB selecionou cinco localidades, entre elas, a capital, Manaus. Na ordem crescente dos números, a primeira

localidade neste estado é o ponto número 004, São Gabriel da Cachoeira, que é o município com maior concentração de diferentes etnias indígenas do país como, por exemplo, os *Arapáço, Baniwa, Barasana, Baré, Desana, Hupda, Karapanã, Kubeo, Kuripako, Makuna, Miriti-tapuya, Nadob, Pira-tapuya, Siriano, Tariano, Tukano, Tuyuka, Wanana, Werekena e Yanomami*.

Desde 1858, considerada freguesia, São Gabriel da Cachoeira (na época: São Gabriel) recebeu *status* de vila, em 10 de março de 1891. Extinto em 1931, o município foi recriado em 1935 e foi elevado à cidade pelo decreto-lei estadual nº 68 de 31 de março de 1938. O Forte de São Gabriel da Cachoeira localizava-se no morro da Fortaleza, à margem esquerda do alto rio Negro, afluente da margem esquerda do rio Amazonas, e foi construído inicialmente para fins defensivos pela coroa portuguesa.

Sobre a diversidade linguística presente nestes 109.181,240km<sup>2</sup> de extensão territorial, necessário se faz destacar que,

Localizado no Noroeste Amazônico, no Alto Rio Negro, o município de São Gabriel da Cachoeira apresenta uma realidade sociolinguística complexa por apresentar uma grande diversidade de etnias, línguas e culturas. São cinco as famílias linguísticas presentes na região que se dividem em vários grupos étnicos. Cada família linguística se concentra em maior número de pessoas em uma das calhas de rio: Uaupés, Içana e Rio Negro e Xié. Dessa maneira, as calhas de rio apresentam uma língua predominante que serve para a comunicação interétnica. Assim, temos o *Tukano* na bacia do Uaupés, o *Nheengatu* nos rios Negro e Xié e *Baniwa* no rio Içana. Após muitas discussões por parte das lideranças indígenas e algumas instituições e organizações (IPOL, ISA, UFAM, FOIRN) oficializou-se essas três línguas indígenas em nível municipal na lei 145/2002 e, após alguns anos, regulamentou-se na lei 210/2006 (SILVA, 2013, p. 11, grifo nosso).

Conforme destaca a autora, a intervenção de algumas instituições, como a Universidade Federal do Amazonas, em prol das políticas linguísticas de defesa e conservação do patrimônio que se localiza nesse município, se faz contemporânea, haja vista o extermínio das populações indígenas e, conseqüentemente, de todo o seu patrimônio cultural, em solo brasileiro é percebida desde o tempo do descobrimento.

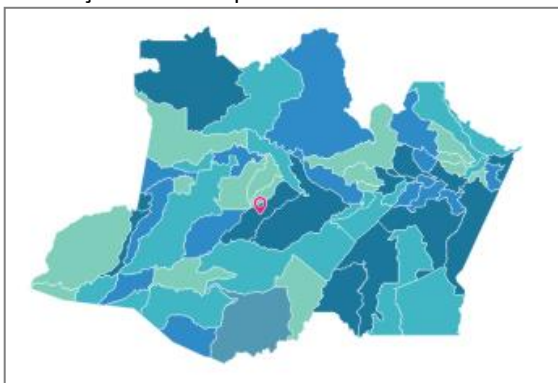
Além da grande diversidade indígena presente nesta localidade, ela faz fronteira com a Colômbia e a Venezuela, outro ponto que merece destaque. Por ser uma região de maioria indígena, sua economia baseia-se, principalmente, na agricultura de subsistência e o município recebeu este nome entre 1759 e 1760, por causa da construção de um forte, chamado Forte de São Gabriel. Forma-se em torno dele uma povoação reconhecida em 1833,

com esse nome. Sua população hoje, de acordo com o IBGE (2016), é formada por cerca de 37.896 habitantes e sua densidade demográfica não passa de 0,35 hab./km<sup>2</sup>. Grande parte de seu território é abrangido pelo Parque Nacional Pico da Neblina, porém 80% de sua extensão são de terras indígenas (Balaio) de responsabilidade do Instituto Chico Mendes.

Os são-gabrielenses ou, simplesmente, gabrielenses contam com apoio educacional formado por uma rede composta por 572 escolas de Ensino Fundamental, 16 escolas de Ensino Médio e algumas universidades particulares, a maioria à distância. No entanto, o professor e linguista Gilvan Müller<sup>35</sup>, um dos idealizadores da lei que oficializa as três línguas, destaca que “não há implementação em São Gabriel. Isso demanda uma vontade política que não houve”. Isso significa que, mesmo havendo o reconhecimento linguístico de que três, das inúmeras línguas indígenas que existem na localidade, são oficiais e que elas coexistem em conjunto, também, com o espanhol de fronteira, o ensino nestas escolas, ainda é em português e todos os atos oficiais, também, continuam em português, retratando uma situação de imposição da língua majoritária em um cenário de Multilinguismo.

#### 005. Tefé - Amazonas

**Figura 24** - Localização do município de Tefé dentro do Estado do Amazonas



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/amazonas/tefe.pdf>

A segunda localidade, no estado do Amazonas, é Tefé, ponto 005 do Projeto ALiB. O termo tem origem *nheengatu*, língua indígena que já foi mais falada que o português na Amazônia, e significa “profundo”. Tefé também já foi conhecida como Ega, possivelmente em referência a uma freguesia homônima em Portugal.

Os povos primitivos desta terra eram de origem *Nuruaques*, *Cauixanas*, *Jumanas*, *Passés*, *Uainumas*, *Catuquinas*, *Jamamadis*, *Pamanas*, *Juris*, *Jurimaguas*, *Tupebas* ou *Tupibàs*.

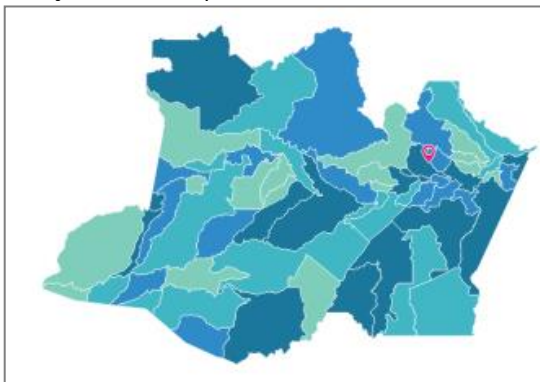
<sup>35</sup> Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/novoemfolha47/ult10115u592115.shtml>.

Todos eles dividiram a terra do atual município até a invasão europeia. Espanhóis e portugueses foram os invasores que a disputaram entre os séculos XVII e XVIII e os portugueses conseguiram se manter fundando uma vila a partir de 1759 que se chamava Vila de Ega, pertencente à Capitania de São José do Rio Negro. Ela pertenceu à Província do Grão-Pará, até 1850, quando o Amazonas é desmembrado dela e passa à categoria de Província. Tefé passa então à Província do Amazonas que em 1855 a eleva à categoria de cidade.

Hoje, os tefeenses somam 59.846 habitantes e a densidade demográfica do município não ultrapassa os 2,59 hab./km<sup>2</sup>. Seus 23.692,223km<sup>2</sup> de extensão territorial são compostos, basicamente, por planícies cobertas com grande extensão de floresta (Amazônica) e banhada pelos rios Negro e Solimões e o clima equatorial é favorecido pela presença da floresta em grande parte do território. Em função disso, a principal renda local é a agricultura, pecuária, a pesca, o extrativismo vegetal e o comércio. Com relação à educação, os tefeenses contam com uma rede de ensino composta por 94 escolas de Ensino Fundamental, 16 escolas de Ensino Médio e três universidades públicas.

## 006. Manaus - Amazonas

**Figura 25** - Localização do município de Manaus dentro do Estado do Amazonas



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/amazonas/manaus.pdf>

A terceira localidade, dentro do estado do Amazonas, é a capital Manaus, ponto 006 do Projeto ALiB. A origem do nome da cidade provém da tribo dos *manaós*, habitantes da região dos rios Negro e Solimões. Na língua indígena, Manaus é a variação de Manaos e significa “mãe dos deuses”.

A região de Manaus era habitada pelos povos nativos, com destaque aos *manaós* e aos *barés*. Em 1542, a expedição do espanhol Francisco de Orellana que navegou pelo rio Negro, deu-lhe o nome. A cidade originou-se da construção de uma fortificação portuguesa por volta



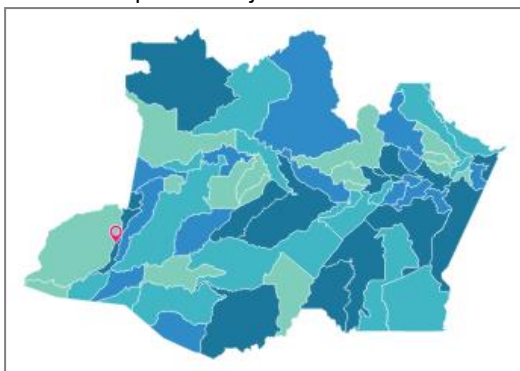
de 1669 com intuito de resguardar a entrada da Amazônia das invasões estrangeiras. A tribo dos manaós negava-se a ser dominada e servir de mão de obra escrava, fato que originou conflitos com os colonizadores e que só foi amenizado quando os portugueses começaram a ligar-se aos manaós através de casamentos com as filhas dos tuxauas, iniciando assim, à intensa miscigenação na região e dando origem aos caboclos.

Durante o período imperial, entre 1835 e 1840, aconteceu a Cabanagem, que foi um movimento político e um conflito social ocorrido no Pará, envolvendo homens livres e pobres, sobretudo indígenas e mestiços que se insurgiram contra a elite política local e tomaram o poder. A entrada da Comarca do Alto Amazonas (hoje Manaus, a qual foi o berço do manifesto na Amazônia Ocidental) na Cabanagem, foi fundamental para o nascimento do atual estado do Amazonas que hoje conta com extensão territorial de 11.401,092 km<sup>2</sup> e a maior taxa de densidade demográfica do estado, 158,06 hab./km<sup>2</sup>.

Manaus está localizada em uma região, reconhecidamente, rica de vegetação densa, clima variável e tipicamente influenciado pela Floresta Amazônica. Os manauaras vivem, basicamente, da produção dos seus polos agropecuários e indústrias<sup>36</sup>, além de atividades comerciais, bens e serviços. Com relação à educação, eles contam com uma rede educacional composta por 750 escolas de Ensino Fundamental, 174 escolas de Ensino Médio e duas universidades públicas.

## 007. Benjamin Constant - Amazonas

**Figura 26** - Localização do município de Benjamin Constant dentro do Estado do Amazonas



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/amazonas/benjaminconstant.pdf>

---

<sup>36</sup> Destacamos aqui, a Zona Franca de Manaus, um importante parque industrial brasileiro criado através do Decreto-Lei nº 3.173 de 6 de junho de 1957 para armazenamento ou depósito de mercadorias em águas tributárias do rio Amazonas. Dez anos mais tarde, o Decreto-Lei inicial é revogado pelo Decreto-Lei nº 288 de 28 de fevereiro de 1967, passando-o a ser reconhecido como um centro industrial, comercial e agropecuário. Para mais informações, acesse: <https://www.fazcomex.com.br/blog/zona-franca-de-manaus-o-que-e/>.

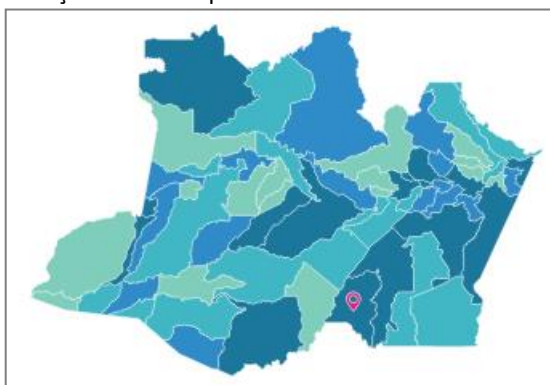
O penúltimo ponto no estado do Amazonas é a cidade de Benjamin Constant, ponto 007 do Projeto ALiB. Conhecida como a capital cultural do Alto Solimões, a cidade abriga uma das etnias indígenas mais antigas e populosas da Amazônia, os *Ticunas*. Apesar de ser jovem, o município conta com uma história antiga, que remonta meados de 1750. Nesta data, próximo à foz do rio Javari, havia uma pequena comunidade: a aldeia de *Javari*, fundada por padres jesuítas que estavam em missão pelo local, o assentamento servia como ponto de catequização para os índios *Ticunas*, uma das principais etnias amazônicas que ainda vivem na cidade.

Segundo o Plano de Integração Nacional, a cidade seria o ponto final da Transamazônica, porém o trecho que ligaria Lábrea até Benjamin Constant sequer fora desmatado. O nome do município foi dado em homenagem ao general Benjamin Constant Botelho de Magalhães, um incentivador do movimento de 15 de novembro de 1889, que proclamou a República.

Hoje, Benjamin Constant conta com 8.695,392km<sup>2</sup> de extensão territorial com predominância de planícies que se espalham a 65m acima do nível do mar, o clima é tropical chuvoso e úmido, favorecido pela proximidade com os rios Solimões e Javari. Os benjamin-constantenses vivem, basicamente, da piscicultura, da agricultura e do comércio. Sua população está estimada em 42.984 habitantes, com densidade demográfica de 3,8hab./km<sup>2</sup> e conta com uma rede educacional composta por 58 escolas de Ensino Fundamental, três escolas de Ensino Médio e uma universidade pública.

## 008. Humaitá - Amazonas

**Figura 27** - Localização do município de Humaitá dentro do Estado do Amazonas



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/amazonas/humaita.pdf>

O último ponto no estado do Amazonas é a cidade de Humaitá, ponto 008 do Projeto

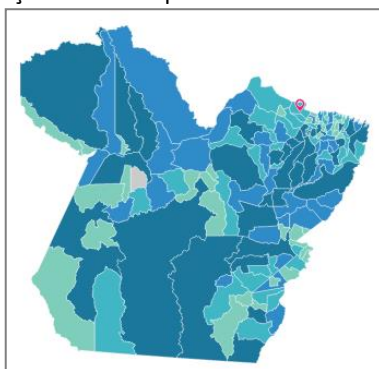
ALiB. O nome Humaitá vem do Tupi-Guarani, que significa "A pedra agora é negra" (Hu = negro, ma = agora, ita = pedra). Formada por 55.080 habitantes, as principais etnias que habitavam a região eram os *Parintintins*, os *Pirarrãs* e os *Muras*.

Humaitá remonta suas origens ao ano de 1693, com a fundação da Missão de São Francisco, fundada pelos jesuítas no rio Preto, afluente do rio Madeira. Por conta dos constantes ataques dos índios, a sede da freguesia foi transferida em 1888, com o nome de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Belém de Humaitá, tendo sua área territorial desmembrada do município vizinho de Manicoré. É elevada a cidade em 1894 no auge do Ciclo da Borracha.

Hoje, conta com 33.111,143km<sup>2</sup> de extensão territorial, coberta pela Floresta Amazônica e pela Planície Amazônica, com terra firme, várzeas e igapós. O clima é quente e úmido como a maioria das cidades desta região. Os humaitaenses vivem da agropecuária, do extrativismo vegetal e da indústria, principalmente a madeireira e contam com uma rede de ensino formada por 86 escolas de Ensino Fundamental, 10 escolas de Ensino Médio e duas universidades públicas.

### 009. Soure - Pará

**Figura 28** - Localização do município de Soure dentro do Estado do Pará



Fonte: <https://www.soure.pa.gov.br/o-municipio/historia/>

O próximo estado pesquisado é o Pará, que tem 10 das suas localidades pertencentes à rede de pontos do Projeto ALiB. A primeira localidade, em ordem crescente dos pontos, é 009. Soure, no Nordeste do estado.

O município de Soure, localizado na zona fisiográfica de Marajó e ilhas, foi habitado pelos índios *Muruanazes* e *Mundis*, da tribo *Aruãs*, onde se misturaram aos missionários, nos tempos coloniais. Em meados do século XVIII, se constituía a freguesia de Menino Deus. Em 1757, com a chegada ao estado do Pará de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, objetivou-

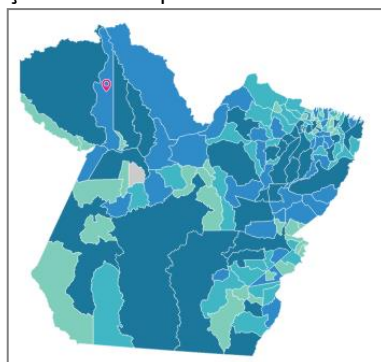
se criar um município no interior da Amazônia o que fez com que a localidade fosse elevada à categoria de Vila com a denominação de Soure, dando-lhe assim, autonomia municipal, com a qual entrou para a independência.

Em 1833, a vila foi extinta, sendo novamente criada em 1847. Entretanto, o seu território permaneceu anexado ao do município de Monsarás até 1859, quando ocorreu a instalação do município de Soure. Após a proclamação da República, em 1890, foi criado o Conselho de Intendência Municipal. Nesse mesmo ano, Soure foi elevada a cidade. O topônimo tem origem na localidade portuguesa de Soure, uma antiga vila concelhia do distrito de Coimbra, que no tempo dos romanos se chamou *Saurium*, em latim, "lagarto".

Hoje, a cidade de Soure tem aproximadamente, 25.374 habitantes, com densidade demográfica de 6,54 hab./km<sup>2</sup>. Seus 2.857,349km<sup>2</sup> de extensão territorial são compostos por clima quente e úmido, favorecido pelo entorno de florestas tropicais. Os sourenses vivem, basicamente, da agricultura, da pecuária e do extrativismo vegetal e eles contam com uma rede educacional formada por 21 escolas de Ensino Fundamental, três escolas de Ensino Médio e duas universidades públicas.

## 010. Óbidos - Pará

**Figura 29** - Localização do município de Óbidos dentro do Estado do Pará



Fonte: <https://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/dtbs/para/obidos.pdf>

A próxima localidade investigada no estado do Pará é a cidade de Óbidos, ponto 010 do Projeto ALiB. Nas primeiras explorações do rio Amazonas, os portugueses verificaram a necessidade de construir naquela passagem estreita um posto fortificado. A Missão dos Pauxis<sup>37</sup>, encabeçada pelos jesuítas, foi iniciada no início do século XVIII, em uma área mais

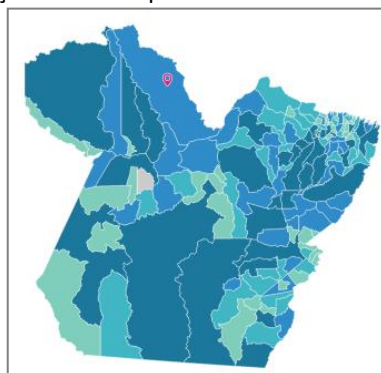
<sup>37</sup> Movimento idealizado entre religiosos portugueses e executado com a utilização da mão de obra dos índios das tribos Pauxis, Baré, Kaxuyana, Mundurucus, Maués, Mepurkis, Arapiuns e outros que viviam na região, para a construção de um forte que servisse como apoio à demarcação portuguesa na região.

próxima da foz do rio Trombetas. Somente anos mais tarde é que os religiosos moveram a missão para o Lugar Estreito, que então ficou conhecido como Forte de Santo Antônio dos Pauxis de Óbidos. Elevado à categoria de vila com a denominação de Óbidos em 1755, foi elevada à condição de cidade, com a denominação de Óbidos em 1854.

O nome Óbidos deriva do termo latino *ópido*, significando “cidadela”, “cidade fortificada”. Seu território tem, aproximadamente, 28.021,443 km<sup>2</sup> de extensão, formado pela Planície Amazônica, alguns planaltos e serras. Seu clima é quente e úmido, favorecido pela formação florestal que configura toda a região. Seus 2.137 habitantes vivem da pecuária, da extração vegetal e da pesca. Os obidenses também contam com uma rede de ensino composta por 103 escolas de Ensino Fundamental, três escolas de Ensino Médio e uma universidade pública.

### 011. Almeirim - Pará

**Figura 30** - Localização do município de Almeirim dentro do Estado do Pará



Fonte: IBGE Cidades (2020).

A localidade de Almeirim é o ponto 011 do Projeto ALiB e o terceiro do estado do Pará. Esse nome é herança de uma cidade portuguesa com o mesmo nome que, por sua vez, pode ter tido a sua origem no nome de uma planta, o “Almeirão”.

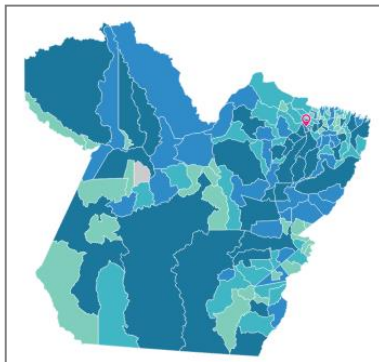
De acordo com dados do IBGE, “a origem histórica do município de Almeirim apresenta duas versões diferentes. A primeira indica como marco histórico a construção de um forte pelos holandeses em uma aldeia denominada Paru e a segunda, atribui a origem do município aos frades capuchos de Santo Antônio que construíram a aldeia do Paru como zona de catequese para os índios da região” (IBGE *apud* AMORIM, *et al.*, 2010, p.15). Almeirim foi palco da revolução chamada de Cabanagem, entre 1835 e 1840, e quase foi totalmente destruída. Foi elevada à vila ainda no século XVIII, sofrendo vários contratemplos, consolidando-se como

município emancipado somente em 1930.

Os almeirienses somam hoje, cerca de 34.109 habitantes e o município tem densidade demográfica de 0,46 hab./km<sup>2</sup>. Seus 72.954,798 km<sup>2</sup> de extensão territorial são cobertos por planícies banhadas pelo rio Jari e o clima é quente e úmido durante todo o ano. Sua população vive da indústria de celulose, da prestação de serviços e da agropecuária e contam com uma rede de ensino formada por 70 escolas de Ensino Fundamental, três escolas de Ensino Médio e uma universidade pública.

## 012. Belém - Pará

**Figura 31** - Localização do município de Belém dentro do Estado do Pará



Fonte: <https://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/dtbs/para/belem.pdf>

Na sequência, a capital do estado do Pará, Belém, é o ponto 012 do Projeto ALiB. Inicialmente o município foi denominado, em 1616, de "Santa Maria de Belém do Pará" ou "Nossa Senhora de Belém do Grão Pará", a mando de Filipe II da Espanha, em referência ao dia de natal. O topônimo "Belém" tem origem em hebraico transcrito *Beit Lehem*, que significa "Casa do Pão".

A região onde se encontra a cidade de Belém do Pará foi, em meados do século XVIII, um pequeno lugarejo conhecido por Mairi, moradia dos índios *Tupinambás* e *Pacajás*, comandados pelo cacique Guaimiaba. Até 1616 houve muitos embates dos portugueses contra os holandeses, franceses e ingleses pelo domínio da região, contudo, com a vitória portuguesa, o povoado foi elevado à categoria de município e, também, capitania, com a denominação de Santa Maria de Belém do Pará ou Nossa Senhora de Belém do Grão Pará.

Em 1751, Belém já era considerada o maior entreposto comercial da região, após a

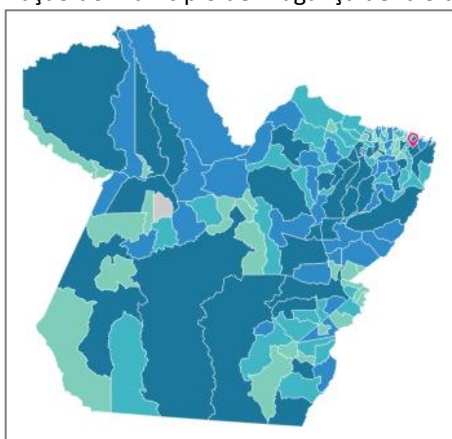
instalação da “Casa de haver o peso”<sup>38</sup>, em 1625, tanto para os mercados locais e internacionais, funcionando como ponto de chegada dos produtos europeus. Assim, em 1772, o nome do Estado mudou para Estado do Grão Pará e Maranhão, com sede transferida para Belém, tornando-se a primeira capital da Amazônia.

A Revolta da Cabanagem, que durou cerca de cinco anos, deixou um saldo de 40 mil mortos e a expansão dos negros para o interior, favorecendo a formação de quilombos e do envolvimento dos grupos indígenas com a extração de borracha, que durou mais ou menos entre 1879 a 1912. Em suma, a estrutura belenense atual se sustenta na mistura da cultura trazida da África, com os escravos, do índio exterminado e escravizado e do europeu colonizador.

Belém, hoje, tem cerca de 1.492,745 habitantes e uma das maiores densidades demográficas do Norte com, aparentemente, 1.315,26 hab./km<sup>2</sup>. Seus 1.059,458 km<sup>2</sup> de extensão territorial apresentam topografia pouco variável, com apenas 25 metros acima do nível do mar e clima equatorial durante todo o ano. Os belenenses vivem de atividades do comércio, serviços e turismo, além de atividade industrial, mesmo que em menor escala e a população conta com uma rede de ensino formada por 544 escolas de Ensino Fundamental, 171 escolas de Ensino Médio e pelo menos seis universidades públicas.

### 013. Bragança - Pará

**Figura 32** - Localização do município de Bragança dentro do Estado do Pará



Fonte: <https://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/dtbs/para/braganca.pdf>

O próximo ponto, do Projeto ALiB, investigado nesta dissertação é o ponto 013.

---

<sup>38</sup> Inaugurada em 1625, no antigo Porto do Pirí, a Casa de “Haver o Peso” - inicialmente era apenas um posto de aferição de mercadorias e arrecadação de impostos - viria a constituir um grande mercado aberto. O conjunto arquitetônico e paisagístico foi reconhecido pelo Iphan, em 1977.

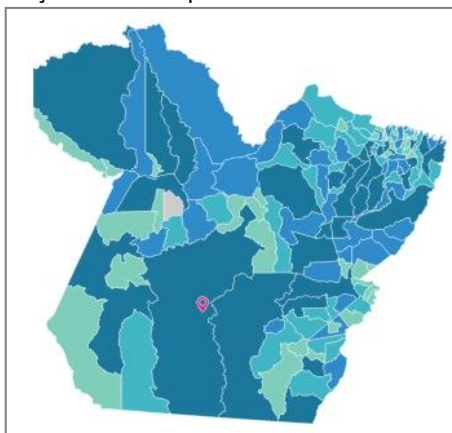
Bragança, a quinta cidade no estado do Pará. A origem desse nome tem diversas teorias, uma delas afirma que Bragança é de origem portuguesa.

De acordo com o IBGE, os franceses, liderados por Daniel de La Touche, senhor de La Lavandière, foram os primeiros europeus a conhecer a região do Caeté, tendo saído de São Luís no ano de 1613, com destino à região do Turiaçu, Gurupi e Caeté. Essa região era habitada pela nação *tupinambá*. Em 1622, o território de Bragança pertencia à Capitania de Gurupi. A área foi doada por Filipe II de Portugal a Gaspar de Souza, governador-geral do Brasil. Em 1627, foi estabelecida a povoação de Vera Cruz, em Viseu e apenas em 1634, foi fundado um povoado (Sousa do Caeté) nas margens do Rio Caeté por Álvaro de Souza e transferido para a outra margem devido às dificuldades encontradas com a comunicação do povoado com Belém. Em 1854, um decreto imperial criou o município de Bragança.

Os bragantinos, hoje, somam 127.686 habitantes distribuídos por 2.098,144 km<sup>2</sup> de extensão territorial, composta por planícies e planaltos, com florestas densas, campos e mangues. O clima é sempre quente e úmido. Sua densidade demográfica de 54,13 hab./km<sup>2</sup> e seus habitantes vivem, principalmente, da piscicultura, mas também, da pecuária, da agricultura e do extrativismo de caranguejos. A rede de ensino bragantina é formada por 161 escolas de Ensino Fundamental, 19 escolas de Ensino Médio e, pelo menos, três universidades públicas.

#### 014. Altamira - Pará

**Figura 33** - Localização do município de Altamira dentro do Estado do Pará



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/para/altamira.pdf>

A próxima localidade estudada é o município de Altamira, no estado do Pará. A história de Altamira compreende, tradicionalmente, o período que vai da instalação da missão jesuíta,



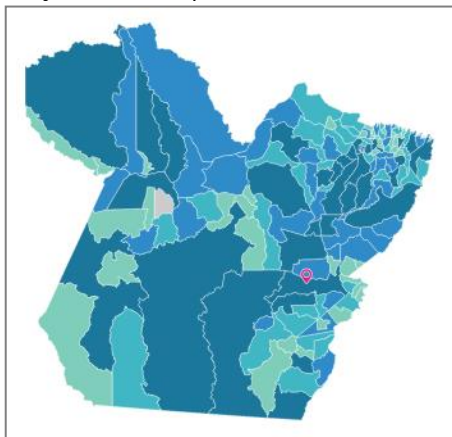
formadora da cidade, até os dias atuais. Seus povos primitivos eram índios. O primeiro homem branco a subir no rio Xingu, ultrapassando o trecho encachoeirado da Volta Grande, no séc. XVII, foi o jesuíta Roque de Hundefund, que fundou uma missão no médio Xingu, próximo à foz do igarapé Panelas. Com o fim das missões jesuíticas, somente em 1841 é que o padre Antônio Torquato de Souza tenta reabrir o caminho que dava acesso ao Xingu, mas é surpreendido pela Lei Áurea e é obrigado a parar. Em 1880, o Agrário Cavalgante retomou os trabalhos do Cel. Gayoso, retificando o traçado da estrada, partindo do local onde se encontra hoje a sede do município de Vitória do Xingu e chegando à foz do igarapé Ambé, ali construindo um Forte que recebeu sua denominação.

Tradicionalmente considera-se que foi o Cel. Gayoso, o responsável pela mudança de nome do povoado de Tavaquara para Altamira. Gayoso, em uma de suas viagens à Espanha ouviu falar da recém-descoberta Caverna de Altamira, que continha pinturas rupestres pré-históricas admiráveis, razão pela qual passou a chamar a área próxima de sua propriedade, de Altamira, onde moravam seus escravos. A etimologia para o vocábulo “Altamira” vem do espanhol, e provavelmente sua origem não está relacionada com o verbo mirar, mas tem uma origem pré-romana, com o elemento hidronímico mira e o elemento inicial al-t, o que poderia corresponder à raiz indo-europeia al (elevado, esplêndido), próximo do latim *altus*.

Hoje, os altamirenses somam, em média, 114.594 habitantes e a densidade demográfica do município é de 0,62 hab./km<sup>2</sup>. Seus 159.533,328 km<sup>2</sup> de extensão territorial são formados, basicamente, pela Planície Amazônica e com clima quente e úmido a maior parte do ano. Os altamirenses vivem da agricultura, do extrativismo vegetal e da pecuária e seu sistema de ensino é composto por 120 escolas de Ensino Fundamental, 12 escolas de Ensino Médio e duas universidades públicas.

## 015. Marabá - Pará

Figura 34 - Localização do município de Marabá dentro do Estado do Pará



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/para/maraba.pdf>

Em sequência, o sétimo ponto do Projeto ALiB no estado do Pará, é a cidade de Marabá, ponto 015. As primeiras penetrações no território do atual município de Marabá devem-se a Carlos Leitão, chefe político em Boa Vista. Vencido nas lutas políticas em que se envolvia no norte de Goiás, resolveu procurar refúgio no vizinho estado do Pará. Desceu então o rio Tocantins em companhia de sua família e de uma dezena de partidários fieis e foi estabelecer-se próximo da foz do rio Itacaiúnas, em uma elevação onde fundou uma colônia agrícola. Em 1897, Francisco Coelho da Silva, maranhense residente em Grajaú, acreditando poder enriquecer com o comércio do caucho<sup>39</sup>, transferiu-se para a colônia e se estabeleceu no mesmo lugar. Um ano mais tarde, intrigando-se com o dirigente da colônia, foi estabelecer-se na própria foz do Itacaiúnas. À sua nova moradia deu o nome de Marabá, em lembrança de sua antiga casa comercial em Grajaú e que em pouco tempo, surgiria em torno desta um pequeno arraial, que se tornaria o ponto obrigatório dos caucheiros (seringueiros) que subiam e desciam o rio e que constituiu o núcleo de onde se originou o município.

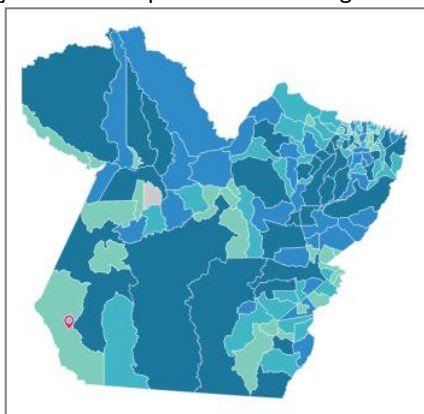
A etimologia da palavra "Marabá" é de um vocábulo indígena *mayr-abá*, que significa filho do estrangeiro com a índia ou ainda, fruto da índia com o branco. Os marabaenses, hoje, somam 279.349 habitantes e a densidade demográfica do município é de 15,45 hab./km<sup>2</sup>. Seus 15.128,058 km<sup>2</sup> de extensão territorial são formados, basicamente, por floresta antrópica, mas também, com a presença de florestas ombrófilas que são mais densas e abertas. O clima é tropical semiúmido, o que favorece a agricultura, a pecuária, o extrativismo

<sup>39</sup> Árvore que pode atingir mais de 35m, da família das moráceas, nativa do Brasil, utilizada para extração de látex e fabricação de borracha; tem folhas oblongas, frutos com polpa mole, comestível, e sementes oleaginosas; seringueira.

vegetal e mineral e a indústria. Os marabaenses contam com sistema de ensino composto por 199 escolas de Ensino Fundamental, 35 escolas de Ensino Médio e pelo menos uma universidade pública.

## 016. Jacareacanga - Pará

Figura 35 - Localização do município de Jacareacanga dentro do Estado do Pará



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/para/jacareacanga.pdf>

Em sequência, passamos ao oitavo ponto, dentro do estado do Pará, o município de Jacareacanga. Esse nome, Jacareacanga, é devido aos índios que habitavam a região, que observavam próxima à antiga vila, uma elevação com formato que lembrava um jacaré, com uma saliência no dorso que se assemelhava a uma “canga”. Esse nome é proveniente da língua tupi, união dos termos îakaré "jacaré" e akanga "cabeça", formando "cabeça de jacaré”.

A história de Jacareacanga coincide com a da cidade de Itaituba e da conquista do rio Tapajós, apresentando destaque especial a partir da década de 50, quando o então Presidente da República, Getúlio Vargas, estabeleceu uma estratégia de ocupação da região, chamada de “Marcha para o Oeste”<sup>40</sup>, que visava acima de tudo, consolidar a soberania nacional.

No fim dessa década, um fato marcou profundamente a região, foi o início da garimpagem de ouro, provocando um forte movimento migratório, gerando uma ocupação desordenada e o estabelecimento de uma dependência econômica, vigente até os dias atuais. A emancipação política do município de Jacareacanga, partindo do município de Itaituba, foi o resultado da mobilização dos moradores, iniciada no final da década de 80, que fez acompanhar da representação à Assembleia Legislativa do Estado do Pará, a ata de criação de

---

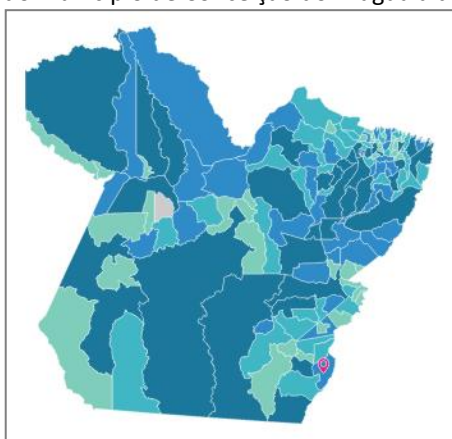
<sup>40</sup> A “Marcha para o Oeste” foi um projeto desenvolvido por Getúlio Vargas durante a ditadura do Estado Novo com o objetivo de promover o desenvolvimento populacional e a integração econômica das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, entre os anos de 1937 a 1945.

Comissão, além de um abaixo-assinado com 150 assinaturas.

Os jacareacanguenses somam 8.239 habitantes e a densidade demográfica do município é de 0,26 hab./km<sup>2</sup>. Seus 53.304,564 km<sup>2</sup> de extensão territorial de floresta tropical com clima equatorial super chuvoso são favoráveis à agropecuária e mineração. A população do município também conta com uma rede de ensino composta por 57 escolas de Ensino Fundamental, uma escola de Ensino Médio e algumas universidades particulares, a maioria à com ensino distância.

### 017. Conceição do Araguaia - Pará

Figura 36 - Localização do município de Conceição do Araguaia dentro do Estado do Pará



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/para/conceicaodoaraguaia.pdf>

A penúltima localidade do estado do Pará é Conceição do Araguaia, ponto 017 do Projeto ALiB. Esse nome é uma homenagem à padroeira da localidade original, Nossa Senhora da Conceição, e ao rio que banha a margem esquerda dessa terra, o Araguaia, que na língua tupi significa “rio do vale dos papagaios”.

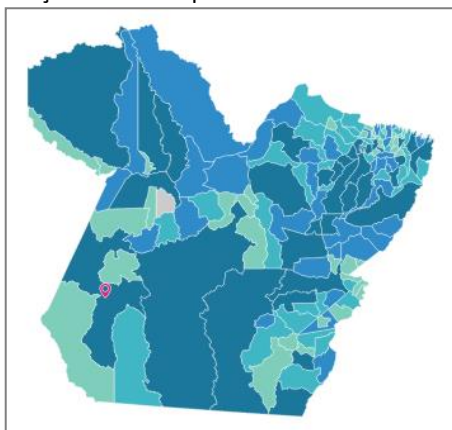
Os habitantes dessa região eram os índios *kaiapós*. O município data dos tempos coloniais, originário do extenso território de Baião. Em 1897, Frei Gil de Vila Nova fundou, no território de Baião, um arraial com o nome de Conceição do Araguaia, que passou à freguesia, em 14 de abril de 1900. Com a Revolução de 1930, houve a queda do comércio da borracha provocando a extinção do município que, por sua vez, reconquistou autonomia política três anos depois, em 1933. O resultado foi o desmembramento do vasto território em cinco municípios: Santana do Araguaia (1961), Redenção, Rio Maria e Xinguara (1982) e Floresta do Araguaia (1993).

Os araguaianos somam 47.864 habitantes e a densidade demográfica do município é

de 7,81 hab./km<sup>2</sup>. Seus 5.829,482 km<sup>2</sup> de extensão territorial são formados por planícies cobertas por Floresta Aberta Mista. O clima é classificado como equatorial super úmido, favorecedor da agricultura, da pecuária e do extrativismo vegetal. Os araguaianos também contam com uma rede educacional composta por 27 escolas de Ensino Fundamental, oito escolas de Ensino Médio e pelo menos duas universidades públicas.

### 018. Itaituba - Pará

Figura 37 - Localização do município de Itaituba dentro do Estado do Pará



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/para/itaituba.pdf>

A última localidade no estado do Pará, é a cidade de Itaituba, ponto 018 do Projeto ALiB. O topônimo "Itaituba" é originário do termo tupi *itá'imtyba*, que significa "ajuntamento de pedrinhas". Itá = pedra + 'im = diminutivo + tyba = ajuntamento.

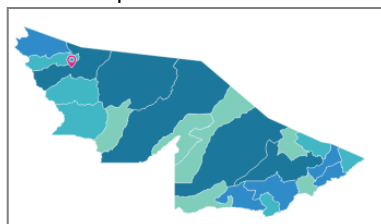
Antes da chegada dos europeus à região no século XVII, a mesma era ocupada pelos índios *mundurucus*. Os fundamentos históricos do município de Itaituba estão ligados à conquista dos portugueses, que chegaram à região, onde se encontra o atual município em 1626. Depois deles, vieram os jesuítas que ali fundaram vários aldeamentos em 1697, que se desenvolveram, mas o governador, Xavier de Mendonça Furtado, com medo de perder o poderio para os jesuítas, os afastou da direção das aldeias e elevou-as à categoria de vila, em 1854, denominada Santarém da Aldeia dos Tapajós. Com esse ato, o vale do rio Tapajós ficou sob o domínio do Grão-Pará. Elevou-se à cidade em 1900.

A população de Itaituba hoje é de 101.247 habitantes e a densidade demográfica do município é de 1,57 hab./km<sup>2</sup>. Seus 62.042,472 km<sup>2</sup> de extensão territorial é formado por cerrado, Floresta Aberta Mista e Floresta Aberta Latifoliada. O clima é equatorial úmido como em praticamente todas as áreas da região Norte. Os itaitubenses vivem de agricultura, da

pecuária e do extrativismo vegetal, bem como mineração de ouro no Vale do Rio Tapajós. A população também conta com uma rede de ensino formada por 109 escolas de Ensino Fundamental, 14 escolas de Ensino Médio e duas universidades públicas.

### 019. Cruzeiro do Sul - Acre

**Figura 38** - Localização do município de Cruzeiro do sul dentro do Estado do Acre



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/acre/cruzeirodosul.pdf>

Passamos ao quinto estado pertencente à rede de pontos desta pesquisa, o estado do Acre. Neste estado, o Projeto ALiB selecionou duas localidades e a primeira delas é o ponto 019 do referido Projeto, a cidade de Cruzeiro do Sul.

A região que hoje compreende o município de Cruzeiro do Sul era habitada por tribos indígenas do tronco *Arawak* ou *Aruak*, que se dividiam em grupos com as suas denominações particulares: *Ararauas*, *Catukinas*, *Curimas*, etc. Na época das explorações foram encontradas, também, as tribos dos *Náuas*, *Amahuacas*, *Jamináuas*, *Capanáuas*, *Caxinauás*, entre outros. Estas etnias dominavam o rio e a selva, no trecho onde está localizada a cidade de Cruzeiro do Sul, até o extremo do extenso Estirão.

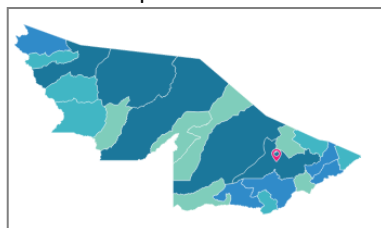
Em 1857, João da Cunha Correia chegou à foz do rio Juruá-Mirim. Várias expedições foram realizadas e elas proporcionaram o início do povoamento da região. Formaram-se seringais, em virtude da imigração de nordestinos que, perseguidos pelo fenômeno das secas, abandonaram os sertões nos anos de 1877 a 1879. O seringal denominado Centro Brasileiro foi explorado por volta de 1890, e passou a congregar grande número de brasileiros e, mais tarde, pelos seringueiros peruanos.

Seu nome foi tem por inspiração a constelação do Cruzeiro do Sul e sua população, segundo o IBGE é cerca de 88.376 habitantes com densidade demográfica de 8,94 hab./km<sup>2</sup>. Seus 8.779,403 km<sup>2</sup> de extensão territorial são formados, basicamente, por vegetação predominantemente amazônica, além de formações montanhosas e clima equatorial quente e úmido o ano todo. O cruzeirense vive do extrativismo da borracha e da exploração da madeira, que são as principais atividades econômicas do município, mas eles também

desenvolvem atividades extrativistas e agropecuárias. A rede de ensino do município é composta por 148 escolas de Ensino Fundamental, 22 escolas de Ensino Médio e algumas universidades particulares, a maioria delas com ensino a distância.

## 020. Rio Branco - Acre

Figura 39 - Localização do município de Rio Branco dentro do Estado do Acre



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/acre/riobranco.pdf>

No estado do Acre, o segundo ponto investigado pelo Projeto ALiB é a capital Rio Branco. Essa capital ganhou este nome em homenagem a José Maria da Silva Paranhos Júnior, que se tornou amplamente conhecido pelo seu título nobiliárquico: Barão do Rio Branco e foi o responsável por anexar o Acre ao Brasil.

Rio Branco surgiu nas terras antes ocupadas pelas tribos indígenas *Aquiris*, *Canamaris* e *Maneterisa*, a partir do seringal fundado em 1882, pelo cearense Neutel Maia. Anos depois, a região foi testemunha dos combates travados entre revolucionários acreanos e as tropas bolivianas, durante o crítico período da Revolução Acreana, que tornou o Acre, parte do Brasil, no início do séc. XX.

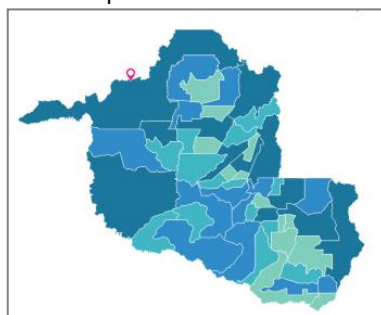
Terminada a Revolução Acreana, após a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 1903, e a anexação definitiva do Acre - agora Território Federal do Acre - ao Brasil, Rio Branco foi elevada à categoria de vila, tornando-se sede do departamento do Alto Acre. Sua denominação oscilou entre uma homenagem ao Barão de Rio Branco e Penápolis, em homenagem ao presidente Afonso Pena. Em 1912, passa à categoria de cidade com o nome de Rio Branco.

A população rio-branquense soma 407.319 habitantes e o município apresenta densidade demográfica de 38,03 hab./km<sup>2</sup>. Seus 8.834,942 km<sup>2</sup> de extensão territorial são formados por planícies e aclives suaves. Seu clima é equatorial, quente e chuvoso, o que favorece atividades de extrativismo vegetal, sobretudo na exploração da borracha. Hoje, observa-se, também, a extração de madeira, produção de castanha-do-pará, do açaí e do óleo

da copaíba. A população conta com uma rede de ensino formada por 198 escolas de Ensino Fundamental, 60 escolas de ensino Médio e uma universidade pública.

## 021. Porto Velho - Rondônia

Figura 40 - Localização do município de Porto Velho dentro do Estado de Rondônia



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/rondonia/portovelho.pdf>

O próximo estado investigado é o estado de Rondônia, que pertence à Região Norte do Brasil e, nesta pesquisa, faz parte da *Área de Controle*. Neste estado, o Projeto ALiB selecionou duas localidades, a capital e uma cidade de interior. A primeira localidade que apresentaremos, é a capital Porto Velho, o ponto 021 do referido Projeto.

Porto Velho surgiu na margem direita do Rio Madeira durante a construção da monumental Estrada de Ferro Madeira Mamoré (1907/1912). O nome Porto Velho é uma referência ao antigo Porto Velho dos Militares que serviu de apoio durante a Guerra do Paraguai, mas como não atracava grandes embarcações, as obras tiveram que ser mudadas para outro local.

Desde meados do séc. XIX, houve os primeiros movimentos para construir uma ferrovia que possibilitasse superar o trecho encachoeirado do rio Madeira (cerca de 380 km) e dar vazão à borracha produzida na Bolívia e na região de Guajará-Mirim. A localidade escolhida para construção do porto onde o caucho seria transbordado para os navios, seguindo então para a Europa e os EUA, foi Santo Antônio do Madeira, província de Mato Grosso.

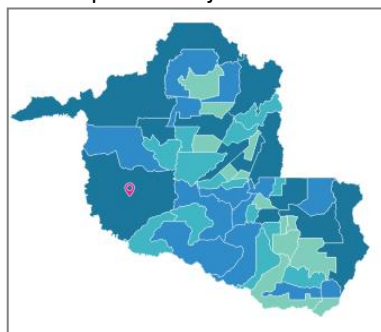
Percival Farquar, proprietário da empresa que afinal conseguiu concluir a ferrovia em 1912, desde 1907, usava o velho porto, do outro lado, para descarregar materiais para a obra e, quando decidiu que o ponto inicial da ferrovia seria aquele (já na província do Amazonas), tornou-se o verdadeiro fundador da cidade que, quando foi afinal oficializada pela Assembleia do Amazonas, recebeu o nome Porto Velho.



A população porto-velhense tem cerca de 529.544 habitantes e a densidade demográfica do município, de acordo com o IBGE, é de 12,57 hab./km<sup>2</sup>. Seus 34.090,954 km<sup>2</sup> de extensão territorial é formado por relevo acidentado sem grandes depressões e elevações entre a Planície Amazônica e o Planalto Central Brasileiro. Seu clima é tropical super úmido e equatorial. Os porto-velhenses vivem, basicamente, de prestação de serviços, da indústria e da agropecuária e a rede de ensino do município conta com 232 escolas de Ensino Fundamental, 59 escolas de Ensino Médio e duas universidades públicas.

## 022. Guajará-Mirim - Rondônia

Figura 41 - Localização do município de Guajará-Mirim dentro do Estado de Rondônia



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/rondonia/guajaramirim.pdf>

A segunda localidade no estado de Rondônia é a cidade de Guajará-Mirim, ponto 022 do Projeto ALiB. Em tupi-guarani, o nome Guajará-Mirim significa “cachoeira pequena”. Essa localidade foi habitada pelos grupos e subgrupos dos *jauis*, *tupis*, *hauris* e outros, até o início do séc. XIX e ela era apenas uma indicação geográfica para designar o ponto brasileiro à povoação boliviana de Guayaramerin. Naquela época, a povoação era conhecida como Esperidião Marques.

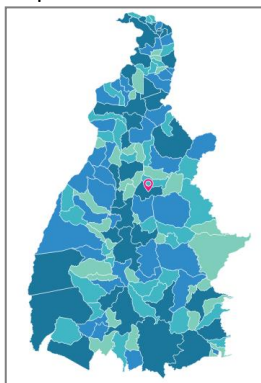
Durante o ciclo da borracha, a extração do látex foi o ponto decisivo na estruturação do município. A construção do transporte ferroviário (Estrada de Ferro Madeira-Mamoré) acelerou não só o povoamento local, contribuindo para o incremento da agricultura, como também o extrativismo vegetal proporcionado pela vasta e rica vegetação natural existente. Estes e outros fatores foram relevantes para subsistência da localidade e formação.

A população guajará-mirense tem cerca de 46.174 habitantes e a densidade demográfica do município é de 1,68 hab./km<sup>2</sup>. Seus 24.885,724 km<sup>2</sup> de extensão territorial são cobertos por uma densa floresta equatorial e seu clima é quente, mas seco em grande parte do ano. O povo guajará-mirense, vive de prestação de serviços, da agropecuária e da

indústria e o sistema de ensino da localidade é composto por 59 escolas de Ensino Fundamental, seis escolas de Ensino Médio e uma universidade pública.

### 023. Pedro Afonso - Tocantins

Figura 42 - Localização do município de Pedro Afonso dentro do Estado do Tocantins



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/tocantins/pedroafonso.pdf>

O sétimo estado investigado nesta dissertação, é o estado do Tocantins, o mais novo de todos os Estados da Federação. Nele, o Projeto ALiB selecionou duas localidades do interior, excluindo da lista a capital Palmas, devido ao seu pouco tempo de fundação, o que comprometeria a seleção dos informantes de faixa II, que deveriam ser nascidos na localidade, filhos de pais, também, da localidade. A primeira cidade selecionada, neste estado, foi Pedro Afonso, ponto 023 do Projeto ALiB.

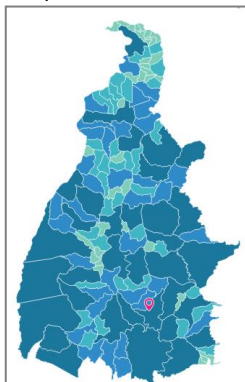
Seu nome originou-se de uma homenagem do frei Rafael Taggia, missionário da ordem de São Francisco e fundador da cidade, ao príncipe D. Pedro Afonso de Orleans e Bragança. A região onde se ergue a cidade de Pedro Afonso, na confluência dos rios do Sono com o Tocantins era, até o início do séc. XIX, habitada pelos *silvícolas*, com destaque para os *Xavantes* e conhecida por “Travessia dos Gentíós”, em virtude das correrias que ali se faziam. Frei Rafael Taggia chega em 1845 com a missão de catequisar os índios e favorece a formação da vila. Em decorrência da revolta dos *silvícolas* contra o rigor da instrução religiosa, Frei Rafael retornou ao arraial em formação que, em 1875, tornava-se distrito de paz. Em 1903 é elevada à categoria de vila e em 1937 recebe o foro de cidade.

A população de Pedro Afonso possui 13.578 habitantes com densidade demográfica de 5,74 hab./km<sup>2</sup>. Seus 2.010,902 km<sup>2</sup> de extensão territorial estão, praticamente, dentro do Planalto Central brasileiro com predominância de chapadas e cerrados. Seu clima é tropical seco. Os Pedro afonsinos vivem, principalmente, do agronegócio (exportação de soja e

indústria açucalcoleira) e do ecoturismo. Eles também contam com uma rede educacional formada por 10 escolas de Ensino Fundamental, três escolas de Ensino Médio e uma universidade pública.

#### 024. Natividade - Tocantins

**Figura 43** - Localização do município de Natividade dentro do Estado de Tocantins



Fonte: <https://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/dtbs/tocantins/natividade.pdf>

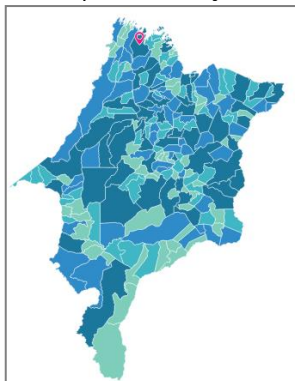
O segundo ponto do estado do Tocantins é a cidade de Natividade, ponto 024 do Projeto ALiB. Natividade é considerada a “Mãe do Tocantins”. Um lugar onde os homens fixaram raízes há quase 300 anos e começaram a formatar um estado e a escrever a história do Tocantins.

Sua história se inicia com a chegada de imigrantes portugueses nessa região, no séc. XVIII, a procura de ouro. O Arraial de São Luiz foi edificado no topo da Serra, pelas mãos dos escravos, cerca de 40 mil, trazidos por esses desbravadores. Em 1734, o Arraial foi fundado por Antônio Ferraz de Araújo. Quando, em 1770, o ouro do lugar já não atendia mais a demanda, os moradores desceram a serra, vindo formar um novo Arraial chamado de Natividade, nome dado graças à devoção dos moradores por Nossa Senhora de Natividade. Eleva-se a cidade em 1891.

Os nativitanos somam 9.244 habitantes e a densidade demográfica do município é de 2,78 hab./km<sup>2</sup>. Seus 3.240,715 km<sup>2</sup> de extensão territorial são cobertos por cerrado e a cidade é cercada de chapadas. Seu clima é quente e seco e a população vive, principalmente da mineração e ecoturismo. A rede de ensino na localidade é composta por nove escolas de Ensino Fundamental, uma escola de Ensino Médio e algumas universidades particulares.

## 025. Turiaçu – Maranhão

Figura 44 - Localização do município de Turiaçu dentro do Estado do Maranhão



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/maranhao/turiacu.pdf>

O oitavo Estado brasileiro que investigamos nesta dissertação é o Maranhão. Neste estado, o Projeto ALiB selecionou nove localidades, entre elas a capital São Luís. Nesta pesquisa, o Maranhão está na *Área de Controle do Falar Amazônico* e desse Estado, a primeira localidade que destacamos é a cidade de Turiaçu, ponto 025 do Projeto ALiB.

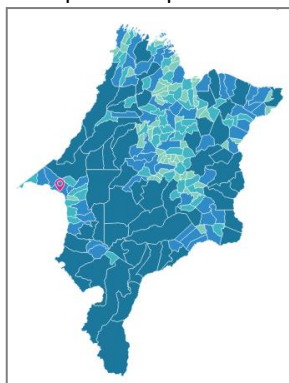
A origem do nome Turiaçu, segundo Frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres, no Dicionário da Língua Geral, é *tory*, que significa “tacho”. Por tradição popular, Turiaçu significa “tacho grande”. Antes do povoamento na área, onde hoje se localiza a cidade, duas outras tentativas de incursão foram feitas, sem êxito, não somente pela ação defensiva dos índios *taramembeses*, mas também, por um surto de varíola de grandes proporções.

Na área, os jesuítas mantinham missão, onde tentavam a catequese. Em 1679, o então Governador do Maranhão, Inácio Coelho da Silva, determinou a ida de uma expedição ao território, que exterminou a tribo. Daí em diante, Turiaçu continuou a ser missão e ponto militar. Em 1833, foi elevada à categoria de vila, desmembrado de Bragança. Seus habitantes lutaram por muito tempo para que a povoação passasse à jurisdição do Estado do Maranhão, o que só foi possível, em 1852, por Decreto Imperial. A cidade surgiu em 1870.

A população de Turiaçu, hoje, é de cerca de 35.604 habitantes com densidade demográfica de 13,16 hab./km<sup>2</sup>. Seus 2.592,173 km<sup>2</sup> de extensão territorial são formados por relevo de costa recortada e planície litorânea com dunas e planaltos. Seu clima é tropical. Os turienses vivem, principalmente, de turismo, da prestação de serviços e do comércio. Atualmente, a comunidade de Turiaçu conta com uma rede de ensino formada por 84 escolas de Ensino Fundamental, sete escolas de Ensino Médio e uma universidade pública.

## 029. Imperatriz - Maranhão

Figura 45 - Localização do município de Imperatriz dentro do Estado do Maranhão



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/maranhao/imperatriz.pdf>

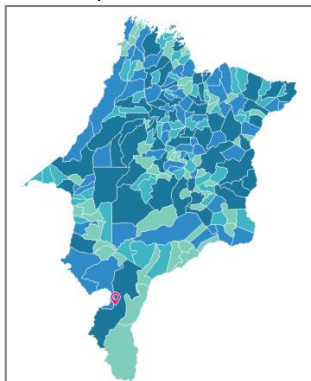
A segunda localidade no estado do Maranhão, que pertence à *Área de Controle* desta dissertação, é a localidade de Imperatriz, ponto 029 do Projeto ALiB. Seu atual nome originou-se de uma homenagem à Imperatriz Teresa Cristina. Com o tempo, sua denominação foi sendo simplificada pela população que habitava o local, onde hoje é a cidade, havendo documentos anteriores à Abolição em que a vila é mencionada simplesmente como Imperatriz.

O surgimento da localidade de Imperatriz começou a ser desenhado nos fins do séc. XVI e início do séc. XVII, com a iniciativa dos bandeirantes vindos de São Paulo. A fundação de Imperatriz se deu em 1852. Frei Manoel Procópio do Coração de Maria, capelão da expedição que ali chegou, foi o fundador da povoação, que recebeu inicialmente o nome oficial de Colônia Militar de Santa Tereza do Tocantins. Depois de quatro anos, em 1856, foi criada a Vila de Imperatriz, nome dado em homenagem à imperatriz Tereza Cristina.

Os imperatrizenses somam, hoje, cerca de 258.682 habitantes, de acordo com o IBGE e apresenta densidade demográfica de 180,79 hab./km<sup>2</sup>. Tem 1.368,988 hab./km<sup>2</sup> de extensão territorial que estão cobertos pela Floresta Amazônica e pelo cerrado. Seu clima é tropical subúmido. Sua população vive do ecoturismo, do comércio, da prestação de serviços e da construção civil e a rede educacional do município conta com 152 escolas de Ensino Fundamental, 37 escolas de Ensino Médio e uma universidade pública.

### 032. Balsas - Maranhão

Figura 46 - Localização do município de Balsas dentro do Estado do Maranhão



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/maranhao/balsas.pdf>

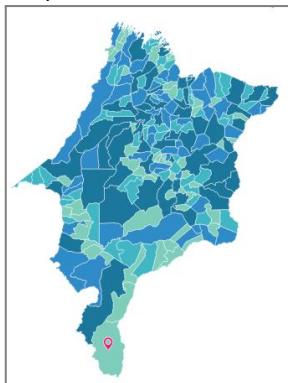
A terceira localidade, do estado do Maranhão, que pertence à *Área de Controle* desta dissertação é a cidade de Balsas, ponto 032 do Projeto ALiB. A cidade recebeu este nome por ter se constituído ao lado do Rio Balsas. Esse, por sua vez, ficou conhecido por esse nome porque muitos viajantes por ali passavam em embarcações construídas de buritis, denominadas “balsas”.

O porto das Caraíbas, no rio Balsas, era o ponto de melhor acesso às fazendas do município de Riachão. O contínuo movimento de viajantes despertou interesse pelo local, fazendo com que surgisse ali, uma pequena casa de comércio, em que ao redor, foi se formando um vilarejo. Sabedor da existência do novo núcleo de população, para lá se deslocou o baiano Antônio Ferreira Jacobina, mercador de fumo nos sertões. Tornou-se líder da povoação que posteriormente foi elevada à categoria de vila e à de cidade, com a mesma denominação.

Os balsenses, hoje, somam 94.887 habitantes com densidade demográfica de 6,36 hab./km<sup>2</sup> na localidade. Possui 13.141,757 km<sup>2</sup> de extensão territorial com relevo predominantemente de cerrado. Seu clima é tropical chuvoso. A população local vive, principalmente, da agroindústria e do comércio e a rede de ensino é composta por 62 escolas de Ensino Fundamental, 14 escolas de Ensino Médio e uma universidade pública.

### 033. Alto Parnaíba - Maranhão

Figura 47 - Localização do município de Alto Parnaíba dentro do Estado do Maranhão



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/maranhao/altoparnaiba.pdf>

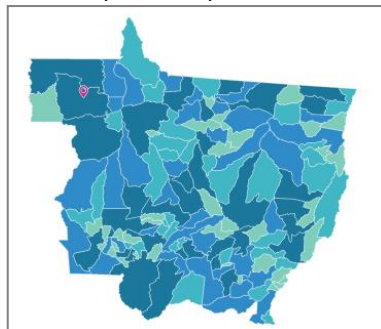
A última cidade que investigamos, no estado do Maranhão, é Alto Parnaíba, ponto 033 do Projeto ALiB. Essa localidade recebeu este nome, por ter se formado à margem esquerda do rio Parnaíba. O nome do município, na língua tupi-guarani, significa "rio de águas barrentas", para referir-se ao Rio Parnaíba.

Terra dos índios *Tapuias*, situada na margem esquerda do Rio Parnaíba, foi Francisco Luís de Freitas o seu primeiro povoador, pois estava em busca de uma área adequada ao cultivo agrícola. Ali se instalou e chamou a área de Fazenda Barcelona. Depois veio Cândido Lustosa, do Piauí, que se instalou nas proximidades da Fazenda Barcelona e alcançou o desbravamento da área, participando da construção da primeira Igreja e de muitas outras atividades, em benefício do lugar. Tempos depois, estes povoadores mudaram o nome do lugar para Vila de Nossa Senhora da Vitória e em 1866, com a doação, de Francisco Luís de Freitas e sua mulher Micaela Abreu, de suas terras da Fazenda Barcelona, à Igreja local, a povoação foi se desenvolvendo, até ser criado o município.

Hoje, Alto Parnaíba tem uma população de, aproximadamente, 11.190 habitantes com densidade demográfica de 0,97 hab./km<sup>2</sup>. Sua extensão territorial é de 11.132,176 km<sup>2</sup> formada, basicamente, por cerrado. Seu clima é tropical quente e úmido. Os alto-parnaibanos vivem do agronegócio e a educação local conta com 36 escolas de Ensino Fundamental, uma escola de Ensino Médio e algumas universidades com ensino à distância.

### 103. Aripuanã - Mato Grosso

**Figura 48** - Localização do município de Aripuanã dentro do Estado do Mato Grosso



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/matogrosso/aripuanana.pdf>

Passamos ao último estado que compõe a área geográfica investigada, o Estado de Mato Grosso. Neste Estado, o Projeto ALiB selecionou nove localidades, entre elas a capital e nesta dissertação incluímos dois, destes nove pontos à *Área de Controle*. A primeira localidade investigada é a cidade de Aripuanã, ponto 103 do Projeto ALiB.

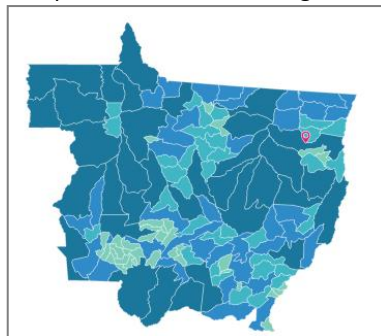
De história e movimentação antiga, o termo Aripuanã é referência ao Rio Aripuanã, que margeia a cidade. Aripuanã em tupi-guarani significa literalmente, “palmeira fibrosa”, ou seja, ari = palmeira + puanã = encorpado, fibroso. No final do séc. XIX, toda influência na região de Aripuanã provinha dos Estados do Amazonas e Pará, por causa do intenso intercâmbio comercial. Somente a partir de 1908, com o início dos trabalhos de instalação das linhas telegráficas estratégicas, pela Comissão Rondon, a situação se alterou. No entanto, a primeira sede municipal, já com o nome de Aripuanã, foi erguida com cerca de duzentos quilômetros de distância da atual, às margens do Rio Roosevelt. Em 1932, foi criado o Distrito de Paz de Aripuanã, extinto seis anos depois. A grande distância da capital do Estado e a enorme dificuldade de acesso, prejudicaram, imensamente, o seu desenvolvimento, que só veio a ser declarado como município em 1943.

Os aripuanenses somam, hoje, 22.354 habitantes com densidade demográfica de 0,74 hab./km<sup>2</sup> na localidade. Tem 25.107,968 km<sup>2</sup> de extensão territorial que apresenta vegetação, predominantemente, amazônica em quase toda a extensão, além de clima tropical quente e úmido durante todo o ano. A economia se baseia em hidrelétrica e mineração e a população conta com serviço de educação composto por 16 escolas de Ensino Fundamental, três escolas de Ensino Médio e algumas universidades particulares.



#### 104. São Félix do Araguaia - Mato Grosso

Figura 49 - Localização do município de São Félix do Araguaia dentro do Estado Mato Grosso



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/matogrosso/saofelixdoaraguaia.pdf>

A última localidade que compõe a rede de pontos utilizada nesta investigação, é a cidade de São Félix do Araguaia, ponto 104 do Projeto ALiB. A denominação de São Félix foi dada pelo bispo D. Sebastião Thomaz Câmara, em 1942. A invocação a São Félix provinha da crença que o santo, como padroeiro, os protegia contra os índios *xavantes*, que habitavam a região e faziam incursões sobre o recém-criado povoado, pois não admitiam a ocupação de seu território. O termo "Araguaia", de origem geográfica, foi incorporado para distinguir o município mato-grossense de outro com a mesma denominação, no Estado da Bahia. Araguaia tem o significado de "rio das araras mansas", em Tupi.

A efetiva colonização da região de São Félix do Araguaia ocorreu a partir da década de 40, com auxílio da Marcha para o Oeste, promovida por Getúlio Vargas, então presidente, com o intuito de povoar o Centro-Oeste do país. A denominação de São Félix, como dito, foi dada em 1942, por ocasião da visita do bispo D. Sebastião Thomas Câmara ao povoado. Os *karajás* viviam na margem direita do rio Araguaia e inicialmente ele era vinculado ao município de Barra do Garças e, somente, em 1976 foi criado o município de São Félix do Araguaia.

Os são-felixcenses somam 11.708 habitantes e a cidade tem densidade demográfica de 0,64 hab./km<sup>2</sup>. A economia se baseia na pecuária, na agricultura e no turismo. Seus 16.713,475 km<sup>2</sup> de extensão territorial são cobertos pela Floresta Amazônica e uma parte de cerrado. Seu clima é considerado equatorial quente e úmido. Com relação à educação, o sistema de ensino é formado por 10 escolas de Ensino Fundamental, uma escola de Ensino Médio e algumas universidades particulares.

Conforme apresentado, a região pesquisada é formada principalmente pelas diversas etnias indígenas que habitaram no passado e habitam no presente este espaço, contudo,

também percebemos que o elemento colonizador se implantou desde o séc. XVI até a atualidade, sem se importar com a destruição que fez e faz aos povos e culturas primitivas.

O colonizador, de acordo com os elementos históricos revelados, são, principalmente, os portugueses, os espanhóis, os franceses e os holandeses, que também contribuíram para a formação sócio-histórica e para a formação da língua portuguesa que é falada nessa área hoje. Não podemos deixar de destacar, também, que o movimento migratório interno, provocado pela política de povoamento implementada no Governo Vargas, na década de 40, também, contribuiu para a formação amplamente diversificada da língua portuguesa falada no Norte do país.

Dessa maneira, na próxima seção, daremos início às análises das questões, expondo em sequência os problemas de formulação de cada uma, os agrupamentos linguísticos feitos com as respostas obtidas, a pesquisa aos dicionários com a análise fraseológica, os gráficos com os percentuais para as variáveis sociais e, finalmente, a cartografia temática com a distribuição espacial das respostas encontradas. Esperamos que um pouco do conhecimento sobre a formação sócio-histórica de cada localidade investigada possa nos fornecer subsídios que sejam capazes de nos dar entendimento sobre as denominações encontradas.

## 5 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, serão demonstradas, em ordem crescente, as questões estudadas e seus respectivos resultados. Estes resultados serão dispostos qualitativamente, mas também quantitativamente, pois se tratam de dados coletados em amostragem<sup>41</sup> e que precisam do suporte estatístico para se chegar a um consenso sobre o dado apresentado. Estas informações serão destacadas da seguinte maneira:

- a) A questão será exposta e com ela todas as considerações cabíveis para os detalhes percebidos no momento da aplicação das entrevistas, a formulação da questão, o papel do inquiridor na obtenção dos temas buscados, bem como o contexto em que as entrevistas ocorreram e que afetaram direta ou indiretamente nesses resultados.
- b) As respostas obtidas para a questão serão disponibilizadas, assim como a frequência de uso. Conforme mencionado na subseção 3.1.2, os agrupamentos feitos serão exibidos, bem como os critérios utilizados para fazê-los.
- c) Passaremos, então, à pesquisa aos dicionários e a descrição das unidades fraseológicas registradas na amostra.
- d) Através de gráficos do *Microsoft Excel*, os percentuais de uso, para cada aspecto social controlado, serão explicados para entendimento e visualização do processo de nomeação dos referentes, baseado ou não por estes fatores. Em alguns casos, esse processo de nomeação pode estar ligado à idade do informante, ao seu grau de escolaridade, a sua religião ou crenças, etc. e, nesse contexto, verifica-se se o sexo, a idade ou a escolaridade exercem alguma influência sobre as escolhas lexicais destes falantes.
- e) A cartografia, com a distribuição dos dados encontrados no espaço geográfico, será apresentada e, a partir da carta poderá, ou não, se fazer o traçado de isoglossas. Ela embasa-se no critério de presença e ausência das lexias em cada localidade estudada.
- f) Em qualquer uma das etapas mencionadas, análises comparativas com os resultados de Portilho (2013), Oliveira (2014), Carvalho (2015) e Cuba (2015) serão feitas, estabelecendo uma conexão entre os objetivos de cada pesquisador, assim como, o alinhamento com os objetivos do Projeto ALiB.

---

<sup>41</sup>Ato, processo ou técnica de escolha e seleção de membros de uma população ou de um universo estatístico que possam constituir uma amostra.

A sequência apresentada seguirá a ordem crescente das questões do QSL e cada seção secundária está nomeada com as lexias que se convencionou utilizar, como sema principal neste trabalho, por representarem o maior índice de uso na amostra.

### 5.1 ESTRELA D'ALVA (AO AMANHECER)

**Figura 50** - Vênus e a Lua vistos da Terra.



Fonte: LYNCH, David. In: <https://epod.usra.edu/blog/2012/01/crescent-moon-earthshine-and-venus.html>

Nesta seção, apresentamos as análises feitas para a questão 029 que investiga quais os nomes atribuídos ao astro representado pela Figura 49, também conhecido como *Estrela da Manhã*, *Estrela Guia*, *Estrela Matutina*, etc.

De acordo com o astrofísico Mourão (1987, p. 284), o astro cuja questão se refere não é uma estrela, mas sim um planeta, Vênus, conforme explanado na seção 2.5.1, em que tratamos das estrelas, dos planetas e do meteoro, sob a ótica da Astronomia. Verificamos que o Planeta Vênus possui características físicas que o difere dos demais planetas, permitindo-lhe que tenha a capacidade de refletir a luz solar com mais intensidade que os demais. Essa característica pode ser o que provoca a confusão por parte das pessoas que olham para o céu, quando se referem a este astro.

Com base nas pesquisas que fizemos, percebemos que o falante que não tem muito conhecimento, de ordem científica, sobre a Astronomia acaba por chamar de estrela todos os

elementos que aparecem brilhantes no céu, sejam eles fixos ou móveis. Entretanto, outros detalhes precisam ser considerados. Por exemplo, temos uma série de outros fatores envolvidos, nesse contexto, que conferem ao processo de nomeação destes astros como estrela como, por exemplo, a pergunta feita pelo inquiridor e a postura do próprio inquiridor em não fazer desdobramentos com a questão na tentativa de elucidar se há ou não, no linguajar dos informantes, outras maneiras de nomear o referente buscado.

Com relação à pergunta feita, ela está assim formulada: “De manhã cedo, uma estrela brilha mais e é a última a desaparecer. Como chamam esta estrela?” (COMITÊ NACIONAL..., 2001, p.23). Antes dos números e respostas serem apresentados, é necessário que algumas considerações sobre esta questão sejam feitas e, de certa maneira, já estaremos adiantando parte dos entendimentos para a questão 030, que será detalhada na seção seguinte, a 5.2.

A primeira consideração a ser feita é, notamos que os pesquisadores que desenvolveram os questionários também chamaram ou optaram por chamar o referente buscado por estrela. As hipóteses que cogitamos são: seria esse, o entendimento da equipe de dialetólogos do Projeto ALiB acerca do astro pesquisado? Ou será que a equipe conhecia o referente, mas elegeu a nomenclatura, tida como popular, para estabelecer uma relação de proximidade com os informantes entrevistados?

São estes os principais questionamentos que podem nos dar o entendimento necessário com relação à eleição do nome estrela na pergunta. Todavia, neste momento, não podemos afirmar que se trata de uma ou outra hipótese. O que registramos até aqui é que há um consenso entre os falantes em chamar o *Planeta Vênus* de estrela, conformidade esta, que é validada pela SAB na obra técnica e lexicográfica de Mourão (1987), talvez pela própria história da Astronomia, que surgiu no seio de comunidades pré-históricas e se desenvolveu, também, em via de mão dupla, com a sabedoria e o conhecimento populares.

Com relação à postura do inquiridor e, com base na pluralidade de pesquisadores que desempenharam, arduamente, esta função na área pesquisada (cf. Apêndice B), acreditamos que devido à grande extensão territorial brasileira, nem todos os inquiridores receberam o mesmo treinamento para ir a campo, passo importante e considerável quando falamos de pesquisa de cunho dialetal, conforme foi explanado na seção 2.1.2 desta dissertação, sobre o tripé metodológico e o treinamento dos inquiridores. Outro aspecto que torna cada entrevista única é o próprio enredo em que ela é feita e os sujeitos que estão envolvidos nesse cenário, o que de acordo com a professora Suzana Cardoso não é tarefa simples:

Ser inquiridor, viajar por vários caminhos, encontrar pessoas diversas, debater-se com situações as mais distintas, ter medo, correr riscos, eis um pouco do que passa pela vida de um pesquisador de campo. São, assim, muitas e distintas emoções que, sem fazer trocadilho, convertem-se na realidade, em emoções diferentes, porque distanciadas daquelas com os quais o participante do Projeto ALiB está acostumado, no seu cotidiano, a conviver (CARDOSO, 2016b, p. 87).

Considerando as inúmeras situações em que cada inquérito foi feito, o cansaço de quem fez as entrevistas e de quem as respondeu, a situação interacional, de um modo geral (local, circunstantes, etc.), é possível depreender que dos muitos casos em que não há desdobramentos, muitos deles se enquadrem em situações atípicas que favoreceram tais situações.

Outro detalhe importante e, voltando para a formulação da pergunta, quando no enredo da questão se adiciona a palavra estrela, por consequência, a probabilidade de respostas com esse termo pode ser alta. As formações que se construirão a partir dessa base podem ter inúmeras motivações e acreditamos que é, basicamente, o que ocorre, não somente com a questão 029, mas também com a 030 e a 031. Dessa maneira, passamos para a descrição dos dados coletados na amostra e iniciamos pelos agrupamentos linguísticos.

#### 5.1.1 Agrupamentos linguísticos

Conforme foi apresentado na seção 3.1.4, em que detalhamos o tratamento e o mapeamento dos dados, os dois primeiros agrupamentos linguísticos criados foram:

- (i) *Não respostas* – grupo de respostas em que o informante alegou não saber, não lembrar ou que a resposta de modo algum foi obtida e, ainda, alguns casos de questões não formuladas pelo inquiridor.
- (ii) *Outras denominações* – todas as respostas dadas que tiveram ocorrência única.

A partir da audição sistemática dos inquéritos dos 144 informantes, distribuídos pelas 30 localidades investigadas, dispomos todas as respostas em planilha do *Microsoft Excel* para fazermos os demais agrupamentos, caso fossem necessários, e chegamos a alguns números. Nesta questão, contamos com um total de 158 dados registrados. Destes, 39 foram registros de *não respostas* e nove de *outras denominações*. Dos 39 registros de *não respostas*, temos apenas uma questão não lembrada e 38 em que os informantes alegaram não saber. Não houve casos de não formulação dessa questão na amostra investigada.

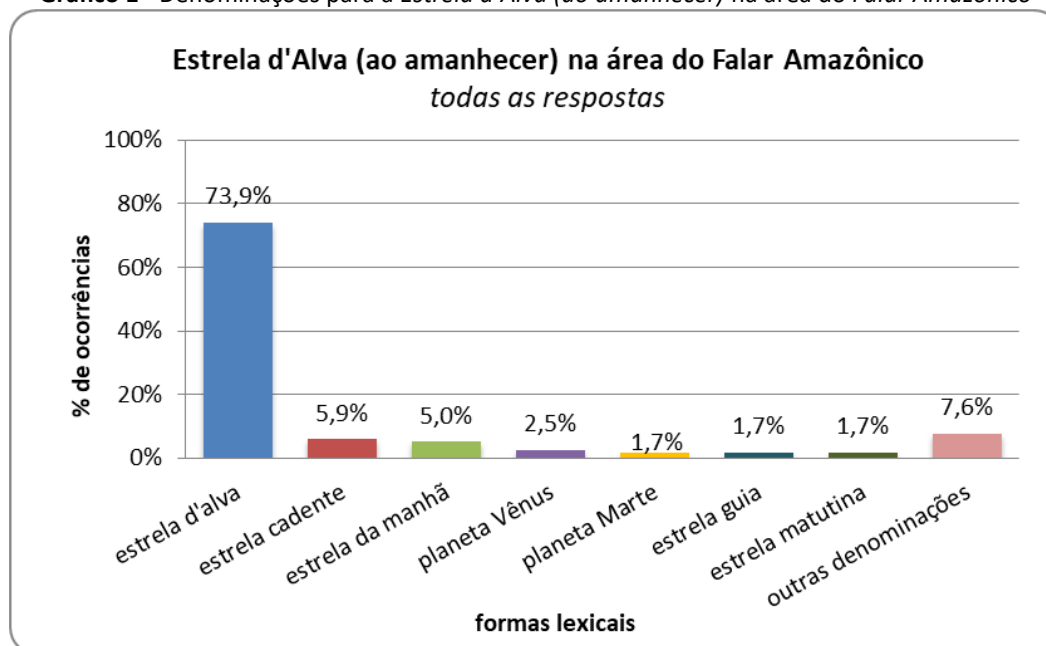
Quando comparamos os dados encontrados nesta amostra com os dados investigados por Oliveira (2014) - Bahia e Paraná - Carvalho (2015) - Centro-Oeste – e Cuba (2015) – Território Multivarietal, percebemos que este alto índice de não respostas, também, é recorrente nestes *corpora*, o que nos faz refletir sobre este comportamento. Nesse sentido, questionamos: Será que isso ocorre devido ao pouco conhecimento sobre a Astronomia ou será que esse dado reflete um comportamento social/cultural de certas comunidades de não olhar para o céu?

Seguindo com os agrupamentos, o segundo engloba as nove denominações que apareceram somente uma vez na amostra. São elas: *Estrela Brilhosa; Estrela do Dia; Estrela do Moedor; Estrela Mãe; Estrela Rainha; Estrelão; Mercúrio; Satélite* e *Vésper*. Nenhuma destas denominações foi registrada nas amostras investigadas por Oliveira (2014), Carvalho (2015) e Cuba (2015), contudo, destacamos que, na Bahia (OLIVEIRA, 2014), foi registrada, como outra denominação, o fraseologismo *Estrela da Madrugada* que não foi registrado em nenhuma das localidades investigadas nesta dissertação.

A denominação mais recorrente foi *Estrela d'Alva*, por isso ela intitula a seção, e com ela estamos agrupando, também, as respostas dadas como lexias simples. Neste caso, das 88 ocorrências de *Estrela d'Alva*, temos sete ocorrências da lexia simples *d'Alva* em conjunto com 81 registros do fraseologismo *Estrela d'Alva*. Do mesmo modo, *Estrela Cadente*, que foi a segunda denominação mais recorrente, aglutina tanto as duas ocorrências de *Cadente* quanto as cinco do fraseologismo *Estrela Cadente*. As duas ocorrências de *Planeta Marte* também representam o agrupamento de uma lexia simples, *Marte*, e de um fraseologismo, *Planeta Marte*. *Estrela d'Alva* também é a lexia mais recorrente para a questão 029, tanto na Bahia quanto no Paraná e nos estados do Centro-Oeste brasileiro.

No Gráfico 1, apresentamos todas as respostas que foram registradas para essa pergunta, representadas por ordem decrescente de produtividade e no final, registramos o percentual de *outras denominações*.

**Gráfico 1** - Denominações para a *Estrela d'Alva* (ao amanhecer) na área do Falar Amazônico



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaborado pela autora.

De acordo com o Gráfico 1, a produtividade da denominação *Estrela d'Alva* está registrada na amostra com percentual acima dos 70%. Temos uma possível indicação de que a norma linguística, no Norte do país, seja *Estrela d'Alva*, no que se refere ao *Planeta Vênus*, quando está visível ao amanhecer. Isso se repete na investigação feita por Oliveira (2014) e por Carvalho (2015). *Estrela Cadente* ocupa o segundo lugar de formas lexicais mais recorrentes, enquanto *Planeta Vênus*, que é a denominação para o astro, conforme os pressupostos da Astronomia, apresenta 2,5% do total de registros feitos. As formas lexicais *Estrela da Manhã*, *Planeta Marte*, *Estrela Guia* e *Estrela Matutina*, em conjunto com as *outras denominações*, indicam pluralidade cultural e, conseqüentemente, linguística. Na sequência, passamos a analisar a dicionarização destas lexias e as unidades fraseológicas que compõem a amostra.

### 5.1.2 Pesquisa lexicográfica e análise fraseológica

Conforme apresentado, as obras lexicográficas escolhidas para dar suporte a este estudo foram: Bluteau (1728); Moraes Silva (1813); Silva Pinto (1832); Houaiss (2001); e a obra técnica de Astronomia, Mourão (1987), todos disponíveis *online*, pois devido à pandemia provocada pelo novo corona vírus, e seguindo os protocolos de segurança impostos pelas



autoridades sanitárias, não foi possível consultar obras físicas. Além destas, foi consultada uma sexta obra, Ferreira (2001), que faz parte do acervo da pesquisadora.

A pesquisa em dicionários é considerada uma etapa importante nos estudos do léxico, pois é capaz de demonstrar as possibilidades de uso em determinada língua, além dos dicionários registrarem parte da realidade e da cultura de um povo. Assim sendo, buscamos nesta etapa verificar os registros, inclusive, tentando localizar, nas definições dadas por cada lexicógrafo, elementos capazes de identificar as motivações para cada nome.

No Quadro 6, dispomos todas as denominações catalogadas para a questão 029, inclusive aquelas agrupadas em *outras denominações*, buscando nas definições, relação de parassinonímia entre elas. Neste quadro registramos, conforme legenda, o que foi encontrado dicionarizado, o que não está registrado em dicionários e os casos particulares de outras acepções e de extensão de sentido, todavia, salientamos que todas as definições encontradas estão alocadas no Apêndice A.

**Quadro 6** – Denominações para *Estrela d’Alva (ao amanhecer)*, registro em dicionários.

Lexias	DICIONÁRIOS DE LÍNGUA PORTUGUESA					DICIONÁRIO DE ASTRONOMIA
	Bluteau (1728)	Moraes Silva (1813)	Silva Pinto (1832)	Ferreira (2001)	Houaiss (2001)	Mourão (1987)
<i>Estrela d’Alva</i>	∅	∅	∅	=	=	=
<i>Estrela da Manhã</i>	∅	∅	∅	=	∅	=
<i>Planeta Vênus</i>	≠	≠	≠	≠	≠	≠
<i>Estrela Matutina</i>	∅	∅	∅	=	∅	∅
<i>Estrela Guia</i>	∅	∅	∅	∅	∅	∅
<i>Estrela Cadente</i>	∅	∅	∅	≠	∅	≠
<i>Estrela Brilhosa</i>	∅	∅	∅	∅	∅	∅
<i>Estrela do Dia</i>	∅	∅	∅	∅	∅	∅
<i>Estrela do Moedor</i>	∅	∅	∅	∅	∅	∅
<i>Estrela Mãe</i>	∅	∅	∅	∅	∅	∅
<i>Estrela Rainha</i>	∅	∅	∅	∅	∅	∅
<i>Estrelão</i>	∅	∅	∅	∅	≠	∅
<i>Planeta Marte</i>	≠	≠	≠	≠	≠	≠
<i>Mercúrio</i>	≠	≠	≠	≠	≠	≠
<i>Satélite</i>	≠	≠	≠	≠	≠	≠
<i>Vésper</i>	∅	∅	∅	∅	±	±

**Legenda:** (=) mesma acepção; (±) extensão de sentido; (≠) outra acepção; (∅) não dicionarizado.

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme representado do Quadro 6, a denominação *Planeta Vênus* está sinalizada em todas as obras consultadas com outra acepção. Fizemos este registro porque as definições de estrela e de planeta são diferentes. Em nenhuma das obras de LP, existe referência ao termo estrela na entrada *Planeta Vênus*. Entretanto, na obra de Astronomia, há uma sinalização de que existem outras variantes para este referente, as quais Mourão (1987, introdução) chama de “as diversas formas variantes, inclusive a forma aporuguesada” a saber:

estrela matutina, estrela da manhã, estrela vespertina, estrela vésper, estrela d'alva, estrela da tarde, Boieira, Vésper, Papaceia, estrela do pastor, Hesperos, Phosphoros, Sukra (o esplendor) ou Daitya-guru (o mestre do Titã), estas duas últimas na Índia; Vennouhe siri (o pássaro Vennou de Osiris) e Phouter-ti (o deus da manhã), no Egito antigo, são alguns dos vários nomes atribuídos a Vênus através dos tempos (MOURÃO, 1987, p. 837).

Já as denominações *Estrela d'Alva*, *Estrela da Manhã* e *Estrela Matutina* foram registradas em pelo menos uma das obras de LP aludindo ao *Planeta Vênus*. Não se encontram dicionarizadas em nenhuma das obras consultadas: *Estrela Guia*, *Estrela Brilhosa*, *Estrela do Dia*, *Estrela Mãe*, *Estrela Rainha* e *Estrela do Moedor*. A última denominação, *Estrela do Moedor*, foi a única para a qual não encontramos referência alguma que justifique esse nome. Como essa denominação foi registrada na Área de Controle, na cidade de Alto Parnaíba, no estado do Maranhão, análises futuras do *Falar Nordestino* poderão auxiliar na compreensão da construção desta expressão.

As denominações *Estrela Cadente* e *Estrelão* encontram-se dicionarizadas, em pelo menos uma das obras de LP, com outra acepção. A primeira faz referência a um astro menor do sistema solar, e a segunda ao aumentativo de estrela. *Planeta Marte* e *Mercúrio* estão dicionarizadas com outra acepção em todas as obras, principalmente, porque são remissivas aos personagens da mitologia grega. Acreditamos que os informantes que utilizaram estas denominações como resposta, o fizeram porque não distinguem entre os planetas, qual deles é este que brilha. Nestes casos, percebemos, também, que o informante tem consciência de que o referente se trata de um planeta e não de uma estrela, mesmo estando no grupo dos informantes com nível de escolaridade Fundamental Incompleto. Isso nos revela que existem outros veículos sociais atuando como promotores de conhecimentos, além da escola.

*Satélite* também está registrado em todas as obras com outra acepção, pois realmente se trata de outro astro do firmamento. Poderíamos afirmar que o informante se confundiu no

momento da entrevista e trocou os nomes, mas o exemplo 5 demonstra que não se trata de confusão, esta é a maneira como ele nomeia ao referido astro:

**Exemplo 5:**

**INQ.-** De manhã cedo, tem uma estrela que aparece, assim, antes das outras e brilha mais. Como que chamam aqui essa estrela?

**INF.-** Pessoal fala que não é estrela, é *Satélite*.

(008.Humaitá, homem, faixa I, fundamental)

Fonte: Dados orais. Banco de dados do Projeto ALiB.

O mesmo ocorre com a denominação *Vésper*, que está registrada referindo-se ao *Planeta Vênus* no momento em que é visto no poente e não pela manhã. No entanto, o contexto em que esta denominação foi recolhida demonstra que isso não faz a menor diferença para o informante:

**Exemplo 6:**

**INQ.-** Você já falou. De manhã cedo, uma estrela que brilha mais né, é a última que desaparece.

**INF.-** É. Aqui nós chamamos mais é *estrela d'alva*. Poucas pessoas sabem que é o *planeta vênus*, nem que seja *vésper*, né? Nem *estrela matutina*, né? É *estrela d'alva*.

(002.Macapá, homem, faixa II, universitário)

Fonte: Dados orais. Banco de dados do Projeto ALiB.

Mesmo sendo registradas apenas uma vez, as denominações *Satélite* e *Vésper* são exemplos que nos fazem questionar a validação de dados lexicais, apenas quando estes estabelecem relação de parassinonímia com o referente buscado, neste caso, o *Planeta Vênus*. Confirmamos pela pesquisa em dicionários, que estes nomes se referem a outros referentes. Entretanto, o contexto em que as respostas foram coletadas nos dão outra informação, que eles podem e estão sendo utilizados nesses contextos precisos e com objetivos comunicativos, também, específicos.

Visualizamos, a partir dos exemplos dados, que se desconsideramos estas respostas, estamos desconsiderando, também, as particularidades de cada informante. Por isso, optamos por registrar todas as respostas coletadas na questão 029, por entender, a partir da audição dos inquiridos, que elas refletem a realidade linguística destes falantes.

Com relação aos fraseologismos para a *Estrela d'Alva*, registrados no *Falar Amazônico*, dos 16 nomes catalogados, 10 deles são unidades fraseológicas. Na questão 029 e na amostra, como um todo, os fraseologismos encontrados são, conforme explicações de Mejri (2012), unidades semifraseológicas, pois se enquadram na descrição de colocações, uma vez que se formam com uma base mais um colocado. A base geralmente é mais rígida e a colocação mais flexível, conforme o exemplo 7:

**Exemplo 7:**

- *Estrela d'Alva* - Sintagma Nominal (nome + preposição + adjetivo).
- *Estrela Cadente* - Sintagma Nominal (nome + adjetivo).
- *Estrela da Manhã* - Sintagma Nominal (nome + preposição + adjetivo).
- *Estrela Matutina* - Sintagma Nominal (nome + adjetivo).
- *Estrela Guia* - Sintagma Nominal (nome + adjetivo).
- *Estrela Brilhosa* - Sintagma Nominal (nome + adjetivo).
- *Estrela do Dia* - Sintagma Nominal (nome + preposição + nome).
- *Estrela do Moedor* - Sintagma Nominal (nome + preposição + nome).
- *Estrela Mãe* - Sintagma Nominal (nome + nome).
- *Estrela Rainha* - Sintagma Nominal (nome + nome).

Conforme observamos, os fraseologismos destacados revelam que os falantes fazem combinações de palavras diversas, que se distinguem pela frequência de usos. Assim, aquelas que foram registradas com maiores índices demonstram que elas podem estar mais presentes no repertório linguístico de vários grupos sociais, com tendência a se fixarem mais rápido na língua do que aquelas que tiveram menores índices, revelando, de certa forma, a ideia de *continuum* linguístico apresentada por Mejri (1997).

Com base no que foi exposto, passamos para a análise dos fatores sociais que são controlados pelo Projeto ALiB, considerando que estes fatores podem atuar como condicionadores das escolhas lexicais dos informantes entrevistados.

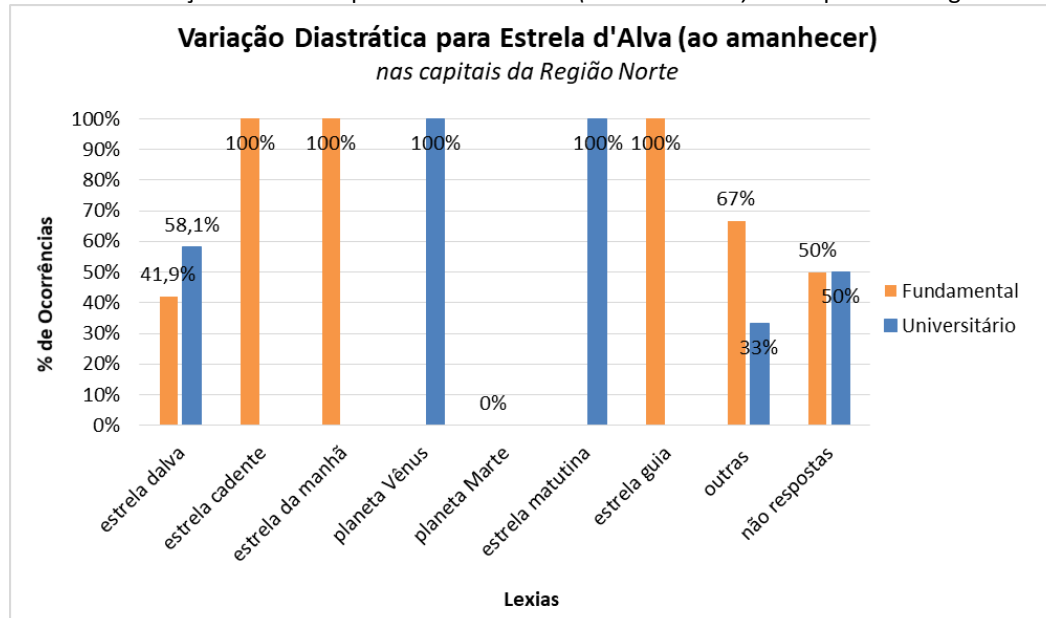
### 5.1.3 Analisando os fatores sociais

Nesta seção, as denominações exibidas no Gráfico 1 serão avaliadas a partir do sexo dos informantes, da faixa etária a que eles pertencem e a escolaridade. Este último se limita

às seis capitais da amostra, pois nas demais localidades todos os informantes têm nível de escolaridade fundamental.

Com relação à escolaridade dos informantes, também chamada de variação diastrática, temos os seguintes percentuais, distribuídos no Gráfico 2:

**Gráfico 2** - Variação Diastrática para a *Estrela d'Alva (ao amanhecer)* nas capitais da Região Norte



Do total de 158 dados catalogados na questão 029, 54 destes foram em capitais, o equivalente a pouco mais de 34% da amostra. Conforme observamos no Gráfico 2, seis das sete denominações mais recorrentes foram registradas nas capitais investigadas, com exceção de *Planeta Marte*. Destas seis, três foram categóricas entre os informantes com baixa escolarização: *Estrela Cadente*, *Estrela da Manhã* e *Estrela Guia*, e duas entre os informantes mais escolarizados: *Planeta Vênus* e *Estrela Matutina*. A ocorrência de *Planeta Vênus* e de *Estrela Matutina* entre os informantes mais escolarizados pode ser um indicativo do papel da escola na vida das pessoas, como fomentadora de conhecimento e de ampliação da visão de mundo.

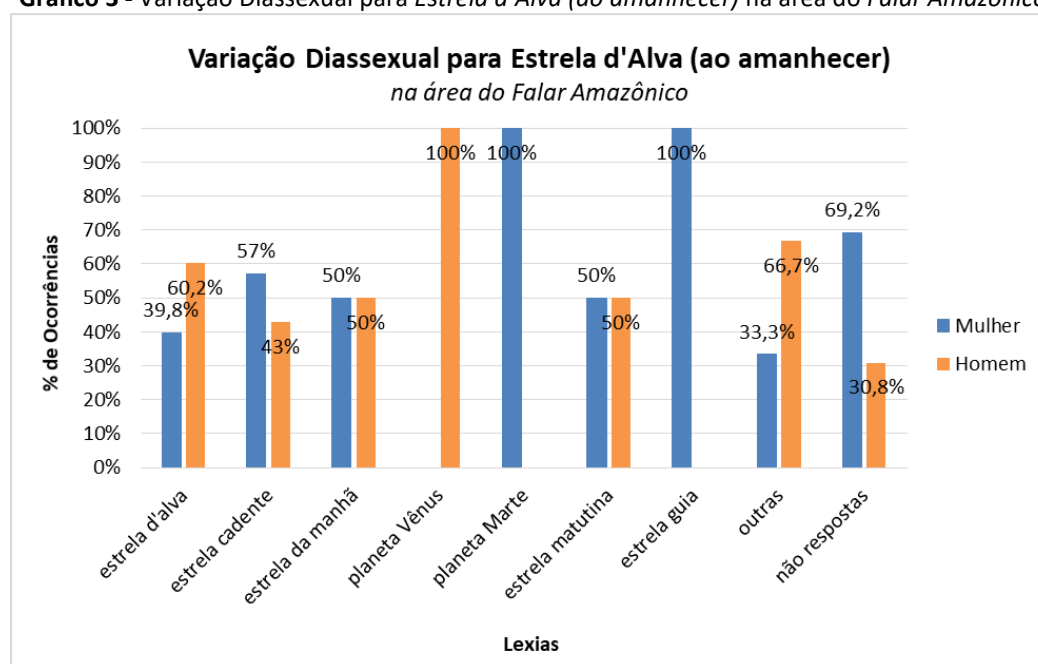
A denominação mais produtiva representa uma distribuição equilibrada entre os dois níveis de escolaridade, considerando uma diferença de pouco mais de 15% a mais para os informantes de nível universitário de escolaridade. Na amostra, tivemos o registro de três denominações de ocorrência única, sendo duas delas entre os informantes com nível fundamental de escolaridade e apenas uma registrada entre os informantes com escolaridade

mais alta e com relação ao número de *não respostas*, o percentual indica que ambos os níveis de escolaridade se mantêm iguais.

Assim, nas capitais da região Norte do país, a questão 029 revelou que a escola mantém o seu papel de aperfeiçoar o conhecimento humano, com os registros de *Planeta Vênus* e *Estrela Matutina* no perfil de informantes mais escolarizados. A primeira delas, sendo a forma técnica reconhecida pela Astronomia e a segunda, aquela que é composta de um adjetivo que se refere ao período da manhã, que é quando o astro pode ser visto com melhor intensidade. Apesar de que *Estrela d'Alva* apresenta percentuais díspares, os contextos em que as respostas foram coletadas não indicam que a escolaridade destes informantes seja o fator que determina esta escolha lexical.

No Gráfico 3, apresentamos os dados distribuídos conforme o sexo dos informantes:

**Gráfico 3** - Variação Diassexual para *Estrela d'Alva* (ao amanhecer) na área do Falar Amazônico



Fonte: Banco de Dados do Projeto ALiB. Elaborado pela autora.

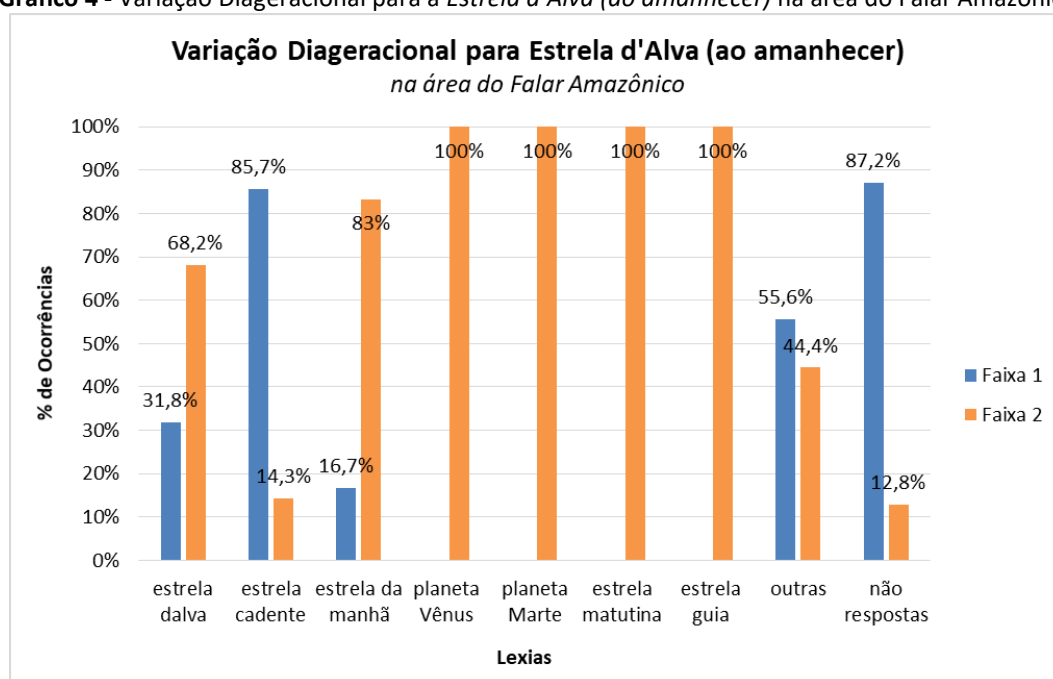
Com relação ao sexo dos informantes, ao observar o Gráfico 3, percebemos pela disposição das cores que, na amostra investigada, as mulheres possuem um repertório linguístico mais amplo, no entanto, isso não significa que o sexo dos informantes, neste caso, seja um elemento que caracterize as escolhas lexicais, pois nos contextos em que as respostas foram recolhidas, não foram observados detalhes que pudéssemos direcionar para esse tipo de discussão.

Quando observamos os percentuais, das sete denominações mais recorrentes, duas foram categóricas na fala das mulheres entrevistadas, enquanto apenas uma para o sexo

oposto. *Estrela da Manhã* e *Estrela Matutina* têm distribuição equânime das respostas para ambos os sexos e a denominação *Estrela d'Alva* teve 20% de diferença a mais nas respostas dadas pelos homens em comparação com as mulheres. Das nove denominações com ocorrência única, a maioria também foi registrada entre os homens e das 39 *não respostas* registradas, as mulheres ficaram com maior percentual. Chamamos a atenção para o contraste que se estabelece entre a denominação técnica, *Planeta Vênus*, que foi categórica entre os homens, e do maior número de *não respostas* ter sido registrado entre as mulheres. Acreditamos que o contexto de coleta pode favorecer mais respostas por pessoa independente do sexo.

No Gráfico 4, apresentamos a distribuição dos dados considerando a faixa etária dos informantes:

**Gráfico 4** - Variação Diageracional para a *Estrela d'Alva* (ao amanhecer) na área do Falar Amazônico



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaborado pela autora.

Com a leitura do Gráfico 4, percebemos que os informantes de mais idade apresentaram maior repertório linguístico sendo, a maioria das denominações registradas, categóricas na fala deste perfil de informantes. *Estrela d'Alva* e *Estrela da Manhã* apresentaram percentuais a mais para os idosos e, somente *Estrela Cadente* teve maior número de registros entre os jovens. Das nove denominações com ocorrência única, 55,6% foi utilizada pelos jovens e, também, foi nesse perfil de informantes em que se anotou o maior índice de *não respostas*. Isso pode ser reflexo de uma geração que, por conta da urbanização

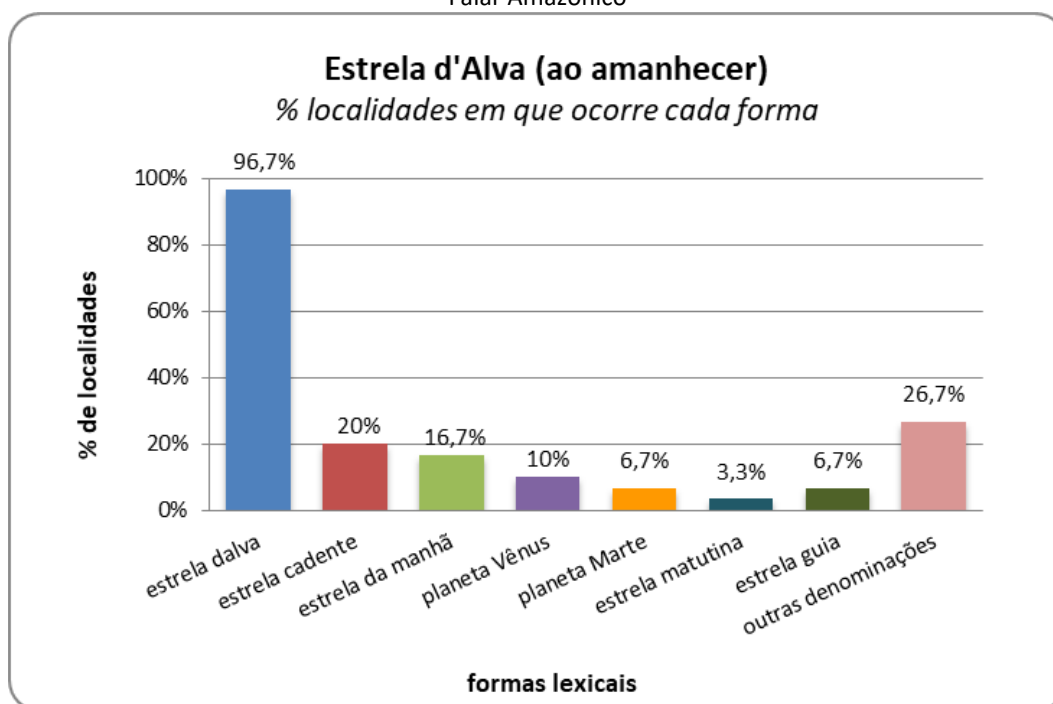
contemporânea, não se habituou a olhar para o céu, uma vez que a claridade dos grandes centros urbanos não permite a visibilidade do céu noturno.

Buscamos, nos contextos em que as respostas foram obtidas, marcadores discursivos que indicassem a idade dos informantes como um elemento condicionador das escolhas lexicais, mas nesta questão e com relação às faixas etárias controladas pelo Projeto ALiB, este dado, também, não foi registrado. Dessa maneira, passamos a análise da variação diatópica.

#### 5.1.4 Cartografia dos dados: diatopia

Como a metodologia desta dissertação segue, em parte, os pressupostos da Geolinguística Pluridimensional, decidimos apresentar a distribuição diatópica dos dados em cartografia especializada e desenhada para este fim, com base no trabalho desenvolvido por Teles (2018). Para isso, disponibilizamos, no Gráfico 5, os percentuais de localidade em que ocorre cada forma:

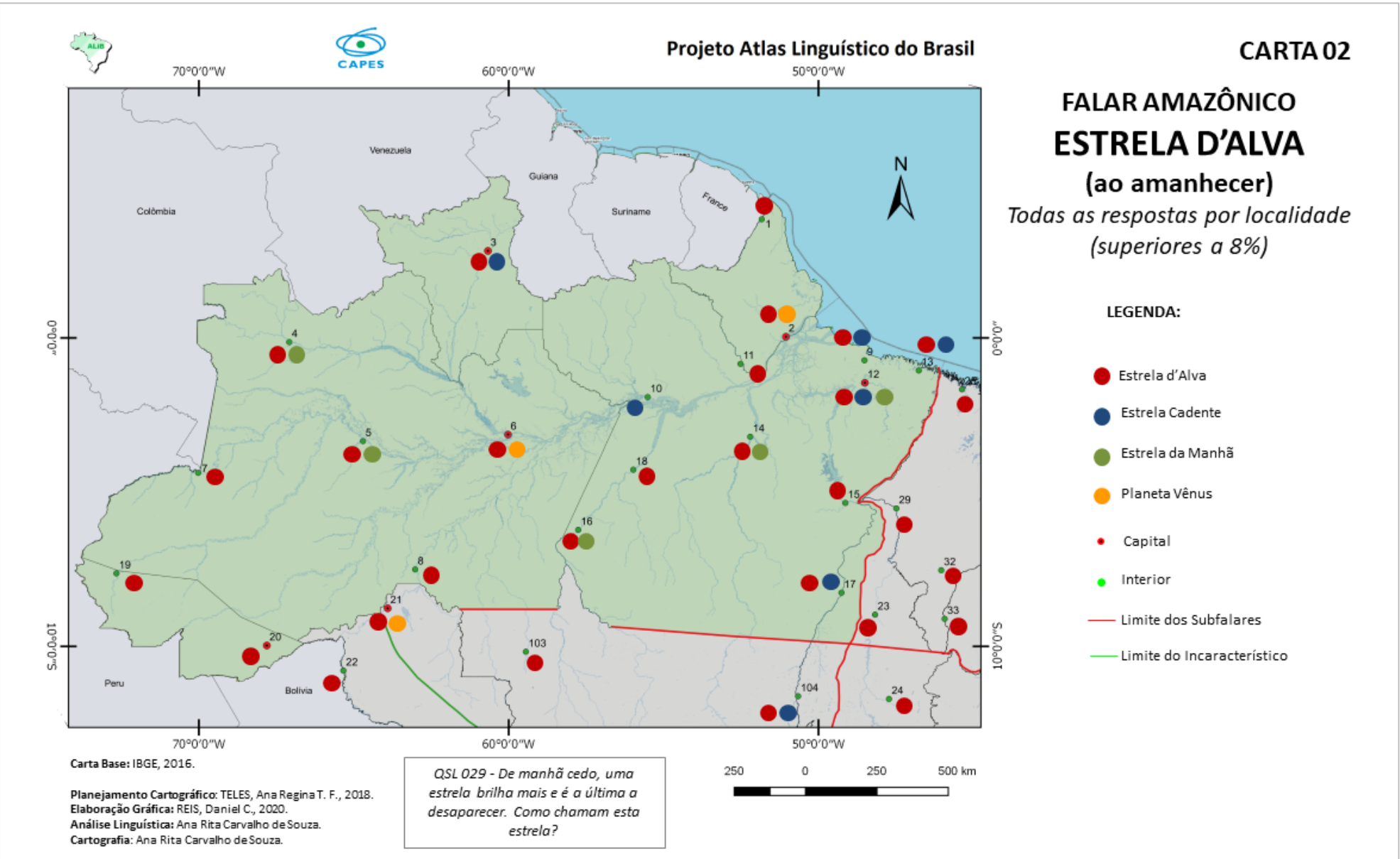
**Gráfico 5** – Percentuais de distribuição das formas lexicais para a *Estrela d'Alva (ao amanhecer)* na área do Falar Amazônico

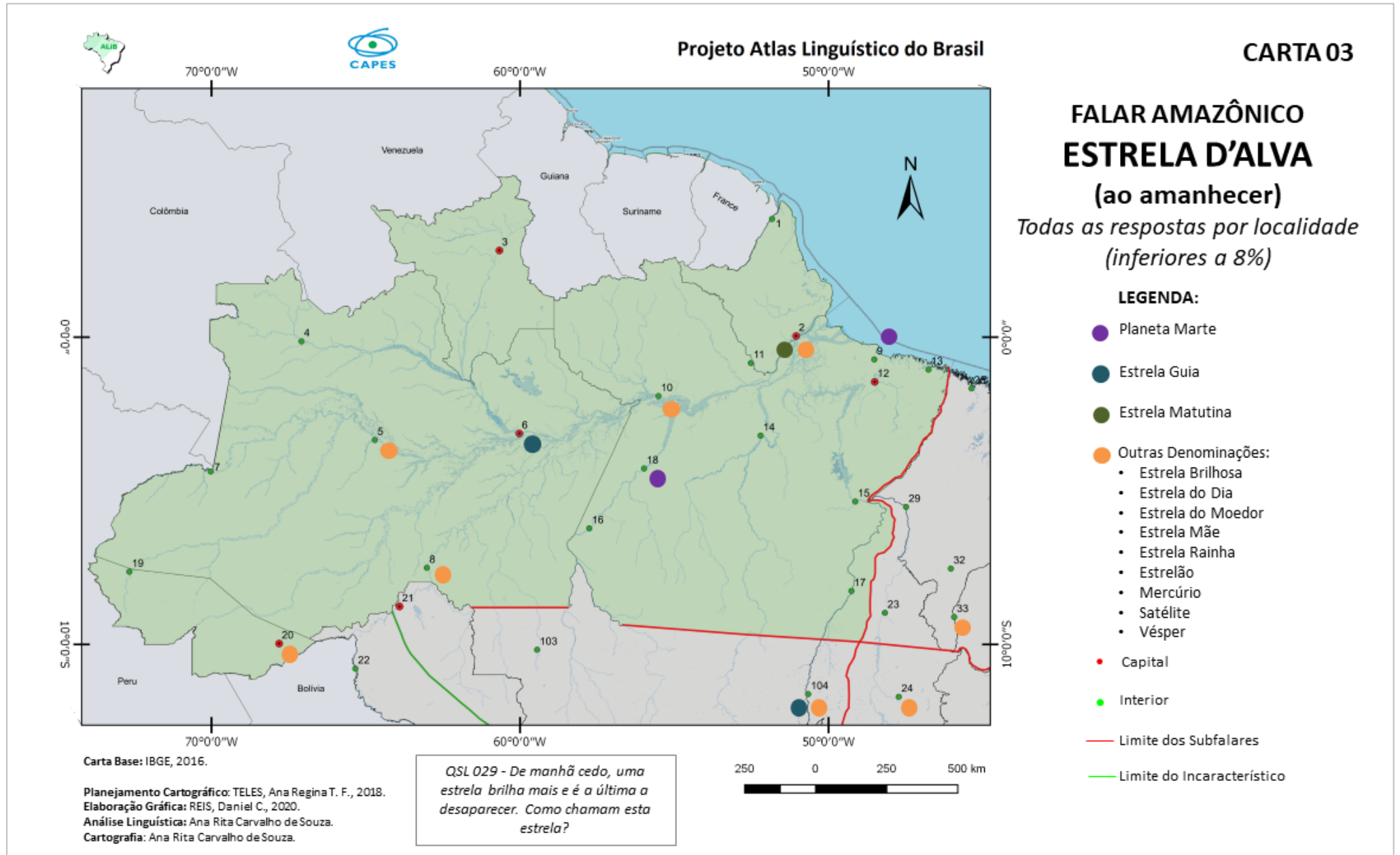


Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaborado pela autora.

Nesta questão, optamos por representar os dados coletados em duas cartas linguísticas, a Carta 02 e a Carta 03, em que alocamos na primeira todas as respostas com percentuais de produtividade acima de 8% e na segunda as respostas com produtividade abaixo dos 8%, para não comprometer a inteligibilidade da informação a ser transmitida.







Conforme a Carta 02, a denominação *Estrela d'Alva* foi registrada em todo o território investigado, exceto no ponto 010 – Óbidos, no estado do Pará. A denominação *Estrela Cadente* está concentrada no estado do Pará, estando registrada em quatro das 10 localidades investigadas neste estado, mas também foi registrada em Boa Vista no estado de Roraima e São Félix do Araguaia no estado do Mato Grosso. Os registros de *Estrela da Manhã*, na carta, formam uma linha imaginária semelhante a uma letra “V” e se concentram no centro da área do Falar Amazônico, nos estados do Amazonas e Pará.

Como pode ser observado, a denominação técnica, *Planeta Vênus*, foi registrada apenas em capitais, trazendo para a discussão, o debate entre urbano e rural. Nesse quesito, estaria essa denominação, diretamente, relacionada à escolarização dos informantes que, justo nas capitais, teriam maior acessibilidade à escolarização do que em cidades do interior, favorecendo a utilização de termos técnicos em detrimento de termos populares? Acreditamos que esse pode ser um fator que favoreça, mas não o único, considerando que, na amostra investigada, foram apenas informantes idosos que utilizaram a denominação como resposta. Futuramente, dados das outras regiões do país poderão nos esclarecer estes questionamentos.

Na Carta 03, com produtividade abaixo de 8%, temos os registros de *Planeta Marte* concentrados no estado do Pará, *Estrela Guia* no estado do Amazonas e *Estrela Matutina* no estado do Amapá. As *outras denominações* estão distribuídas em quatro, dos cinco estados pertencentes ao *Falar Amazônico*, mas também foram registradas em três dos quatro estados que compõem a *Área de Controle*.

Em comparação com os trabalhos desenvolvidos por Oliveira (2014), Carvalho (2015) e Cuba (2015), percebemos que muitas das denominações registradas no Norte do país são comuns com as áreas investigadas por estes pesquisadores. Nesta questão, em específico, observamos que existe um diálogo entre o que é praticado no Centro-Oeste brasileiro, com o que é praticado no Norte do país, diferentemente da Bahia e do Paraná. Na Bahia, por exemplo, foi registrado o fraseologismo *Estrela da Madrugada*, que não foi registrado no Paraná, em Carvalho (2015), em Cuba (2015) e nem na área do *Falar Amazônico*.

Ainda sobre as *outras denominações*, destacamos a presença do fraseologismo *Estrela do Moedor*, registrada na *Área de Controle* do *Falar Amazônico*, em uma localidade no estado do Maranhão, pertencente ao *Falar Nordestino*, de Nascentes (1953). Este dado, que não foi

registrado em nenhum dos outros estudos, pode ser um indicativo de forma lexical de uso dialetal e, somente análises futuras poderão nos confirmar tal hipótese.

Em tese, não percebemos nenhum padrão determinante de áreas dialetais, exceto pelo registro de *Estrela do Moedor*, dentro da área geográfica investigada, e pelo que foi registrado por Oliveira (2014) no estado da Bahia (*Estrela da Madrugada*). Por isso, deixaremos para fazer considerações sobre os possíveis traçados de isoléxicas, após a apresentação de todas as cartas de todas as questões investigadas.

## 5.2 ESTRELA D'ALVA (AO ENTARDECER)

**Figura 51** - Vênus e a Lua



Fonte: <https://www.ngenespanol.com/ciencia/luna-venus-juntos-eventos-astronomicos/amp/>

Nesta seção, analisamos a questão 030, que investiga os nomes dados para a *Estrela da Tarde*, representada pela Figura 50, que está assim formulada: “De tardezinha, uma estrela aparece antes das outras, perto do horizonte, e brilha mais. Como chamam esta estrela?” (COMITÊ NACIONAL..., 2001, p. 23).

De acordo com o explanado na seção 5.1, a *Estrela da Tarde* é o mesmo astro que as pessoas chamam por *Estrela d’Alva* ou *Estrela da Manhã*, o *Planeta Vênus*. O que os difere, neste caso, é a posição em que o visualizamos no céu, que nos faz acreditar que se tratam de

objetos diferentes. Na conjunção superior, *Vênus* é visto de manhã, antes do nascer do Sol e é reconhecido como *Estrela d'Alva*, entre outros nomes. Na conjunção inferior, ele pode ser visualizado entre 18h e 20h20min como *Estrela da Tarde*, *Estrela Vespertina*, *Estrela do Pastor*, *Vésper*, entre outros.

O *Planeta Vênus* é um planeta de classe telúrico, ou seja, semelhante à Terra e, se não fosse por seu brilho extremo, poderiam até ser chamados de planetas irmãos, pois eles têm quase o mesmo tamanho, massa e composição. Os planetas são, reconhecidamente, astros frios do sistema solar e que não geram luz própria, no entanto, *Vênus*, por possuir características físicas peculiares, acaba se diferenciando dos demais e, inclusive, é o mais quente de todos os planetas, mesmo ocupando o segundo lugar em ordem, a partir do Sol.

Outras duas características que o difere dos demais é que *Vênus* não possui satélites e a sua rotação é contrária à da Terra, por exemplo. Isso significa que enquanto todos os planetas giram em torno do Sol (movimento de translação) do Oeste para o Leste, *Vênus* tem sua rotação de Leste para Oeste. Talvez a característica que mais acrescenta a esse planeta seja, justamente, a capacidade de ser visto daqui da Terra sem a necessidade de equipamentos ou de alguma tecnologia para isso.

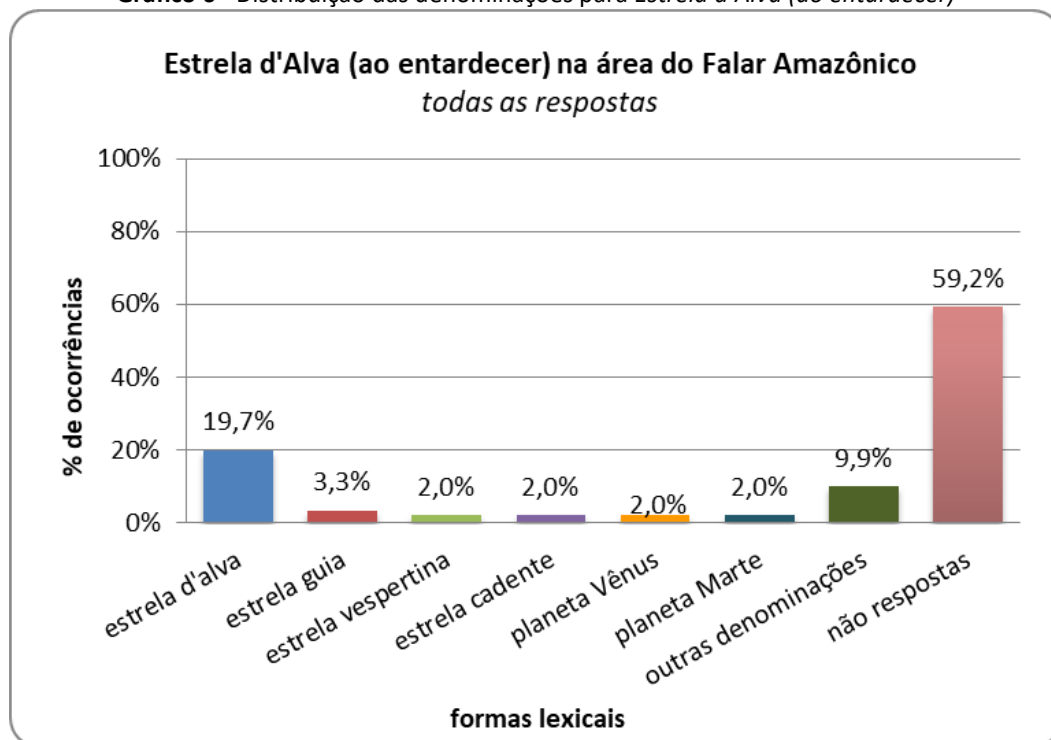
Da mesma maneira como ocorre com a questão 029, aqui também temos elencados os mesmos elementos que podem contribuir para o processo de denominação desse astro como estrela, que são: a formulação da pergunta, a postura do inquiridor e as características físicas do próprio astro que podem ser vistas a olho nu pelas pessoas daqui da Terra e acabam por favorecer essa nomeação e contribuir para o elevado índice de não respostas.

Conforme elencamos na análise da *Estrela d'Alva (ao amanhecer)*, constatamos, por meio de algumas respostas coletadas na amostra, que o brilho intenso desse astro, acaba por favorecer o processo de nomeá-lo como estrela porque, para muitas pessoas que não têm conhecimento científico sobre a Astronomia, pode ser comum chamar qualquer objeto que brilhe no céu de estrela. Outro aspecto que apresentamos é o fato de se utilizar o sema estrela na formulação da pergunta, o que pode intensificar as formações a partir da base estrela com colocações com as mais variadas motivações.

Ainda, nesse sentido, levantamos algumas hipóteses sobre a postura do inquiridor durante a aplicação dos inquéritos e, no caso da pergunta 030, trazemos essa questão à tona, considerando que o alto índice de *não respostas* nesta questão pode estar, diretamente, ligado ao fato de não haver desdobramentos por parte do inquiridor. Dessa maneira, seguimos

com a descrição dos dados catalogados, iniciando pelo gráfico de distribuição das respostas, seguido pela seção dos agrupamentos criados:

**Gráfico 6** - Distribuição das denominações para *Estrela d'Alva* (ao entardecer)



Fonte: Base de dados do Projeto ALiB. Elaborado pela autora.

Conforme o Gráfico 6, registramos um total de seis denominações e um percentual elevado de *outras denominações*. Isso ocorre porque, do total de 152 dados catalogados na amostra, 15 foram registros de *outras denominações*, representados pelos 9,9% do gráfico. Outro número relevante na questão 030 é o de *não respostas*, que somou 90 registros do total de 152 (59,2%). Estes 90 registros somam 15 respostas não lembradas, 65 em que o informante alegou não saber do que se tratava, quatro registros que não foram obtidos, nem através da insistência do inquiridor, e seis ocorrências de questão não formulada no momento da aplicação do inquérito.

As *não respostas* têm sido alvo de pesquisadores nessa área, pois reconhecemos que o não dado também revela uma situação de uso. A propósito disso, Santos (2020, p. 12)<sup>42</sup>, tratando de não respostas para outros itens do léxico, ressalta que “a baixa produtividade da questão, por vezes, evidencia e testemunha as mudanças ocorridas na sociedade, haja vista que, no último século, o mundo mudou muito [...]”. No caso da amostra que investigamos

<sup>42</sup> O estudo considera a baixa produtividade do QSL164 em diversos estudos, destacando a importância de se considerar o não dado nas pesquisas sociodialetais,

nesta dissertação, evoca-se mais uma vez, a questão do não conhecimento científico sobre a Astronomia como um fato importante a ser considerado. Nesse sentido, passamos aos agrupamentos linguísticos em continuação à análise dos dados.

### 5.2.1 Agrupamentos linguísticos

Dando continuidade ao debate sobre o alto índice de *não respostas* nessa questão, começamos a apresentação dos agrupamentos por elas. Dos 144 informantes que compõem a amostra, 90 deles não lembraram, não souberam ou a resposta não foi formulada ou obtida. Esse número representa 59,2% de toda a amostra, ou seja, mais da metade. Quando avaliamos os dados aqui encontrados com os trabalhos de Oliveira (2014), Carvalho (2015) e Cuba (2015), notamos que essa questão demonstra comportamento semelhante nas áreas geográficas investigadas por estes pesquisadores. Na Bahia, por exemplo, “a questão 30 parece não ser do domínio da maioria dos informantes uma vez que apenas 6 ocorrências foram registradas. Houve 78 abstenções o que significa que 92,8% do total de 84 informantes não forneceram resposta para esta questão” (OLIVEIRA, 2014, p. 109). No ALTTI, “esta questão obteve muito poucas respostas. Novamente, os jovens foram os que menos responderam” (CUBA, 2015, p. 339).

No trabalho realizado por Carvalho (2015), a autora não faz nenhum comentário sobre as *não respostas* nesta questão, por isso não podemos dizer que este comportamento se estende ao Centro-Oeste brasileiro. Entretanto, ela destaca o alto índice de não respostas registrado para a questão 029.

Reconhecemos, a partir da amostra catalogada, que o universo da Astronomia, explicado na seção 2.5, é desconhecido por muitos dos informantes e que esse pode ser um dos principais fatores para esse alto registro de *não respostas*. No entanto, também consideramos que o fato de olhar para o céu não é um hábito tão corriqueiro nas cidades, uma vez que a iluminação interfere na visibilidade do céu noturno, impedindo as pessoas de perceberem certos aspectos.

O agrupamento de *outras denominações*, de acordo com a metodologia selecionada para esta dissertação, aglutinou todas as denominações com ocorrência única na amostra. Nesta questão, registramos um total de 15 *outras denominações*, o que equivale a 9,9% de todas as respostas coletadas. São elas: *Estrela da Boca da Noite; Estrela da Noite; Estrela da*

*Tarde; Estrela das Oito; Estrela do Moedor; Estrela do Norte; Estrela Grande; Estrela Iluminada; Estrela Mãe; Estrela Maria; Estrela Rainha; Estrela Solitária; Papa-Ceia; Planeta Plutão; e Rei.*

Os demais agrupamentos são:

- *Estrela d’Alva* - agrupa duas lexias simples, *d’alva*, em conjunto com 28 lexias compostas, *Estrela d’Alva*;
- *Estrela Cadente* – incorpora uma ocorrência de *cadente* mais duas de *Estrela Cadente*;
- *Planeta Marte* – aglutina duas lexias simples, *Marte*, e uma composta, *Planeta Marte*;
- *Planeta Vênus* – engloba uma ocorrência de *Vênus*, mais duas de *Planeta Vênus*; e
- *Estrela Vespertina* – agrupa uma ocorrência de *Vespertina*, uma de *Vésper* e uma de *Estrela Vespertina*.

Na próxima seção, faremos a apresentação da pesquisa aos dicionários e dos elementos encontrados que auxiliam no entendimento dos nomes dados a este astro.

### 5.2.2 Pesquisa lexicográfica e análise fraseológica

Nesta seção, daremos continuidade à descrição das análises que fizemos, relatando a pesquisa feita aos dicionários selecionados para, em seguida, destacarmos os fraseologismos coletados na amostra. No Quadro 7, anotamos todas as denominações encontradas conforme legenda e, no Apêndice A, dispomos de todas as definições encontradas nas obras.



**Quadro 7** – Denominações para *Estrela d’Alva (ao entardecer)*, registro em dicionários.

Lexias	DICIONÁRIOS DE LÍNGUA PORTUGUESA					DICIONÁRIO TÉCNICO
	Bluteau (1728)	Moraes Silva (1813)	Silva Pinto (1832)	Ferreira (2001)	Houaiss (2001)	Mourão (1987)
<i>Estrela D’Alva</i>	∅	∅	∅	=	∅	=
<i>Estrela Guia</i>	∅	∅	∅	∅	∅	∅
<i>Estrela Vespertina</i>	∅	∅	∅	∅	∅	=
<i>Planeta Vênus</i>	≠	≠	≠	≠	≠	≠
<i>Estrela Cadente</i>	∅	∅	∅	≠	∅	≠
<i>Estrela da Noite</i>	∅	∅	∅	∅	∅	∅
<i>Estrela da Boca da Noite</i>	∅	∅	∅	∅	∅	∅
<i>Estrela da Tarde</i>	∅	∅	∅	∅	∅	=
<i>Estrela das Oito</i>	∅	∅	∅	∅	∅	∅
<i>Estrela do Moedor</i>	∅	∅	∅	∅	∅	∅
<i>Estrela do Norte</i>	∅	∅	∅	∅	∅	∅
<i>Estrela Grande</i>	∅	∅	∅	∅	∅	∅
<i>Estrela Iluminada</i>	∅	∅	∅	∅	∅	∅
<i>Estrela Maria</i>	∅	∅	∅	∅	∅	∅
<i>Estrela Rainha</i>	∅	∅	∅	∅	∅	∅
<i>Estrela Mãe</i>	∅	∅	∅	∅	∅	∅
<i>Planeta Marte</i>	≠	≠	≠	≠	≠	≠
<i>Papa-ceia</i>	∅	∅	∅	∅	=	=
<i>Estrela Solitária</i>	∅	∅	∅	∅	∅	∅
<i>Plutão</i>	≠	∅	∅	≠	≠	≠
<i>Rei</i>	∅	≠	≠	≠	≠	∅

**Legenda:** (=) mesma acepção; (±) extensão de sentido; (≠) outra acepção; (∅) não dicionarizado.

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme observamos, os fraseologismos *Estrela Guia*, *Estrela da Noite*, *Estrela da Boca da Noite*, *Estrela das Oito*, *Estrela do Moedor*, *Estrela do Norte*, *Estrela Grande*, *Estrela Iluminada*, *Estrela Maria*, *Estrela Rainha*, *Estrela Mãe* e *Estrela Iluminada* não se encontram dicionarizados em nenhuma das obras consultadas.

A denominação de ocorrência única, *Estrela do Moedor*, do mesmo modo que ocorre no QSL 029, aqui também não encontramos nenhuma informação que fosse indicadora da possível motivação para este nome. Buscamos, também, na sócio-história das localidades em que ocorreu o registro e, baseado na descrição feita na seção 4, subsídios que identifiquem algum comportamento cultural, econômico ou social, como a moagem de café ou outros grãos, ou ainda, de carnes, que pudessem estabelecer alguma relação no processo de nomeação do astro dessa maneira, mas até aqui não obtivemos sucesso em nossas buscas. Isso não significa que interromperemos essa investigação com o findar desta dissertação.

Esse fraseologismo foi registrado na questão anterior, na localidade 033. Alto Parnaíba e, nesta questão, na localidade 032. Balsas, ambas no estado do Maranhão, *Área de Controle* desta dissertação. Isso pode ser um indicativo de uma denominação dialetal da Região Nordeste, ou ainda, do Estado do Maranhão. Futuramente, estudos com os dados do Nordeste poderão fornecer uma visão mais clara a respeito dessa denominação.

Os fraseologismos *Estrela d'Alva* e *Papa-Ceia* estão dicionarizados, em pelo menos uma das obras de Língua Portuguesa, estabelecendo relação com o *Planeta Vênus*, no entanto, *Estrela Vespertina* e *Estrela da Tarde* encontram-se registradas apenas no dicionário de Astronomia apesar de fazerem alusão ao período da tarde.

Com as denominações *Estrela Cadente*, *Plutão* e *Rei*, as entradas nos dicionários em que foram registrados indicam outros referentes que não estabelecem nenhuma relação com o astro investigado, mas que foram consideradas nesse caso, devido ao contexto em que foram coletadas, que podem ser visualizadas nos exemplos 8, 9 e 10:

**Exemplo 8:**

**INQ.-** Qual a diferença da estrela d'alva para estrela cadente?

**INF.-** A *d'alva* é que brilha mais até o amanhecer do dia.

**INQ.-** E a outra? A cadente?

**INF.-** A *cadente* é tardezinha, ela aparece mais cedo.

(016.Jacareacanga, homem, faixa I, fundamental)

Fonte: Dados orais. Banco de dados do Projeto ALiB.

**Exemplo 9:**

**INF.-** Conheço como *Plutão*, né? O planeta. Agora estrela...

**INQ.-** Okay, você conhece como?

**INF.-** Não recordo.

**INQ.-** Você conhece... como você falou?

**INF.-** É o planeta, né? *Plutão*. Agora o nome que se dá ao planeta que se diz que é estrela eu não recordo.

(012.Belém, homem, faixa I, universitário)

Fonte: Dados orais. Banco de dados do Projeto ALiB.

**Exemplo 10:**

**INF.-** Se chama... o nomezinho é *rei*, dela, agora tem outro nomezinho também.

**INQ.-** O senhor... como é o nome?

**INF.-** *Rei*.

**INQ.-** Seria o quê, estrela...

**INF.-** Estrela que ela se põe logo após que as outras sai... a *rei*. A gente vê ela uma estrelinha bem brilhosa.

**INQ.-** Ela surge primeiro da tarde aí depois que as outras sai ela se põe.

**INQ.-** É exatamente. Como é o nome dela?

**INF.-** *Rei*.

(013.Bragança, homem, faixa II, fundamental)

Fonte: Dados orais. Banco de dados do Projeto ALiB.

No exemplo 8, o informante deixa explícito em sua fala, que *Cadente* é a estrela do período da tarde, por isso, mesmo partindo do pressuposto de que ele tenha se confundido, não há como desconsiderar essa resposta, analisando o contexto em que ela foi recolhida. De modo semelhante, o informante do exemplo 9, chama de *Plutão* o astro a que o inquiridor se refere e desconhece a relação entre planeta e estrela de que fala o inquiridor. No exemplo 10, apesar do informante reconhecer que existe outro nome, ele responde e reafirma, a partir do desdobramento feito pelo inquiridor, que esse astro da tarde é o *Rei*.

As denominações que foram registradas nesta questão são bem semelhantes às denominações registradas na questão anterior, estando os nomes atribuídos ao período da tarde (*vespertina; da tarde; da boca da noite, das oito, etc.*), diferenciando-as, e a denominação *Papa-Ceia*, que segundo Houaiss (2001) está se referenciando ao horário de se fazer esta refeição, conforme exemplo 11:

**Exemplo 11:**

**INQ.-** E tem também uma estrela que aparece de tardezinha, antes das outras e brilha mais. O senhor sabe como chama essa estrela?

**INF.-** É *papa-ceia*.

(007.Benjamin Constant, homem, faixa II, fundamental)

Fonte: Dados orais. Banco de dados do Projeto ALiB.

Na amostra investigada por Oliveira (2014), também houve registro dessa denominação no estado da Bahia, o que não ocorre no estado do Paraná. Carvalho (2015) também não faz notação de *Papa-Ceia* no Centro-Oeste brasileiro. O registro dessa denominação, em referência à *Estrela da Tarde*, é encontrado, também, na quarta estrofe do poema *A Canção do Africano* de Castro Alves (1847 – 1871), que pode ser um indicativo de uma denominação importada, já que os analistas literários apontam que Castro Alves escreveu esta série de poemas, com base em audição das cantorias que os cativos faziam nas senzalas, e a estrofe diz assim:

*[...] O sol faz lá tudo em fogo,  
Faz em brasa toda a areia;  
Ninguém sabe como é belo  
Ver de tarde a papa-ceia! [...]* (ALVES, 1972, [1863])

Análises futuras das outras regiões brasileiras serão capazes de demonstrar se *Papa-Ceia* é uma marca dialetal do português falado no Brasil. Por enquanto, estamos apenas tomando nota dessa ocorrência única e sinalizando que ela foi encontrada em outra região do Brasil, diferente da que investigamos nesta dissertação, justamente para que análises futuras possam identificar/descrever tais ocorrências.

Seguindo com a análise, nesta questão 030 encontramos um total de 16 fraseologismos do tipo colocações, conforme explanações feitas na seção 2.3.5. No exemplo 12 é possível verificar a fixidez da base em relação à mobilidade de cada colocado:

**Exemplo 12:**



Como pode ser observado, as formações registradas nessa questão são: (nome + nome) e (nome + adjetivo). No exemplo 13, destacamos outras diferentes formações que registramos para o referente buscado:

**Exemplo 13:**



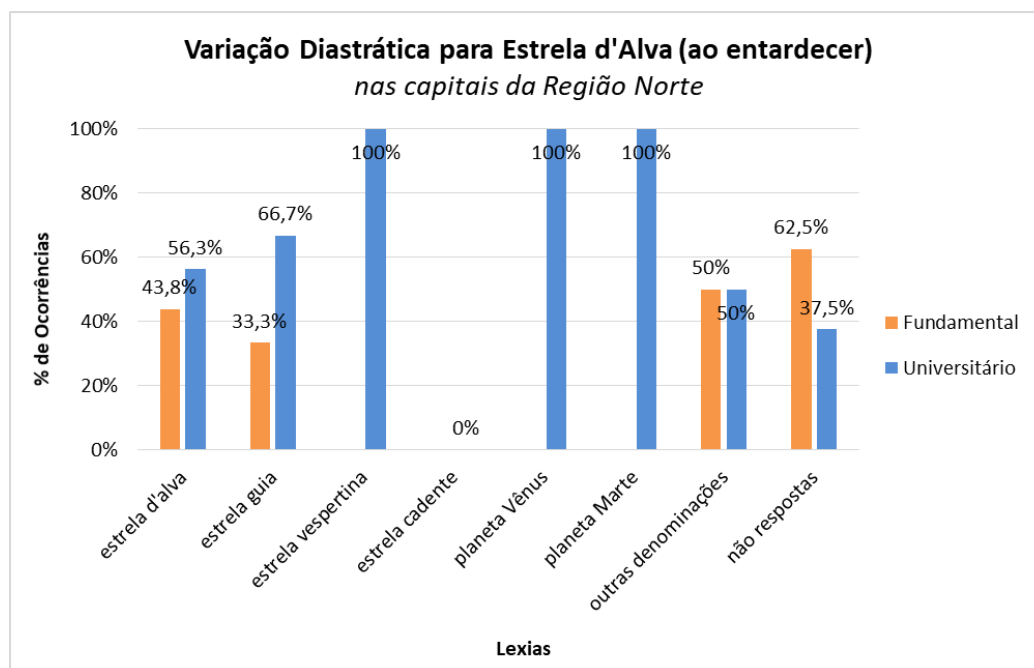
Nesse exemplo, temos formações do tipo: (nome + preposição + nome), (nome + preposição + adjetivo) e (nome + preposição + adjetivo + preposição + nome). Conforme entendimentos sobre os semifraseologismos postulados por Mejri (2012), verificamos que as colocações relativas ao termo estrela se destacam pela variedade de motivações que podem ser temporais (da tarde, da noite, das oito, etc.), locatárias (do norte), entre tantas outras registradas, demonstrando a criatividade dos falantes e a característica peculiar destas unidades de se moldarem à necessidade comunicativa destes indivíduos.

Baseado no que foi exposto, passaremos à demonstração dos resultados obtidos a partir das análises dos fatores sociais controlados pelo Projeto ALiB.

### 5.2.3 Analisando os fatores sociais

Iniciaremos essa seção, apresentando os dados de variação diastrática, pois este aspecto só foi avaliado nas capitais investigadas (002.Macapá; 003.Boa Vista; 006.Manaus; 012.Belém; 020.Rio Branco; e 021.Porto Velho). No Gráfico 6, podemos observar a distribuição das respostas registradas nas capitais, considerando a escolaridade dos informantes para isso:

**Gráfico 7** - Variação Diastrática para *Estrela d'Alva* (ao entardecer) nas capitais da Região Norte



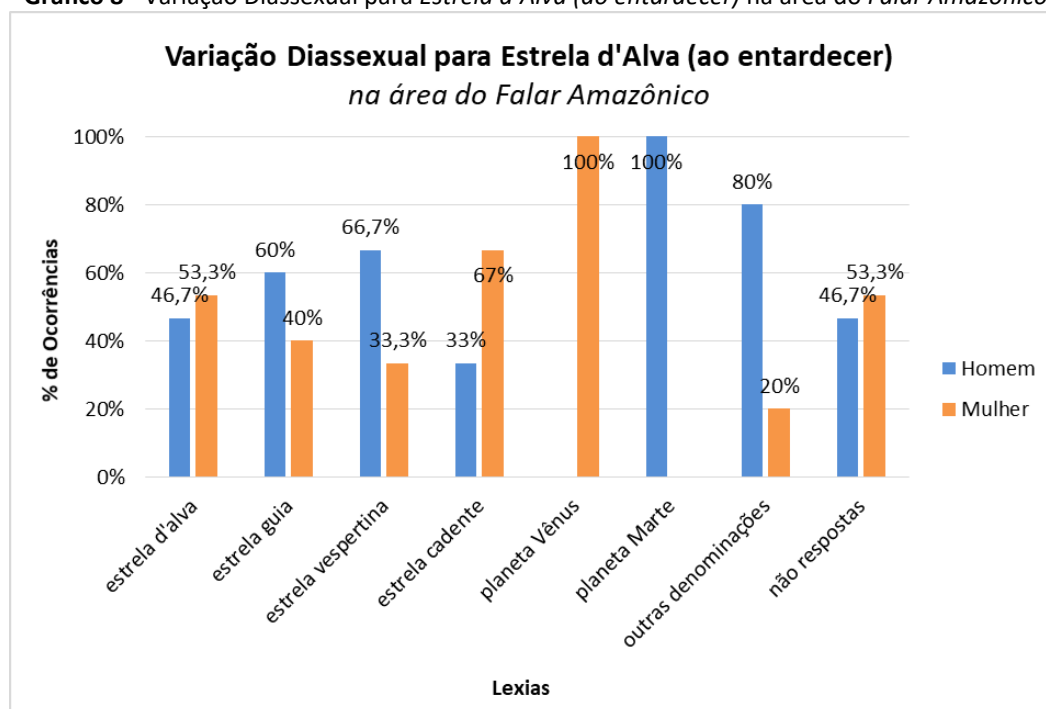
Conforme disposto no Gráfico 7, os informantes, na amostra, com maior repertório linguístico são aqueles com mais escolaridade. Isso pode ser constatado, pois três, das cinco denominações registradas em capitais foram ditas, exclusivamente por informantes com nível universitário de escolaridade. Com as denominações *Estrela d'Alva* e *Estrela Guia*, este perfil de informantes também foi maioria, apresentando percentuais de ocorrência acima dos 50%.

Apenas entre as *não respostas* é que tivemos um percentual de ocorrências maior para os informantes de baixa escolaridade, isso significa que das 24 ocorrências de *não respostas*, 15 ocorreram entre os informantes de nível fundamental de escolaridade, enquanto apenas 9, entre os informantes com mais escolarização. O papel da escola como fomentadora de conhecimentos, nesta amostra, se confirma com os resultados observados no gráfico e se reafirma quando o registro das *não respostas* se concentra em um percentual de produtividade menor neste perfil de informantes.

Das denominações catalogadas, não houve registro de *Estrela Cadente* em capitais e das *outras denominações* encontradas nesta amostra, foram registradas duas em capitais, *Estrela Iluminada* e *Plutão*, sendo uma na fala de um informante com escolaridade mais baixa e a outra na fala de um informante com maior escolaridade, respectivamente.

No Gráfico 8 passamos a análise das denominações catalogadas, considerando o sexo dos informantes:

**Grafico 8** - Variação Diassexual para *Estrela d'Alva* (ao entardecer) na área do Falar Amazônico



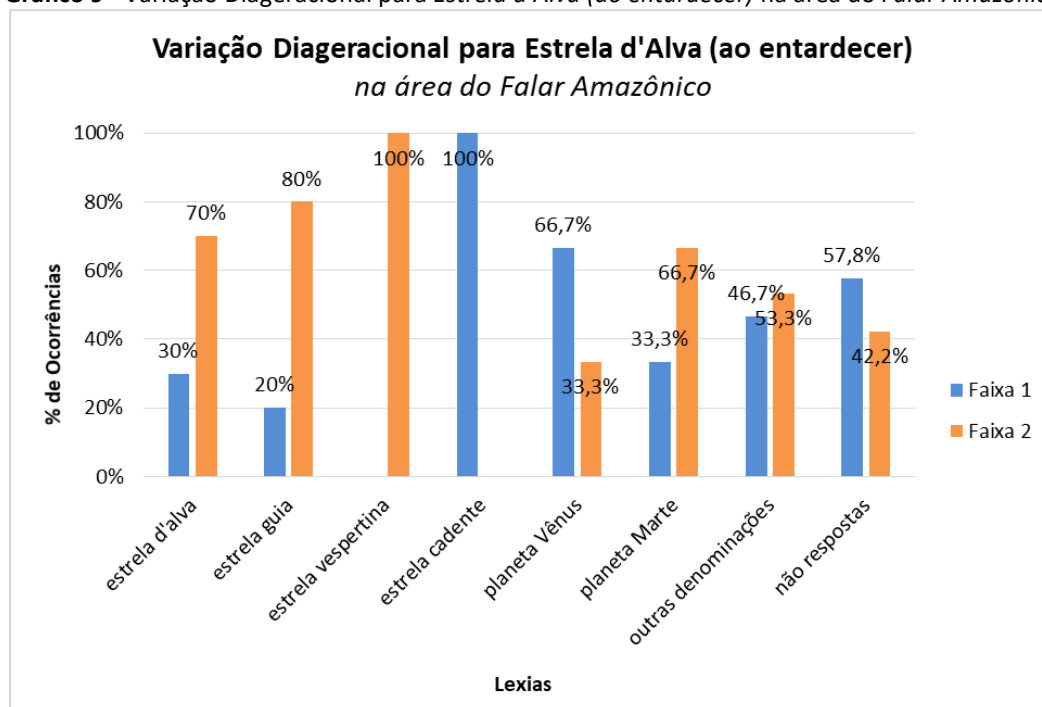
Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaborado pela autora

De acordo com a leitura do Gráfico 8, percebemos que há uma distribuição equânime dos dados, quando consideramos o sexo dos informantes para isso. Mesmo diante de alguns percentuais díspares, o que percebemos é que não há um indicativo de que homens ou mulheres chamem o *Planeta Vênus* com o nome “x” ou “y” por causa do seu sexo biológico. Contudo, não podemos desconsiderar que, enquanto os fraseologismos *Estrela d'Alva* e *Estrela Cadente* estão, majoritariamente, na fala das mulheres, *Estrela Guia* e *Estrela Vespertina* mostram o contrário. *Planeta Vênus* só foi dada como resposta, por informantes do sexo feminino, enquanto *Planeta Marte* foi categórica entre os homens.

Destacamos os percentuais que fazem referência às *outras denominações*, pois elas indicam que de um total de 15 ocorrências, 12 foram utilizadas por homens, enquanto apenas três foram respostas dadas por mulheres. Os homens também são protagonistas com as denominações *Estrela Guia* e *Estrela Vespertina*. Na primeira, de um total de cinco ocorrências, três foram dadas como resposta por homens e duas por mulheres. Na segunda, de um universo de três ocorrências, duas estão na fala dos homens e apenas uma entre as mulheres.

No Gráfico 9, analisaremos as respostas dadas, considerando a faixa etária dos informantes:

**Gráfico 9** - Variação Diageracional para *Estrela d'Alva* (ao entardecer) na área do Falar Amazônico



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaborado pela autora.

De acordo com o Gráfico 9, a denominação mais recorrente foi utilizada por maioria idosa, na amostra investigada. Esse comportamento se repete com os fraseologismos *Estrela Guia* e *Planeta Marte*. *Estrela Vespertina* foi categórica neste perfil de informantes, enquanto que em *Estrela Cadente*, se observou o contrário. *Planeta Vênus* é a única denominação em que se registrou maioria jovem.

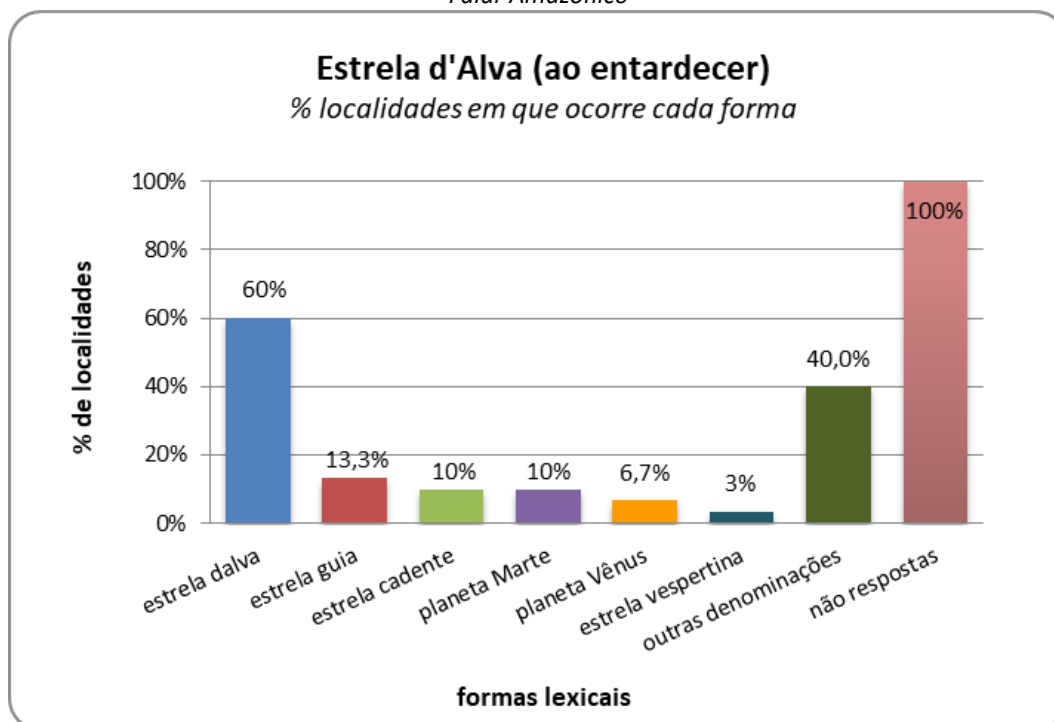
Para as *outras denominações*, do universo de 15 registros, oito foram dadas como resposta pelos informantes de faixa II e sete pelos informantes da faixa I. Com relação às *não respostas*, de um universo de 90 ocorrências, 52 delas foram registradas como resposta dos informantes jovens e 38 na fala dos idosos. Passaremos, então, a análise diatópica dos dados em questão.

#### 5.2.4 Cartografia dos dados: diatopia

Nesta seção, apresentaremos os dados a partir da distribuição areal dos mesmos. Com isso, objetivamos, se possível, traçar isoléxicas que identifiquem subáreas dialetais dentro da região geográfica investigada e, também, verificar a atualidade do *Falar Amazônico*. No Gráfico 9, é possível verificar a recorrência de cada denominação de acordo com as 30 localidades que compõem a rede de pontos da região analisada:

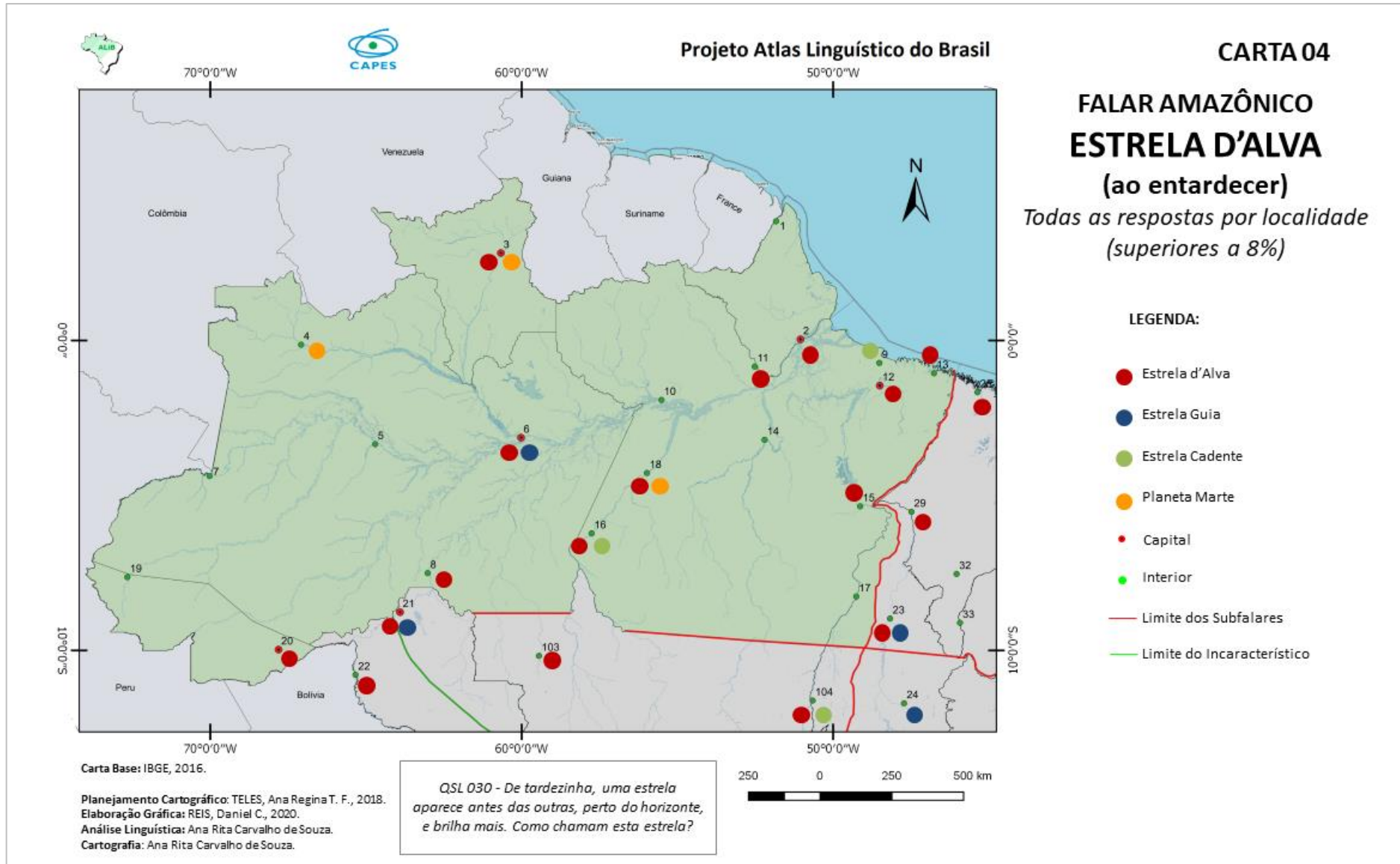


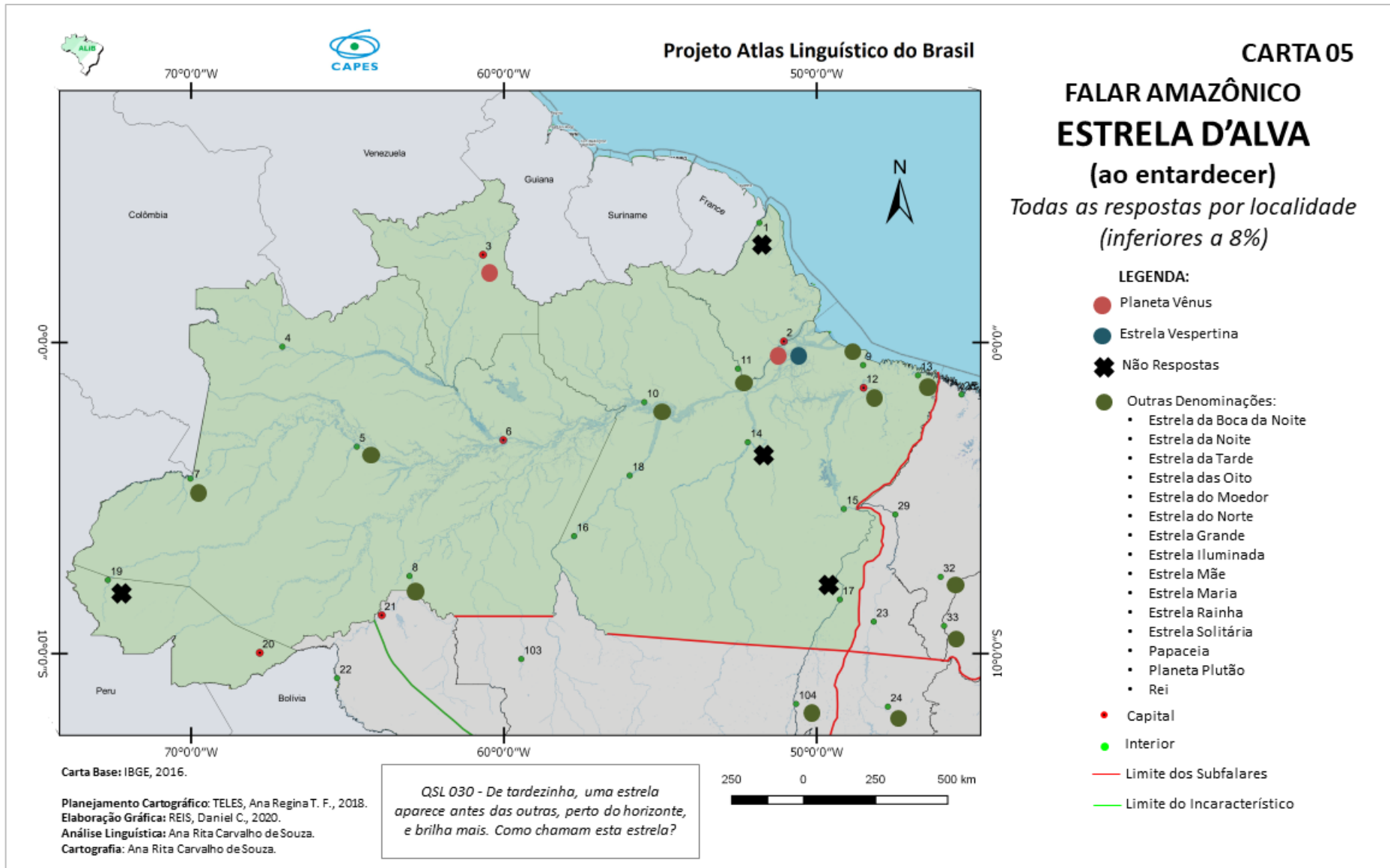
**Gráfico 10** - Percentuais de distribuição das formas lexicais para a *Estrela d'Alva (ao entardecer)* na área do *Falar Amazônico*



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaborado pela autora.

Conforme observamos, a denominação *Estrela d'Alva* é registrada na maioria das localidades investigadas e esse dado inclui a *Área de Controle*. Essa denominação é seguida por *Estrela Guia*, que teve o segundo maior percentual de localidades com registro dessa denominação. *Estrela Cadente* e *Planeta Marte* foram registradas em três das 30 localidades investigadas, o que equivale a 10% da amostra. As denominações *Planeta Vênus* e *Estrela Vespertina* foram registradas em duas e em uma localidade, respectivamente, demonstrando concentração das respostas em áreas específicas, já que somaram três ocorrências, cada uma. As *outras denominações* aparecem em quase metade das localidades investigadas, ressaltando a pluralidade de culturas nessa região, enquanto que o registro das 90 ocorrências de *não respostas* foi feito em toda a região geográfica pesquisada. Vejamos nas cartas linguísticas a distribuição destas informações:





De acordo com a Carta 04, em que estão dispostas as denominações que tiveram percentual de recorrência acima dos 8%, podemos dizer que, de acordo com a amostra, *Estrela d'Alva* é a norma lexical do Norte, mas ela não é exclusiva. Apesar da maioria dos informantes a utilizar como resposta, ela coocorre com outros fraseologismos que têm tanta importância lexical quanto ela.

As denominações que seguem, *Estrela Guia*, *Estrela Cadente* e *Planeta Marte* têm uma distribuição espacial aleatória, o que não permitiu o traçado de isoléxicas, no entanto, análises futuras poderão nos revelar se a posição de *Estrela Guia* no estado de Goiás indica a presença de uma subárea dialetal.

Pela leitura da Carta 05, constatamos o alto índice de *não respostas*, principalmente porque em quatro, das 30 localidades, não foram registradas nenhuma resposta para a pergunta 030. As *outras denominações* estão bem distribuídas tanto na área do *Falar Amazônico*, quanto na *Área de Controle*.

Ao compararmos as denominações que encontramos com aquelas encontradas por Oliveira (2014), Carvalho (2015) e Cuba (2015), percebemos que as denominações utilizadas para o *Planeta Vênus* no período da tarde são, praticamente, as mesmas. Entretanto, salientamos que o fraseologismo *Estrela Boiadeira*, que foi registrado por Carvalho (2015), no estado do Mato Grosso do Sul, não foi registrado nem por Oliveira (2014), nos estados da Bahia e Paraná, nem na amostra investigada nesta dissertação. No ALTTI, Cuba (2015) registra *Estrela da Noite* como a segunda denominação mais recorrente na área pesquisada, estabelecendo um diálogo com o trabalho de Carvalho (2015), pois a autora também fez registro dessa denominação, no *corpus* do ALiB, na área investigada.

Outra denominação para a qual chamamos a atenção é o fraseologismo *Estrela do Moedor*, que apesar da baixa produtividade não foi registrado nos *corpora* investigados por Oliveira (2014), Carvalho (2015) e Cuba (2015), podendo nos indicar uma denominação, estritamente, dialetal.

Outra denominação que merece nossa atenção é a *Papa-Ceia*, que foi registrada na amostra desta dissertação como ocorrência única e, também no trabalho desenvolvido por Oliveira (2014) no estado da Bahia. Análise futuras poderão demonstrar se esta forma lexical também se trata de uma forma estritamente dialetal.

Na próxima seção faremos a análise da questão 031, que investiga os nomes dados para a *Estrela Cadente*. A partir desta análise, poderemos comparar os resultados que obtivemos com os resultados de Portilho (2013), no que concerne à área do Falar Amazônico.

### 5.3 ESTRELA CADENTE

**Figura 52** – *Estrela Cadente* no sertão nordestino



Fonte: Atel Telecom/Clima Ao Vivo. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/07/16/meteoro-e-visto-no-ceu-do-sertao-nordestino-e-chama-a-atencao-de-moradores.htm>

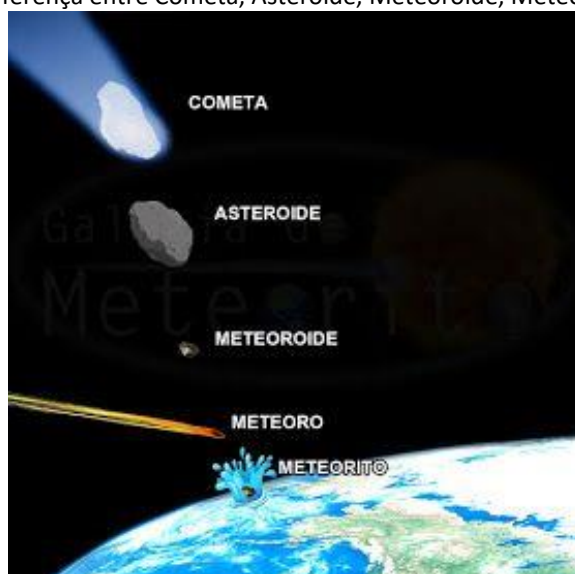
Nesta seção, apresentamos as análises feitas para a questão 031 que investiga os nomes atribuídos a esse astro visto por meio da Figura 51, que é popularmente conhecido por *Estrela Cadente*.

Antes de prosseguir, é preciso destacar que o astro ao qual nos referimos não se trata de uma estrela, mas sim de um **meteoróide**, ou seja,

fragmento de matéria do espaço cósmico, maior que uma molécula e menor que um asteróide, que ao penetrar na atmosfera terrestre se aquece, produzindo o fenômeno luminoso do meteoro (q.v.) e que ao atingir a superfície terrestre recebe o nome de meteorito (MOURÃO, 1987, p. 529).

Em outras palavras, o que se vê, de fato, se chama **meteoro**. Os meteoros, por sua vez, “podem ser qualquer fenômeno óptico ou acústico que ocorre na atmosfera” (MOURÃO, 1987, p. 529). Se o meteoro consegue sobreviver ao atrito entre sua matéria com os gases da atmosfera e chegar até nossa superfície, esse fragmento é chamado de **meteorito** (cf. Figura 52).

**Figura 53** – Diferença entre Cometa, Asteroide, Meteoróide, Meteoro e Meteorito



Fonte: <https://canaltech.com.br/espaco/diferenca-entre-meteoro-meteorito-meteoróide-asteroide-e-cometa-153277/>.

Apesar de se ter conhecimento de que não se trata de uma estrela, como demonstra a descrição apresentada, o referente será tratado por *Estrela Cadente* devido à popularização do termo e pelo mesmo já estar dicionarizado designando esse mesmo referente. Sobre o registro em dicionários, serão feitas maiores considerações na seção 5.3.2.

Existem inúmeras lendas e contos que buscam descrever o fenômeno astronômico da *Estrela Cadente*. Em todas elas, fica registrada a curiosidade para as coisas que acontecem além do que se enxerga. Na Grécia Antiga, por exemplo, acreditava-se que as estrelas eram morada dos deuses, contudo, em outros contextos se registraram as estrelas como sendo os próprios deuses.

Para o xamanismo, que de acordo com Houaiss (2009) é um “conjunto de manifestações, ritos e práticas presentes em inúmeras sociedades humanas e centralizadas na figura do xamã”, as estrelas simbolizam a condução de forças, ou seja, são guias para a esperança e a fé. Para os cristãos, as estrelas são descritas na Bíblia em Isaías 40:26, por exemplo, como a representação do exército celestial, ou seja, infinito em quantidade e em majestade. Dentre os muitos enredos a que se tem acesso, o que é válido destacar é que a maneira como se olha para o céu é regida por crenças e por fantasias que nem sempre dialogam com os avanços da ciência nesse aspecto.

Em contrapartida, muitos dos nomes que se reconhecem hoje para aludir aos astros do firmamento demonstram que a sabedoria popular tem exercido papel importante no

processo de nomear as coisas ao nosso redor, pois muitos deles já se encontram dicionarizados, mesmo não mantendo relação alguma com a Astronomia e a Astrofísica.

Os atlas linguísticos de pequeno domínio têm um papel importante, no que concerne a descrever esse universo de nomenclaturas, pois eles vêm revelando que o entendimento de mundo, da maioria das pessoas, se faz dentro das comunidades de fala que os indivíduos participam e não somente na escola, que é onde se adquire parte do vocabulário técnico e científico.

Os resultados encontrados no *corpus* do ALiB podem ser capazes de confirmar que, mesmo estando distribuídas em uma vasta extensão territorial, as denominações descritas demonstram que de Norte a Sul do país, a maneira como os falantes nomeiam as coisas não é tão aleatória assim. O processo de nomear as coisas se baseia em um conjunto de experiências vividas, baseadas em crenças e em fantasias que provavelmente foram passadas de geração a geração através da cultura oral e se moldaram nas comunidades até chegarem às formas que se conhece hoje.

De volta a amostra investigada, a mesma problemática que ocorre com a formatação da pergunta, nas questões 029 e 030, ocorre com a questão 031 e as justificativas para a utilização do sema estrela na pergunta do questionário é a mesma que já foi abordada nas outras questões. Não sabemos, ao certo, se a equipe de dialetólogos que preparou os questionários não sabia que o astro investigado se tratava de um outro tipo de corpo celeste ou se eles preferiram utilizar a nomenclatura popular, buscando uma aproximação com os informantes selecionados, o fato é que a utilização do sema estrela na formatação da pergunta acaba por interferir, diretamente, na resposta, provocando algumas formações com a base estrela e os colocados com as mais diversas motivações.

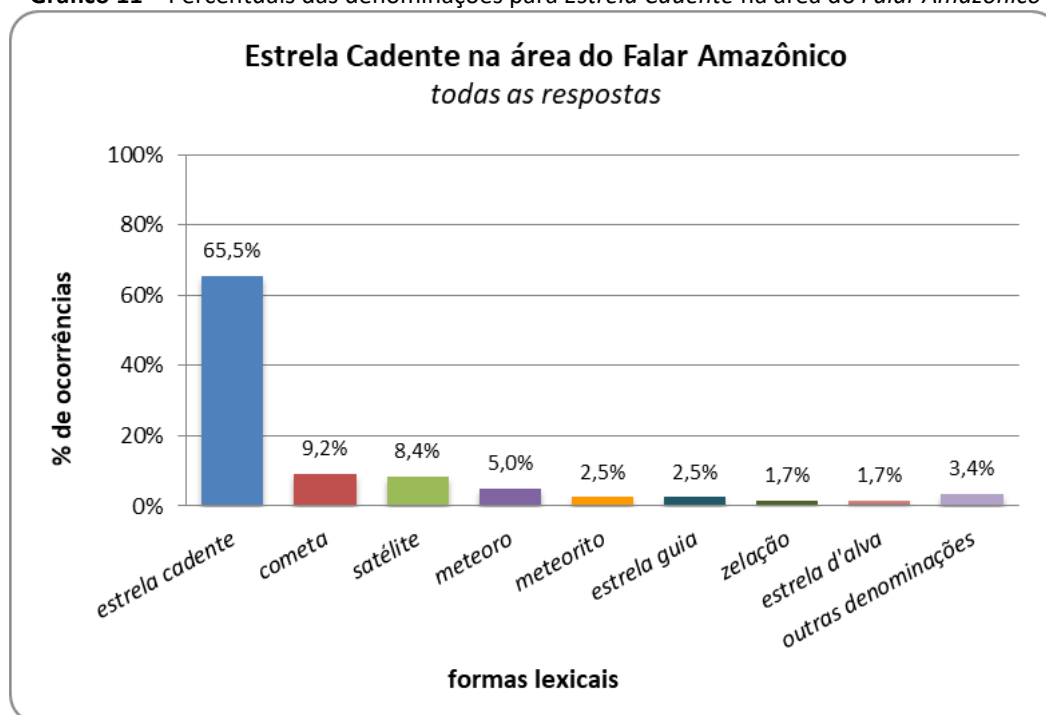
Com relação à postura do inquiridor, que foi abordada nas questões anteriores, aqui também foi observado um comportamento semelhante, em que não há, em grande parte dos inquiridos, desdobramentos para averiguação da resposta dada. Como nas questões 029 e 030, a questão 031 também teve um alto índice de *não respostas*, atingindo um percentual de 24,2% do total da amostra. Verificamos que o preparo do pesquisador que vai a campo deve ser considerado como etapa primordial nos trabalhos geolinguísticos, pois o resultado da investigação depende, em parte, da postura do inquiridor em ser insistente em alguns casos.

### 5.3.1 Agrupamentos linguísticos

Para essa questão foi encontrado um total de 157 dados. Destes, 38 somaram as *não respostas*, que são aquelas que o informante não lembra no momento da entrevista, afirma não saber ou que por diversos motivos a resposta não foi obtida. Desse modo, trabalhamos com um total de 119 ocorrências, das quais quatro delas são de *outras denominações*.

Como explicado na metodologia, determinamos considerar todas as respostas que apresentassem mais de uma ocorrência e, nesse caso, o total de respostas que foram registradas, seguindo este critério, somam oito denominações, a saber: *Estrela Cadente*, *Cometa*, *Satélite*, *Meteoro*, *Meteorito*, *Estrela Guia*, *Zelação* e *Estrela d'Alva*. Juntas, estas denominações equivalem a pouco mais de 70% das respostas, pois 24,2% referem-se às *não respostas* e os outros 5% fazem referência àquelas respostas que foram agrupadas como *outras denominações*, que tiveram ocorrência única na amostra. O Gráfico 11 demonstra com clareza essa distribuição dos percentuais de ocorrência de cada uma das denominações validadas:

**Gráfico 11** – Percentuais das denominações para *Estrela Cadente* na área do *Falar Amazônico*



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaborado pela autora.

A denominação *Estrela Cadente* agrupa um conjunto de denominações que variam como: *Cadente*, *Caudente* e *Estrela Caudente*, além dela mesma. As ocorrências de *Cometa*, *Satélite*, *Meteoro*, *Meteorito* e *Estrela Guia* não apresentaram variações que precisassem de



agrupamentos. Não obstante, *Zelação* representa o agrupamento das lexias *Zelação* e *Velação*.

*Estrela Cadente* é a denominação utilizada em todo o território investigado, com exceção apenas do ponto 033. Alto Parnaíba, no Estado do Maranhão, que não registrou nenhuma resposta. O nome *Cometa* também teve uma distribuição espacial interessante, pois das oito localidades em que foi registrado, apenas uma delas está na *Área de Controle. Satélite* (8,4%), diferentemente de *Cometa* (9,2%), foi registrado em mais localidades, porém em número menor de ocorrências, conforme percentuais destacados. Das denominações com menos de 8% de ocorrências, *Meteoro* e *Zelação* demonstraram alguma concentração na distribuição destas respostas, porém *Meteorito* e *Estrela Guia* não. Na seção 5.3.4, a distribuição espacial das respostas poderá ser vista com maior clareza.

Sobre os dois registros de *Zelação*, fizemos uma comparação com o estudo feito por Mota (1999), em que a autora se debruçou a fazer o levantamento, nos atlas estaduais já publicados, até aquela data, dos nomes dados ao fenômeno mencionado a fim de verificar as atribuições registradas e, também, a distribuição geográfica das denominações. Na próxima seção, este estudo será detalhado para compreensão da validação descrita neste trabalho.

O agrupamento das *outras denominações* foi feito acoplando todas as ocorrências únicas. Estas denominações são: *Raio de Luz*, no estado de Roraima; *Estrela de Cauda*, no estado do Pará; *Planeta*, no estado do Maranhão; e *Estrelinha da Sorte*, no estado de Mato Grosso.

As *não respostas* estão sendo avaliadas neste estudo porque essa questão, em específico, revelou uma localidade sem registro de resposta. Das 38 ocorrências de *não respostas*, quatro foram na cidade de Alto Parnaíba - MA, ponto 033 do Projeto ALiB, ou seja, dos quatro informantes desta localidade, um afirmou não lembrar no momento do inquérito o nome dado para o referente buscado e os outros três asseguraram não saber do que se tratava. Nesse caso, quando as análises das outras questões estiverem prontas, poderemos fazer relatos mais detalhados sobre esse registro.

Na sequência será apresentada a consulta aos dicionários selecionados e a análise fraseológica da questão.

### 5.3.2 Pesquisa lexicográfica e análise fraseológica

A consulta feita, aos dicionários eleitos, está disposta no Quadro 8 e para melhor compreensão, deve-se seguir as orientações da legenda:

**Quadro 8** – Denominações para *Estrela Cadente*, registro em dicionários.

Lexias	DICIONÁRIOS DE LÍNGUA PORTUGUESA					DICIONÁRIO DE ASTRONOMIA
	Bluteau (1728)	Moraes Silva (1813)	Silva Pinto (1832)	Ferreira (2001)	Houaiss (2001)	Mourão (1987)
<i>Estrela Cadente</i>	∅	∅	∅	=	∅	=
<i>Cometa</i>	≠	≠	≠	≠	≠	≠
<i>Satélite</i>	≠	≠	≠	≠	≠	≠
<i>Meteoro</i>	=	±	±	=	=	=
<i>Meteorito</i>	∅	∅	∅	±	±	±
<i>Estrela Guia</i>	∅	∅	∅	∅	∅	∅
<i>Zelação</i>	±	∅	∅	∅	=	=
<i>Planeta</i>	≠	≠	≠	≠	≠	≠
<i>Estrela d’Alva</i>	∅	∅	∅	±	∅	±
<i>Estrela de Cauda</i>	∅	∅	∅	∅	∅	∅
<i>Estrelinha da Sorte</i>	∅	∅	∅	∅	∅	∅
<i>Raio de Luz</i>	±	±	±	±	±	±

Legenda - (+) extensão de sentido; (≠) outra acepção; (∅) não dicionarizado.

Fonte: Elaborado pela autora.

A pesquisa a dicionários revela que a nomenclatura popular *Estrela Cadente* foi, com o passar do tempo, sendo absorvida pelos falantes a ponto de estar presente nas obras mais recentes em comparação com as mais antigas. Mourão (1987, p. 284), ao lançar a entrada *Estrela Cadente*, aciona uma segunda entrada, nesse caso *Meteoro*, que também pode ser reconhecido por estrela fugaz, estrela filante (gal.), meteorito (impróprio), exalação e zelação (NE Brasil). O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) destaca que

Um fenômeno bastante conhecido e relacionado aos corpos menores do sistema solar é a “estrela cadente”. Esse fenômeno não é de modo algum relacionado a queda de uma estrela. O risco luminoso que por vezes vemos no céu origina-se na entrada na atmosfera de restos de cometas e asteróides que vagam pelo sistema solar. Esses corpos são os chamados meteoróides. Os menores são desintegrados pelo atrito com a atmosfera e apenas os maiores podem chegar à superfície da Terra, quando são denominados meteoritos. Esses meteoritos são, em sua maior parte, originários de asteróides. Ao entrar na atmosfera é produzida luz, que é o que chamamos de meteoro. (MILONE, 2018, p. 35).

Percebe-se que a maior organização de estudos espaciais no país, apesar de reconhecer que não se trata de uma estrela que cai, registra a nomenclatura popular *Estrela Cadente* para se referir ao astro. A utilização do termo pelos falantes e o registro nas obras observado demonstram que houve uma aceitação, com o passar do tempo, de todos os envolvidos com essa denominação.

Em sequência, com relação à segunda denominação registrada, *Cometa*, destacamos que se trata de um corpo celeste que se move em torno do Sol. Esse corpo geralmente é cercado por um envoltório gasoso que ao aproximar-se do Sol forma uma cauda luminosa. O nome *Cometa*, em si, não se refere a uma estrela, no entanto, o efeito luminoso que se vê aqui na Terra pode ser facilmente confundido pelas pessoas que acabam por atribuir-lhe os mesmos nomes, mesmo se tratando de diferentes referentes. Mourão (1987) não apresenta uma definição específica para o *Cometa* por se tratar de uma obra técnica e com um enfoque mais profundo. Nas páginas seguintes aquela em que está a entrada *Cometa*, existe, pelo menos, mais quatro páginas para inúmeros tipos de *Cometa* nas quais o astrofísico elegeu detalhar cada um em específico, já que eles são diferentes pela ótica da Astronomia.

O INPE define *Cometa* como corpos menores do Sistema Solar que orbitam ao redor do Sol. São compostos, basicamente, por gelo, grãos de poeira e materiais orgânicos. Quando um *Cometa* se aproxima do Sol, o material da sua superfície se sublima e devido ao seu movimento excêntrico acaba por formar uma cauda que em alguns momentos pode incendiar, provocando o clarão que confunde os nossos olhos aqui na Terra. Sendo assim, entendemos, nesse estudo, que denominar a *Estrela Cadente* por *Cometa* está, diretamente, relacionado ao efeito luminoso provocado pelos dois fenômenos.

A terceira denominação encontrada, *Satélite*, mesmo se tratando de um corpo celeste que também gravita do espaço, não faz alusão a uma estrela, contudo a mesma justificativa registrada para *Cometa*, é também atribuída a ela, tendo em vista o conflito causado pelo desconhecimento sobre cada um dos fenômenos. Para *Satélite*, das 10 ocorrências encontradas, quatro indicariam que ela não deveria ser validada pelo contexto em que ocorrem. Contudo, as outras seis ocorrências demonstram que para o universo daquele informante essa nomenclatura é a que melhor se aproxima do referente buscado pelo entrevistador. No exemplo 14, é possível perceber que não se trata de confusão com as respostas:

**Exemplo 14:**

**INF.-** *Satélite*?

**INQ.-** Isso. Mas é uma estrela mesmo, só que ela não fica parada, ela se mexe.

**INF.-** Fica se movimentando.

**INQ.-** É. Como que é o nome dessa estrela? Até tem algumas que dizem que...

**INF.-** Aqui as pessoas chamam de *Satélite*, né. Olha sempre... A estrela tá se movimentando, né. Aí procura outro...

**INQ.-** Ela faz assim, ela tá parada, ela faz assim ((entrevistadora faz o gesto)).

**INF.-** É, é *Satélite* que eles chamam aqui.

**INQ.-** É?

**INF.-** É.

(001.Oiapoque; homem; Faixa etária 1; fundamental incompleto)

Fonte: Dados orais. Banco de dados do Projeto ALiB.

Nas obras consultadas, *Satélite* está definido como corpo celeste que gravita em torno de outro, que é denominado principal. No caso da Terra, a Lua é nosso satélite natural, isso porque em Astronomia, existem os satélites artificiais. Estes, por sua vez, são equipamentos de funcionalidade diversa, criados pelo homem, que são lançados no espaço e que permanecem em órbita ao redor da Terra. No nosso Sistema Solar, existem aproximadamente 35 satélites naturais, como afirma Mourão (1987, p. 707) e o que pode ocorrer no imaginário das pessoas é que por orbitar na atmosfera terrestre, os satélites também podem ser considerados estes astros que se deslocam no céu. O que não se encontrou registro, em nenhuma das pesquisas feitas, é que algum satélite tenha em algum momento da história provocado um rastro luminoso.

*Meteoro* e *Meteorito* são denominações técnicas definidas pela Astronomia. No entanto, pela consulta aos dicionários, percebemos que se referem a fenômenos diferentes, mas que compõem um mesmo processo. Juntas são denominações que são consideradas tecnoletos, ou seja, parte de um vocabulário utilizado para expressar o conteúdo de uma área técnica, científica e tecnológica, nas diversas áreas de conhecimento. Geralmente os tecnoletos são compartilhados somente pelos membros desse grupo social profissional/acadêmico, mas que podem circular em outros grupos visto que, as pessoas assumem, constantemente, inúmeros papéis sociais.

A denominação *Estrela Guia*, apesar do baixo índice de ocorrência, foi encontrada dicionarizada em Houaiss (2001) com uma extensão de sentido. Nessa obra, a definição faz alusão à estrela (ou qualquer astro do firmamento) que é utilizado como referencial para direcionamento. Baseado no texto bíblico que narra a saga dos três reis magos: Baltazar, Belchior e Gaspar, que seguiram a uma estrela que os guiou até Jesus recém-nascido é que se compreende como qualquer estrela no firmamento pode ser chamada de *Estrela Guia*, inclusive a *Estrela Cadente*. Conforme foi registrado nas questões 029 e 030, que investigam os nomes dados para a *Estrela d'Alva (ao amanhecer e ao entardecer)*, respectivamente, entendemos que a extensão de sentido é válida, pois a própria definição de Houaiss (2001) a justifica.

De acordo com Costa (2008), Canopus é a segunda maior estrela identificada no nosso Sistema Solar, com 315 anos-luz de distância no nosso planeta. A primeira é Sírius que está a nove anos-luz da Terra. Canopus, para a Astronomia, é considerada a estrela guia do firmamento, pois, mesmo estando mais distante do que Sírius da Terra, ela brilha muito mais e seu brilho é tão intenso que ela é utilizada para guiar, com sua radiação, equipamentos das naves espaciais.

A adoção do termo *Estrela Guia* para denominar o fenômeno da *Estrela Cadente*, pode não ter relação alguma com a descrição dada pelo astrofísico, mas também não podemos descartá-la. Precisamos destacar que em nenhuma das obras consultadas foi identificado que Canopus se mova no firmamento. A hipótese de que a motivação para esse nome seja de ordem religiosa e cristã está mais acentuada, apesar de que no contexto em que as respostas foram obtidas não se identificou marcas que corroborassem essa teoria.

A denominação *Zelação* não está dicionarizada nas obras mais antigas com essa entrada. Contudo, se o estudo feito por Mota (1999) for observado, percebemos que o agrupamento que a autora fez com as respostas encontradas acoplou palavras como: *exalação, velação, relação, elevação e viração*, além da própria *zelação*, para as quais a autora chamou de variantes fônicas. Seguindo pelo caminho traçado pela autora, estas outras variedades foram investigadas e encontramos dicionarizada a forma *exalação*.

Bluteau (1728, p. 384, grifo nosso) define *exalação* como uma “emanação de átomos secos e materiais oleosos que continuamente se levantam da terra e são atraídas do sol [...] são o que se compõem os raios e outros **meteoros**”. Em Moares Silva (1789) temos definição semelhante, ou seja, o processo químico que forma os meteoros.

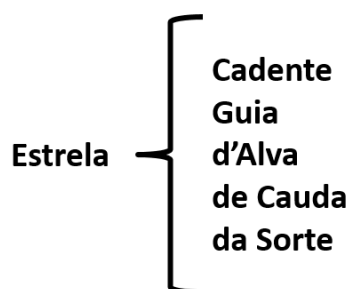
De acordo com Mota (1999, p. 25), a maioria dos atlas em que ela pesquisou é de estados que fazem parte do *Falar Baiano* de Nascentes (1953) e dois deles de estados mais afastados. São eles: o *Atlas Prévio dos Falares Baianos – APFB* (ROSSI, 1963), o *Atlas Lingüístico de Sergipe - ALS* (FERREIRA et. al, 1987) e o *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais – EALMG* (RIBEIRO et. al, 1977), como atlas estaduais pertencentes à área geográfica do *Falar Baiano* e o *Atlas Lingüístico da Paraíba – ALPB* (ARAGÃO; BEZERRA DE MENEZES, 1984) e o *Atlas Lingüístico do Paraná – ALPR* (AGUILERA, 1994) como representantes externos ao *Falar Baiano*.

Nesse estudo, a autora constata que na área do *Falar Baiano*, a norma lexical para este referente é *Zelação*, conforme formas documentadas: *exalação*; *(co) zelação*; *velação*; *relação*; *elevação*; e *viração*. No ALPB, das 25 localidades investigadas, em 13 foram registrados usos de *Zelação*, enquanto que no ALPR nenhum registro, o que demonstra uma variedade de uso tipicamente nordestina.

Outras variedades destacadas por Mota (1999) foram: *planeta*, *cometa* e *estrela corredeira*, para as quais se encontrou na *Área de Controle do Falar Amazônico*, uma correspondente para *planeta* no Estado do Maranhão e 11 ocorrências de *Cometa* distribuídas por oito das 30 localidades investigadas. *Estrela corredeira* não foi registrada no *Falar Amazônico*, o que pode, também, indicar variedade de uso local e que poderá ser confirmada a partir de análises futuras dos pontos do Nordeste.

As unidades fraseológicas catalogadas na questão 031 foram:

**Exemplo 15:**



Os três primeiros fraseologismos aqui registrados também foram encontrados nas outras questões e são formações do tipo: (nome + adjetivo) e (nome + preposição + adjetivo). Os dois últimos são exclusivos para nomear a *Estrela Cadente* e são formações do tipo: (nome + preposição + adjetivo) e (nome + preposição + nome). Do mesmo modo que ocorre nas

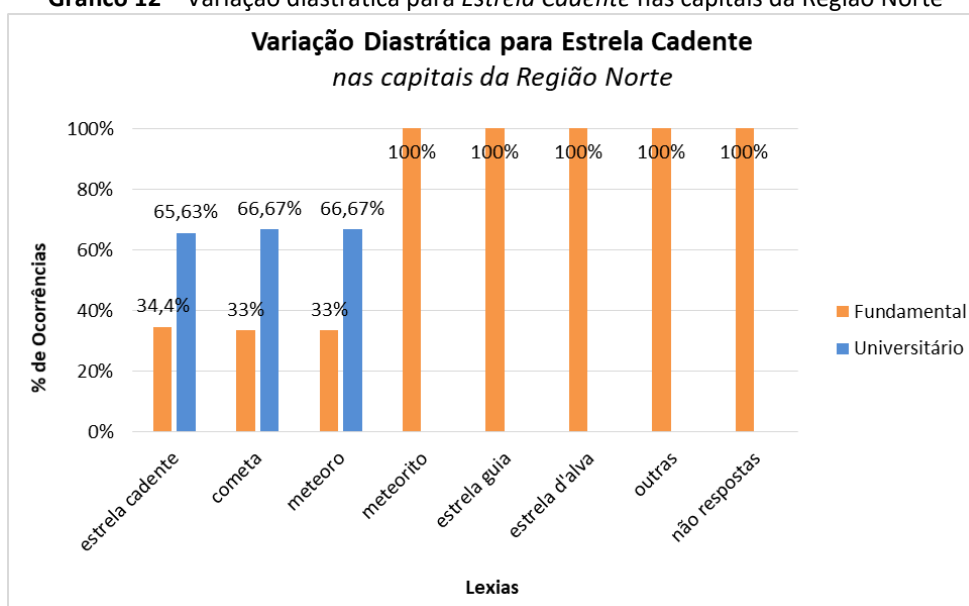
questões 29 e 30, estes são fraseologismos do tipo colocações, que dentro da caracterização de fraseologismos feita por Mejri (2012), podem ser chamadas de semifraseologismos pela rigidez da base e a flexibilidade das colocações.

### 5.3.3 Analisando os fatores sociais

Os fatores sociais controlados pelo Projeto ALiB foram avaliados nesta análise considerando a escolaridade apenas nas capitais e a idade e o sexo dos informantes em todo o território investigado. Nesse caso, utilizou-se a ferramenta do *Microsoft Excel* para tabular os dados e construir os gráficos com os percentuais.

Inicia-se com a variação diastrática observada nas capitais que fazem parte do recorte geográfico: 002. Macapá (AP), 003. Boa Vista (RR), 006. Manaus (AM), 012. Belém (PA), 020. Rio Branco (AC) e 021. Porto Velho (RO). O Gráfico 11 exibe a distribuição das respostas e os respectivos percentuais para cada nível de escolaridade:

**Gráfico 12** – Variação diastrática para *Estrela Cadente* nas capitais da Região Norte



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaborado pela autora.

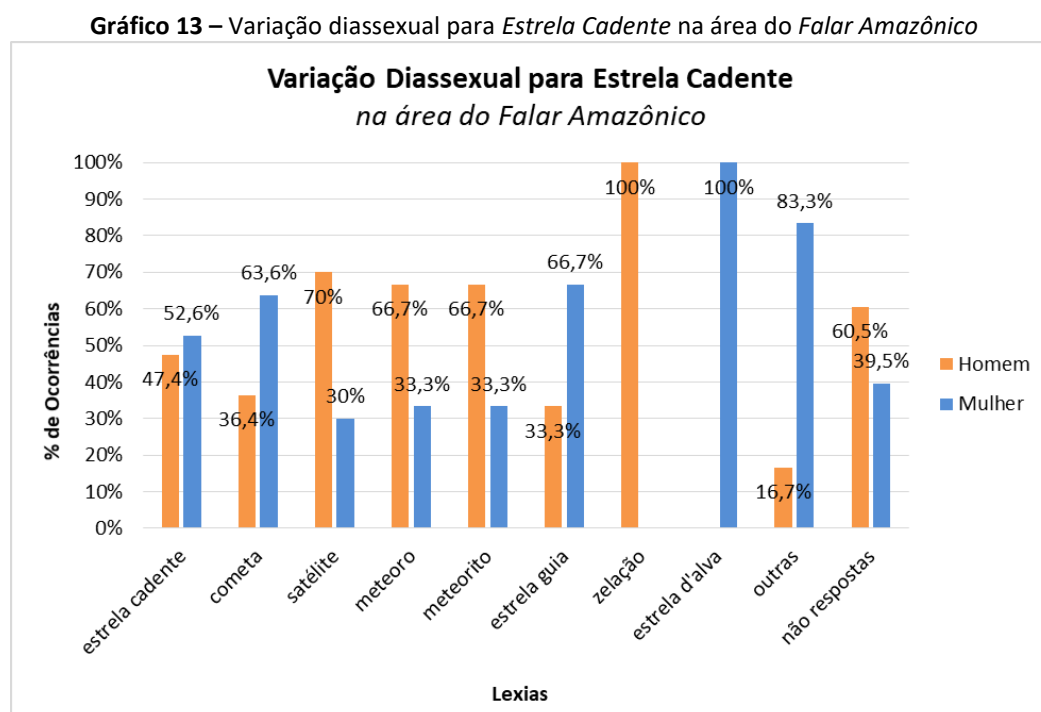
Do total de 157 dados registradas para a questão da *Estrela Cadente*, 53 foram catalogadas nas capitais, incluindo as *não repostas*. Conforme demonstra o Gráfico 12, dos oito nomes encontrados no *Falar Amazônico*, seis deles estão presentes nas capitais, o que nos permite fazer a análise diastrática destes dados. A denominação *Estrela Cadente*, nesse caso, é registrada como a mais recorrente, seguida por *Cometa*. Interessante observar que, nos três itens lexicais mais produtivos, os percentuais de uso foram similares, e com maiores

percentuais entre os informantes com mais escolaridade. No entanto, as demais denominações são categóricas na fala dos informantes com menos escolaridade. Não houve ocorrências de *Satélite* e *Zelação* nas capitais estudadas.

*Raio de Luz* foi a denominação com ocorrência única que foi catalogada em capitais e seu registro foi feito na fala de um informante com menos escolarização. Das 53 ocorrências feitas nas capitais investigadas, oito são de *não respostas* e esse registro também foi categórico entre os informantes com nível de escolaridade fundamental incompleto. Em um deles, o informante alegou não lembrar, em seis, a resposta não foi obtida de forma alguma e, em uma, a resposta não foi obtida nem com a insistência do inquiridor.

Constatamos, portanto, que outros grupos sociais em que os informantes estão inseridos também são promotores de conhecimento e não somente a escola. O amplo repertório, observado nos informantes que pouco frequentaram a escola, demonstra que a família, a igreja, o trabalho, entre outros grupos, também são ambientes de troca de conhecimentos e de experiências.

No Gráfico 13, apresenta-se a distribuição dos dados, em cruzamento com a variável sexo:



Por meio do Gráfico 13, percebemos que as duas denominações mais recorrentes foram ditas, em maioria, pelas mulheres e, também, a denominação *Estrela Guia*. Do mesmo



modo, *Satélite*, *Meteoro* e *Meteorito* foram utilizadas em maioria por homens. Na questão 030, levantamos a hipótese de que os homens podem apresentar maior interesse pela Astronomia, fazendo, assim, uso das denominações técnicas, o que também foi percebido nesta questão com as denominações *Meteoro* e *Meteorito* que estão, em maior parte, na fala deste perfil de informantes. Note-se que a denominação *Zelação* foi utilizada, nesta amostra, pelos informantes de sexo masculino.

Verificamos as *outras denominações* e as *não respostas* e, nesses casos, também se constataram diferenças de usos, contudo, com as *outras denominações* foram registradas em maioria, na fala das mulheres, enquanto que o alto índice de *não respostas* foi registrado na fala dos homens, indicando oposição entre repertório mais plural das mulheres em comparação com os homens.

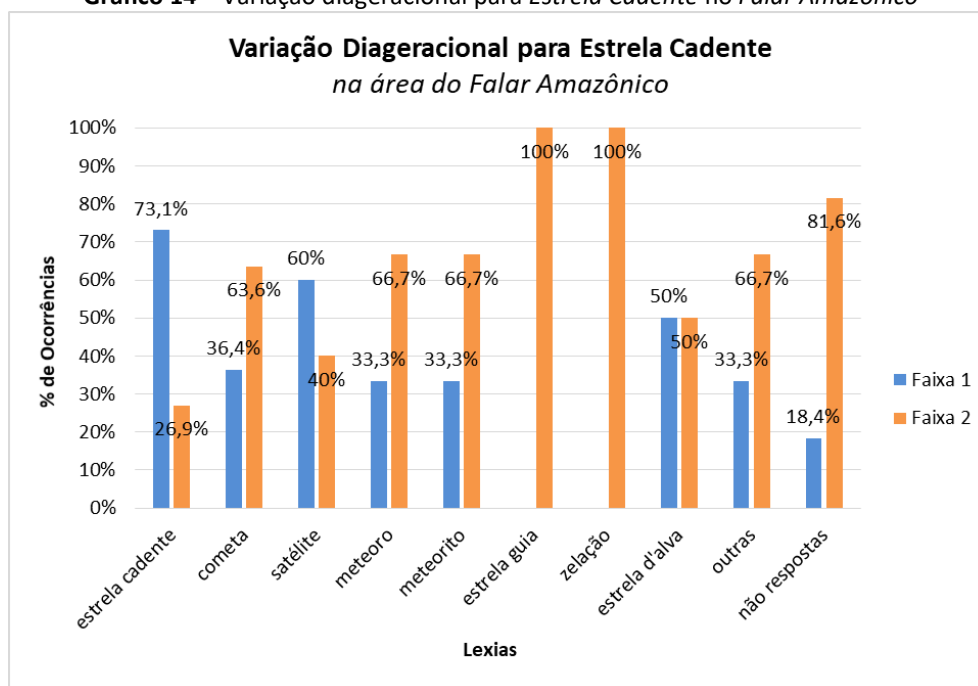
Quanto ao sexo dos informantes e, a partir da leitura do Gráfico 13, percebemos que essa variável não interfere diretamente nas escolhas destes falantes, mesmo em alguns exemplos os percentuais sendo maiores para um perfil do que para outro. A partir do discurso dos informantes, transcritos durante a audição dos inquéritos, não observamos nenhuma marca de uso que indicasse o sexo como fator de escolhas lexicais, ao contrário do que se observa em questões como *ruge*<sup>43</sup>, que fazem parte do universo feminino e que, para o universo masculino, podem não fazer tanto sentido.

No Gráfico 14, apresentamos a avaliação das denominações catalogadas com a variável faixa etária:

---

<sup>43</sup> Carta Ruge – L26S (CARDOSO et al., 2014b, p. 337), comentada na seção 2.1.2.

**Gráfico 14** – Variação diageracional para *Estrela Cadente* no Falar Amazônico



Fonte: Bando de dados do Projeto ALiB. Elaborado pela autora.

A faixa etária II, que é composta por informantes entre 50 e 65 anos, revelou-se como mais produtiva neste estudo. Por meio da leitura do Gráfico 14, é possível perceber a amplitude de vocabulário, além de percentuais mais altos para aquelas denominações que são compartilhadas com os mais jovens. *Estrela Cadente* e *Satélite* foram as únicas denominações utilizadas por maioria jovem, ao contrário das outras denominações que apresentaram percentuais de uso maiores para os informantes com mais idade. Destacamos para as denominações *Estrela Guia* e *Zelação* que, nessa amostra, não fazem parte do repertório dos jovens.

Os dados de *outras denominações* e das *não respostas* foram monitorados, do mesmo modo que fizemos com a escolaridade e o sexo, com vistas a identificar se a idade dos informantes teria alguma relação com as escolhas lexicais e para os dois casos também houve registro acentuado para os informantes de faixa II constatando, assim, o amplo repertório dos informantes de mais idade que pode estar relacionado ao tempo de vida e às experiências vividas por estes indivíduos.

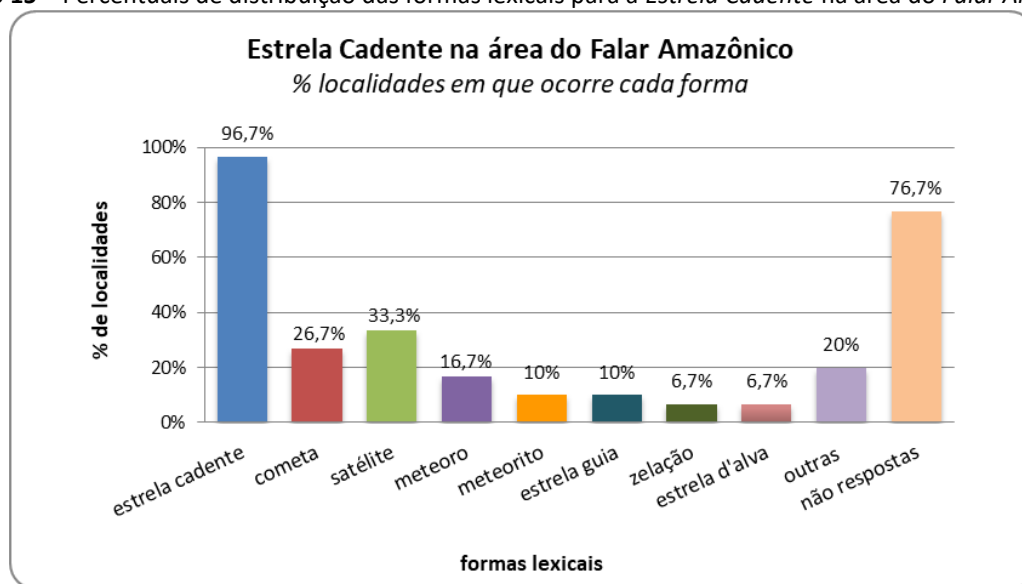
Na próxima seção, apresentaremos a distribuição destes dados, conforme o espaço geográfico estudado e, utilizaremos, para este fim, a cartografia automatizada.

### 5.3.4 Cartografia dos dados: diatopia

A partir das análises já empreendidas, exibiremos agora a distribuição espacial das denominações para a *Estrela Cadente* na área do *Falar Amazônico*, começando pelos percentuais dos registros em cada localidade. Do mesmo modo que ocorre com as outras questões, nesta também não observamos um comportamento linguístico indicador de uma área dialetal específica, pois a distribuição dos dados é, de certa forma, homogêna.

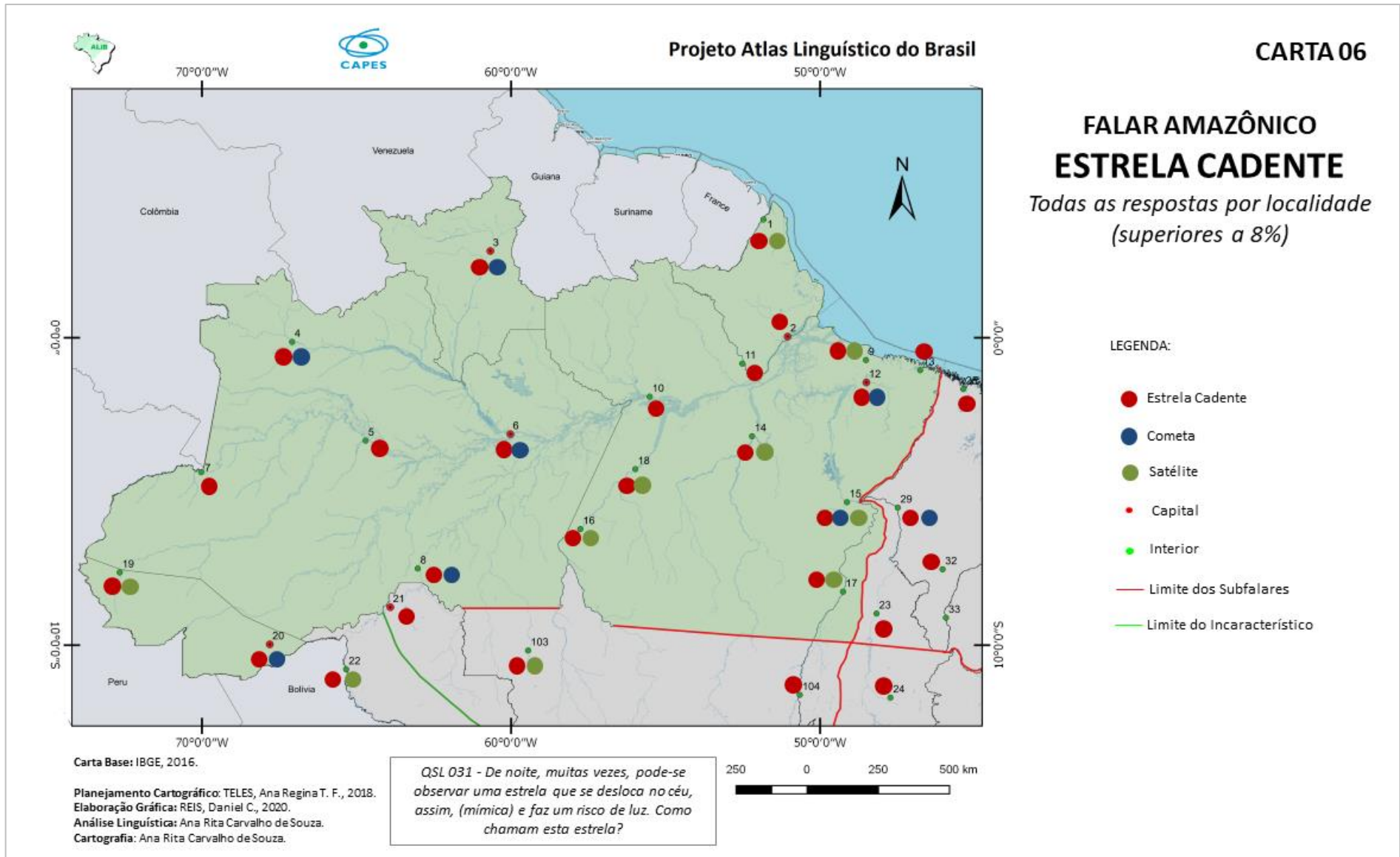
Conforme observamos no Gráfico 15, o fraseologismo *Estrela Cadente* se fez presente em praticamente todas as localidades, não tendo sido registrado, apenas, em um único ponto da *Área de Controle*, que será melhor visualizado na carta linguística número 06. O maior registro de *Cometa* e *Satélite* foi feito dentro da área do *Falar Amazônico* em relação à *Área de Controle*. As denominações *Meteorito* e *Planeta Guia* foram as únicas que figuraram apenas dentro da linha limítrofe do *Falar Amazônico*, ao contrário da denominação *Zelação* que foi registrada exclusivamente na *Área de Controle*.

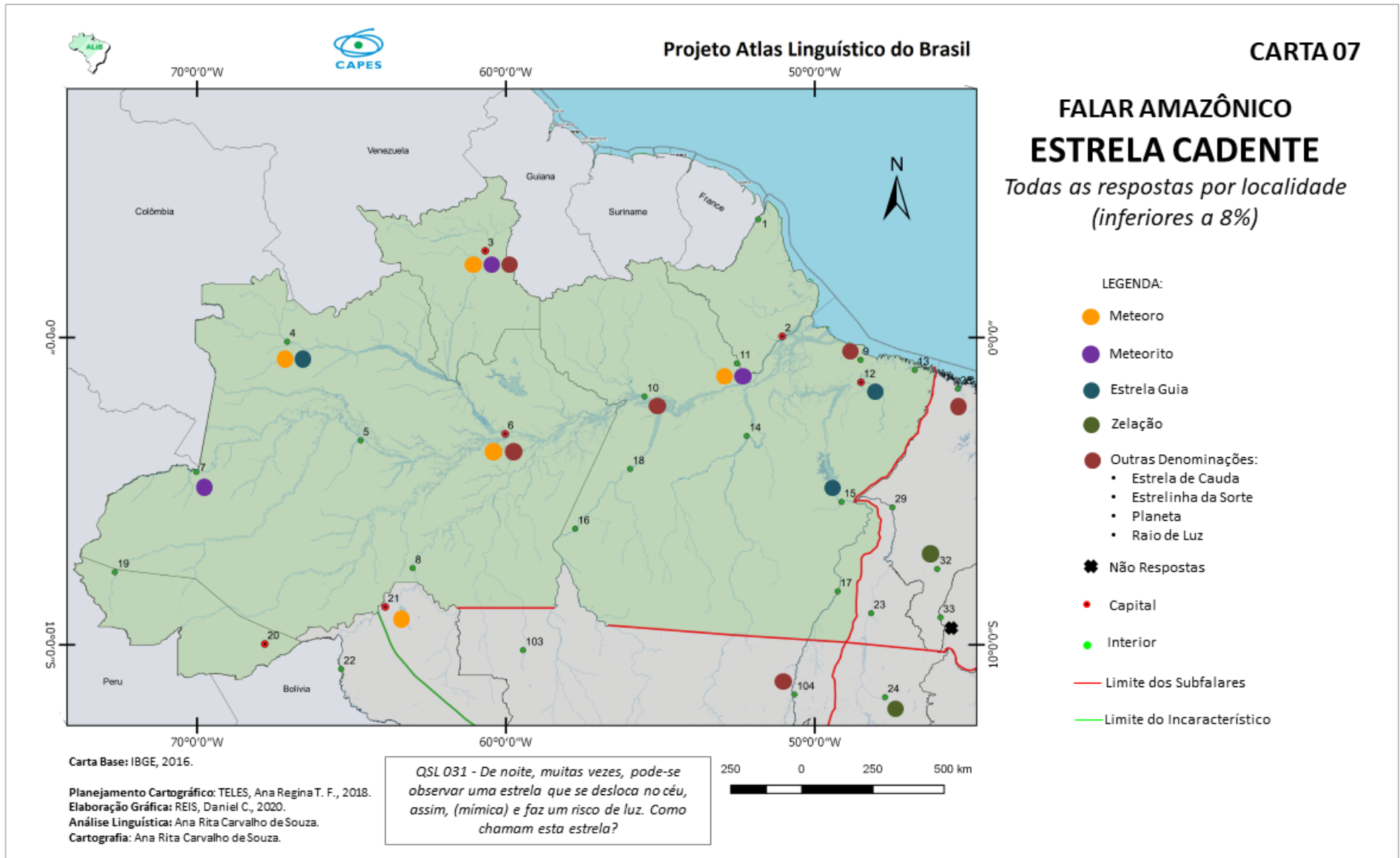
**Gráfico 15** – Percentuais de distribuição das formas lexicais para a *Estrela Cadente* na área do *Falar Amazônico*



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaborado pela autora.

A cartografia dos dados está representada, conforme metodologia já discutida, em duas cartas linguísticas, a Carta 06 e a Carta 07. Nesta última, além das denominações com percentual de produtividade abaixo dos 8%, também fizemos o registro das *outras denominações* e das *não respostas*.





A denominação *Estrela Cadente* foi registrada em todo o espaço geográfico pesquisado, exceto no ponto 033. Alto Parnaíba, no estado do Maranhão, que como explicitado anteriormente, não houve registro de respostas. Percebemos que, baseado na amostra, esta pode ser a norma lexical do *Falar Amazônico* para denominar esse astro que se move no céu fazendo um risco de luz. Mota (1999) a registrou em dois dos cinco atlas que consultou, no EALMG e no ALPB, porém não avançou na análise da designação, pois no estudo realizado pela autora, o nome *Zelação* foi o que teve maior produtividade do ponto de vista do uso e da distribuição espacial.

Enquanto Mota (1999), em seu artigo, não registra a presença de *Estrela Cadente* no APFB, Oliveira (2014) a registra tanto na Bahia quanto no Paraná, indicando uma diferença temporal entre as coletas do APFB e ALiB<sup>44</sup>. Carvalho (2015) também a documenta na Região Centro-Oeste como a mais produtiva, com percentuais ultrapassando os 60% em localidades tanto do interior quanto nas capitais e Cuba (2015), no ALTTI, em todas as 11 localidades pertencentes ao atlas, fez registro de *Estrela Cadente* como denominação própria para a estrela que se move no céu, fazendo um risco de luz.

*Cometa* está concentrado dentro do *Falar Amazônico* aparecendo em apenas um ponto da *Área de Controle* que pertence ao *Falar Nordestino*. Oliveira (2014) assinala a ocorrência de *Cometa* no Estado do Paraná, mas não estado da Bahia. Contudo, Mota (1999) destaca duas ocorrências desse nome verificadas no APFB, além do EALMG e do ALPR. Carvalho (2015) e Cuba (2015) também registraram esse nome como o segundo mais frequente no Centro-Oeste brasileiro mostrando similitude entre as duas regiões.

Das dez ocorrências de *Satélite*, seis delas foram registradas em localidades do Estado do Pará, somadas mais duas, também, dentro da área do *Falar Amazônico* e outras duas na *Área de Controle*, na parte Sul do mapa, ambas pertencentes à região Centro-Oeste. Oliveira (2014) não registra *Satélite* nos estados investigados, entretanto, Mota (1999) assinala que nos dados do ALPR foram encontradas quatro ocorrências dessa denominação, além das seis ocorrências encontradas no EALMG. Carvalho (2015, p. 204) destaca que “*Satélite* também foi registrado no interior dos três estados, porém com baixa produtividade”. No ALTTI, Cuba (2015) registra duas ocorrências de *Satélite*, mas insere no agrupamento de *outras*

---

<sup>44</sup>Cabe esclarecer que no APFB, de modo não sistemático, mas observável, as formas de “*langue*” por vezes não foram cartografadas, embora pudessem ter sido ditas.

*denominações*. Mais uma vez, observamos similitude entre o *Falar Amazônico* e o que foi registrado no Centro-Oeste por ambas as pesquisadoras.

Na Carta 07, das cinco ocorrências de *Meteoro*, quatro ocorreram na área do *Falar Amazônico* e apenas uma na *Área de Controle* coincidente ao *Território Multivarietal* (CUBA, 2015). Não houve apontamento dessa denominação no estudo de Oliveira (2014), nem no estudo de Carvalho (2015). Mota (1999) assinalou apenas uma ocorrência no APFB e em nenhum dos outros atlas consultados e Cuba (2015) registra duas ocorrências dessa denominação no estado do Mato Grosso.

O mesmo ocorre com a denominação *Meteorito*, que apesar da baixa ocorrência, está concentrada dentro do *Falar Amazônico*. Os outros trabalhos que foram consultados não indicaram uso dessa nomenclatura para designar o referente buscado, no entanto, Mota (1999) destaca a ocorrência do termo *meteorolito* no ALPR para referir-se à *Estrela Cadente*.

As três ocorrências de *Estrela Guia* também foram registradas dentro do *Falar Amazônico* e Mota (1999) registra três ocorrências no ALPR, concordando com o estudo de Oliveira (2014) que assinala o uso dessa denominação tanto no Paraná, quanto na Bahia. A denominação não foi registrada nos dados da região Centro-Oeste do Brasil, nem no estudo realizado por Carvalho (2015), nem no ALTTI (2015).

*Zelação* foi catalogada fora do *Falar Amazônico*, apenas na *Área de Controle*, uma das ocorrências em localidade pertencente ao *Falar Baiano* e a outra pertencente ao *Falar Nordestino*. Não há registro de *Zelação* no Centro-Oeste brasileiro e Oliveira (2014) também não encontra essa denominação no estado do Paraná. Nada obstante, o pesquisador relata a presença de *Zelação* nas localidades de Barra, Carinhanha e Santana, no estado da Bahia. O estudo feito por Mota (1999) revela que dos cinco atlas estaduais consultados, apenas o ALPR não teve registro de *Zelação*. APFB, EALMG e ALPB concentram, nessa denominação, o maior número de respostas válidas e no ALS foi a única resposta registrada para a questão.

Na Carta 07, também temos a cartografia das *outras denominações* e das *não respostas*, pois ao final da análise, essa informação pode ser relevante. Nas *outras denominações* foram agrupados os nomes: *Planeta*, *Raio de Luz*, *Estrela de Cauda* e *Estrelinha da Sorte*.

*Planeta* foi registrado na *Área de Controle* referente ao *Falar Nordestino* e tanto Carvalho (2015), quanto Cuba (2015) apontaram essa denominação no Centro-Oeste do Brasil, além de *Estrelinha da Sorte*, que no estudo que se apresenta foi catalogada no ponto 104 da

*Área de Controle*, também na região Centro-Oeste. Mota (1999) destaca *Planeta* como a segunda denominação mais produtiva nos atlas estaduais por ela consultados, entretanto, nesta investigação, tivemos baixa recorrência.

Nenhuma dessas *outras denominações* foi verificada no estudo de Oliveira (2014), contudo, ele destaca *Estrela Rápida da Sorte* no Paraná e *Estrela Apagão* na Bahia, que não foram observados nos outros estudos consultados, nem no *Falar Amazônico*. Da mesma forma, Carvalho (2015) registra *Estrela Mãe-de-Ouro*, que não foi localizada em nenhum dos outros estudos consultados, mas Mota (1999) aponta a denominação *Mãe de Ouro* no EALMG e no ALPR, que se aproximam.

Cuba (2015) assinala a presença dos fraseologismos *Estrela Mudando*, *Deus te Proteja*, *Deus te Guie* e *Estrela de Rabo* no Centro-Oeste brasileiro, na área do *Território Multivarietal*, ao mesmo tempo em que Mota (1999) registra a denominação *Estrela de Rabo* no EALMG e no ALPR, designações que não encontramos no *Falar Amazônico*.

Por fim, o destaque dado ao ponto 033. Alto Parnaíba (MA), pertencente à *Área de Controle* e referente ao *Falar Nordestino*, em que não houve registro de resposta para a pergunta 031 do QSL. Verificamos que nas outras perguntas analisadas, esse padrão de *não resposta* não se manteve nesta localidade. Mais uma vez trazemos o questionamento acerca do pouco conhecimento sobre a Astronomia, como um forte fator favorecedor desse comportamento linguístico, mas ele não atua sozinho. Acreditamos, também, que os hábitos de determinadas comunidades podem não incluir o fato de olhar para o céu como costumeiro, desencadeando esse processo de desconhecimento sobre os astros e seus aspectos.

Outro detalhe que precisamos destacar é que, a pesquisa feita para a construção da seção 4, desta dissertação, nos mostra que temos uma pluralidade de culturas atuando nessa região devido a sua formação sócio-histórica. Contudo, os elementos que acreditávamos serem importantes condicionadores do léxico apresentado, não se mostraram evidentes, como a influência das línguas indígenas, que no Norte do país são maioria, por exemplo. Mesmo assim, constatamos que essa riqueza cultural do *Falar Amazônico* está destacada nos dados exibidos, considerando a heterogeneidade linguística verificada.

A partir das análises empreendidas a cada uma das três questões apresentadas, passaremos, na seção seguinte, às considerações gerais sobre o trabalho e o nosso comprometimento com o objetivo geral desta pesquisa.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do caminho percorrido, das trilhas seguidas, para o desenvolvimento desta dissertação, chegamos a algumas conclusões, com base nos objetivos propostos no início da investigação. Primeiramente, para se alcançar o objetivo principal do trabalho, traçamos alguns objetivos específicos e, para eles, listaremos as conclusões a que chegamos:

### **Descrever a variedade lexical da área selecionada**

Por meio da audição dos inquéritos, que compõem o banco de dados do Projeto ALiB, confirmamos que, na área do *Falar Amazônico* e *Área de Controle*, foi registrado um total de 50 diferentes denominações, nas três questões investigadas. Esse número demonstra que temos uma região, extremamente diversa, culturalmente, e isso se reflete, conseqüentemente, no modo de falar das pessoas e no modo como elas nomeiam as coisas ao seu redor. Estes aspectos regionais foram destacados na seção 4, desta dissertação, e nos demonstram a diversidade encontrada na região.

Destacamos, também, que as denominações com ocorrência única estão inseridas nessa consideração, pois acreditamos que elas são capazes de refletir a individualidade de cada falante. Ao mesmo tempo, o alto índice de *não respostas*, registrado na amostra, nos revela um comportamento que pode estar diretamente influenciado pelo hábito de não olhar para o céu, devido à correria cotidiana ou, ainda, pelo desconhecimento acerca dos astros e sua complexidade.

### **Comparar os itens encontrados no *Falar Amazônico* com aqueles encontrados por Oliveira (2014), Carvalho (2015) e Cuba (2015)**

Quando comparamos os dados descritos, nesta dissertação, com os trabalhos destes pesquisadores, verificamos que existe muita semelhança entre as respostas dadas pelos informantes da amostra com os dos outros estados brasileiros, contudo, registramos as seguintes divergências:

- QSL029 – A denominação *Estrela do Moedor* foi registrada apenas na *Área de Controle* do *Falar Amazônico*. Do mesmo modo, *Estrela da Madrugada* foi registrada somente no estado da Bahia, no estudo de Oliveira (2014).

- QSL030 – Para essa questão, também, registramos na *Área de Controle do Falar Amazônico*, a denominação *Estrela do Moedor*, que da mesma maneira, não foi encontrada nos estudos feitos pelos outros pesquisadores. Outrossim, as denominações *Estrela Boiadeira*, *Estrela do Oriente* e *Estrela das Oito* foram registradas apenas no Centro-Oeste brasileiro, conforme Carvalho (2015), enquanto *Estrela do Horizonte* apenas no Paraná (OLIVEIRA, 2014). Também destacamos que, das 15 ocorrências únicas na amostra, 11 não foram registradas nos estudos que comparamos, sendo exclusivas da área do *Falar Amazônico* e *Área de Controle*.
- QSL031 – As denominações *Raio de Luz* e *Estrela de Cauda*, apesar de apresentarem ocorrência única, foram registradas, apenas, na área do *Falar Amazônico*, entretanto, nos outros estudos, temos a presença de denominações como *Estrela-Mão-de-Ouro*, em Carvalho (2015) e *Estrela Corredeira*, *Estrela Rápida da Sorte* e *Estrela Apagão*, em Oliveira (2014), que não foram registradas na amostra.

### **Analisar os dados pelas perspectivas: diatópica, diageracional, diassexual e diastrática e cartografá-los, seguindo o método da Geolinguística Pluridimensional**

A partir da análise dos fatores sociais controlados pelo Projeto ALiB, verificamos que o conjunto da amostra não revela indícios de que estes fatores extralinguísticos sejam condicionadores das escolhas lexicais, entretanto, os dados expostos nos gráficos apresentados na seção 5 revelam que os homens têm maior predisposição a utilizar a terminologia da Astronomia, enquanto as mulheres preferem as denominações de caráter mais popular.

Com relação à escolaridade, notamos que essa terminologia também está mais presente na fala dos informantes mais escolarizados. Para as faixas etárias dos informantes, destacamos que aqueles de faixa II apresentam, na amostra, maior repertório linguístico, pois grande parte das respostas registradas tem maiores percentuais entre os informantes dessa faixa etária. A maior parte das *não respostas* de toda a amostra está concentrada entre os jovens, dado registrado, também, nos estudos que comparamos.

De acordo com o estudo realizado por Carvalho; Paim (2020b, p. 189 – 205), existem marcadores discursivos que foram encontrados na fala destes informantes, que confirmam a identidade social de faixa etária como, por exemplo, “assim que a minha avó dizia”, “a mamãe dizia que”, “desde criança”, “os antigos sempre chamam”, “minha avó falava”, aprendi da

minha mãe”, “os antigos diziam assim”, entre outros, que assinalam a ideia de algo que já foi usual, mas que, talvez, hoje em dia, não seja tanto assim. Destacamos, também, que estes marcadores foram catalogados, inclusive, entre os informantes de faixa II, ressaltando a hipótese de que algumas destas formas documentadas podem se tratar de arcaísmos, como é o caso da denominação *Zelação*, que foi verificada, apenas, entre os informantes de faixa II.

A cartografia foi produzida com base no critério de presença e ausência, seguindo a distribuição das respostas mais produtivas, em seguida, as menos produtivas em conjunto com as *não respostas*. O traçado das isoléxicas não foi feito porque a distribuição das respostas indica que o traçado de Nascentes (1953), referente ao *Falar Amazônico*, não pôde ser delimitado, a partir dos nomes atribuídos às “estrelas”<sup>45</sup> e, também, porque não registramos a presença de nenhuma subárea dialetal dentro dos limites estabelecidos.

Destacamos, ainda, que o traçado de isoléxicas não é tão simples, embora possível, pois as fronteiras linguísticas concernentes ao léxico são bem mais difíceis de serem delimitadas do que as fonético-fonológicas ou morfossintáticas. Isso ocorre, devido à própria natureza do léxico das línguas, de se moldar muito facilmente e se disseminar através de hábitos, valores, crenças e costumes que são, muitas vezes, identificados na individualidade de cada falante.

### **Verificar se os itens lexicais documentados encontram-se atualmente dicionarizados**

Consideramos essa etapa da pesquisa importante, pois foi a partir dela que verificamos as relações de parassinonímia entre as denominações que já possuem registros e, ainda, apontar que existe uma gama de nomes sendo utilizados e que não figuram nos dicionários consultados. Destacamos que todas as entradas, em dicionários registradas, estão dispostas no Apêndice A, para eventuais consultas.

Após apresentar as considerações para cada um dos objetivos específicos do trabalho, passamos, então, às considerações acerca do principal objetivo, que foi de verificar a atualidade do traçado de Nascentes (1953) para o que o autor chamou de *Falar Amazônico*. Nesse caso, quando comparamos os nossos resultados, com o que foi encontrado por Portilho (2013), na mesma área dialetal, percebemos que nossos resultados são diferentes, considerando que em Portilho (2013), com os brinquedos e as brincadeiras infantis, ela atesta

---

<sup>45</sup>Apesar de termos acolhido o termo estrelas em toda a dissertação, explicitamos, na seção 2.4, que os astros aos quais nos referimos não são estrelas, mas outros tipos de astros do Sistema Solar.

uma “relativa vitalidade do falar amazônico no nível lexical” (PORTILHO, 2013, p. 138), o que não ocorre com as denominações das “estrelas”.

Essa “vitalidade”, de que trata a autora, faz referência ao traçado. Todavia ela destaca que essas fronteiras estabelecidas são mais flexíveis quando se trata de léxico, considerando que elas se moldam muito mais facilmente que aquelas estabelecidas pelos aspectos fonético-fonológicos, por exemplo. Portilho (2013) também destaca, que outros estudos com base no léxico, de outras áreas temáticas, poderiam confirmar esta assertiva e os nossos resultados indicam, exatamente, as conjecturas feitas pela autora.

Contudo, gostaríamos de fazer duas anotações: na primeira delas, destacamos que o *Falar Amazônico* não mantém seu traçado na atualidade, do mesmo modo que sugeriu Nascentes, na década de 50, pois as denominações mais recorrentes que foram registradas, também, estão presentes no Centro-Oeste brasileiro e nos estados da Bahia e do Paraná. Na segunda delas, certificamos que o *Falar Amazônico* pode ser caracterizado pela ausência das denominações *Estrela do Moedor* e *Zelação*, dentro de sua linha limítrofe, pois elas foram registradas, especificamente, na Área de Controle.

A análise das questões também demonstrou que realmente há uma diferença entre o *Falar Amazônico*, o *Nordestino* e o *Baiano*, como propôs Nascentes (1953), pois observamos, com a posição das denominações *Estrela do Moedor* e *Zelação*, uma diferença dialetal. Necessário se faz destacar que, com relação a estas denominações, análises futuras dos *Falares Nordestino* e *Baiano* serão capazes de mostrar um panorama mais realístico acerca destes usos, considerando que, neste estudo, elas apresentam forte indício de variantes dialetais.

A macro divisão, proposta por Nascentes (1953), para falares do Norte e do Sul, em alguns momentos, na amostra, parece se confirmar, mas na maior parte dela, percebemos que existe um diálogo evidente entre a norma lexical do Norte com a norma lexical no Centro-Oeste do país, pois a maioria das denominações que aqui registramos, também, foi registrada nos estudos de Carvalho (2015) e Cuba (2015). Comportamento semelhante, observamos entre o estado do Maranhão com a área do *Falar Amazônico*, muito do que se registra no estado nordestino está presente na área vizinha, o que não permite o traçado da linha divisória do falar, exatamente, onde Nascentes (1953) a delimitou.

Com isso, é válido pontuar que o estudo proposto nesta dissertação corrobora, mais uma vez, a importância dos estudos dialetais como referência na descrição, não somente da

língua falada nesse ou naquele espaço, mas também, na determinação das comunidades de fala que fazem usos característicos de um grupo humano geograficamente identificado. É interesse da Geolinguística Pluridimensional descrever esse grupo de falantes, entender como eles se organizam, como vivem, suas histórias. Muito além do dado linguístico cotejado, há um interesse explícito no social, pois é no aspecto social que o léxico se molda.

Acreditamos que o trabalho realizado será de fundamental importância não apenas para os estudos de áreas dialetais, mas também para o entendimento, mesmo que de modo básico, de uma área de estudos que é desconhecida pela maioria da população brasileira, conforme demonstram os dados descritos.

Finalmente, pontuamos que o léxico analisado, quando relacionado à área dialetal investigada e a pluralidade de nomes descritos, sugere que tenha motivações históricas ou relacionadas ao tipo de povoamento empreendido na região. Não descartamos a hipótese de que o movimento migratório promovido pelo Ciclo da Borracha (1879 – 1945) e, também, pela Marcha para o Oeste (1937-1945) podem ter alguma influência na maneira de falar do povo nortista pois, embora a contextualização sócio-histórica feita, registre a grande presença de inúmeras etnias indígenas nesse espaço, não encontramos a presença de elementos indígenas no léxico registrado na dissertação. Por isso, confirmamos a necessidade de análises futuras das outras regiões brasileiras, no que concerne ao nome das estrelas, justamente para identificar elementos que sejam capazes de estabelecer relação com o que foi encontrado na região pesquisada.

Nesse sentido, o trabalho que foi proposto ao Programa de Pós-Graduação, para ser desenvolvido no âmbito do Doutorado, contempla a investigação das outras regiões brasileiras, com a mesma área temática (os nomes das “estrelas”) e com o mesmo objetivo geral: verificar a atualidade do traçado de Nascentes (1953) para os outros subfalares, a saber: *Falar Nordestino*, *Falar Baiano*, *Falar Mineiro*, *Falar Fluminense*, *Falar Sulista* e o *Território Incaracterístico* ou *Território Multivarietal* (CUBA, 2015). Acreditamos que o mapeamento das outras áreas será de fundamental importância para a visualização do conjunto de nomes atribuídos aos astros investigados e, também, para auxiliar na proposição da realidade dialetal brasileira, na atualidade, e a partir do léxico.

## REFERÊNCIAS

- AGUILERA, Vanderci de Andrade. **Atlas Lingüístico do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1994.
- ALENCAR, Beatriz Aparecida. **O Léxico de brinquedos e brincadeiras infantis no estado de São Paulo**. 2018. 575f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS, Três Lagoas.
- ALKMIM, Tânia. Um texto inaugural: o Visconde da Pedra Branca e o português do Brasil. **Stockholm Review of Latin American Studies**. Issue No. 8, March 2012. p. 21-33.
- ALKMIM, Tânia M. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna C. (Orgs.) **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. v. 1. São Paulo: Cortez, 2001.
- ALMEIDA, Aurelina A. D.; SANTOS, Elisângela S. O estudo do significado léxico em semântica sócio-histórico-cognitiva. **Macabéa** – Revista Eletrônica do Netlli. v.8, n.2, Jul-Dez. 2019, p. 136-157.
- ALVES, Castro, **Os Escravos**. São Paulo: Martins, 1972 [1863].
- AMARAL, Amadeu. **O dialeto caipira**. Gramática, vocabulário. São Paulo: Editora Anhembi Limitada, 1955 [1920].
- AMORIM, Paulo *et al.* **Diagnóstico econômico-ambiental no município de Almeirim**. Belém: Instituto Floresta Tropical, 2010.
- ARAGÃO, Maria do Socorro S.; BEZERRA DE MENEZES, Cleusa P. **Atlas Lingüístico da Paraíba**. Brasília: UFPB/CNPq, Coordenação Editorial, 1984; v. 1, 2.
- ARAGÃO, Maria do Socorro S. Sinônimos e Parassinônimos em capitais do Nordeste brasileiro: Dados do ALiB. **Acta Semiótica et Linguística**, v. 19, p. 7-20, 2014.
- ARTESE, Léo. **Xamanismo**. 30 jul. 2018. Disponível em: <https://www.xamanismo.com.br/estrelas/>. Acesso em: 03 nov. 2020.
- Atel Telecom/Clima Ao Vivo. **Estrela Cadente no sertão nordestino**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/07/16/meteoro-e-visto-no-ceu-do-sertao-nordestino-e-chama-a-atencao-de-moradores.htm>. Acesso em: 15 set. 2021.
- BAKHTIN, Mikhail M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1990 [1929].
- BALBI, Adrien. **Atlas ethnographique du Globe, ou classification des peuples anciens et modernes d'après leurs langues... et suivi du tableau phisique, moral et politique des cinq parties du monde...** Paris: Chez Rey et Gravier, 1826.
- BARBADINHO NETO, Raimundo (Org.). **Estudos filológicos**: volume dedicado à memória de Antenor Nascentes. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras: 2003, v. 1.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral**. São Paulo: Cia. Editora Nacional/EDUSP, 1976.

BIDERMAN, Maria Teresa C. O léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria P.; ISQUERDO, Aparecida N. (Orgs.) **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia e terminologia. 2ª ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001a. P. 13 – 22.

BIDERMAN, Maria Teresa C. **Teoria lingüística**. Teoria lexical e lingüística computacional. São Paulo: Martins Fontes, 2001b.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>.

BRASIL. **Decreto nº 30.643, de 20 de março de 1952**. Institui o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e dispõe sobre o seu funcionamento. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-30643-20-marco-1952-339719-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 08 ago. 2021.

CABRÉ, Maria T. **La terminología** - teoria, metodología, aplicaciones. Barcelona: Editorial Empúries, 1993.

CALLOU, Dinah. Quando dialetologia e sociolinguística se encontram. **Estudos Linguísticos e Literários**. Nº 41, jan./jun. 2010. p. 31 – 48.

CAMARA JR., Joaquim M. **Dicionário de filologia e gramática**: referente à língua portuguesa. 3. ed. refundida e aum. Rio de Janeiro: Editor Jozon, s/d.

DIFERENÇA entre Cometa, Asteroide, Meteoroides, Meteoro e Meteorito. 2019. **Canaltech**. Disponível em: <https://canaltech.com.br/espaco/diferenca-entre-meteoro-meteorito-meteoroides-asteroide-e-cometa-153277/>. Acesso em: 15 set. 2021.

CARDOSO, Suzana A. M. *et al.* **Atlas Linguístico do Brasil**. Cartas linguísticas. Londrina, Eduel: 2014b. v.2.

CARDOSO, Suzana A. M. *et al.* **Atlas Linguístico do Brasil**. Introdução. Londrina, Eduel: 2014a. v.1.

CARDOSO, Suzana A. M. **Geolinguística**: tradição e modernidade. São Paulo: Parábola, 2010.

CARDOSO, Suzana A. M. Dialetologia. In: MOLLICA, Maria C.; FERRAREZI JÚNIOR, Celso. **Sociolinguística, Sociolinguísticas**: uma introdução. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2016a. p.13-22.

CARDOSO, Suzana A. M. A Geolinguística no terceiro milênio: monodimensional ou pluridimensional? **Revista do GELNE - Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste**, Fortaleza, ano 4, n. 2, p. 1-16, 2002.

CARDOSO, Suzana A. M. Inquéritos do ALiB: diferentes emoções. In: CARDOSO, Suzana A. M.; MOTA, Jacyra, A.; PAIM, Marcela M. T.; RIBEIRO, Silvana S. C. **Documentos 6: Projeto Atlas Linguístico do Brasil, histórias e memórias**. Salvador: Quarteto, 2016b. p. 87 – 98.

CARVALHO, Ana Rita S. **A variação linguística observada entre cidades do Estado da Bahia: Salvador x Campo Formoso**. 2010. Monografia. 37f. Graduação em Letras Vernáculas. Universidade Norte do Paraná, Lauro de Freitas-BA, 2010.

CARVALHO, Ana Rita S.; PAIM, Marcela M. T. Unidades fraseológicas da Região Norte no *corpus* do Projeto ALiB. **Revista Inventário**, n. 26. Salvador, dez. 2020a. p. 350 – 367.

CARVALHO, Ana Rita S.; PAIM, Marcela M. T. A identidade social de faixa etária em dados lexicais de astros e tempo do Projeto ALiB. IN.: FIGUEIREDO, Cristina *et al.* (Orgs.) **Língua em movimento: história e funcionamento das línguas naturais**. Vol. 1. Salvador: EDUFBA, 2020b, p. 189 – 205.

CARVALHO, Paola M. de O. **Relações entre léxico e ambiente: um estudo da norma lexical do Centro-Oeste do Brasil**. 2015. 224 f. Dissertação. (Mestrado em Estudos de Linguagens). Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015.

CASADEI, Thalita de O. Ocupação e povoamento do Norte do Brasil. **Curriculum**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p.61-72, 1976.

CASTRO, Eugenio de. **Ensaio de geographia linguistica**. 2. ed. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1941. Brasileira; Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 5, v. 201.

CHAMBERS, J.K.; TRUDGILL, Peter. **La Dialectologia**. Traducción Carmen Morán González. Madrid: Visor Libros, 1994.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. **Questionários 2001**. Londrina: EDUEL, 2001.

CORPAS PASTOR, Glória. **Manual de fraseología española**. Espanha: Gredos, 1996.

COSERIU, Eugênio. **La geografía lingüística**. Cuadernos del Instituto Lingüístico Latinoamericano, Montevideo, n. 11, 1965.

COSERIU, Eugenio. **Sincronia, Diacronia e História: O problema da mudança linguística**. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

COSTA, José R. V. Canopus, a estrela-guia. **Astronomia no Zênite**, jan. 2008. Disponível em: <https://www.zenite.nu/canopus-a-estrela-guia/>. Acesso em: 04 nov. 2020.

CRUSE, Alan. **Lexical semantics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

CUBA, Marigilda A. **Atlas Linguístico Topodinâmico do Território Incaracterístico**. 2015. 497 f. 2v. 7 cartas introdutórias e 96 cartas linguísticas. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – UEL, Londrina, 2015.



CUNHA, Celso. **Língua portuguesa e realidade brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1986.

DAMASIO, Felipe. O início da revolução científica: questões acerca de Copérnico e os epiciclos, Kepler e as órbitas elípticas. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 33, n. 3, 3602, 2011.

DAMINELI, Augusto; *et al.* **O céu que nos move**: introdução à Astronomia para educadores e iniciantes. São Paulo: Odysseus Editora, 2011.

DAMINELI, Augusto; STEINER, João. **O fascínio do universo**. São Paulo: Odysseus Editora, 2010.

DURANTI, Alessandro. **Antropología Lingüística**. Madrid: Cambridge University Press, 2000.

ELIA, Sílvio. Nota sobre as áreas dialetais brasileiras. In: \_\_\_\_\_. **Ensaio de filologia e lingüística**. Rio de Janeiro; Brasília: Grifo: INL, 1975 [1963]. p. 225-231.

FERRAREZI JR., Celso. **Semântica**. São Paulo: Parábola, 2019.

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Miniaurélio século XXI**: o minidicionário da língua portuguesa. 5a ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana A. M. **A Dialectologia no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

FERREIRA, Carlota *et al.* **Atlas Lingüístico de Sergipe**. Salvador: UFBA - Instituto de Letras/Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987.

GALISSON, Robert. Accéder à la culture partagée par l'entremise des mots à CCP. **Études de Linguistique Appliquée**, 1987.

GALISSON, Robert; COSTE, D. **Dictionnaire de didactique des langues**. Paris: Hachete, 1976.

GARCIA, Rodolpho. Dicionario de Brasileirismos. **Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro. t. 76, parte 1, p. 633-947, 1915. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/0B\\_G9pg7CxKSsSWtwR3FtRUVObHM/view](https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsSWtwR3FtRUVObHM/view). Acesso em nov. 2017.

GILLIÉRON, Jules; EDMONT, Edmond. **Atlas Linguistique de la France**. 35 fasc. Paris: Honoré Champion, 1902-1910.

HAWKING, Stephen. **Os Gênios da Ciência**. Ed. Esp. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. [S.l.]: Objetiva, 2001. Versão Digital. Disponível em: [https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol\\_www/v5-4/html/index.php#0](https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v5-4/html/index.php#0). Acesso em: 17 mai. 2021.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: mar 2020.

INSTITUTO DE FÍSICA DA UFRGS. **Constelações**. Disponível em: <http://astro.if.ufrgs.br/const.htm>. Acesso em: 15 set. 2021.

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNICAMP. **Ptolomeu**. s/d. Disponível em: <https://sites.ifi.unicamp.br/laboptica/curiosidades-2/biografias/pitolomeu/>. Acesso em: 19 mai. 2021.

ISQUERDO, Aparecida N. O caminho do rio, o caminho do homem, o caminho das palavras. In: RIBEIRO, S.S.C.; COSTA, S.B.B.; CARDOSO, S.A.M. (orgs.) **Dos sons às palavras**: nas trilhas da língua portuguesa. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 41-59.

JAKOBSON, Roman O. **Lingüística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1970 [1960].

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Trad. Marcos Bagno, Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LYNCH, David. **Vênus E a Lua vistos da Terra**. Disponível em: <https://epod.usra.edu/blog/2012/01/crescent-moon-earthshine-and-venus.html>. Acesso em: 15 set. 2021.

MARGOTTI, Felício W. Sinonímia e paráfrase: algumas considerações a partir de dados do atlas lingüístico-etnográfico da Região Sul – ALERS. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 3, n. 2, jan./jun. 2003, p. 27 – 46.

MARROQUIM, Mário. **A língua do Nordeste**: Alagoas e Pernambuco. 4. ed. Maceió: EDUFAL, 2008 [1934].

MATIAS, Átila. A Região Norte (s/d). **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/a-regiao-norte.htm>. Acesso em 15 de janeiro de 2021.

MEILLET, Antoine. **Esquisse d'une histoire de la langue latine**. Paris: Klincksiek, 1977.

MEJRI, Salah. La phraséologie française: synthèse et acquis théoriques et descriptifs. Le français moderne. **Revue de linguistique française**. La phraseologie française. Numéro dirigé por Salah Mejri. 86e année, n. 1, 2018, p. 5 – 32.

MEJRI, Salah. **Le figement lexical**. Descriptions linguistiques et structuration sémantique. Tunísia: Faculté des Lettres de la Manouba, 1997.

MEJRI, Salah. Phraséologie et traduction. Pour une typologie des phraséologismes dans les discours spécialisés. In. MOGORRÓN, Pedro; MEJRI, Salah (dirs.). **Rencontres Méditerranéennes**: Langues spécialisées, figement et traduction. Alicante: Quinta Impresión, 2012.

MENDONÇA, Renato. **O Português do Brasil**. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1936.

MILONE, André de C. Astronomia no dia a dia. In: MILONE, André de C. *et al.* **Introdução à Astronomia e a Astrofísica**. Capítulo 1. INPE: São José dos Campos, 2018. p. 1 – 56.

MONTEIRO-PLANTIN, Rosemeire S. **Fraseologia**: era uma vez um patinho feio no ensino de língua materna. vol. 1. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

MORAES SILVA, Antonio. **Diccionario da lingua portugueza** - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. **Sociolingüística Cognitiva**: proposiciones, escolios y debates. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2012.

MOTA, Jacyra A. Estrela Cadente nos atlas regionais brasileiros. **Revista do GELNE**. Ano 1. Nº 2. 1999. P. 35 – 31.

MOTA, Jacyra A; CARDOSO, Suzana A. M. Para uma nova divisão dos estudos dialetais brasileiros. In: MOTA, Jacyra A.; CARDOSO, Suzana A. M. (orgs.). **Documentos 2**: Projeto Atlas Linguístico do Brasil. Salvador: Quarteto, 2006, p. 15-26.

MOURÃO, Ronaldo R. de F. **Dicionário enciclopédico de astronomia e astronáutica**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

NASCENTES, Antenor. **Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil**. Rio de Janeiro: MEC, Casa de Rui Barbosa, v. 1. 1958.

NASCENTES, Antenor. **Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil**. Rio de Janeiro: MEC, Casa de Rui Barbosa, v. 2. 1961.

NASCENTES, Antenor. Divisão dialectológica do território brasileiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, abr./jun, p.213-219, 1955.

NASCENTES, Antenor. Etudes dialectologiques du Brésil. **ORBIS – Bulletin International de Documentation Linguistique**, Louvain, t. 1, n. 1, p. 181-184, 1952.

NASCENTES, Antenor. **O idioma nacional**. 2. ed. V. 4. Rio de Janeiro: Livr. Machado: Livr. Alves, 1933.

NASCENTES, Antenor. **O linguajar carioca**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

NASCENTES, Antenor. **O linguajar carioca em 1922**. Rio de Janeiro: Sússekind de Mendonça, 1922.

NEIVA, Isamar. **Vocabulário Dialectal Baiano**. 2017. Tese. 270f. Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia. 2017.

OLIVEIRA, Genivaldo C. **O léxico nosso de cada dia na Bahia e no Paraná: Acidentes geográficos, fenômenos atmosféricos, astros e tempo.** 2014. Tese. 230 f. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

ORSI, Vivian. Lexicologia: o que há por trás do estudo das palavras. In: GONÇALVES, Adair V.; GÓIS, Mário L. S. **Ciências da linguagem: o fazer científico?** Vol. 1. Campinas: Mercado de Letras, 2012, p. 163 – 177.

PAIM; Marcela M. T.; SFAR, Inès; MEJRI, Salah. (Orgs.) **Nas trilhas da fraseologia a partir de dados orais de natureza geolinguística.** Salvador: Quarteto, 2018.

PARANHOS DA SILVA, José J. **O idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brasil.** Rio de Janeiro: Typographia de Lourenço Winter, 1879.

POP, Sever. **La dialectologie.** Aperçu historique et méthodes d'enquêtes linguistiques, v. 1 e 2. Louvain: Chez l'Auteur; Gembloux, Duculot, 1950.

PORTILHO, Danyelle A. S. **O falar amazônico: uma análise da proposta de Nascentes (1953) a partir de dados do Projeto ALiB.** 2013. 155 f. Dissertação. (Mestrado em Estudos de Linguagens). Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.

POTTIER, Bernard. **Linguistique Générale.** Paris, Editions Klincksieck, 1974.

RIBEIRO, Silvana S. C. **Brinquedos e brincadeiras infantis na área do falar baiano.** 752 f. Tese. (Doutorado em Letras e Linguística). Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, 2012.

RIBEIRO, José et. al. **Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais.** v. 1. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Universidade Federal de Juiz de Fora, 1977.

RIBEIRO, João. Formação do Brasil. In: RIBEIRO, João. **História do Brasil.** 1900. Rio de Janeiro: Liv. Cruz Coutinho, 1900. (Cap. 5, parte B História local). Edição eletrônica de domínio público. Disponível em: <http://books.google.com/>. Acesso em mar. 2021.

RODRIGUES, Cláudia V. O sistema solar. In: MILONE, André de C. *et al.* **Introdução à Astronomia e a Astrofísica.** Capítulo 3. INPE: São José dos Campos, 2018. p. 1 – 41.

ROMANO, Valter P. **Em busca de falares a partir de áreas lexicais no Centro-Sul do Brasil.** 2015. 2v. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015. v. 1: 285 f. v. 2: Uma carta introdutória, 71 cartas linguísticas e 10 relatórios.

ROSCH, Eleanor. On the internal structure of perceptual and semantic categories. In: MORE, T.E. **Cognitive Development and the Acquisition of Language.** New York, Academic Press, 1973, p. 111 - 144.

ROSSI, Nelson. **Atlas prévio dos falares baianos.** Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura; Instituto Nacional do Livro, 1963.

- SAMPAIO, Angelo de S.; RIBEIRO, Silvana S. C. Estudo das unidades semifraseológicas em textos autênticos do francês: as colocações. **Estudos Linguísticos e Literários**, v. 68, p. 351–371.
- SANTOS, Grazielle F. da S. **Os jogos e diversões infantis no corpus do Projeto ALiB: visitando o Falar Nordeste**. 2018. 207f. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
- SANTOS, Leandro A. dos. **Brincando pelos caminhos do Falar Fluminense**. 2016. 199p. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.
- SANTOS, Leandro A. dos. As não respostas e as fronteiras dialetais: possíveis caminhos. **Entrepalavras**. vol. 10, n. 3, set. – dez. 2020.
- SANTOS, Renato P. Transdisciplinaridade. **Cadernos de Educação**. N. 8, p. 7-9, 23 nov. 1995, Instituto Piaget, Lisboa, 1995.
- SAUSSURE, F. de. **Curso de Lingüística Geral**. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes, Isidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].
- SEABRA, Maria Cândida T. C. Língua, cultura, léxico. In: sobral, Gilberto N. T.; LOPES, Norma da S.; RAMOS, Jânia M. **Linguagem, Sociedade e Discurso**. São Paulo: Blucher, 2015. p. 65–84.
- SFAR, Inès. **Le Défigement: Procédés et Classements**. Paris: Slides, 2015. 49 slides, colorido.
- SILVA, Fabiana S. **A lei de cooficialização das línguas Tukano, Nheengatu e Baniwa em São Gabriel da Cachoeira: questões sobre política linguística em contexto multilíngue**. 2013. Dissertação. 193f. Mestrado em Letras. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.
- SILVA NETO, Serafim da. **Guia para estudos dialectológicos**. Belém: Conselho Nacional de Pesquisas: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957.
- SILVA PINTO, Luiz Maria da. **Dicionário da Língua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Província de Goyaz**. Na Typographia de Silva, 1832.
- SOUSA, Cemary C. **Vocabulário dialetal da região Norte do Brasil: um estudo das capitais com base nos dados do Projeto ALiB**. 2019. Dissertação. 129f. Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2019.
- TELES, A. R. T. F. **Cartografia e Georreferenciamento na Geolinguística: revisão e atualização das regiões dialetais e da rede de pontos para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil formuladas por Antenor Nascentes**. 2018. Tese. Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura. Salvador: 2018.
- THUN, Harald. La géographie linguistique romane à la fin du XX siècle. In: RAENDONCK, D. V. *Et all. (Orgs)*. **Actes du XXII Congrès International de Linguistique e Philologie Romanes**. Bruxelles, 1998, p. 367-409.

THUN, Harald. La géographie linguistique romane à la fin du XXe. siècle. In: CONGRÈS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET DE PHILOGIE ROMANES, 22. 1998, Bruxelas. Actes..., v. 3. **Vivacité et diversité de la variation linguistique**. Tübingen: Niemeyer, 2000. p. 367-388.

TRINDADE COELHO. Os meus amores. *apud* LACERDA, A. de; HAMMARSTRÖM, G. **Transcrição fonética do português normal**. Coimbra: [s.n.], 1953. p. 27-28. Texto com adaptações.

WENKER, Georg. **Sprachatlas von Nord- und Mitteldeutschland**. Marburg: K.J. Trübner, 1881.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

National Geographic en español. **Vênus e a Lua**. 2018. Disponível em: <https://www.ngenespanol.com/ciencia/luna-venus-juntos-eventos-astronomicos/amp/>. Acesso em: 15 set. 2021.

**APÊNDICE A – Pesquisa a dicionários (todas as denominações registradas na amostra) organizadas por ordem alfabética**

DENOMINAÇÕES PARA AS ESTRELAS						
	DICIONÁRIOS DE LÍNGUA PORTUGUESA					DICIONÁRIO TÉCNICO
LEXIAS	Bluteau (1728)	Moraes e Silva (1813)	Silva Pinto (1832)	Ferreira (2001)	Houaiss (2001)	Mourão (1987)
<i>Cometa (QSL 31)</i>	Corpo luminoso que muitas vezes aparece entre os astros com diferente grandeza e figura, porque uns são crinitos outros são barbados e outros são caudatos conforme divisão dos árabes.	Corpo luminoso que aparece extraordinariamente no céu com um rasto luminoso que talvez se chama cauda.	Corpo luminoso que aparece as vezes no céu.	Astro que, orbitando o sistema solar, se vaporiza parcialmente, quando próximo ao Sol, formando uma cabeleira de gás e poeira e, gerando uma ou mais caudas.	Corpo celeste que se move em torno do Sol em trajetória mais excêntrica que a dos planetas e com maior grau de inclinação em relação à eclíptica; consiste em um núcleo de fraca luminosidade formado por pequenas partículas sólidas, cercado por um envoltório gasoso e apresentando, por vezes, ao aproximar-se do Sol, uma cauda luminosa que pode atingir milhões de quilômetros de extensão; estrela de rabo	Ver vida média de um cometa.
<i>Estrela Brilhosa (QSL 29)</i>	∅	∅	∅	∅	∅	∅
<i>Estrela Cadente (QSL 29, 30 e 31)</i>	∅	∅	∅	Meteorito que se torna incandescente ao atravessar a atmosfera	∅	Ver meteoro
<i>Estrela da Boca da Noite (QSL 30)</i>	∅	∅	∅	∅	∅	∅

<i>Estrela da Manhã (QSL 29)</i>	∅	∅	∅	Estrela d'alva	∅	Denominação popular do planeta Vênus (q.v.), quando visível ao amanhecer antes do nascer do Sol; Estrela d'alva.
<i>Estrela da Noite (QSL 30)</i>	∅	∅	∅	∅	∅	∅
<i>Estrela da Tarde (QSL 30)</i>	∅	∅	∅	∅	∅	Denominação popular do planeta Vênus (q.v.), quando visível ao entardecer logo após o pôr-do-sol.
<i>Estrela D'alva (QSL 29, 30 e 31)</i>	∅	∅	∅	O planeta Vênus quando observado ao nascer do Sol; estrela da manhã; estrela matutina	Vênus (no sentido de 'planeta')	Denominação popular do planeta Vênus (q.v.); Estrela da manhã.
<i>Estrela das Oito (QSL 30)</i>	∅	∅	∅	∅	∅	∅
<i>Estrela de Cauda (QSL 31)</i>	∅	∅	∅	∅	∅	∅
<i>Estrela do Dia (QSL 29)</i>	∅	∅	∅	∅	∅	∅
<i>Estrela do Moedor (QSL 29 e 30)</i>	∅	∅	∅	∅	∅	∅
<i>Estrela do Norte (QSL 30)</i>	∅	∅	∅	∅	∅	∅
<i>Estrela Grande (QSL 30)</i>	∅	∅	∅	∅	∅	∅
<i>Estrela Guia (QSL 29, 30 e 31)</i>	∅	∅	∅	∅	∅	∅
<i>Estrela Iluminada (QSL 30)</i>	∅	∅	∅	∅	∅	∅
<i>Estrela Mãe (QSL 29 e 30)</i>	∅	∅	∅	∅	∅	∅
<i>Estrela Maria (QSL30)</i>	∅	∅	∅	∅	∅	∅
<i>Estrela Matutina (QSL 29)</i>	∅	∅	∅	Ver estrela d'alva	∅	∅
<i>Estrela Rainha (QSL 29 e 30)</i>	∅	∅	∅	∅	∅	∅
<i>Estrela Solitária (QSL 30)</i>	∅	∅	∅	∅	∅	∅



<i>Estrela Vespertina (QSL 30)</i>	∅	∅	∅	∅	∅	Denominação popular do planeta Vênus (q.v.), quando visível ao entardecer, após o pôr-do-sol.
<i>Estrelão (QSL 29)</i>	∅	∅	∅	∅	Aumentativo de estrela	∅
<i>Estrelinha da Sorte (QSL 31)</i>	∅	∅	∅	∅	∅	∅
<i>Mercúrio (QSL 29)</i>	Planeta superior à Lua e quanto a nós, o segundo; o menor dos planetas e por consequência, muitas vezes menor que a Terra.	Planeta superior à Lua e o segundo a respeito da Terra	Planeta superior à Lua	O segundo menor planeta do sistema solar e o mais próximo do Sol	O planeta mais próximo do Sol.	Mercúrio é o planeta mais próximo do Sol, do qual não se afasta jamais a um ângulo superior a 28°
<i>Meteorito (QSL 31)</i>	∅	∅	∅	Corpo metálico ou rochoso que, vindo do espaço cósmico, cai na superfície da Terra; aerólito	Fragmento de meteoróide que atinge a superfície da Terra; astrólito. Fragmento de um meteoróide que atravessa a atmosfera terrestre. Fenômeno luminoso causado pelo atrito de um meteoróide com a atmosfera terrestre; meteoro	Fragmento de um meteoróide que cai na superfície terrestre, depois de ter atravessado a atmosfera, produzindo o fenômeno luminoso denominado meteoro.
<i>Meteoro (QSL 31)</i>	Deriva do grego (inint.) que significa levantar para o alto; porque os meteoros que são corpos mistos, imperfeitos, gerados de exalações e vapores são compostos de uma substância volátil que levanta da terra tomando várias formas [...]	Fenômeno que se forma e aparece no ar; trovão, coriscos, fuzis, chuva, neve, etc.	Fenômeno formado no ar	Fenômeno luminoso que resulta do atrito de meteoróide com gases da atmosfera terrestre	Rastro luminoso presente na atmosfera terrestre quando ocorre atrito entre um meteoróide e os gases desta atmosfera; estrela cadente, estrela filante, estrela fugaz	Fenômeno luminoso que ocorre na atmosfera terrestre, proveniente do atrito de um meteoróide (q.v.), com os gases da atmosfera terrestre; estrela cadente, estrela fugaz, estrela filante (gal.), meteorito (impróprio), exalação, selação (NE brasileiro)

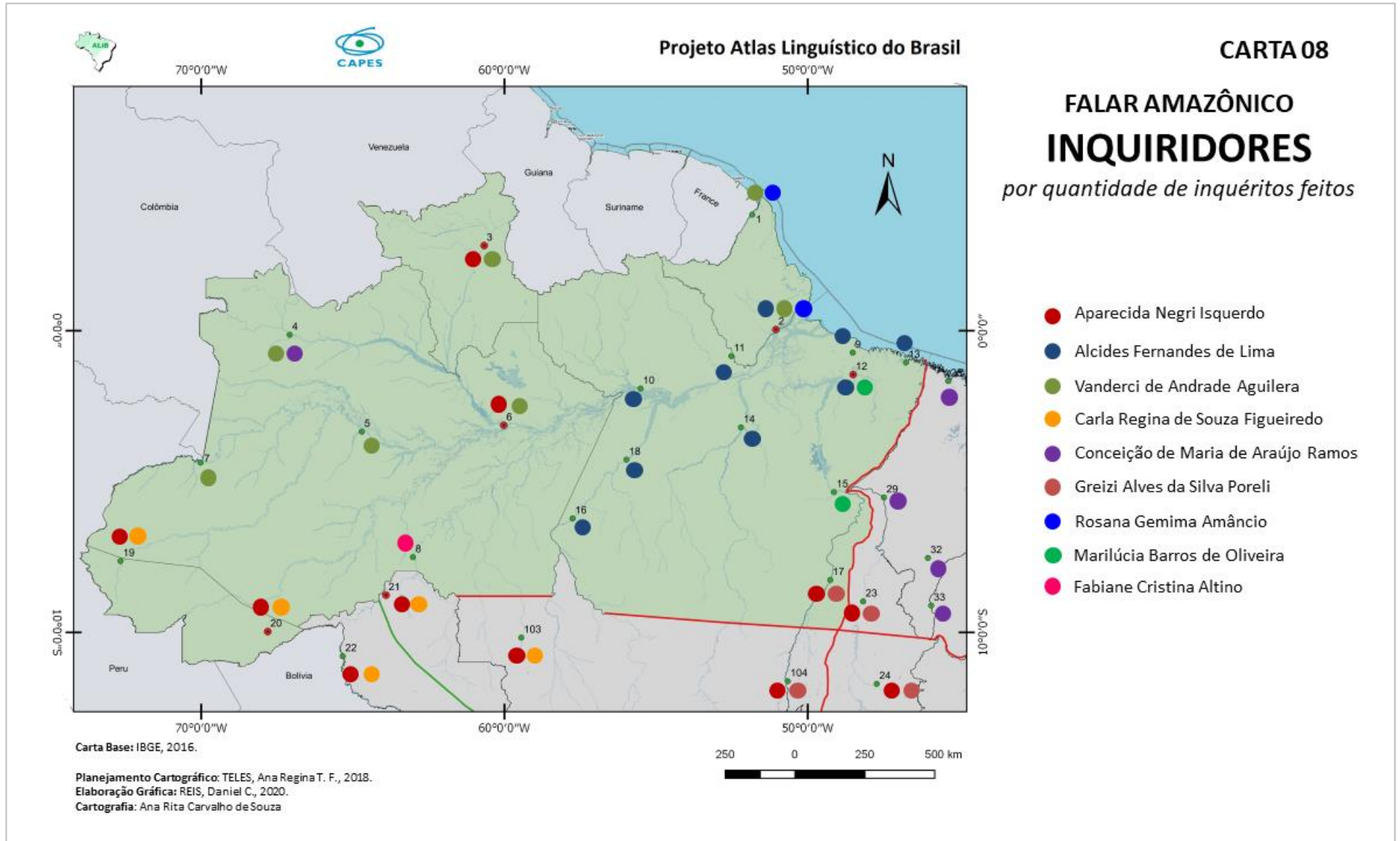
<i>Papa-ceia (QSL 30)</i>	∅	∅	∅	∅	Vênus	Nome popular do planeta Vênus (q.v.), quando visível ao entardecer, logo após o ocaso do Sol. Ele começa a brilhar na hora de se papar a ceia.
<i>Planeta (QSL 31)</i>	Deriva-se do grego <i>planis</i> que significa errante; significa astro ou estrela errante [...] cada planeta tem seu próprio e particular movimento	Astro que não tem luz que não a luz do Sol e tem a sua órbita particular e seu movimento periódico	Astro que recebe do Sol a luz que tem	Corpo celeste esférico com mais de mil quilômetros de diâmetro, que não possui fonte própria de energia nuclear e gira ao redor de uma estrela da qual reflete a luz	Corpo celeste sem luz própria, em órbita ao redor de uma estrela, que possui massa suficiente para que a sua gravidade, além de permitir que assuma forma quase esférica, tenha órbita desimpedida (vale dizer, tenha sido capaz de eliminar outros corpos celestes da vizinhança da sua órbita) No caso do nosso sistema planetário, são oito os planetas que giram ao redor do Sol: Mercúrio, Vênus, Terra, Marte, Júpiter, Saturno, Urano e Netuno. Plutão foi excluído ao ser reclassificado como planeta-anão.	Corpo celeste compacto, sem luz própria, relativamente frio, que gira em torno de uma estrela em órbita quase sempre elíptica. [...] Chamam-se inferiores os planetas cuja órbita está compreendida na da Terra: Mercúrio e Vênus. Os demais são planetas superiores.
<i>Planeta Marte (QSL 29 e 30)</i>	O quinto planeta entre Sol e Júpiter	Na astronomia o quinto planeta entre Sol e Júpiter no sistema copernicano	Planeta entre Sol e Júpiter	O quarto planeta em ordem de afastamento do Sol e que tem dois satélites	O quarto planeta do sistema solar, a partir do Sol	Quarto planeta em distância ao Sol, é conhecido desde a remota antiguidade.

<i>Planeta Plutão (QSL 30)</i>	Plutão: filho de Saturno e irmão de Júpiter e de Netuno	∅	∅	No sistema solar o planeta mais distante do Sol	Corpo celeste do nosso sistema solar, menor do que a Lua terrestre, que passou à categoria de planeta-anão em 24 de agosto de 2006 e de plutoide a partir de 11 de junho de 2008	O planeta mais distante do sistema solar.
<i>Planeta Vênus (QSL 29 e 30)</i>	Vênus: deusa da formosura que sempre andava acompanhada das graças	Vênus: deusa fabulosa da formosura e dos amores; muito formosa	Vênus: fabulosa deusa da formosura	O segundo planeta em ordem de afastamento do Sol. Sua órbita está situada entre Mercúrio e a Terra	Segundo planeta em ordem de afastamento do Sol, com órbita entre Mercúrio e a Terra	Segundo planeta em ordem de afastamento do Sol, com órbita situada entre Mercúrio e a Terra. É o planeta mais próximo da Terra, da qual dista entre 39 e 260 milhões de quilômetros, e o mais brilhante objeto do céu depois do Sol e da Lua, atingindo a magnitude visual de -4,4 na oposição.
<i>Raio de Luz (QSL 31)</i>	Raio: aquela linha de luz composta por pequenos globos de fogo que saem de um corpo luminoso [...] formidável meteoro composto de sua exalação	Raio: linha de luz que lançam de si os astros, as candeias, etc.	Raio: linha de luz que lançam de si os corpos luminosos	Raio: a luz que emana dum foco luminoso e segue uma trajetória reta em determinada direção	Raio: radiação ou partícula emitida por um corpo irradiante, por uma fonte luminosa; luz emitida por um astro	Ver relâmpago
<i>Rei (QSL 30)</i>	∅	Escrito sem g, de regy	Soberano; chefe de um estado	Soberano que rege um estado monárquico	Chefe de Estado investido de realza; príncipe soberano de um reino; monarca, soberano	∅

<i>Satélite (QSL 29 e 31)</i>	Termo astronômico, deriva de <i>satelles</i> , que em latim era o mesmo que guarda [...] para chamar <i>satellites</i> de Júpiter as quatro estrelas descobertas por Galileu, as quais, com movimento excêntrico aos mais planetas acompanham a Júpiter e o tem por centro ao redor do qual se movem	Astronomia: Planeta menor que gira em torno de outro maior	Na astronomia, planeta que gira à roda de outro maior	Corpo celeste que gravita em torno de outro, o principal	Corpo celeste que gravita em torno de outro, que é denominado principal; secundário	1. Corpo celeste que gira em torno de um planeta em consequência da gravitação. Em nosso sistema solar existem 35 satélites. A Lua é o satélite natural da Terra. 2. Todo corpo celeste que gravita em torno de outro, o qual é denominado principal; secundário, companheiro.
<i>Vésper (QSL 29)</i>	∅	∅	∅	∅	Planeta Vênus, quando aparece à tarde; estrela da tarde, estrela vespertina	Ver Vênus
<i>Zelação (QSL 31)</i>	Ver exalação	∅	∅	∅	Estrela cadente	Designação popular no Nordeste para meteoro

**LEGENDA:** ∅ Não Dicionarizado

APÊNDICE B – Carta 08 - Inquiridores



## ANEXO A

Autorização de uso do *corpus* do Projeto ALiB pelo Comitê Nacional

Projeto Atlas Lingüístico do Brasil

## DECLARAÇÃO

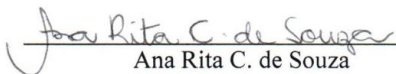
Ao utilizar dados do *corpus* do Projeto Atlas Lingüístico do Brasil (Projeto ALiB), como referencial empírico do trabalho de MESTRADO, intitulado “De Estrela Matutina ao Caminho de Santiago: o que revelam os dados do projeto ALiB na Região Norte do Brasil”, que desenvolvo sob a orientação de Marcela M. T. Paim, membro da equipe Bahia, **com o aval da mesma**, que é membro do Comitê Nacional do Projeto ALiB,

## DECLARO:

1. Estar ciente de que os materiais do Banco de Dados do **Projeto ALiB** a mim facultados não podem ser repassados, enquanto conjunto de dados, a outro(s) pesquisador(es) e/ou interessado(s) na matéria.
2. Ter pleno conhecimento de que a divulgação parcial ou final do trabalho deve ser sempre acompanhada da indicação da fonte (Banco de Dados do Projeto ALiB) e da citação do nome do orientador.
3. Autorizar que os resultados da análise por mim efetuada sejam utilizados nas publicações do Atlas Lingüístico do Brasil, em quaisquer dos volumes que venham a integrar a coleção, mediante a indicação da fonte e a citação do meu nome.
4. Oferecer a minha contrapartida ao Atlas Lingüístico do Brasil colaborando, **quando solicitado**, na transcrição de dados, catalogação e cópia de materiais e em outras atividades que não impliquem a pesquisa de campo.
5. Disponibilizar os dados transcritos (em Word ou em Excel), codificados e/ou tabulados (no programa de análise utilizado) ao Comitê Nacional do ALiB.

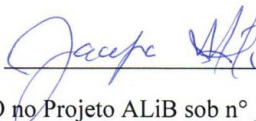
E por estar de acordo, firmo a presente DECLARAÇÃO que tem, também, o CIENTE do Orientador e de um membro do Comitê Nacional do Projeto ALiB, que será enviada ao Arquivo Nacional, na UFBA.

Salvador, 01 de dezembro de 2019.

  
Ana Rita C. de Souza

  
Marcela M. T. Paim

P/ Comitê Nacional do Projeto ALiB



ALiB - Projeto Atlas Lingüístico do Brasil

REGISTRADO no Projeto ALiB sob n° 091

Instituto de Letras - UFBA  
Rua Barão de Jeremoabo, 147 - Ondina  
40170-115-Salvador-Bahia-Brasil  
Tel. (71) 3283-6236/Fax: (71) 3283-6208  
alib@ufba.br / alib.ufba@gmail.com  
www.alib.ufba.br